

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD**

Suzanne Érica Nóbrega Correia

**O Papel do Ator Organizacional
na Inovação Social**

Recife, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta tese se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

O Papel do Ator organizacional da Inovação Social

Nome do Autor: Suzanne Érica Nóbrega Correia

Data da aprovação:

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1	<input checked="" type="checkbox"/>
Grau 2	<input type="checkbox"/>
Grau 3	<input type="checkbox"/>

Recife, 30 de novembro de 2015.

Suzanne Érica Nóbrega Correia

Suzanne Érica Nóbrega Correia

O Papel do Ator Organizacional na Inovação Social

Orientadora: Carla Regina Pasa Gomez, Dra.

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutora em Administração, área de concentração Estratégia e Sustentabilidade, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2015.

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programas de Pós-Graduação em Administração – PROPAD**

O Papel do Ator Organizacional na Inovação Social

Suzanne Érica Nóbrega Correia

**Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em
Administração em 30 de novembro de 2015.**

Banca Examinadora:

Carla Regina Pasa Gomez, Dra., UFPE – Orientadora

Fernando Gomes de Paiva Júnior, Dr., UFPE – Examinador Interno

Silze Anne Gonçalves Lins, Dra., UFPE – Examinadora Externa

Leonardo Augusto Gomez Castilho, PhD, UFPE, Examinador Externo

Andrea Leite Rodrigues, Dra., USP, Examinadora Externa

Dedico esta tese as três Marias que abençoam minha vida, rezam por mim e me protegem e ao meu anjo Gabriel.

Agradecimentos

Uma das primeiras coisas que aprendi durante esses quatro anos de doutorado é que seria praticamente impossível chegar ao final dessa etapa sozinha. Para chegar aqui, contei com a ajuda de muitas pessoas e algumas instituições, que merecem minha gratidão.

Agradeço a Deus, por se fazer presente em toda a minha vida, principalmente nos momentos em que fiquei sem forças, mas tenho a certeza que, Contigo, nunca estive sozinha.

A Nossa Senhora, sempre fonte de paz, humildade, amor e pela proteção que me confere.

Aos meus pais, Ari e Salete, pelo amor incondicional. Espero estar retribuindo à maior herança que me deram, a oportunidade de estudar e a vontade para trabalhar. Sem vocês, não teria dado certo. Obrigada pelas infinitas vezes que assumiram meu papel, cuidando dos netos com muito carinho na minha ausência.

Ao meu esposo, Francisco, meu porto seguro. Agradeço a paciência, compreensão, afeto, pelo suporte dado nas minhas ausências. E mais ainda, agradeço pelo ombro nas horas dos choros incontroláveis, do olhar singelo, e do apoio para que eu erguesse a cabeça e desse continuidade a esse projeto tão sonhado. Teu abraço é o melhor lugar do mundo!

Aos meus filhos, Maria Rafaela e João Gabriel, presentes de Deus na minha vida. Vocês são minha força e vontade de lutar, minha alegria, minhas eternas companhias. Tão pequenos, mas tão compreensivos a minha situação, na torcida sempre e na esperança da mamãe ter tempo para brincar. Amo vocês infinitamente.

A minha irmã Suzete Correia, a quem tenho tanto orgulho e meu cunhado Michel Dias, pela paciência ao longo da vida. Ao meu irmão José Ary e minha cunhada Sandra, pela torcida.

A Veronica Macário, um exemplo de força, fé, foco e disciplina. Um anjo em minha vida. Serei eternamente grata por sua ajuda e apoio. Que essa amizade gere muitos mais frutos e conquistas, e lembre-se que quem é bonzinho... gera vínculo de amizade para toda a vida.

Aos colegas de doutorado. A Milka, pela amizade conquistada ao longo desse período, tenha a certeza que você foi um presente que o doutorado me deu; a Vinícius, companheiro de viagem, sempre presente e atencioso; a Abdinardo, pelo companheirismo e compartilhamento de experiências e conhecimentos. Sem deixar de mencionar Márcio, Fernanda, Cassundé e Omaki.

A orientadora, Profa. Carla Pasa Gómez, por ter acreditado no tema que foi sendo construído ao longo do curso. Além de sua competência, incentivo, amizade e oportunidade de muito aprendizado.

Meu sincero agradecimento a todos os membros da Banca Examinadora, pelas valiosas sugestões na melhoria deste trabalho.

Aos professores do PROPAD/UFPE, pelos ensinamentos, em especial a Prof. Walter Morais e Prof. Guilherme Moura. Estendo meu agradecimento aos servidores e estagiários pelo empenho apresentado.

Aos colegas da UAAC/UFCEG pela disponibilidade de ajuda. Em especial a Suedes, Hildegardes, Verônica, Vinicius e Darcon.

Agradeço aos membros da ASA que se dispuseram a me receber e me contar vários pedaços de suas trajetórias, e assim, puderam enriquecer sobremaneira esta tese.

A minha amiga de toda a vida, Janine Oliveira, porque sempre se fez presente em todos os momentos da minha vida. É muita história para contar...

A CIPAL, pelo apoio na logística das crianças e pela torcida constante, principalmente a Michelli e Ana Paula.

A todos que fazem parte da Paroquia de Santo Antônio, em especial aos movimentos do ECC e EJC, obrigada pelas orações.

Aos filhos em Cristo, pela alegria que dão aos meus dias. A Mikaelle, a quem Deus me deu a chance de chamar de filha; a Carol Padilha, a filha adotiva; e em especial a amiga Andreza Targino. Todos vocês foram fundamentais na transmissão de energias positivas.

As irmãs do Centro de Treinamento Diocesano (CTD), pela disponibilidade em oferecer espaço físico e me acolher durante minha estadia na cidade de Petrolina. Sem esquecer de Tereza e Thalita, pela amizade.

Por fim, a tantas outras pessoas que, de forma direta ou indireta, também compartilharam comigo desta conquista.

Quando os problemas se tornam absurdos,
os desafios se tornam apaixonantes.
Dom Helder Câmara

Resumo

Este trabalho se propõe a responder a seguinte questão norteadora: Quais os papéis do ator organizacional nas abordagens de processo e resultado da inovação social? Para responder a esta problemática, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, cuja unidade de análise do caso foi a Articulação do Semiárido (ASA) tendo como sujeitos investigados, os diretores executivos das ONG's vinculados a ela. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental de dados secundários, permitindo a triangulação dos dados. A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) foi adotada para o tratamento dos dados, apoiada pelo uso do software Atlas.Ti. O aporte teórico que deu sustentação a argumentação desenvolvida nesta tese partiu da definição de inovação social como processos desenvolvidos por atividades coletivas que buscam atender às necessidades sociais, difundidas através de atores para gerar ganhos ou resposta social. Assim, foram trabalhadas cinco dimensões de análise da inovação social: atores; processos de atividades coletivas; necessidades sociais; ganhos e respostas sociais; e caráter inovador. Estas dimensões estão focadas nas abordagens orientadas a processo e a resultados as quais tem como proposta oferecer uma visão mais ampla da inovação social, a partir dos papéis vinculados à atuação dos atores organizacionais organizados em três níveis – dimensão, categoria e indicadores, propostos em um *framework* inicial. Após a validação dos papéis do ator organizacional no caso empírico, percebe-se que o ator organizacional tem um papel destacado dentro das iniciativas de inovação social, como representante legítimo dos interesses da sociedade na articulação de iniciativas *bottom-up* (dimensão atores); na articulação da identificação das necessidades sociais não satisfeitas (dimensão necessidades sociais); gerenciador das relações sociais, especialmente no que diz respeito à governança e participação de todos os envolvidos (dimensão processo); apontador da capacidade inovativa das ideias implementadas (dimensão caráter inovador); e como estimulador dos ganhos sócias causados na comunidade (dimensão ganhos e respostas sociais). Assim, a utilização dos papéis apontados neste estudo permite um mapeamento das ações do ator organizacional, auxiliando-o nos trabalhos de planejamento, implementação e difusão de iniciativas de cunho social. Permite, assim, um acompanhamento das principais variáveis de interesse do contexto e por possibilitar o planejamento de ações visando a melhorias de desempenho, resultando em um modelo que possibilita operacionalizar o conceito e propiciar análise do fenômeno.

Palavras-chave: Inovação social. Dimensões da inovação social. Processo e resultado da inovação social. Atores organizacionais.

Abstract

This study aims to answering the following guiding question: What are the roles of the organizational actor in the process and results approaches of social innovation? To answer this problem, we carried out a qualitative study, whose unit of analysis was the Articulação do Semiárido (ASA) having as research subjects, the CEOs of the NGOs linked to it. Data were collected through semi-structured interviews, participant observation and document analysis of secondary data. The Content Analysis (Bardin, 2011) was adopted for the processing of data, supported by the use of ATLAS.ti software. The theoretical framework that has underpinned the reasoning developed in this thesis started from the definition of social innovation as a process developed by collective activities that seek to meet social needs, disseminated through actors to generate earnings or social response. Thus, five dimensions were analyzed of social innovation: actors; processes of collective activities; social needs; gains and social responses; and innovative character. These dimensions are focused on process and results approaches which has the purpose to offer a broader view of social innovation, from the roles related to the performance of organizational actors organized into three levels - dimension, category and indicators, proposed in a initial framework. After validation of the roles of the organizational actor in the empirical case, it is clear that the organizational actor has a leading role within the social innovation initiatives, this actor is the legitimate representative of society's interests in the articulation of bottom-up initiatives (actors dimension); in the identification of unmet social needs (social needs dimension); manager of social relationships, especially with regard to governance and participation of all those involved (process dimension); pointing the innovative capacity of the implemented ideas (innovative character dimension); and as a stimulator of the partners gains caused in the community (gains and social responses dimension). Thus, that the roles pointed out in this study allows a mapping of the actions of the organizational actor, helping her in the planning, implementation and dissemination of social initiatives. Thus allows monitoring of the main variables of interest to the context and facilitate action planning aimed at performance improvements, resulting in a model that enables operationalize the concept and provide analysis of the phenomenon.

Keywords: Social innovation. Dimensions of social innovation. Process and outcome of social innovation. Organizational actors.

Lista de Figuras

Figura 1 – Inovação social nas abordagens orientadas a processo e resultado	21
Figura 2 – Similaridades entre os constructos de TS e IS	44
Figura 3 – Divergências entre os constructos de TS e IS	45
Figura 4 – Relação da dimensão atores com as demais dimensões	63
Figura 5 – O ciclo da inovação social	69
Figura 6 – <i>Framework</i> inicial com os papéis do ator organizacional nas iniciativas de IS	85
Figura 7 – Estados contemplados na pesquisa	90
Figura 8 – Classificação para os papéis identificados	96
Figura 9 – Delineamento metodológico da pesquisa	98
Figura 10 – Representação e símbolos do ATLAS.ti 7	102
Figura 11 – Exemplo de representação gráfica das redes de relacionamentos do ATLAS.ti	102
Figura 12 – Programa de formação e mobilização social	105
Figura 13 – Papel do ator organizacional com os atores sociais	109
Figura 14 – Lógica da representatividade dos atores sociais	110
Figura 15 – Papel do envolvimento com os atores institucionais	116
Figura 16 – Mapa de vínculos estabelecidos entre os atores	118
Figura 17 – Papel da cooperação entre os atores sociais, organizacionais e institucionais	121
Figura 18 – Papéis da dimensão necessidades sociais	126
Figura 19 – Papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais relacionadas ao caráter inovador	131
Figura 20 – Boletins informativos do Biogidestor e Fogão ecológico	135
Figura 21 – Papel de estimular a participação dos atores	137
Figura 22 – Encarte técnico de mobilização da ASA	139
Figura 23 – Encarte em quadrinhos sobre participação dos agricultores	140
Figura 24 – Estrutura de governança da ASA	141
Figura 25 – Papel do ator organizacional de estimular novas formas de organização e mudança comportamental	144
Figura 26 – Encarte sobre a relação da ASA e a economia solidária	145
Figura 27 – Papel do desenvolvimento de habilidades	150
Figura 28 – Intercâmbio entre os atores sociais	153
Figura 29 – Boletim de sistematização de experiências	154
Figura 30 – Papel do ator organizacional de avaliar e difundir inovações sociais	157
Figura 31 – Categoria de análise transformação social e política	163
Figura 32 – Papel do ator organizacional em estimular ganhos econômicos, culturais e ambientais	170
Figura 33 – <i>Framework</i> final com os papéis do ator organizacional nas iniciativas de IS	175

Lista de Quadros

Quadro 1	– Síntese de trabalhos acadêmicos no campo da IS publicados em periódicos brasileiros	25
Quadro 2	– Diferença entre inovação tradicional e social	36
Quadro 3	– Direcionamento de inovação social segundo diferentes autores e abordagens	46
Quadro 4	– Inovação Social segundo suas principais características e autores	48
Quadro 5	– Vertentes e atores da inovação social	50
Quadro 6	– Perspectiva de análise da Inovação Social	51
Quadro 7	– Papéis do ator organizacional na dimensão atores	57
Quadro 8	– Papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais	65
Quadro 9	– Papéis da dimensão processo desenvolvido por atividades coletivas	72
Quadro 10	– Papéis do ator organizacional na dimensão caráter inovador	77
Quadro 11	– Papéis do ator organizacional para a dimensão ganhos e respostas sociais	80
Quadro 12	– Coordenações Executivas da ASA por Estado	90
Quadro 13	– Apresentação dos sujeitos entrevistados	92
Quadro 14	– Dimensões e papéis da IS estudados na pesquisa	97
Quadro 15	– Critérios de validade utilizados na pesquisa	99
Quadro 16	– Critérios de confiabilidade utilizados na pesquisa	100
Quadro 17	– Atividades desenvolvidas com uso ATLAS.ti	101
Quadro 18	– Papéis do ator organizacional na dimensão atores	125
Quadro 19	– Papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais relacionadas ao caráter inovador	136
Quadro 20	– Mobilização dos atores	138
Quadro 21	– Cursos dos programas P1MC e P1+2	151
Quadro 22	– Papéis do ator organizacional da dimensão processo e na dimensão caráter inovador	162
Quadro 23	– Papéis do ator organizacional da dimensão ganhos e respostas sociais	174

Lista de Siglas

APIMC – Associação do Programa Um Milhão de Cisternas
ASA – Articulação do Semiárido
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CNBB – Conferência dos Bispos do Brasil
CRISES – *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*
FBB – Fundação Banco do Brasil
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FENABRAN – Federação Brasileira de Associação de Bancos
FRS – Fundos Rotativos Solidários
GRH – Gestão de Recursos Hídricos
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
ITS – Instituto de Tecnologia Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NSE – Nova Sociologia Econômica
ONG's – Organizações Não-Governamentais
OSC – Organizações da Sociedade Civil
P1+2 – Projeto Uma Terra Duas Águas
P1MC – Projeto Um Milhão de Cisternas
RTS – Rede de Tecnologia Social
TA – Tecnologia Apropriada
UGC – Unidade Gestora Central
UGM – Unidade Gestora Microrregional

Sumário

1 Introdução	15
1.1 Definição do problema de pesquisa	15
1.2 Questões norteadoras do estudo	23
1.3 Justificativa da escolha do tema	24
1.4 Estrutura da tese	27
2 Inovação Social	29
2.1 O contexto da inovação social	29
2.2 Evolução das discussões sobre inovação social	34
2.2.1 Discussões sobre tecnologia social	40
2.3 Aspectos conceituais da inovação social	45
2.4 Dimensões e papéis do ator organizacional	51
2.4.1 O papel do ator organizacional na “dimensão atores”	55
2.4.2 O papel do ator organizacional na “dimensão necessidades sociais”	63
2.4.3 O papel do ator organizacional na “dimensão processos desenvolvidos por atividades coletivas”	68
2.4.4 O papel do ator organizacional na “dimensão caráter inovador”	76
2.4.5 O papel do ator organizacional na “dimensão ganhos e respostas sociais”	79
2.5 Proposição inicial do <i>framework</i> com os papéis do ator organizacional	83
3 Procedimentos metodológicos	87
3.1 Delineamento da pesquisa	87
3.2 Critérios de seleção do objeto de pesquisa	89
3.3 Coleta de dados	93
3.4 Análise de dados	95
3.4.1 Validação e confiabilidade	98
3.4.2 Funcionalidades exploradas do ATLAS.ti	100
4 Análises dos resultados	103
4.1 Caracterização do ator organizacional da IS	103
4.2 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Atores	107
4.2.1 Papel do ator organizacional com os atores sociais	108
4.2.2 Papel do ator organizacional junto aos atores institucionais	115

4.2.3 Papel do ator organizacional em promover a cooperação entre os atores sociais, organizacionais e institucionais	120
4.3 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Necessidades sociais	125
4.4 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Processos desenvolvidos por atividades coletivas	136
4.4.1 Papel de Mobilização dos atores	137
4.4.2 Papel do ator organizacional no desenvolvimento de habilidades	150
4.4.3 Papel do ator organizacional de avaliar e difundir inovações sociais	157
4.5 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Ganhos e respostas sociais	162
4.5.1 Papel do ator organizacional de estimular ganhos e respostas de valor social	163
4.5.2 Papel de estimular ganhos econômicos, culturais e ambientais	169
4.6 Proposição final do <i>framework</i> com os papéis do ator organizacional	174
5 Considerações finais	178
5.1 Conclusões	178
5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros	184
Referências	186
APÊNDICE A – Solicitação de consentimento para realização de pesquisa	202
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista	203
APÊNDICE C – Diário de Campo	205
APÊNDICE D – Redes geradas pelo Atlas.ti	206
APÊNDICE E – Relatório do Atlas.ti	212

1 Introdução

Este capítulo faz a contextualização da problemática a ser investigada nesta tese, elenca as questões norteadoras do estudo e apresenta as justificativas para a realização do estudo, bem como descreve a forma como o documento está estruturado.

1.1 Definição do problema de pesquisa

O Brasil possui uma ampla região denominada semiárido que “ocupa aproximadamente 980.000 km² e possui 12,2% da população brasileira” (BARBOSA, 2009, p.01), tornando-se uma região caracterizada por sua forte insolação, altas temperaturas e elevadas taxas de evapotransposição, além de baixos e irregulares índices pluviométricos (LEAL, 2013), o que revela sua tendência a ser uma região altamente vulnerável às secas. O semiárido abrange a “maior parte dos estados do Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o Norte do Espírito Santo (2,51%), com uma estimativa de 36 milhões de habitantes” (BRASIL, 2010, p. 33).

Mesmo sendo uma região de porte expressivo (DIAS, 2011), os solos são, na sua maioria, rasos e pedregosos, não permitindo a presença de árvores de alto porte (DUQUE, 2008), e o bioma predominante é a caatinga (DUQUE, 2008; LEAL, 2013), o que gera problemas associados à escassez de água, devido à distribuição de chuva irregular e o subsolo carente em água, tornando a água salobra para consumo humano (DIAS, 2011).

Dentro desse contexto, o pensamento dominante é que o problema da região semiárida é o fenômeno das secas (DUQUE, 2008). De fato, a irregularidade climática é uma circunstância a ser enfrentada, uma vez que o problema maior da sua população é “conviver com as secas”. Ressalta-se, entretanto, que tal problema é mais de ordem sociopolítica do que climática. Apesar da seca já ser esperada através dos estudos meteorológicos, o poder público não tem priorizado encontrar um caminho para implementação de políticas públicas adequadas à convivência do homem no semiárido, suprimindo, muitas vezes, apenas as necessidades emergenciais ao cidadão que mora na região semiárida, caracterizando-se como

um homem predominantemente do campo (LEAL, 2013). Esse contexto revela claramente uma opção em favor a um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do agronegócio, em especial o constituído por empresas de grande porte, em prejuízo da sustentabilidade ambiental e da inclusão social (DUQUE, 2008).

Assim, a agricultura familiar, considerada um sistema de produção agrícola voltada para pequenos produtores rurais, considerado como meio de subsistência das famílias rurais, começou a se desenvolver a sombra dos latifúndios, constituindo unidades de produção familiar, com base na policultura e na criação de animais, gerando desenvolvimento da economia camponesa no semiárido brasileiro (DUQUE, 2008). Devido ao fato do desenvolvimento de culturas agrícolas no semiárido ser uma questão de natureza altamente complexa (DIAS, 2011), os estabelecimentos familiares foram sofrendo, ao longo do tempo, um processo de fragmentação devido o crescimento demográfico, provocando uma pressão intensiva sobre o uso de recursos naturais, o que, por sua vez, deu início ao processo de degradação do meio ambiente e colocou a propriedade em uma trajetória de desertificação e insustentabilidade (DUQUE, 2008).

Embora o fenômeno da seca tenha caráter natural e aconteça, geralmente, na mesma região, ele está inserido em diferentes conjunturas sociais e incide, negativamente, nas condições de vida da população (PASSADOR; PASSADOR, 2010). Por causa de suas peculiaridades, fazem-se necessárias ações específicas para adequar o pequeno produtor rural no seu *habitat*, fornecendo subsídios para sua convivência com a seca.

Enquanto os sistemas familiares de produção avançam para uma trajetória de minifundização e empobrecimento, muitas das grandes fazendas recebem recursos de políticas públicas que tem como objetivo modernizar a pecuária no semiárido e atender à crescente demanda dos centros urbanos. (MOREIRA; TARGINO, 2012). Nesse processo de modernização ocorreram modificações sociais e econômicas que refletem na redução da autonomia dos agricultores (COTRIM; DAL SOGLIO, 2010), favorecendo a difusão de pragas e, conseqüentemente, o uso de agrotóxicos, que tem impactos adversos como a poluição dos solos e das águas, bem como prejudicam a saúde da população.

Quanto aos pequenos agricultores, poucos têm acesso aos recursos disponibilizados pelas políticas de desenvolvimento dos governos, a exemplo de distribuição de água por carros-pipa e frentes de trabalho, não disponibilizando para as famílias agricultoras os meios e recursos necessários para garantirem uma produção que satisfaça suas necessidades (DUQUE, 2008). Dessa forma, considera-se que as políticas *top down* não priorizam suas

demandas, contribuindo para a diminuição de sua autonomia e compreensão de seu contexto social.

Diante disso, faz-se necessário um modelo de desenvolvimento que seja sustentável de acordo com a realidade do semiárido, permitindo às famílias de pequenos agricultores a “conviver” com as especificidades do seu contexto. A falta de reconhecimento pelo Estado, em relação a sua percepção dos agricultores como atores sociais ativos, apresenta-se como um ponto frágil na construção de uma nova realidade social. Essa visão acarreta consequências que resultam em uma imagem estereotipada dos agricultores familiares como vítimas passivas, colocando-os como indivíduos subordinados a uma situação de dominação econômica, política e cultural (MENEZES; MALAGODI, 2011).

Logo, onde o Estado e o mercado se mostram incapazes de apresentar soluções para os problemas sociais, como a desigualdade de renda e a pobreza, os laços sociais que surgem através dos movimentos associativistas e suas dinâmicas democráticas se apresentam como uma dimensão estratégica no combate à desigualdade social (GONÇALVES, 2010).

Os movimentos associativistas, geralmente apresentados em forma de organizações da sociedade civil, estimulam a prática da reciprocidade por ser observada mediante a ajuda mútua nas comunidades situadas na região do semiárido. Essas práticas de reciprocidade têm sido (re)significadas e institucionalizadas como políticas públicas de desenvolvimento local no âmbito do Governo Federal e, simultaneamente, adquirindo o potencial de fortalecer a organização social e produtiva dos pequenos agricultores, promovendo sua inserção à economia mercantil (GONÇALVES, 2010).

Assim, algumas iniciativas de inovação social emergiram nesse contexto e desenvolveram-se rapidamente nas perspectivas política e econômica, representando uma nova oportunidade de moldar as respostas em relação às novas realidades e desafios sociais provocados pela modernização, desempenhando papéis decisivos para o desenvolvimento local: um voltado para o crescimento econômico e outro para as questões sociais e, por fim, gerar o desafio de interligar esses dois papéis (GABRIELA, 2012). Essa interligação entre o crescimento econômico e a dimensão social deve ser incorporado nos setores-chaves, como saúde, educação e assistência social.

Diante disso, a inovação social surge como uma alternativa ao paradigma tradicional (econômico), na busca da superação da sociedade, a partir de movimentos preocupados com as problemáticas sociais, criando-se um novo paradigma embasado em iniciativas que geram novas formas de organização social e oferecem novos instrumentos para o desenho de uma nova sociedade (BAVA, 2004; FARFUS; ROCHA, 2007). O conceito de inovação social

aparece como uma premissa para a construção de um novo modelo de atendimento às demandas sociais com respeito à diversidade e à unidade humana, contribuindo para a promoção da igualdade na sociedade contemporânea (FARFUS; ROCHA, 2007).

As inovações sociais pressupõem uma nova forma de pensar ou fazer algo (ANDRÉ; ABREU, 2006), que atenda às necessidades sociais, crie novas relações sociais e possibilite o aumento da capacidade da sociedade para agir em relação aos desafios que enfrentam (BEPA, 2011) e cumpram os seus objetivos sociais (MULGAN et al., 2007). A atenção para necessidades sociais requer objetivos claramente sociais, que busquem o objetivo da transformação social, por isso enfatiza-se a importância da inovação tanto no produto como no processo (PHILLS JR.; DEIGMEIER; MILLER, 2008), na inclusão, capacitação e cooperação dos atores envolvidos, para o alcance da proposta de mudança social, objetivo último dessa articulação de estratégias (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Algumas definições de inovação social apresentam-se como sendo atividades e serviços inovadores, que visam e geram mudança social, oferecendo outras soluções para os problemas de caráter econômico, social e ambiental (LÉVESQUE; LAJEUNESSE-CREVIER, 2005; MULGAN, 2006; ANDRÉ; ABREU, 2006; CASTOR, 2007) que se revelam em localidades que têm como propósito o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as definições de inovação social abrangem uma variedade de interpretações, porém, com um aspecto comum entre elas que é a importância atribuída ao desenvolvimento de soluções inovadoras para melhorar as condições de vida de indivíduos, através da luta contra os problemas sociais.

Dessa forma, a dimensão social entendida nesta tese assume a preocupação com as demandas não satisfeitas da sociedade, provocando assim, organizações da sociedade civil a se concentrarem em melhorias de determinadas localidades a partir do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento econômicos e sociais, por meio da cooperação entre os atores envolvidos e na formalização de redes ou parcerias sociais.

O aspecto “social” inserido nessas questões contempla dimensões-chave que devem ser examinadas simultaneamente, para que se possa verificar o nível de progresso social, a saber: a) padrões materiais de vida (renda, consumo e riqueza); b) padrões de saúde; c) educação; d) atividades pessoais, incluindo o trabalho; e) participação política e governança; f) conexões e relações sociais; g) meio ambiente (condições atuais e futuras); h) insegurança, de natureza econômica e física (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

A complexidade que aponta as dimensões-chave do enfoque social provoca a necessidade da construção de um novo desenvolvimento local, amparado por novas teorias

que, adequadamente, promovam a inclusão social, a construção coletiva de soluções sociotécnicas e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Quanto aos problemas sociais enfrentados pelas comunidades que moram no semiárido, foi desenvolvida uma metodologia orientada para os atores envolvidos que estão preocupados com a construção de um caminho para a inclusão social, rompendo com a visão tradicional da modernização agrícola, mas dentro da realidade vivenciada por seus habitantes, preconizando elementos como participação, protagonismo dos agricultores e construção de saberes a partir do contexto local.

Os atores sociais devem focar em um processo de transformação da sociedade, atuando como sujeitos participativos ao propor políticas específicas dirigidas à mudança dos desequilíbrios sociais, econômicos, institucionais, ecológicos e culturais que enfrentam e que possibilitem novas oportunidades de desenvolvimento humano. Através de sua participação, as iniciativas de inovação social se associam ao conceito de transformação social, da criação de novos objetivos econômicos e sua regulamentação, da proteção ao meio ambiente, de um novo papel representado na esfera política, da descentralização e da cooperação entre os atores sociais e os demais atores (CLOUTIER, 2003).

Portanto, as ações de inovação social praticadas pelos atores constituem-se de um instrumento de integração social com o objetivo de fortalecer a sociedade civil para enfrentar problemas de natureza socioambiental e econômica, viabilizando atividades de produção, prestação de serviços e comercialização e, consumo mais sustentável.

No contexto brasileiro, algumas organizações da sociedade civil têm se identificado com a proposta de inovação social, a exemplo da Articulação com o Semiárido (ASA), que emergiu enquanto proposta política, para expressar a ação ativa e propositiva da sociedade em um contexto político de contestação da permanência de graves problemáticas ambientais e socioeconômicas no semiárido, tornando-se um exemplo de atuação da sociedade civil na busca da transformação da realidade da região semiárida brasileira e do potencial de seus programas em assegurar segurança hídrica e alimentar para as populações locais.

A ASA é uma rede de atores sociais, constituída por uma multiplicidade de instituições e dinâmicas sociopolíticas, técnicas e organizativas, que atuam na construção de consensos mobilizadores e formulação de proposições políticas (RAMOS; MENEZES, 2012). Portanto, é caracterizada por uma articulação de atores, que procura demarcar seu espaço social de inserção política na região semiárida brasileira, com a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam com a convivência do semiárido (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2000; RAMOS; MENEZES, 2012).

Essa articulação (ASA) surge com o objetivo de propor uma nova geografia social e política do espaço, reelaborando uma nova concepção de possibilidades de desenvolvimento local. Esse novo contexto político faz surgir práticas discursivas que criaram um novo espaço social: o semiárido brasileiro e a formação de redes específicas de atores na região.

A partir dessa articulação, a ASA empenhou-se na elaboração de programas de construção e divulgação de cisternas, o Programa um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa uma terra e duas águas (P1+2), provocando, a partir de uma iniciativa *bottom-up*, o Governo Federal a tornar os programas mencionados em políticas públicas, dando início a uma nova realidade ao agricultor rural, mudando sua concepção de convivência com a seca.

Assim, pode-se considerar que essa iniciativa é um exemplo típico de inovação social caracterizada como uma construção social que incita a sociedade civil a trocar experiências, mudar comportamentos e gerar soluções na busca de uma sociedade mais justa e equitativa. Entende-se que buscar novos meios de organização para uma mudança social é o início do reconhecimento de que os desafios futuros podem ser identificados e superados.

Dentro desse contexto, a inovação social desempenha um papel importante no contexto da inclusão social, buscando, através de suas iniciativas, oportunidades internas que favoreçam o desenvolvimento local. Assim, os resultados das inovações sociais geradas, implementadas e difundidas nas localidades, a partir das necessidades sociais específicas do contexto com o objetivo de gerar ganhos e respostas sociais, surgem através das habilidades específicas da comunidade, que possibilitam o aproveitamento das potencialidades locais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Apesar da relevância de tais iniciativas para o contexto sociopolítico atual, algumas dificuldades são encontradas para a sua identificação, uma delas está relacionada aos critérios que possibilitem saber se realmente o projeto tem perfil “socialmente inovador” (BRUNSTEIN; RODRIGUES; KIRCHBAUM, 2008); e outra é na definição dos atores legítimos e que sejam portadores da mudança social (SCOTT, 2008; BRUNSTEIN; RODRIGUES; KIRCHBAUM, 2008). Assim, a construção de dimensões que representem os papéis desempenhados pelos atores, orientados ao processo e aos resultados, proporciona uma visão mais ampla da inovação social.

Consequentemente, para esta tese, fez-se necessário adotar uma definição de inovação social a qual está baseada nos conceitos essenciais apresentados pelos principais autores do tema (LÉVESQUE, 2002; CLOUTIER, 2003; TARDIF; HARRISSON, 2005; MULGAN, 2006; CRISES, 2010), sendo definida como processos desenvolvidos por atividades coletivas que buscam atender às necessidades sociais, difundidas através de atores para gerar ganhos e

resposta social. Surgem, dentro do conceito apresentado, cinco dimensões de análise da inovação social para dar embasamento ao entendimento do conceito, a saber: atores; necessidades sociais; processos desenvolvidos por atividades coletivas; caráter inovador; e ganhos e respostas sociais. Tais dimensões são focadas nas abordagens orientadas a processo (ênfase no caráter participativo e colaborativo) e a resultados (finalidade social) as quais tem como proposta oferecer um prisma mais holístico da definição de inovação social.

Assim, a premissa deste estudo é que a partir das dimensões da inovação social, podem ser identificados papéis desempenhados pelo ator organizacional, nas perspectivas de processo e resultado que buscam a transformação e a geração de valor social, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Inovação social nas abordagens orientadas a processo e resultado



Fonte: Elaborada pela autora (2015)

Portanto, para que uma iniciativa de inovação social cumpra seu papel no desenvolvimento de determinadas localidades, é necessário abordar três aspectos: i) deve existir o atendimento às especificidades locais, enquanto se busca, simultaneamente, a difusão e a influência em larga escala; ii) ser uma inovação social apropriada para as situações existentes na busca de uma transformação social; iii) trabalhar com soluções baseadas em projetos objetivos (de justiça social), que exigem uma mudança estrutural (SMITH et al., 2012). Esses aspectos servem para orientar os atores quanto ao “quando” e o “como” eles devem agir de forma colaborativa e estratégica na busca por melhores opções para a transformação social.

Com o tempo, as inovações sociais podem se tornar programas estáveis, bem estruturados e aptos a serem testados e reaplicados em novas configurações. No entanto, deve-se ressaltar que elas constituem esforços que tentam resolver problemas complexos devido à

interdependência das dimensões de análise, à integração de múltiplos fatores, sendo um processo não-linear e com rápidas mudanças em seus contextos dinâmicos (PRESKILL; BEER, 2012).

O ator organizacional tem um papel destacado dentro das iniciativas de inovação social, como articulador da identificação das necessidades sociais não satisfeitas (dimensão necessidades sociais); gerenciador das relações sociais, especialmente no que se diz respeito à governança e participação de todos os envolvidos (dimensão processo); apontador da capacidade inovativa das ideias implementadas (dimensão caráter inovador); e como difusor dos ganhos sociais causados na comunidade (dimensão ganhos e respostas sociais).

A utilização de dimensões e papéis para iniciativas de inovação social apresenta-se como um conjunto de indicadores que permite mapear as ações do ator organizacional, auxiliando nos trabalhos de planejamento, implementação e difusão de iniciativas de cunho social. Permite, assim, um acompanhamento das principais variáveis de interesse do contexto e por possibilitar o planejamento de ações visando a melhorias de desempenho.

Quando cuidadosamente escolhidos e implementados, os papéis podem ajudar o ator organizacional a fornecer informações de alerta precoce para evitar resultados diversos; apoiar no sistema de tomada de decisão; formular estratégias e estabelecer metas de melhoria contínua (FIKSEL; EASON; FREDERICKSON, 2012), podendo ser usados para identificar problemas sociais que exigem ação, e elaboração das prioridades e metas e acompanhamento dos programas e políticas adotados (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

Esses papéis devem refletir uma ideia social, ser válido e significativo, sensível ao fenômeno subjacente, inteligível e de fácil interpretação e se relacionar de modo apropriado com outros papéis (NOLL, 2002). Dessa forma, surge o interesse em enfrentar o desafio de gerar papéis do ator organizacional para iniciativas de inovação social, impulsionados pelos novos desafios sociais e atendimento das necessidades sociais, e como isso, efetivamente, contribuir para os ganhos sociais.

No sentido mais amplo, as dimensões e papéis do ator organizacional são considerados como instrumentos para a observação e análise da transformação social (NOLL, 2002), mesmo assim, ainda existe uma necessidade de debate de dados empíricos para se identificar e avaliar iniciativas de inovação social (EVA et al., 2013).

A abordagem de dimensões e papéis para capturar as características essenciais de inovação social é necessária por três motivos (EVA et al., 2013): 1) na necessidade de se ter uma resposta concreta que sirva como referência confiável para a formação de argumentos para apoiar os atores envolvidos no processo de tomada de decisões; 2) na operacionalização

do termo inovação social que consiga ligar os pressupostos teóricos aos empíricos; e 3) oferecer um subsídio vinculado às organizações específicas envolvidas nos projetos.

O papel dos atores organizacionais deve ser estudado na lente da inovação social para que seja possível mapear a extensão, características, impactos e resultados das inovações sociais para a transformação social. Para tanto, uma análise se faz necessária para compreender as condições para criação e implementação de inovações sociais e as condições para sua difusão que podem gerar práticas de inclusão social dentro das localidades.

Assim, as dimensões e papéis traçados nesta tese tornam-se uma ferramenta de tradução do conceito teórico e abstrato de inovação social. Isso poderá ajudar a estabelecer uma perspectiva abrangente sobre a criação de valor social e contribuir para que os atores organizacionais legitimem suas atividades de inovação social, embasados em dados que caracterizam a realidade social e promovam o desenvolvimento sustentável.

Diante do que foi apresentado, a investigação está norteada pela seguinte pergunta de pesquisa: **Quais os papéis do ator organizacional no processo e resultado da inovação social?**

1.2 Questões norteadoras do estudo

Considerando-se a natureza da pergunta de pesquisa, optou-se guiar o presente estudo por questões norteadoras, quais sejam:

- a) Quem são os interessados nas iniciativas de inovação social? Quais os mecanismos utilizados pelo ator organizacional para o envolvimento dos demais atores? Como acontece a articulação entre o ator organizacional com os demais atores?
- b) Qual o papel do ator organizacional para o atendimento da transformação social esperada de uma inovação social?
- c) Qual o papel assumido pelo ator organizacional no processo de uma inovação social? Que estratégias ele desenvolve e adota para a sobrevivência de uma inovação social?
- d) Como se dá o papel do ator organizacional para que a inovação social promova ganhos e respostas sociais para seus beneficiários?
- e) Qual o papel do ator organizacional para incentivar as características inovadoras da inovação social?

1.3 Justificativa da escolha do tema

A inovação social (IS) consiste em um fenômeno recente, consolidando-se nos últimos dez anos, ganhando importância na área das ciências sociais aplicadas com uma abordagem para o exame de novos problemas sociais que surgiram nas sociedades contemporâneas (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; MURRAY et al., 2010). Como consequência, uma variedade de definições acerca da inovação social resulta em um aglomerado de conceitos, resultando em um campo amplo e interdisciplinar (MOULAERT et al., 2010).

Por conseguinte, tem se evidenciado o interesse crescente de pesquisadores dado o número de artigos e pesquisas publicados. Periódicos internacionais vêm discutindo o assunto em suas edições, tais como o *Information Systems Management*, o *Technological Forecasting and Social Change* e o *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, em 2014, o *International Small Business Journal*, o *International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management* e o *European Management Journal*, em 2013, e o *Journal of Business Ethics* e o *Annals of Public and Corporate Economics*, em 2012, todos dentro da classificação de periódicos Qualis A1/A2 dos padrões da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além dos periódicos exclusivos sobre a temática abordada, *Stanford Social Innovation Review* (desde 2003) e o *Japan Social Innovation Journal* (desde 2011).

No entanto, os limites dos conceitos de inovação social ainda não foram completamente definidos, apresentando-se em diversos contextos, deixando um espaço para contribuições teóricas e práticas (CAJAIBA-SANTANA, 2012). Observa-se que grupos de estudos têm conduzido pesquisas na área, mas mesmo assim, parece existir uma lacuna em pesquisas acadêmicas para explorar suas dimensões e antecedentes (SHARRA; NYSSENS, 2010). A Universidade do Québec, através do CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*), tem publicado artigos relevantes (LÉVESQUE, 2002; CLOUTIER, 2003; BOUCHARD, 2004; ROLLIN; VINCENT, 2007), como também livros da “*Collection Innovation Sociale*” (LÉVESQUE; FONTAN; KLEIN, 2014; KLEIN; HARRINSSON, 2007), e o *The International Handbook on Social Innovation* (MOULAERT et al., 2013). A *European Commission* (2013; 2012; 2005) tem apresentado publicações de iniciativas de inovação social na Europa; e o TEPSIE (*The Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Building Social Innovation in Europe*) que apresenta uma vertente mais gerencialista apresentando definições e barreiras para a inovação social (CAULIER-GRICE et al., 2012;

MENDES et al., 2012), suas métricas (EVA et al., 2013) e engajamento da sociedade civil (DAVIES; SIMON, 2013).

Das pesquisas publicadas que foram levantadas nesta tese, constata-se que as atenções são para definir e compreender a construção da inovação social, estabelecer modelos teóricos, e fornecer análises de estudos de casos (CHALMERS, 2011). A falta de um pressuposto dominante sugere que a inovação social ainda seja um campo em construção e mostra a ausência de um quadro de integração da diversidade de suas abordagens.

O termo vem se fortalecendo, desde a década de 90, para designar um conjunto de soluções que podem responder às questões de inclusão socioeconômica. No Brasil, a proposta e as práticas de inovação social também ganham destaque na última década a partir da atuação de atores institucionais, organizacionais e por meio da sociedade civil, bem como o avanço na realização de pesquisas acadêmicas.

Em uma investigação *online*, realizada no mês de abril de 2015, foi possível reunir trabalhos realizados no Brasil, os quais foram coletados no sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, *Scientific Periodics Eletronic Library* (Spell), base ligada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), na qual estão abrigadas as produções dos principais periódicos brasileiros, colocando, como palavra-chave o termo “inovação social” e “inovações sociais”, apresentando nove trabalhos como resultados (Quadro 1). Outros trabalhos sobre o tema podem estar abrigados nos periódicos pesquisados, mas não há os termos-chaves pesquisados em seus títulos.

Quadro 1 – Síntese de trabalhos acadêmicos no campo da IS publicados em periódicos brasileiros

Autor / Ano	Objetivo do trabalho
Rodrigues (2007)	Investiga relações entre os modelos de gestão de organizações sem fins lucrativos e geração de inovação social, a partir do estudo de dois casos de organizações sem fins lucrativos.
Brunstein, Rodrigues, Kirschbaum (2008)	Investiga os impactos do trabalho de ONG's na Educação em termos de geração ou não de inovação social, considerando a perspectiva dos atores sociais que constituíram o público principal a ser atingido pelos projetos e intervenções desenvolvidos: alunos, professores e diretores escolares.
Barbosa; Rezende (2008)	Verifica a integração entre academia, governo e sociedade civil junto ao Observatório de inovação social do turismo.

(Continua...)

(...Continuação)

Autor / Ano	Objetivo do trabalho
Oliveira; Silva (2012)	Apresenta uma proposta de <i>framework</i> que permita observar a presença da inovação social, das tecnologias sociais e do empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos.
Ribeiro; Segatto; Coelho (2013)	Analisa teoricamente a inter-relação entre inovação social e estratégias de negócios para a base da pirâmide, identificando as oportunidades emergentes para empreendedores e pequenas empresas.
Lima et al.(2013)	Analisa a contribuição dos aspectos técnicos e institucionais da comédia do Estado do Ceará, em uma inovação social bem sucedida.
Mussi et al.(2013)	Apresenta uma proposta de estrutura para uma rede social digital projetada para apoiar a transferência de conhecimento para inovação entre empresas incubadas em polos tecnológicos.
Costa et al.(2014)	Avalia a contribuição do projeto Mandalla para a construção de sentido e significado do trabalho para o agricultor familiar.
Maurer; Silva (2014)	Avalia em que medida o surgimento de empreendimentos coletivos no setor de artesanato brasileiro é consistente com as dimensões propostas na literatura.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Diante dos argumentos apresentados até o momento, entende-se que a pesquisa desenvolvida nesta tese assume significativa relevância e ineditismo ao discorrer por um tema atual, cuja importância e representatividade são crescentes e que por se tratar de um campo de conhecimento relativamente novo, que necessita de consolidação (MOULAERT et al., 2010; CAJAIBA-SANTANA, 2012).

Neste trabalho houve o desafio de delinear as dimensões e papéis do ator organizacional na inovação social, contribuindo como instrumento para tomada de decisão do ator organizacional, ajudando-o a uma melhor compreensão das iniciativas de inovação social que coordena, bem como caracterizar os papéis que devem desenvolver para uma melhor promoção e divulgação das inovações sociais implementadas.

Aponta-se também a necessidade de se avançar em pesquisas sobre iniciativas no contexto brasileiro, principalmente por existirem vários exemplos que criam alternativas que melhorem as condições da sociedade. Um exemplo são os programas que viabilizam a convivência com o semiárido e subsidiam a inserção de inovações sociais como políticas públicas emergentes na região (LIRA et al., 2011).

Ter uma abordagem que identifique caminhos de melhoria para implementação e difusão de tais projetos é incentivar o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada e

participativa, voltada para práticas de aprendizagem, bem como definições de melhores estratégias de ação.

Outro aspecto é que este estudo faz parte da linha de pesquisa de “Inovação Social” do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos e Sustentabilidade (GIPES) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE) em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, especificadamente no âmbito do projeto “Rede de Estudos e Pesquisas em Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para Agrossistemas baseados em Práticas de Agricultura Familiar e da Agricultura Baseadas nos Princípios da Revolução Verde no Nordeste Brasileiro”, apresentado à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Edital CNPq 022/2010.

Ademais, existe a preocupação de fornecer informações que possam colaborar no avanço da ciência administrativa, por meio da apresentação de uma abordagem teórica. Neste sentido, considera-se que esta tese é inédita com contribuição incremental para o tema investigado, por ter suporte teórico multidisciplinar, como também apresentar contribuições para a prática e a teoria de forma relacionada. Trata-se de um trabalho pioneiro no Brasil, ao elaborar modelo teórico construído a partir da percepção dos atores organizacionais envolvidos em iniciativas de inovação social.

Sendo assim, justifica-se a realização deste estudo por ter o intuito de contribuir para a construção do conhecimento científico de inovação social com a proposição de um modelo teórico que completa aspectos conceituais e práticos provenientes da realidade social.

1.4 Estrutura da tese

Na sua íntegra, o estudo está constituído por cinco capítulos. Assim, o presente capítulo discorre, brevemente, sobre o tema, a problemática que norteia o trabalho, os objetivos desta pesquisa e a justificativa do estudo. O capítulo dois apresenta o referencial teórico que norteou a tese, introduzindo o contexto da inovação social, a evolução das discussões e os aspectos conceituais, finalizando a apresentação da proposição do modelo teórico.

O capítulo três contempla os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, abordando e justificando as estratégias e métodos utilizados na investigação, os sujeitos de pesquisa, e clarifica como procedeu a análise e a discussão dos dados coletados e dos

resultados obtidos. No quarto capítulo, os resultados obtidos são analisados de acordo com as etapas estabelecidas nos procedimentos metodológicos. O capítulo cinco delinea as conclusões obtidas, bem como informa as contribuições e limitações do estudo, indicando, por fim, sugestões para trabalhos futuros. Por fim, constam as referências utilizadas na elaboração deste estudo e os apêndices.

2 Inovação Social

Esse capítulo é resultado da pesquisa bibliográfica realizada neste estudo, estruturando-se em cinco seções. Objetiva, assim, contextualizar a inovação social em seu processo histórico; sistematizar as principais definições; apresentar as formas de abordagem; identificar dimensões de análise da inovação social, apresentando o modelo teórico que identifique os papéis do ator organizacional dentro de suas iniciativas.

2.1 O contexto da inovação social

Os desafios atuais da sociedade se direcionam a um processo de transformação social que prevê a necessidade de mudanças sociais profundas, sejam nas estruturas sociais, comportamentos dos indivíduos, nos modos de rotina existentes, em busca de um desenvolvimento social e de soluções para a efetivação de práticas sociais. Esse foco pela dimensão social destaca-se por considerar o desenvolvimento crítico do modelo atual de sociedade na sua dimensão econômica, política e social relacionada com a compreensão do crescimento econômico, crescimento da desigualdade social, desemprego, como também os riscos ambientais (GABRIELA, 2012).

Assim, o crescimento econômico apresenta-se como um dos desafios centrais, sendo considerado, por vezes, como uma medida para aumentar o bem-estar humano e possibilidades de consumo (WCED, 1987), porém, deve ser considerado apenas como um fator para a promoção do desenvolvimento, para além daquele incluindo as suas dimensões sociais e ambientais (SACHS, 1986; VEIGA, 2005).

A abordagem do crescimento econômico (medido pelo crescimento do consumo e pelo crescimento do PIB) tem sido questionado (GABRIELA, 2012), por causar aumento dos problemas sociais, a exemplo do aumento da taxa de desemprego e ameaças de exclusão e pobreza. Por essas causas, tem-se provocado uma atenção ao desenvolvimento social, por ter o objetivo de melhorar as oportunidades para os indivíduos da sociedade em prover suas necessidades básicas e obter condição de vida adequada.

Dessa forma, os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico são considerados diferentes. O crescimento econômico apresenta mudança quantitativa, a exemplo do PIB e mercado de exportações, desconsiderando os aspectos qualitativo estrutural, cultural, social e ecológico (VEIGA, 2005), tendendo a esgotar a base dos recursos naturais, ampliando as distorções sociais (SEN, 2000).

A ideia de desenvolvimento implica reparação das desigualdades sociais existentes, a promoção da igualdade social e melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza (SACHS, 2004). Demonstra aspectos qualitativos e desperta a capacidade dos indivíduos a gerar esforços conjuntos e individuais para projetos sociais subjacentes adequados às necessidades dos mais necessitados (FURTADO, 2004; VEIGA, 2005).

Focada dentro da Nova Sociologia Econômica (NSE), a questão das dimensões econômicas e sociais são baseadas na crítica à racionalidade e ao indivíduo situado, defendida pelos economistas clássicos, uma vez que as preferências individuais desaparecem em favor da obrigação e da coerção sobre os indivíduos, em favor de preferências fundadas, unicamente, na racionalidade formal (LÉVESQUE, 2007). Assim, Granovetter (2007), considerado um dos principais autores da NSE, estabelece três postulados para análise da economia: toda ação econômica é uma ação social; a ação econômica é socialmente situada; e as instituições econômicas são construções sociais (GRANOVETTER, 2007). Logo, a NSE deve reunir condições para fornecer uma explicação dentro de uma perspectiva diferenciada da visualizada pelos economistas neoclássicos.

A crítica se faz à racionalidade instrumental e à sub-socialização do “*homo economicus*” (LEVESQUE, 2009), caracterizada por um mercado que funciona, adequadamente, somente quando inserido em relações sociais formais, baseando-se na concepção atomizada e subsocializada da ação humana, dando continuidade à tradição utilitarista (GRANOVETTER, 2007) em que os atores se comportam, tomam decisões como átomos fora de um contexto social, adotando uma forma servil e pela interseção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem.

Dessa forma, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, na incapacidade dos atores econômicos de se anteciparem, adequadamente, a complexa cadeia de contingências que poderiam ser relevantes aos contratos de longo prazo, com foco no oportunismo, ou seja, a busca racional pelo benefício próprio por parte dos atores econômicos, usando de todos os meios disponíveis, restringidos pelas relações de autoridade e pela maior identificação com parceiros de transação separados pelo espaço de uma fronteira de mercado (GRANOVETTER, 2007).

Antes da nova sociologia econômica, a díade Estado-Mercado havia relegado a sociedade civil ao segundo plano em favor da solidariedade abstrata da redistribuição realizada pelo Estado, originando novas regulações e novas formas de governança que lhes são associadas se apoiam na sociedade civil, no engajamento cidadão e nos *stakeholders*. Emergem também novos valores concernentes à condição de vida, a democracia e ao respeito ao meio ambiente (LÉVESQUE, 2007). Essa corrente propõe uma economia plural para a sociedade e a pluralidade de atividades para os indivíduos, gerando uma nova configuração das relações Estado-mercado-sociedade e uma reimersão da economia nas dimensões social e política.

Assim, dentro da perspectiva da Nova Sociologia Econômica, existem quatro hipóteses que guiam seu pensamento, a saber: a) que a ideia de “nova” deve desvincular-se da antiga, revertendo-se do determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia; b) sendo o surgimento dentro de um contexto de “grande transformação”, considerando o (re)surgimento da sociedade civil, sem eliminar as instâncias governamentais de regulamentação; c) colocando os atores, frente às mudanças sociais, em uma nova relação entre economia e o social, logo o econômico deixa de ser reduzido ao mercantil para incluir o não mercantil, originando a expressão “economia plural”, e o social deixa de ser reduzido à distribuição e aos gastos sociais para se tornar “capital social”; d) determinando, assim, que a maioria das abordagens originadas da nova sociologia econômica sejam pertinentes para compreender a economia como objeto sociológico (LÉVESQUE, 2007).

Essa transição da perspectiva da economia clássica para a nova sociologia econômica gera transformações que podem ser compostas como uma nova forma de entender o desenvolvimento econômico, em sentido a um desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2005; LÉVESQUE, 2007), cujas demandas de autonomia e criatividade exigem transformações dos sistemas de produção e consumo (BOLTANSKI; CHAPIELLO, 1999), revelando novas interdependências através de uma inter-relação entre o global e o local (SOUSA SANTOS, 2001) e demandas por novas regulações da economia mundial (LÉVESQUE, 2007).

Essa transformação social ajuda a estabelecer as principais características da sociedade atual em suas principais áreas, a primeira de um Estado-nação, da economia de mercado e democracia parlamentar, fortalecendo os processos de industrialização, urbanização e processos de auto-organização que respondem ao desenvolvimento dinâmico de instrumentos técnicos, que servem para aumento da produção econômica e do aprofundamento das divisões de trabalho. A segunda, no fortalecimento do Estado e ao desenvolvimento de suas funções de

governo em todos os campos sociais, assumindo uma dimensão de otimização de parâmetros de eficiência e do desempenho das organizações sociais (GABRIELA, 2012).

Em termos sociais, busca-se a satisfação das necessidades básicas de comunidades e grupos por meio de alternativas sustentáveis que sejam sociais e, ambientalmente, eficazes. Por conseguinte, iniciativas socialmente inovadoras são alvos para satisfazer a essas demandas, incentivando formas de produção de bens e serviços economicamente viáveis e do bem-estar.

Dessa forma, o entendimento de “social” trabalhado, nesse estudo, remete-se às necessidades de grupos e de comunidades vulneráveis, negligenciadas pelas formas tradicionais do mercado, não atendidas pelos serviços do Estado. O social com a inclusão social e bem-estar dos indivíduos e das comunidades através do emprego, educação, saúde, consumo e/ou participação para criação e implementação de soluções para os problemas da comunidade.

A ideia de bem-estar é uma construção social, entendida através de dois fatores. O primeiro deles é focada no crescimento econômico, através da democratização do acesso e das possibilidades de consumo (WCED, 1987), delineando uma visão de bem-estar na aquisição dos produtos e serviços, com o objetivo de redução do esforço, aumento do tempo livre que se estendem às oportunidades de liberdade e de escolha individual, trazendo também uma perspectiva que conduz a um consumo intrinsecamente insustentável dos recursos ambientais (MANZINI, 2008).

A segunda perspectiva, onde esta tese se enquadra, é o caminho do bem-estar a qual deve ir além do consumo, incluindo não só a satisfação das necessidades econômicas, mas também às aspirações de um ambiente limpo e saudável, com preferências em termos de desenvolvimento social (PEARCE; BARBIER, 2000). Torna-se assim, uma ideia ampla voltada para a perspectiva do desenvolvimento sustentável, na criação do bem-estar voltado para uma nova dimensão e produção econômica (BEPA, 2011).

Através das iniciativas desenvolvidas, os atores envolvidos experimentam as inovações sociais, bem como o desenvolvimento de tecnologias apropriadas sensíveis às situações e necessidades locais (SMITH et al., 2012) gerando soluções *bottom-up* que auxiliam na promoção do desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas podem resultar em transformações na prática social, promovendo maior compromisso para enfrentar os desafios e problemas com relação aos recursos eco-sócio-econômicos (BITTENCOURT, 2013). Logo, iniciativas de inovação social são um fator-chave de promoção ao fortalecimento da sociedade civil, favorecendo soluções de desenvolvimento às localidades.

Resumidamente, pode-se enfatizar a preocupação das iniciativas de inovação social com a condição humana, com a inclusão social, com ganhos sociais, transformação social que objetiva melhoria da prestação de serviços para melhorar a condição de vida e bem-estar. Todos esses fatores associados ao tema não podem ser separados dos contextos econômico, político, social e cultural.

Em primeiro lugar, o contexto econômico, cujas inovações sociais devem considerar as alternativas econômicas de forma construtivista baseadas nas contradições causadas pela crise econômica (CALZADA, 2013), a partir das necessidades sociais não satisfeitas, mas que haja em mente o paradigma da transformação social (ASSOGBA, 2010). O objetivo é ultrapassar os limites econômicos, transformando o social em oportunidade para gerar valor, através de novas formas de relações entre os atores (BEPA, 2011).

O contexto político enfoca a criação de uma autoridade de poder para cumprir a função de atingir metas, objetivos do sistema, identificando e mobilizando todos os recursos para sua realização. Nesse sentido, a inovação social teria como alvo mudanças nas relações sociais, particularmente, em relação à governança para permitir que as necessidades sejam atingidas e também melhorarem a participação dos grupos excluídos nos processos de tomada de decisão (ASSOGBA, 2010).

Dentro da perspectiva social, o processo de inovação social que tem como função coordenar as diferentes partes do sistema de medidas para manter redes de relacionamentos e cooperação para seu funcionamento (ASSOGBA, 2010), ou seja, é uma integração dessa pluralidade de atores sociais, com o objetivo de aumentar o capital social, os níveis de aprendizado e as capacidades de cada membro envolvido. Do ponto de vista da integração social, a inovação social também deve fazer uma ligação entre diferentes níveis da estrutura da sociedade, para garantir o desenvolvimento social a nível local e regional (ASSOGBA, 2007).

A dimensão social das iniciativas sociais pode ser compreendida pelo beneficiamento causado a sociedade através da abertura de soluções inovadoras para as questões sociais e por envolver a sociedade no desenvolvimento de tal inovação (ARNIANI et al., 2014). Portanto, busca-se reconhecer que essa perspectiva social, abre prioridade às pessoas sobre o capital, à utilidade social, ao interesse coletivo sobre o particular, trabalhando valores como solidariedade, cooperação, ajuda mútua da equidade e da justiça social, estabelecendo um ponto de partida para o desenvolvimento sustentável (LÉVESQUE, 2007).

Por fim, no contexto cultural é atribuída a função de estabilidade normativa de fornecer os incentivos necessários para a ação, sob a forma de normas, valores, modelos e

ideologias (ASSOGBA, 2010). Pertence, aos atores sociais, a função de destacar os valores humanos de que necessitam para transformar as práticas sociais e alcançar a finalidade social a que se destinam. É por isso que, em cada sociedade, existem atores sociais que produzem inovações sociais inspirados no sentido da dignidade humana (ASSOGBA, 2007).

Assim, enfocando os quatro contextos, a inovação social deve atender a três condições, quais sejam: a) a existência de uma estrutura, que se refere às modalidades de organização e estabilidade dos componentes do sistema; b) entender que se refere às necessidades que devem ser atendidas para que o sistema de ação continue a existir; c) deve implicar em um processo relativo às atividades, mudanças e evolução do sistema (ASSOGBA, 2010).

Dessa forma, o objetivo de iniciativas de inovações sociais está voltado a uma mudança sistêmica a ser alcançado através de um processo de cidadania, aprendizagem e formação de redes e nas mudanças nas relações entre as instituições e atores interessados, na mudança de seus comportamentos e valores em prol de uma sociedade mais inovadora. Diante disso, faz-se necessário apresentar a evolução das discussões sobre inovação social, os conceitos, dimensões e papéis do ator organizacional nas iniciativas de inovação social.

2.2 Evolução das discussões sobre inovação social

A inovação social traz em seu percurso histórico uma herança dos estudos de Max Weber, através das relações entre a ordem social e a inovação como impacto na mudança social, e dos estudos de Durkheim, em 1893, pela confirmação de que a regulação social foi considerada importante para o desenvolvimento da divisão do trabalho (coesão social), apresentando assim, inovações na organização do trabalho e da sociedade (BEPA, 2011).

Gondin (2008) traçou o termo “inovação” dentro dos debates religiosos e políticos a partir do final do século XV, quando a inovação era um termo usado para indicar uma mudança na ordem natural das estruturas sociais. Mesmo sem o adjetivo “social”, o termo “inovação” poderia ser considerado, de forma implícita, social, por provocar mudanças na ordem social (SCHUBERT, 2014).

Schumpeter apresenta outra perspectiva teórica (em 1932), estendida a uma vasta literatura dedicada ao processo de inovação e de invenções (BORZAGA; BODINI, 2012) estabelecendo o papel fundamental da inovação e da mudança estrutural na organização da sociedade e o papel do empreendedor como motor do desenvolvimento (MOULAERT et al.,

2005; BEPA, 2011). A visão schumpeteriana da inovação surge na ênfase da ligação entre crescimento econômico e do conhecimento científico relacionados a aplicações técnicas e suas necessidades de mudança (MULLER, 2008). O conhecimento científico está relacionado como fonte de vantagem competitiva, tornando-se um instrumento fundamental para o crescimento econômico (GABRIELA, 2012).

A ideia de Schumpeter classifica a inovação tecnológica como novas maneiras de combinar “matérias e forças”, que seriam criticadas pelos capitalistas pela capacidade de conturbar o mercado, garantindo, temporariamente, ao inovador uma posição diferenciada. Nesse sentido, a inovação tem clara finalidade do lucro dentro de um fenômeno capitalista, sem poder ser entendido como algo genérico, a-histórico, a-social e a-político (DIAS; NOVAES, 2009). A crítica feita é ao conceito de inovação, como sendo uma criação ou melhoria de um produto, processo ou forma organizacional com fins comerciais. Sem essa finalidade, trata-se de uma invenção.

Logo, as inovações puramente tecnológicas não consideram os impactos negativos na sociedade e profundas implicações sobre os perfis do desemprego, a exemplo do aumento à procura de competências, alargando a distância entre trabalhadores qualificados e não qualificados (BEPA, 2011). Por isso a necessidade de se promover uma visão mais ampla da inovação tecnológica, considerando os aspectos social, ambiental e sistêmico.

As inovações sociais são pensadas de forma menos tangível do que os artefatos da inovação tecnológica, possuindo como alvo, o nível de práticas sociais, buscando mudar formas estabelecidas de conduta. Ogburn, em 1964, apresentou um trabalho seminal sobre o “atraso cultural” que enfatiza a inovação material como agente de mudança social, bem como, enfatiza as inovações sociais empregadas, adaptando-as às mudanças materiais nas sociedades modernas (SCHUBERT, 2014). O cerne do raciocínio de Ogburn não está na distinção entre a inovação técnica e a social, mas em uma perspectiva de mudança social que se centra nos processos de inovação.

Assim, esse contexto social da inovação compreende não apenas a inovação como uma ferramenta e fonte de produtividade econômica e de competitividade, mas também inclui o potencial de ser usada para alcançar objetivos sociais e coesão social na sociedade (GABRIELA, 2012). Para um melhor entendimento sobre a diferença entre as características da inovação tradicional e da inovação social, apresenta-se o Quadro 2.

Quadro 2 – Diferença entre inovação tradicional e social

Na política tradicional da inovação	Na política social da inovação
O crescimento econômico, como objetivo básico	Bem-estar e o desenvolvimento sustentável e seus valores básicos, onde o crescimento econômico tem apenas valor instrumental
Direção e controle vindo de cima (<i>top down</i>)	Habilitando processos e experiências espontâneas (<i>bottom-up</i>)
Acumulação criativa, inovação incremental	A destruição criativa, inovação radical
Instituições públicas isoladas	Desenvolvimento sistemático e inovações sociais
Orientado para a oferta	Orientado para a procura
Paradigma da inovação fechada	Inovação descentralizada
Modelo corporativo de negócio: abordagem do agente principal	Modelo de rede de negócio: abordagem de parceria
Ênfase tecnológica	Ênfase em competências e conhecimento
Centralidade no produto	Centralidade no serviço
Controle a nível nacional	Nível regional recebe autonomia
Campo de ação nacional	Campo de ação global
Cultura a margem da política de inovação	Cultura como parte essencial da dinâmica do ambiente de inovação

Fonte: adaptado de Gabriela (2012).

A recente ênfase na inovação social não deve, portanto, ser entendida como um abandono conceitual da tecnologia, mas como um convite para análise dos processos de inovação que foram negligenciados devido ao foco dominante em inovações tecnológicas durante as últimas décadas (SCHUBERT, 2014).

A dimensão social da inovação se configura através do posicionamento de seus atores sociais, na sua capacidade de buscar soluções para seus problemas sociais, a fim de promover o bem-estar, não só através de novos processos tecnológicos e organizacionais, mas também em novas formas de organização e interação entre os indivíduos.

Percebe-se, de acordo com o Quadro 2, que a inovação com foco no social rompe com o paradigma economicista, enxergando a busca incessante pelo crescimento defendido pelos modelos econômicos que fundamentam a sociedade do consumo. O paradigma em que se enquadra o pensamento da inovação social enxerga o desenvolvimento não apenas focado para as questões econômicas, mas interpretado como um processo complexo auto-organizado, o que implica reconhecer que as estruturas sociais emergem, fundamentalmente, a partir das interações locais entre seus constituintes (RADAELLI; SILVA NETO, 2009).

Quando se fala em mudança de paradigma não se refere a uma ruptura com esferas políticas, e sim, um novo modo de pensar e agir, repensando o desenvolvimento econômico de forma mais adequada, de modo a minimizar os impactos causados nas sociedades. Pensar em inovação com foco no social é ir além da gestão de políticas públicas, é estabelecer articulações entre ações de intervenção e de transformação social, não se restringindo apenas à esfera governamental (GOMES et al., 2008).

O termo inovação social surgiu após a Revolução Industrial, com conotações diferentes (GONDIN, 2012). Um delas, vinculada ao socialismo radical representado por pensadores como Fourier, Saint-Simon e Proudhon, com pensamento na mudança drástica e fundamental da ordem social. Por outro lado, o termo vinculava-se a reformas sociais e justiça social, através da luta pela introdução de um sistema de educação geral, pela legalização dos sindicatos e do reconhecimento de novos direitos. No final do século XIX, a inovação social perdeu seu apelo revolucionário, tornando-se um objetivo para novas alternativas às normas (ARNIANI et al., 2014).

A inovação social reencontrou sua escrita entre as décadas de 60 e 70 (BEPA, 2011; ARNIANI et al., 2014), desenvolveu-se a partir dos anos 80, essencialmente no domínio da aprendizagem (ensino e formação), dos processos institucionais do desenvolvimento socioeconômico, envolvendo principalmente as questões ligadas a competitividade das empresas, como as relacionadas ao ordenamento do território (ANDRE; ABREU, 2006; DIOGO, 2010). Enquanto o conceito de inovação tecnológica era centrado em objetos/produtos, a inovação social incidia sobre contextos de emprego, qualificação, segurança social, regiões, funcionando assim como duas abordagens diferentes com objetivos convergentes (DIOGO, 2010).

Na mesma década, vários pesquisadores do *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) passaram a questionar a relação exagerada entre as inovações tecnológicas e as sociais (LÉVESQUE, 2002). Então, o CRISES passou a focar seus estudos na busca de pontes entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, estabelecendo uma ligação entre as inovações sociais (consideradas como nível micro) e transformações sociais (consideradas como nível macro), usando como ambiente de estudo o Modelo de Quebec. A partir desses estudos, os conceitos gerados de inovação social tenderam a se afastar da literatura especializada em inovação, incluindo as contribuições neo-schumpeterianas e evolucionistas (LÉVESQUE, 2002).

Assim, enfatiza-se que as inovações sociais não podem ser estudadas, isoladamente, em nível micro, mas também de um ponto de vista macro, o que envolve as transformações

sociais (LÉVESQUE, 2002). Dentro de um constructo teórico, a partir do Modelo da Nova Sociologia Econômica desenvolvida no Quebec, foram identificados três grandes períodos da inovação social (de 1986 a 2001). O primeiro período foi entre 1968 – 1975, quando as inovações sociais são suportadas por uma nova classe considerada como “pequena burguesia” que propõe novos valores e se posiciona de maneira diferente contra a cultura da década de 60, recusa o consumo dominante e a produção em massa, rejeita o trabalho monótono e as formas autoritárias de gestão. O período entre 1975 – 1985 é marcado por duas correntes, uma voltada para a crise do emprego com as inovações sociais que surgem na área de criação de emprego e desenvolvimento econômico, refletindo no campo do desenvolvimento social; e outra na forma de experiências piloto (a princípio fracamente institucionalizadas) a exemplo de clínicas populares, cuidados na primeira infância, entre outras iniciativas. O terceiro momento, de 1990 – 2000, caracterizado por um período de transformação e reconfiguração do Estado, surgindo novas formas de regulação, de coordenação e modelos de governança (LÉVESQUE, 2002).

Nesse contexto de mudança contínua, as inovações sociais estão interessadas no surgimento de uma nova configuração do capitalismo cujos contornos permanecem mudando, de acordo com diferentes níveis de análise: no nível do desenvolvimento social, encontrando novos atores, como a sociedade civil, organizações não governamentais, entre outros; no sistema político, através de uma reconfiguração de poder entre os Estados-nações, organismos mundiais, autoridades locais e regionais; em formas organizacionais, nas novas formas de coordenação e governança, não apenas redefinindo a relação entre o desenvolvimento social e econômico, mas também entendendo melhor o que é a economia social (LÉVESQUE, 2002).

Os estudos sobre inovação social discutem alternativas de crescimento e desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos, já que a questão central está focada na busca da realização e das potencialidades dos indivíduos, de um melhor nível de condição de vida e bem-estar na busca pela inclusão social e realização desses indivíduos como pessoas humanas (CARON, 2007; BEPA, 2011).

O Instituto de Tecnologia Social - ITS (2007) apresenta fatores que envolvem uma abordagem sistêmica, auxiliando na compreensão do que envolve o conceito de inovação social, a saber: compromisso com a transformação social; criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais; relevância e eficácia social; sustentabilidade socioambiental e econômica; inovação; organização e sistematização; acessibilidade e apropriação das tecnologias; processo pedagógico para todos os envolvidos; diálogo entre

diferentes saberes; difusão e ação educativa; processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação.

A partir dos fatores listados, o conceito de inovação social torna-se amplo e extenso, com foco em uma atitude crítica e um desejo de mudança (seja através de ação deliberada, intencional ou voluntária), que culmina em um processo de emancipação e produção de conhecimento pelos próprios atores envolvidos.

Pol e Ville (2009) acreditam estabelecer a inovação social como um campo respeitável, com uma utilidade para orientar uma pesquisa, e abrangente de investigação, suficientemente grande, para acomodar significativos casos empíricos relevantes. Assim, os autores propõem uma definição de inovação social, sem declarar o que “é”, embasada na criação de novas ideias, exibindo o impacto positivo na qualidade e quantidade de vida dos indivíduos.

Recentemente, grupos de pesquisa têm focado suas pesquisas sobre inovação social, a exemplo do *Center for Social Innovation* da Universidade de Standford que tem desenvolvido programas de pesquisa e cursos específicos sobre o tema. No Canadá, as atividades do CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*) enfocam o resultado de uma rede formada por universidades do Québec que se vinculam através de projetos comuns, desenvolvendo trabalhos em três eixos: território, condições de vida, e trabalho e emprego. Na Europa, o INSEAD, a Universidade de Cambrige e iniciativas como o projeto EMUDE (*Emerging User Demands for Sustainable Solutions*), o *Consumer Citizenship Network*, o *Creative Communities for Sustainable Lifestyles*, o ISESS (*Inovation and Social Entrepreneurship in Social Services*) e o TEPSIE (*The Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Building Social Innovation in Europe*), igualmente fazem estudos e pesquisas no tema. No Brasil, ainda são poucas as iniciativas voltadas para os estudos em inovação social, mas destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), que forma uma rede de estudos e ações apoiada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e pela Secretaria da Ciência e Tecnologia para a inclusão social do Ministério da Ciência e Tecnologia (BIGNETT, 2011).

Para um melhor entendimento da Tecnologia Social, faz-se necessária uma subseção apresentada a seguir.

2.2.1 Discussões sobre tecnologia social

Na realidade brasileira, tem se falado muito de tecnologia social por dois fatores: 1) devido aos movimentos como as Redes de Economia Solidária (RES's), o das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), o de empresas recuperadas, e os de empreendimentos autogestionários, que utilizam a Rede de Tecnologia Social (RTS) como uma oportunidade de integração social; 2) em decorrência do cenário político focado em uma globalização que favorece um crescimento puramente econômico, provocando um desenvolvimento desigual e predatório (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

A partir de então, a Rede de Tecnologia Social (RTS) tem se mostrado interessada em apresentar um marco analítico-conceitual do que é Tecnologia Social (TS), buscando contextualizar aspectos históricos e conceituais da expressão TS, sem necessariamente, apresentar uma preocupação com o fechamento de um conceito, mas de apresentar elementos constitutivos para o entendimento da TS (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Igualmente ao conceito de inovação social, o conceito de tecnologia social surge através da crítica ao modelo de desenvolvimento tecnológico e apresenta como proposta a lógica da sustentabilidade e solidariedade (JESUS; COSTA, 2013). O desenvolvimento tecnológico encontra-se “truncado” por uma matriz global e pelos efeitos das ideologias dominantes na cultura da comunidade científica derivados da institucionalidade dos discursos históricos e das transformações contemporâneas através da produção e aplicação de tecnologias (DAGNINO, 2006). Assim, o conceito de tecnologia social critica os modelos lineares e dogmáticos, buscando avançar em uma concepção vinculada a um novo paradigma da tecnologia.

A tecnologia social desdobra-se do conceito e das práticas da tecnologia apropriada (TA), sendo que incorpora elementos ausentes, a exemplo da perspectiva de que acumula a neutralidade da ciência e tecnologia e refuta o determinismo tecnológico (evolução linear e inexorável em busca da eficiência) (FEENBERG, 2010).

O movimento das tecnologias apropriadas incorporou não apenas os aspectos tecnocráticos do paradigma determinístico da tecnologia, mas também absorveu, em seu conceito, os aspectos culturais, sociais e políticos e propôs um novo modelo de desenvolvimento (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Assim, durante as décadas de 70 e 80, as tecnologias apropriadas avançaram, significativamente, na produção de artefatos tecnológicos baseados nessa nova perspectiva (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

As críticas sofridas pelas tecnologias apropriadas eram embasadas pelo não cumprimento de apresentar soluções tecnológicas para situações emergenciais dos países do Terceiro Mundo, e na ameaça de que gerir tecnologias em países periféricos poderia alterar a natureza capitalista presente na adoção de tecnologias convencionais (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Assim, a adoção de tecnologias apropriadas foi fragilizada por não ter envolvido grupos da sociedade civil capazes de conceber os processos de geração e difusão dos conhecimentos, partilhar os valores e objetivos da equidade, e fazer com que a tecnologia apropriada fosse, de fato, adotada dentro dos contextos específicos, e capaz de gerar um movimento auto-sustentável (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

O marco teórico da tecnologia social supre as fragilidades da tecnologia apropriada, constituindo-se em um processo do qual o conhecimento criado tenha o objetivo de atender aos problemas sociais, sendo a participação dos atores fundamental para a implementação e difusão dessas tecnologias.

O conceito de tecnologia social foca em iniciativas bem-sucedidas, localmente, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida, garantindo bens, resultados materiais e, de processo (ITS, 1998). Assim, os resultados são fundamentados na participação democrática, produção e distribuição de conhecimentos e aprendizagem entre todos os envolvidos, possibilitando a transformação da sociedade para um caminho mais sustentável (ITS, 1998).

Três características podem ser apresentadas para o entendimento de tecnologia social: a) provoca fortalecimento da democracia pela construção e resultados de baixo custo; b) alta capacidade de adequação e difusão dos projetos; sua abordagem evidencia a mobilização da sociedade no enfrentamento de problemas sociais; c) a atuação das instituições de forma integrativa motiva a participação dos diversos sujeitos e estabelece uma rede de relações solidárias nas suas atividades em prol de políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2012).

Bava (2004) apresenta um conceito que vai além da capacidade de implementar soluções para problemas sociais, o autor a apresenta como métodos e técnicas que estimulem os processos de empoderamento da sociedade civil para capacitá-los a disputar espaços públicos e alternativos de desenvolvimento econômico e social.

A perspectiva teórica da tecnologia social dá atenção ao processo, ao caminho de uma configuração sociotécnica que vai se desenhando ao longo de um percurso, mas que não tem uma definição exata. A tecnologia social incorpora a ideia de que existe um processo de

inovação interativo em que o ator social está diretamente envolvido com a função inovativa ao mesmo tempo, tanto para a oferta quanto para a demanda da tecnologia (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Assim, a definição de tecnologia social é “um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da condição de vida” (LASSANCE JUNIOR; PEDREIRA, 2004, p. 66). As características dessas tecnologias se orientam pela simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social, mas não estão, necessariamente, associadas a organizações coletivas (LASSANCE JUNIOR; PEDREIRA, 2004). Tecnologia Social significa contribuir para a melhoria das práticas de intervenção social de diversos atores que se propõem a desenvolvê-las.

A tecnologia social pode ser definida a partir da relação de dependência com as redes de atores, como resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico e de um acordo social, os quais ensejam um controle (autogestionário) e uma cooperação (voluntária e participativa), permite uma transformação do ambiente ou produto a partir da decisão de um coletivo (DAGNINO, 2009).

O conceito de tecnologias sociais tem como objetivo articular uma visão não-determinística da tecnologia, reconhecendo o papel dos atores envolvidos, bem como promover a dinâmica de produção coletiva do conhecimento. Assim, a partir das contribuições teóricas elencadas, a tecnologia social é definida dentro de uma perspectiva construtivista pela interação de seus agentes, desenvolvimento do conhecimento, e do desenvolvimento econômico e social, representando uma resistência ou uma insatisfação à tecnologia convencional (DIAS; NOVAES, 2009), dentro de uma ideia distante do lucro e alicerçado na solidariedade e participação dos atores sociais.

Surge assim a necessidade da difusão de tecnologias que permitam a recuperação de uma cidadania dos segmentos mais penalizados, a reintegração social da população marginalizada e a construção de um desenvolvimento mais sustentável. Por isso, a tecnologia social tem como elemento central a emancipação dos atores envolvidos, o que torna o seu processo de produção e utilização parte da construção da cidadania deliberativa, a que a pessoa toma consciência da sua função como sujeito social, e não adjunto, e como tal passa a ter uma presença ativa e solidária nos destinos da sua comunidade (TENÓRIO, 1998).

A participação da população é sugerida como forma de garantir a efetividade da solução tecnológica, pois a vivência cotidiana da população com a situação do problema alia

os conhecimentos e suas diferentes formas de saberes, conferindo-lhes capacidade de participar do processo de pesquisa e desenvolvimento da tecnologia.

Dagnino, Brandão e Novaes (2004) enfatizam a importância dos atores ou grupos sociais neste processo de transformação social, de modo que potencializam as ações fruto de uma construção coletiva influenciada pela interação entre os atores e pelas próprias condições do meio no qual é desenvolvida.

Dessa maneira, o conceito de tecnologia social traz uma adequação sociotécnica para seus pressupostos, cuja adequação cunha a ideia de construção social da realidade, em que os indivíduos interpretam sua realidade cotidiana e transformam sua capacidade intersubjetiva de ressignificá-la, possibilitando gerar novos modos de organização face as suas perspectivas. A construção do conceito da adequação sociotécnica parte das ideias construtivistas da tecnologia, na busca de minimizar uma tensão entre o determinismo tecnológico e o determinismo e a incapacidade de gerenciar a complexidade da mudança tecnológica (VALADÃO; ANDRADE, 2012).

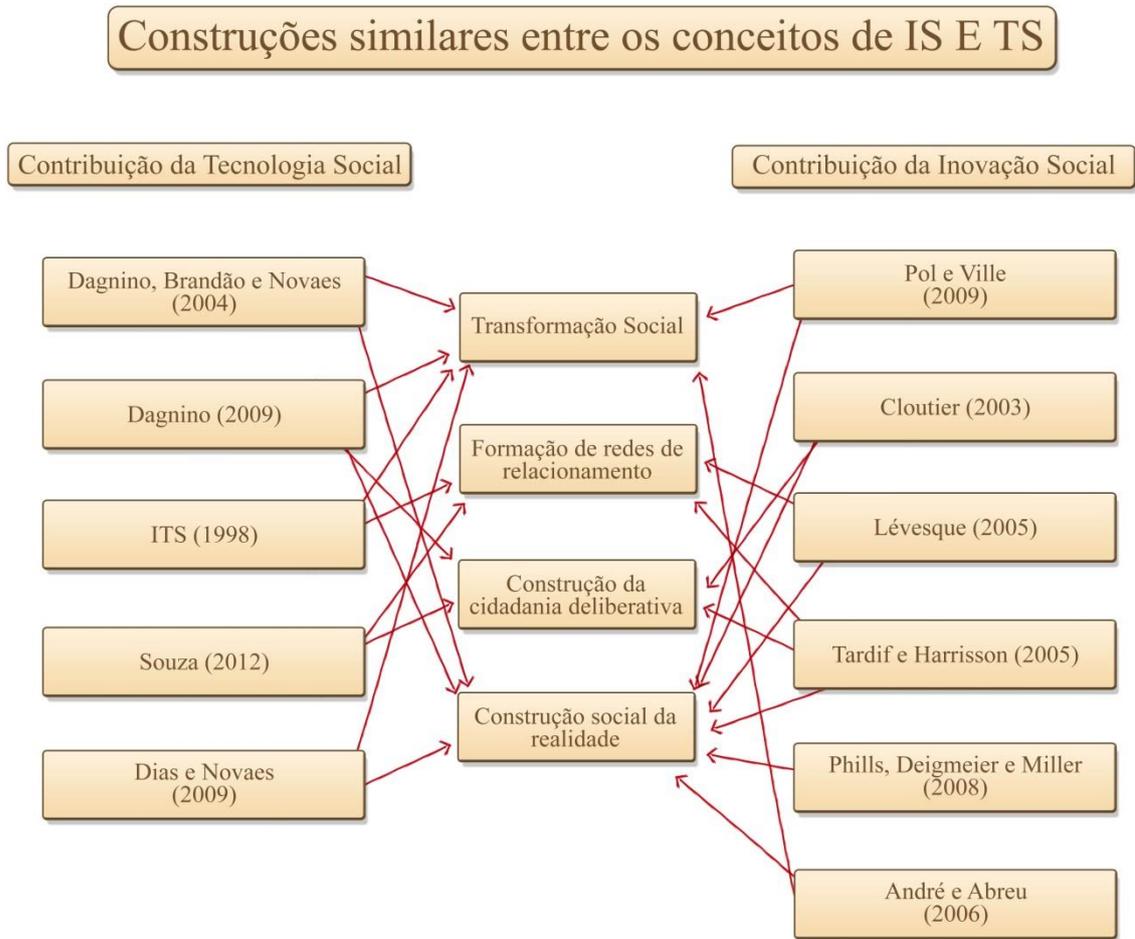
Nesse contexto, a adequação sociotécnica pode ser entendida como um processo que busca promover uma adequação de um conhecimento científico e tecnológico e integrar um conjunto de aspectos sociais, econômicos e ambientais que constituem a relação à Ciência, Tecnologia e Sociedade (DAGININO, 2009).

A melhoria efetiva das condições de vida constitui-se em um dos principais objetivos do desenvolvimento de tecnologias sociais. Por essa razão, pode-se afirmar que as práticas que envolvem tecnologia social encontram-se em sintonia com a definição de inovação social. Os conceitos de tecnologia social, inovação social estão relacionados e possuem uma proposta comum centrada na ideia de transformação social, de desenvolvimento comunitário sustentável, os quais são as necessidades mais urgentes (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Alguns autores equivalem o conceito de inovação social ao de tecnologia social porque faz referência ao conhecimento intangível e incorporado a pessoas ou equipamentos, táticos ou codificados, que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais (DAGNINO, 2009; DIAS; NOVAES, 2009).

Para aprofundar a discussão, realiza-se um exercício de reflexão com base nos conceitos de inovação social e tecnologia social apresentados pelos autores que são referência na área (Figura 2). Alguns constructos se assemelham, a saber: transformação social; formação de redes de relacionamento; construção da cidadania deliberativa; e construção social da realidade.

Figura 2 – Similaridades entre os constructos de TS e IS

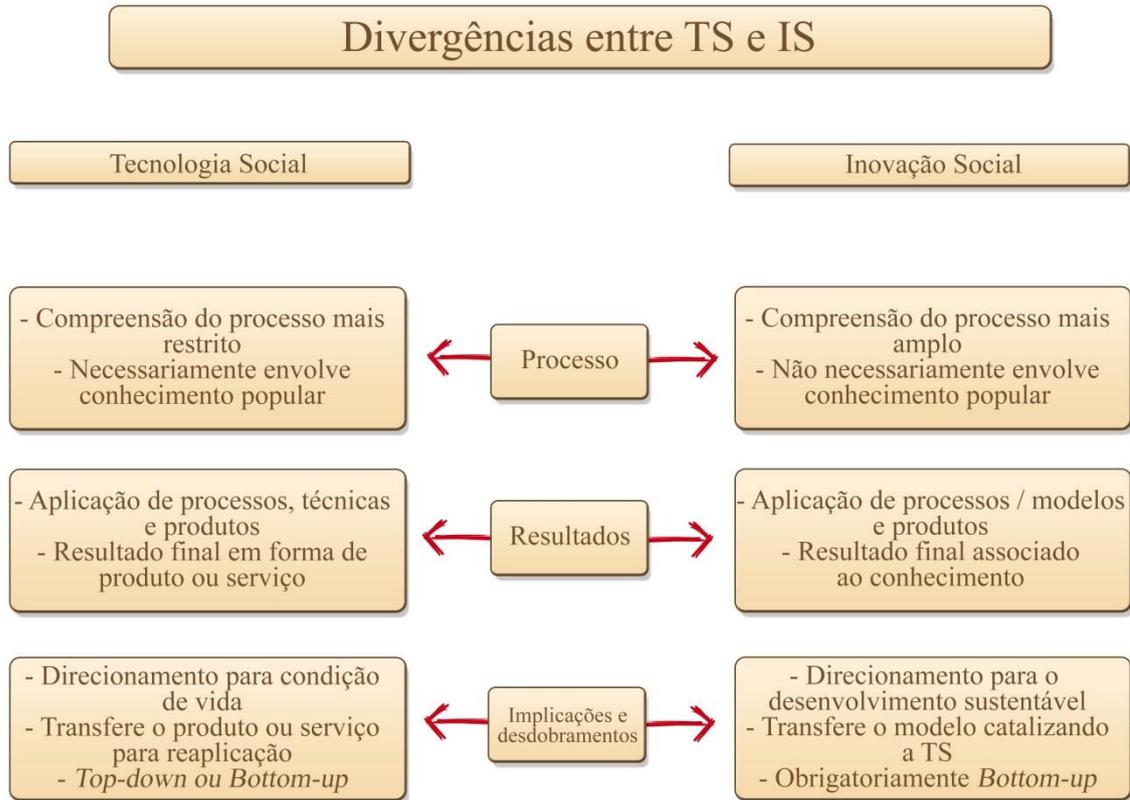


Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os constructos apresentados como similares encontram-se na dimensão social, com foco na coordenação, integração da pluralidade de atores envolvidos (GÓMEZ et al., 2014), e inclusão social, permitindo um ambiente de cooperação e participação da sociedade civil no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas sociais, resultando assim, melhoria na condição de vida das pessoas (OTTERLOO, 2010).

Um trabalho desenvolvido por Gómez et al. (2014), com o objetivo de analisar as diferenças entre os conceitos acima citados na percepção dos especialistas brasileiros que desenvolvem trabalhos na área, mostra que no processo, nos resultados e nas implicações e desdobramentos dos dois campos de estudo, apresentam divergências, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Divergências entre os constructos de TS e IS



Fonte: Adaptado de Gómez et al. (2014)

Mesmo considerando os dois conceitos, suas relações, modelos e implicações complexas, tornando-os dentro de campos de conhecimento em construção (GÓMEZ et al., 2014), esse trabalho assume que as inovações sociais e tecnologias sociais possuem o mesmo objetivo da transformação social, porém, com propósitos diferentes. Assim, as inovações sociais têm o propósito de desenvolver tecnologias sociais (métodos, metodologias ou produtos) que incorporem a partir do processo de construção até sua aplicação o propósito da inclusão social e desenvolvimento econômico, social e ambiental.

2.3 Aspectos conceituais da inovação social

A variedade de definições acerca da inovação social resulta em um aglomerado de conceitos, mas que se vinculam em como esse tipo de inovação procura beneficiar determinadas localidades e melhorar a condição de vida dos indivíduos. Essa variedade de

concepções apresenta um campo de estudo sem uma epistemologia clara, mas um consenso pragmático ainda que não foi alcançado (MINKS, 2011; RUEDE; LURTZ, 2012).

Cloutier (2003) afirma que Taylor, em 1970, foi o primeiro pesquisador a usar o termo “inovação social” e Gabor, também em 1970, debruçou-se sobre o tema a partir da perspectiva do desenvolvimento. Devido às diferentes correntes de pensamento, há uma necessidade de apresentar os direcionamentos de IS, como demonstrado do Quadro 3.

Quadro 3 – Direcionamento de inovação social segundo diferentes autores e abordagens

Autor	Direcionamento adotado
Taylor (1970)	Significa novas formas de fazer as coisas com o objetivo de atender as necessidades sociais e que a cooperação entre diversos atores é uma das condições para que a inovação social seja efetivada.
Gabor (1970)	Como instrumentos para lutar por novos arranjos sociais, novas leis ou novas tecnologias.
Chambon; David e Devevey (1982)	Discutem uma abordagem da inovação social a partir de quatro dimensões: a) A forma intangível das ações desenvolvidas; b) O processo de criação e de implementação é desenvolvido a partir da consciência e participação dos atores envolvidos, são considerados participantes efetivos ao longo do processo. c) Os atores são os protagonistas da inovação social. d) Os objetivos de mudança, com foco na geração de uma solução para contribuir com o bem-estar dos indivíduos e das comunidades.
Lévesque (2002)	Como novas maneiras de fazer as coisas, novas práticas sociais, novas combinações, novas abordagens, novos conceitos, como o know-how e novas habilidades para tratar de questões referentes ao social.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Moulaert et al.(2005)	Como o desenvolvimento de inovações para a satisfação humana, tendo em vista o desenvolvimento territorial.
Mulgan (2006)	Atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender uma necessidade social e que são, predominantemente, desenvolvidas e difundidas por meio de organizações cujos principais fins são sociais.
André; Abreu (2006)	Diz respeito às respostas novas e socialmente reconhecidas que visam e geram mudança social.
Saucier et al.(2006)	Vai além de atender às necessidades específicas, é focada em uma finalidade social (ganhos sociais) e se baseia em valores, aspirações e na criação de um novo significado
Rodrigues (2007)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.

(continua...)

(...continuação)

Autor	Direcionamento adotado
Phills Jr., Deiglmaier, Miller (2008)	Apresenta-se como uma solução eficaz, eficiente e sustentável para um problema social, que gera maior valor que as práticas existentes, e que seus benefícios alcancem toda a sociedade.
Pol; Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida.
Murray et al.(2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que, simultaneamente, satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais.
Assogba (2010)	Resultado de uma tensão entre a necessidade social sentida por atores em um determinado contexto social deficiente e suas aspirações sociais para conseguir através de práticas sociais inovadoras a melhoria das condições de vida no âmbito econômico, social, cultural e político.
Godin (2012)	É uma nova ideia, uma abordagem, um novo serviço, um novo produto, um novo tipo de organização que responde a uma forma mais adequada e mais sustentável do que as soluções existentes para as necessidades sociais; novas soluções voltadas para instituições, organizações ou comunidades, produzindo um benefício mensurável para a comunidade e não apenas para alguns indivíduos.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A partir dos conceitos apresentados, a inovação social volta-se para a criação de valor social (CLOUTIER, 2003; SAUCIER et al., 2006; PHILLS JR., DEIGLEMAIER, MILLER, 2008; ASSOGBA, 2010), para os interesses dos atores sociais e da sociedade. Apresenta-se como uma nova resposta a uma situação não satisfatória (LÉVESQUE, 2002; CLOUTIER, 2003; MOULAERT et al., 2005; FARFUS; ROCHA, 2007; MULGAN, 2006; ASSOGBA, 2010; SHARRA; NYSENS, 2010; HULGARD; FERRARINI, 2010), e visa ao bem-estar dos indivíduos (CLOUTIER, 2003; ANDRÉ; ABREU, 2006; POL; VILLE, 2009), e das coletividades através do atendimento às necessidades (CLOUTIER, 2003; RODRIGUES, 2007; FARFUS; ROCHA, 2007; MURRAY et al., 2010; SHARRA; NYSENS, 2010; BIGNETT, 2011), como saúde, educação, trabalho, lazer, transportes e turismo.

Assim, a inovação social está profundamente preocupada com a transformação da sociedade e para a melhoria da vida humana, portanto, a teoria envolvida não deve ser usada apenas para interpretar a inovação social como um conjunto de fenômenos, mas também para mobilizar e orientar a prática de transformação e entender as condições sociais e institucionais em que estão envolvidas (MOULAERT et al., 2010).

A inovação social compreende a utilização de novas formas (ideias, produtos, tecnologias, metodologias) que permitam promover a inclusão social, geração de trabalho,

renda e melhorias nas condições de vida (FARFUS; ROCHA, 2007), revestindo-se de qualidade cidadã e transcendendo o sentido meramente de valor econômico. São atividades coletivas que assumem a iniciativa e participação cidadã, com uma conotação positiva e são favoráveis ao bem-estar, envolvem conquistas desejáveis para a melhoria comum, provocando mudanças nas relações sociais, instituições e organizações (TARDIF; HARRISSON, 2005; KLEIN; HARRISSON, 2007).

Vale ressaltar, quando se apresentam esses conceitos de inovação social, há uma questão ética implícita que envolve valores e princípios que norteiam a conduta dos atores sociais, que é a busca por um equilíbrio e um bom funcionamento social, relacionada com um sentimento de justiça social. A ação humana é social à medida que o ator social, seja ele individual ou coletivo, leva em consideração a orientação de sua ação à existência dos objetos no ambiente social, considerando que esses objetos podem ser novos atores com os quais integram símbolos, valores e representações pertencentes ao universo cultural que envolve cada ato humano (ASSOGBA, 2010).

Os conceitos de inovação social integram duas perspectivas: uma com foco nos processos e outra com foco nos resultados (SHARRA; NYSSSENS, 2010; HULGARD; FERRARINI, 2010), conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Inovação Social segundo suas principais características e autores

Perspectiva	Características	Principais Autores
IS como resultado	Novas estruturas organizacionais, novas práticas sociais, novos conhecimentos e voltado para agregar valor social.	Mulgan (2006) Saucier et al.(2006) Phills; Deiglmeier; Miller (2008) Pol; Ville (2009) Howaldt; Schwarz (2010) Assogba (2010), dentre outros
IS como processo	Cooperação entre os atores, criada pelo e para o coletivo.	Nilsson (2003) Lassance Jr.; Pedreira (2004) André; Abreu (2006) Klein; Tremblay; Bussiéres (2010) Young (2011), dentre outros

Fonte: Adaptado de João (2014)

Na perspectiva do resultado, a questão da inovação social vai além de atender às necessidades específicas, é focada em uma finalidade social (ganhos sociais), baseia-se em valores, aspirações e na criação de um novo significado (SAUCIER et al., 2006; MULGAN et al., 2007; PHILLS JUNIOR.; DEIGMEIER; MILLER, 2008). É resultado de um procedimento instaurado pelos atores sociais para responder a uma aspiração social, atender a

uma necessidade ou gerar uma solução para mudar as relações sociais, transformar um contexto ou propor novas orientações culturais (SAUCIER et al., 2006).

No foco do processo é discutida a transformação nos padrões de resposta a necessidades sociais profundas, através da ruptura com as normas vigentes com os valores instituídos e com a estrutura da distribuição de poder e recursos. Isto é, a inovação surge como uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, implicando uma mudança clara, criativa e efetiva, na forma como uma sociedade lida com um determinado problema social complexo, anteriormente sem respostas contundentes, como a pobreza, a violência ou a deterioração ambiental (NILSSON, 2003). O enfoque está, sobretudo, no âmbito dos processos – inclusão, capacitação e cooperação; uma vez que, a própria proposta de mudança social, objetivo último dessa articulação de estratégias, situa-se a nível processual (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Dentro do processo de inovações sociais, são enfatizadas as estratégias de vinculação permanente e de cooperação intensa entre os atores envolvidos no sentido de se obterem transformações sociais duradouras e de impacto, que possam representar mudanças nas relações e nas condições sociais (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004; BIGNETT, 2011), baseada no entendimento de que uma coletividade de atores não se reduz a um ator único, é composta de elementos heterogêneos conectados que se relacionam de modo diverso, sendo responsáveis pelas suas inovações e transformações (CALLON, 1997). É um processo de construção social já que os grupos sociais se envolvem no desenvolvimento de uma solução dentro de uma realidade de contexto, e vão empregando novas soluções até se chegar a uma situação de estabilidade da inovação social até o momento de sua difusão (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Refere-se a uma mudança de agendas e instituições que levam à inclusão de atores sociais em várias escalas espaciais; é uma questão de inovação de processos de mudanças e da dinâmica das relações sociais, incluindo as relações de poder (MOULAERT et al., 2010).

Dentro da abordagem que integra essas duas perspectivas, a inovação social deve atender a dois critérios (independente se sua característica é com foco no resultado ou com foco no processo): o primeiro critério é da novidade, não necessariamente original, ou seja, deve ser nova para os atores envolvidos, para o contexto ou forma de aplicação; já o segundo critério é a melhoria, ou seja, deve trazer um resultado mais eficaz do que as alternativas já existentes (MULGAN et al., 2007; PHILLS JUNIOR.; DEIGMEIER; MILLER, 2008). Para superar o impasse dessas duas perspectivas, é importante englobar tanto a combinação do resultado (finalidade social), quanto do processo (ênfase no caráter participativo e

colaborativo da aprendizagem) nas definições de inovação social (HULARD; FERRARINI, 2010). Nessa abordagem integrada, o produto da inovação social não pode ser isolado do processo ou da forma como a inovação foi organizada e desenvolvida.

A inovação social se volta para as ações comunitárias e, geralmente, abrange pequenos esforços e localidades devido às dificuldades de se alavancarem recursos (BIGNETTI, 2011), visto que essas iniciativas propiciam novas práticas a favor do desenvolvimento econômico, aproveitamento de recursos e estímulo à produtividade, à formação do capital social e do redesenho da arquitetura institucional em sentidos favoráveis à ampliação dos espaços da governabilidade democrática e a participação dos cidadãos (RUIZ, 2012).

A caracterização da inovação social pode ser associada a dois processos: o primeiro voltado para a transformação das estruturas de gestão pública como forma de inclusão dos interesses dominados na esfera pública, para além da forma tradicional de representação; já o segundo focado na geração de redes associativas, capaz de gerar processos sinérgicos entre as instituições estatais e as organizações da sociedade (GENRO, 1997).

A partir das definições apresentadas, surgem quatro vertentes de pensamento sobre o que são inovações sociais, no que se refere especificadamente o que é o “social” e, em particular, quais os atores (sociais, organizacionais e institucionais) estão envolvidos no processo. Assim, apresenta-se o Quadro 5 para proporcionar uma análise mais adequada para o desenvolvimento de uma compreensão sistemática do fenômeno da inovação social.

Quadro 5 – Vertentes e atores da inovação social

Vertente	Pressupostos	Atores envolvidos
IS com foco na mudança institucional	Novas formas de trabalho, alterações nas rotinas, fluxos de recursos ou crenças em qualquer sistema social.	Atores sociais que são incorporados em estruturas e redes sociais amplas.
IS com foco nas organizações sociais	Gravita através de uma visão baseada na nítida distinção entre inovações econômicas e sociais, com foco na preservação das não-comerciais.	Predominantemente desenvolvida e difundida através de organizações sociais.
IS com foco na geração de valor	Aumento do valor criado para uma sociedade como um todo e não para particulares, dividindo-se entre aqueles que geram benefícios privados dos que geram benefícios sociais, predominantemente público.	Desenvolvida pelas instituições públicas.
IS com foco na rede de relações	São produzidas através da cooperação entre todos os setores da economia com foco de desenvolvimento de novas abordagens destinadas a suprir necessidades não satisfeitas.	Interseção entre os setores da comunidade, empresariais e governamentais.

Fonte: Adaptado de Policy Horizons Canada (2014)

Esta breve indicação das vertentes que podem ser adotadas nas análises de inovação social tem o intuito de reconhecê-la como um fenômeno complexo, de importância social, cultural e econômica que pode influenciar o desenvolvimento da sociedade. Este estudo parte do entendimento que a inovação social tem foco na rede de relações, na construção de novos padrões de sociabilidade que estabelecem parâmetros inovadores para o conjunto de atores envolvidos, nos níveis da comunidade, empresarial e governamental. Esse foco passa a qualificar o espaço de diferentes articulações políticas, criadas pelos atores que se unem em torno de um objetivo social comum.

A partir do que foi apresentado, percebe-se a oportunidade de se construir uma proposta baseada em dimensões e papéis do ator organizacional nas iniciativas de inovação social ligados a um conceito teórico.

2.4 Dimensões e papéis do ator organizacional

As dimensões de inovação social expostas no quadro 6 e os múltiplos atores envolvidos refletem a complexidade do que é inovação social, embora, esta tese entende que uma definição de inovação social, para se tornar completa, deve trabalhar as dimensões de forma complementar, entendendo que uma única dimensão não é suficiente para traduzir sua complexidade. Assim, pode-se afirmar que as dimensões apresentadas são complementares e interdependentes, abordando perspectivas de análise diferentes.

Quadro 6 – Dimensões de análise da Inovação Social

Dimensões de análise da IS	Características	Principais referências teóricas
Centradas no indivíduo	- Cooperação entre os indivíduos para criação, produção e difusão da IS; - Mediação individual e coletiva; - Rede de atores	Lévesque (2002) Cloutier (2003) Rodrigues (2007) Mulgan et al.(2007)
Centradas nas organizações	- Novas formas de organização do trabalho; - Divisão das estruturas de poder; - <i>Empowerment</i>	Lévesque (2002) Cloutier (2003) Rodrigues (2007) Mulgan et al.(2007)
Centradas no meio	- Melhor condição de vida; - Transformação social; - Desenvolvimento territorial; - Mudanças de hábito de consumo	Cloutier (2003)

(continua...)

(...continuação)

Dimensões de análise da IS	Características	Principais referências teóricas
Institucional	- Ambiente legal, político, social e econômico; - Ações governamentais; - Desenvolvimento de políticas públicas;	Lévesque (2002) Rodrigues (2007)
Movimentos Sociais	- Resistência à forma organizadora dominante.	Mulgan et al.(2007)
Atores	- Sociais; - Organizacionais; - Instituições - Intermediários	Tardif, Harrisson (2005)
Processo	- Modos de coordenação - Meios - Restrições	Tardif, Harrisson (2005)
Transformações	- Contexto macro / micro; - Contexto econômico; - Contexto Social.	Tardif, Harrisson (2005)
Caráter inovador	- Modelos de governança; - Economia do saber, mista e social; - Ações sociais.	Tardif, Harrisson (2005)
Inovação	- Escalas - Tipos - Finalidade	Tardif, Harrisson (2005)

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A inovação social, com foco no indivíduo, refere-se à cooperação entre os atores sociais envolvidos para a criação, produção e difusão da inovação, sendo assim, o surgimento de inovações sociais são resultantes da criação de equipes multidisciplinares, de seu processo de aprendizagem para aquisição de conhecimentos, mudança de representações, de novos aprendizados e cooperação (TAYLOR, 1970; CLOUTIER, 2003). A criação dessas novas relações sociais dá suporte na mediação individual e coletivizada, concebida não só para resolver problemas sociais, mas também para responder a um ideal social.

À medida que acontece a reestruturação da rede de atores sociais, é provocada uma redefinição de orientações culturais que formaliza a adoção da nova gestão das relações sociais (LALLEMAND, 2001; TARDIFF; HARRISSON, 2005) e redireciona o estabelecimento de novas formas de fazer as coisas, seja através do desenvolvimento de novos serviços, processos, produtos ou novas formas de organização das relações sociais (FONTAN, 1998).

Dentro da abordagem orientada sobre o meio, as inovações são com vistas a melhorar a condição de vida, assim, são reveladas duas dimensões, uma com foco no desenvolvimento territorial e outra com foco no consumo (CLOUTIER, 2003). Na orientação para o

desenvolvimento territorial, entende-se a inovação social como um processo de desenvolvimento social e econômico e, conseqüentemente, como uma inovação social focada na distribuição de riqueza e renda e equilíbrio de poder político.

Nesse contexto, o conceito de inovação social adotado está associado à transformação social, ou seja, criação de novos objetivos econômicos e sua regulamentação, proteção do meio ambiente e garantia da sustentabilidade dos recursos naturais, um novo papel na esfera política, a exemplo da descentralização e a cooperação entre diferentes grupos, e das possibilidades de cooperação a nível internacional (CLOUTIER, 2003).

Na abordagem do consumo é enfatizado o impacto da mudança tecnológica sobre o estilo de vida de uma população e sua estrutura econômica. Cloutier (2003) cita Gershuny (1983) ao apresentar uma definição de inovação social voltada para uma mudança de hábitos de consumo de uma sociedade para garantir seu bem-estar, incluindo novas formas de satisfazer às necessidades dos indivíduos, como mudança nos hábitos alimentares, transportes, saúde e entretenimento. A inovação social nessa vertente leva a mudanças na demanda por produtos e serviços e na estrutura dos estilos de vida, estreitamente relacionada à mudança social.

Mulgan et al., (2007) acrescenta como nível de análise da inovação social os movimentos sociais. Barcellos (2012) acredita que os movimentos sociais são importantes classificações de resistência, à forma organizacional dominante, e à globalização por ela pretendida. Pressupõe-se então, que existe a identificação de sujeitos coletivos que compartilham valores, objetivos e projetos em comum os quais definem adversários ou opositores para serem combatidos ou enfrentados.

Os movimentos sociais são como uma forma de ação coletiva, baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989). Assim, os movimentos sociais são caracterizados pelas ações de insatisfação da sociedade civil que evidenciam as necessidades não atendidas da localidade e propõem soluções sociais através de parcerias, alianças, serviços coletivos (ROLLIN; VINCENT, 2007; BIGNETTI, 2011).

No nível de análise orientado para o sistema institucional, estão incluídos os sistemas de regras, a partilha de direitos e responsabilidades, sistemas de gestão de conflitos e o sistema político. Considera-se que, a partir da mobilização dos atores sociais, o ambiente institucional pode se transformar, ou seja, as instituições são transformadas pelas demandas de participação ou de inclusão de atores antes não atendidos pelas ações governamentais ou por políticas públicas (LÉVESQUE, 2002; TARDIFF; HARRISSON, 2005).

As ações de inovação social estão orientadas para mudar uma situação social insatisfatória, reunindo vários atores sociais, tais como indivíduos, governos, empresas, comunidade, organizações da sociedade civil que se vinculam com o objetivo de reformular os papéis sociais (RODRIGUES, 2004).

Dentro das perspectivas de análise apresentadas, a que mais de aproxima desta tese é o modelo de Tardif e Harrisson (2005), que buscaram compreender e sistematizar de forma mais efetiva a inovação social através de um trabalho que produziu uma síntese sobre os conceitos-chaves utilizados em 49 estudos publicados pelos membros do *Centre de Recherche sur les Innovation Sociales* (CRISES) em seus três eixos temáticos: território; condições de vida; e trabalho e emprego. Como resultado, os autores encontraram que os pesquisadores do eixo território estavam interessados, principalmente, nos papéis dos atores sociais e suas práticas inovadoras na restauração territorial. As pesquisas envolviam o surgimento de redes e suas ligações com a territorialidade, as relações entre empresas, parceiros sociais e organismos políticos e locais, as identidades locais e suas ligações com o desenvolvimento econômico e social.

As pesquisas sobre condições de vida diziam respeito ao consumo, uso de tempo, ambiente familiar, inserção no mercado de trabalho, habitação, saúde e segurança, geralmente vinculados a políticas públicas e movimentos sociais. Enquanto que os pesquisadores que discutiam o eixo do trabalho e emprego focavam suas pesquisas na organização do trabalho, regulamentação do emprego, na governança corporativa e na economia do conhecimento (CRISES, 2010).

A principal contribuição do relatório foi à integração dos estudos dos três eixos, pelas semelhanças e complementaridades dos estudos no que se refere ao conceito de inovação social dentro da perspectiva da transformação social, de onde emergiram as dimensões: transformações; caráter inovador; inovações; atores; processo.

O trabalho dos referidos autores tem sido utilizado como uma das principais referências para discussão da inovação social, tendo sido amplamente debatido, aprofundado, e, replicado, o que o caracteriza como sendo uma obra seminal. Porém, o que o diferencia da proposta defendida nesta tese é que o referido trabalho é voltado apenas para a abordagem de processo e não define os papéis que os atores organizacionais desempenham para operacionalização do conceito.

Dada a amplitude dos discursos ora exposto, e frente a uma visão mais gerencialista, sente-se a necessidade de consolidar uma definição de inovação social que englobe os conceitos essenciais apresentados pelos autores do tema, direcionados ao papel do ator

organizacional, assim, para essa tese se configura a partir do entendimento de que as inovações sociais são processos desenvolvidos por atividades coletivas que buscam atender às necessidades sociais, difundidas através de atores para gerar ganhos e resposta social.

Com base no conceito de inovação social adotado e na revisão das suas características aqui apresentadas, emergem as dimensões de análise da inovação social que compõem modelo teórico proposto nesse trabalho e que são classificadas em: a) atores; b) necessidades sociais; c) processos desenvolvidos por atividades coletivas; d) ganhos e resposta social; e) caráter inovador. Estas dimensões são detalhadas nas subseções a seguir.

2.4.1 O papel do ator organizacional na “dimensão atores”

É preciso considerar que as condições para o surgimento da inovação social estão na combinação de fatores que possibilitam o surgimento de uma sinergia entre diversos atores que estão envolvidos nos projetos inovadores. Assim, a característica fundamental das inovações sociais é a presença de atores dos diversos setores da sociedade e, em diferentes escalas.

Um novo paradigma é progressivamente afirmado segundo o qual os indivíduos e sua capacidade de construir relações sociais desempenham um papel fundamental no processo de inovação social (SGARAGLI, 2015). Nesse sentido, o conceito de inovação social voltado para a importância dessa dimensão é entendido como um processo de criação coletiva e compartilhada que cobre um amplo contexto e uma pluralidade de sujeitos (HOWALDT; SCHWARDZ, 2010).

Os atores vinculados ao conceito de inovação social podem ser classificados em: sociais, organizacionais e institucionais (TARDIF; HARRISSON, 2005). Os atores sociais podem ser membros/indivíduos da sociedade civil, de movimentos cooperativistas ou associativistas, de sindicatos ou associações comunitárias. Os atores organizacionais incluem empresas, organizações de economia social, empresas coletivas e beneficiárias das organizações privadas. Estão inclusos como atores institucionais os representantes do Estado nas três esferas (federal, estadual e municipal).

A inovação social situa-se, principalmente, no âmbito do terceiro setor, contudo, também pode estar presente nas políticas públicas e nas ações de responsabilidade social das empresas de caráter privado (ANDRÉ; ABREU, 2006). Porém, pela perspectiva da Nova Sociologia Econômica e sua ruptura com o paradigma economicista, a tendência é que

iniciativas de inovação social emergem fora das instituições, sendo resultado de uma mobilização em torno de um objetivo, protagonizada pela sociedade civil.

As organizações da sociedade civil (OSC) são novos tipos de negócio, focadas em um objetivo social, possuindo diferentes formas de organização de acordo com os quadros jurídicos existentes, na política econômica de prestações sociais e sobre as tradições culturais e históricas de desenvolvimento sem fins lucrativos em cada país. Podendo também ser classificadas pelos tipos de relações que têm com seus beneficiários, a maneira em que eles são capazes de atrair o apoio voluntário ou a maneira pela qual eles estão inseridos em suas comunidades locais (BEPA, 2011). Podem ser identificadas pelos tipos de relações que têm com os seus beneficiários, pela capacidade de fortalecer a relação fiduciária dentro e em torno da organização e de mobilização de recursos dos indivíduos e da comunidade local, sobre a representação forte e mais ampla dos interesses das partes interessadas, em um sistema de governança participativa e democrática, e sobre o uso de trabalho voluntário (BORZAGA; DEFOUNRNY, 2001).

A capacidade de inovação das organizações da sociedade civil consiste no fato em que busca interligar objetivos sociais com abordagens econômicas e de negócios, podendo promover iniciativas de empreendedorismo social, na ajuda para identificar produtos e serviços para venda, na análise de mercado para identificação de clientes potenciais, e na capacidade de gerenciamento e capacidade de criação de uma rede de cooperação (GABRIELA, 2012). Tais organizações contribuem para o conceito de empreendedorismo social através da criação de novos tipos de organizações, por novos tipos de liderança, novas missões e valores sociais e através do trabalho voluntário.

Portanto o ator organizacional exerce o papel de vislumbrar como as inovações sociais são desenvolvidas, implementadas e difundidas. Um dos principais aspectos a ser observado é que as iniciativas de inovação social preveem como centrais a adoção de estratégias de mobilização e de envolvimento de comunidades no processo de mudança, pressupondo ampla participação social do ator organizacional desde a elaboração de um diagnóstico local até a formulação, implementação e monitoramento das ações.

A atuação desses atores no processo de inovações sociais pode ser estudada segundo três níveis de análise, a saber: no primeiro nível de análise são investigados os atores coletivos e das relações sociais, novos valores, projetos e novas aspirações em relação ao trabalho, serviços pessoas e território, sendo responsáveis pelos tipos de aliança, cooperações, diálogos e parcerias; no segundo nível de análise, as inovações institucionais são estudadas pelo seu sistema de regras, partilha de direitos e responsabilidades, sistema de gestão de conflitos e

sistema político; já no terceiro, as inovações organizacionais envolvem formas de divisão e coordenação do trabalho, modelos de gestão, procedimentos de coordenação e formas de governança (LÉVESQUE, 2002). Assim, podem ser estudados de forma isolada, em uma perspectiva micro, como também de forma integrada com vistas às transformações sociais, em uma perspectiva macro.

A perspectiva integrada permite um processo coletivo e organizado, impulsionado por fins de utilidade social que tenta estabelecer uma relação entre o conhecimento e as competências dos vários intervenientes, a fim de obter uma transformação social. Assim, este processo é gerado quando a capacidade de desenvolver uma inovação social não depende da iniciativa de um único ator, mas da atuação coletiva dos mesmos.

Assim, o ator organizacional se vincula aos demais atores, estimulando um processo de co-criação e decisões de gestão compartilhada, com foco no contexto em que se desenvolve. Assim, o Quadro 7 apresenta os papéis do ator organizacional para o desenvolvimento de iniciativas de inovação social.

Quadro 7 – Papéis do ator organizacional na dimensão atores

Papel do ator organizacional	Objetivo
Envolvimento com os atores sociais	Atuar nas organizações da sociedade civil junto aos atores sociais na busca do reconhecimento e legitimidade
Envolvimento com outros atores organizacionais	Articular com outras organizações da sociedade civil para fortalecer as relações
Envolvimento com os atores institucionais	Buscar soluções proativas em prol de um novo papel do Estado
Promover a cooperação entre os atores (sociais, institucionais, organizacionais)	Gerar uma rede de cooperação entre os atores de todos os setores da sociedade

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão teórica (2015)

A inovação social envolve novas soluções que atendam a uma necessidade social através da articulação de atores que permitam o alcance de um resultado social. Assim, pensar em envolvimento dos atores sociais, entendidos como sociedade civil, dentro do conceito de inovação social é compreender as formas como esses atores se articulam e como podem se envolver no processo de desenvolvimento de novas soluções para os desafios sociais.

A sociedade civil é entendida como uma comunidade ética, construída através de valores éticos, princípios e valores morais, autorreguladora, que se distingue do Estado, por pressupor diversas formas de solidariedade (MAIA, 2010). Novy e Leubolt (2005) consideram quatro tipos de relação entre sociedade civil e inovação social. Na primeira, a

inovação social deriva do capital social da sociedade civil, entendida como esfera autorreguladora autônoma do Estado; na segunda, os cidadãos encontram-se em espaços públicos para discutir e encontrar soluções para os problemas coletivos, caracterizando-se não como autônoma do Estado, mas construindo políticas públicas junto ao Estado; na terceira, a sociedade civil é autônoma e influencia as políticas por via da ação comunicativa, através da construção da opinião pública; e por fim, a sociedade civil protagoniza a estratégia de resistência para derrubar as forças hegemônicas do Estado.

Dentro das relações apresentadas, o envolvimento dos atores sociais vai depender da sua relação com a satisfação das necessidades não atendidas, com o envolvimento dos mecanismos de governança existentes, com o seu nível de articulação, aprendizagem e empoderamento, bem como a realidade do contexto social.

Isto remete diretamente para a atuação estratégica da sociedade civil na busca pela efetivação da democracia participativa que se expressa na criação de espaços públicos e no engajamento da própria sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisões relacionados com as questões sociais e políticas públicas (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002). Logo, a sociedade civil desempenha um papel fundamental em qualquer sociedade, que detém todos os responsáveis por suas ações, impulsionado pela busca da transformação social, que prossegue a equidade e a justiça, os direitos humanos para todos, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, ela reflete e defende a dignidade de todas as pessoas (POVERTY ERADICATION NETWORK, 2007).

O ator organizacional, associado ao papel da sociedade civil encontra-se a sua forma de articulação coletiva como ator legitimado na defesa dos seus interesses e que se configura em organizações da sociedade civil, situado entre o mercado e Estado, agindo de forma coletiva.

Além disso, as organizações da sociedade se articulam entre si para estabelecer novas formas de cooperação adequadas aos objetivos sociais almejados. A colaboração emerge a partir da participação entre organizações do mesmo setor que querem atender às necessidades de determinada comunidade na busca da melhoria das condições de vida, formando assim, um conjunto direcionador por processos co-criativos com bases em redes de colaboração que servem para criar novos conhecimentos através de uma perspectiva da aprendizagem.

Portanto, a sociedade civil engloba uma gama de atividades associativas operacionais e humanas na esfera pública fora do Estado, voltadas a aspirações dos cidadãos organizados e unidos por interesses comuns, objetivos, valores ou tradições, mobilizados para a ação coletiva, quer como beneficiário ou como atores no processo de desenvolvimento.

Assim, as organizações da sociedade civil têm buscado desenvolver soluções participativas para as questões sociais, provocando uma resposta proativa no papel desempenhado pelo setor público, por meio da implementação de novos processos participativos internos que mudam a maneira pela qual os atores interagem, e no fornecimento de marcos regulatórios e financeiros necessários para a difusão das inovações sociais (BEPA, 2011). Assim, a inovação social na esfera pública oferece espaços para que vários atores e instâncias intervenham sobre o mesmo problema público, exigindo dos atores novas respostas e soluções e novas formas de executá-la, através da comunicação e cooperação (ANDION; MORAES, 2013).

Um impacto sobre a esfera pública pode ser alcançado através da sociedade civil como agente de prestação de serviços inovadores, para identificar e responder às novas necessidades e exigências, dando legitimidade a novas reivindicações no discurso, e como também podem mudar a estrutura de governança institucional, mudança de valores e normas para gerar novas políticas públicas (MOULAERT et al., 2010). Iniciativas de inovação social muitas vezes mantêm um relacionamento instável com os atores públicos e as dificuldades em se envolver com as estruturas institucionais de governança surgem, por estarem baseados em arranjos precários e temporários de cooperação. Como também iniciativas são caracterizadas por laços fortes e formais entre os atores (sociais, privados, públicos e do terceiro setor) e entre as diferentes escalas da estrutura de governança (MOULAERT et al., 2010). Esses atores são envolvidos como co-produtores de políticas públicas, contribuindo para o sucesso de iniciativas, através da sua capacidade de participar de redes complexas de diferentes atores.

Dentro da perspectiva do envolvimento dos cidadãos, há dois contextos que devem ser discutidos: a) o engajamento nas diversas estruturas e instituições públicas, denominado participação pública; e b) engajamento em atividades relacionadas com as comunidades ou associações civis, denominada participação social (DAVIES et al., 2012).

Como participação pública, o envolvimento do cidadão é pensado para reforçar a legitimidade e a responsabilidade das instituições democráticas, como também para contribuir com a coesão social à medida que fornecem informações relevantes sobre as necessidades e condições locais, ajudando assim, na tomada de decisão através da formulação de políticas públicas mais eficazes, podendo beneficiar a localidade. No contexto da participação social ou civil, as atividades de engajamento tendem a ser firmadas por meio do aumento de capital social, da confiança e dos laços comuns que existem entre os indivíduos, com a preocupação do bem-estar da localidade (DAVIES et al., 2012).

Um olhar crítico pode ser feito ao analisar o envolvimento dos cidadãos com base na dinâmica de poder. Arnstein (1969), citado por Davies et al. (2012), argumenta que participação é, sobretudo, uma transferência de poder, logo, uma participação sem redistribuição de poder é um processo vazio e frustrante. O Estado ao oferecer atividades de participação, mas que não cedem espaço para uma redistribuição de poder usufrui apenas do simbolismo de participação, pelo fato da ausência de garantia de que as opiniões dos cidadãos sejam ouvidas.

O processo de inovação social, analisado a partir do envolvimento da sociedade civil de acordo com a dinâmica de poder é problemático (DAVIES et al., 2012). Os autores continuam a argumentação ao afirmar que não se atribui valor em atividades de participação cidadã que não envolve mudanças significativas no poder de decisão, mesmo que essas atividades sejam importantes para a identificação de necessidades e problemas sociais ou o desenvolvimento de soluções.

Envolvendo o aspecto de enquadramento na esfera pública, Gene Rowe e Lynn Frewer, citados por Davies et al. (2012), identificam três categorias de atividades, a saber: a) a comunicação pública, quando a informação é apenas transmitida, sem participação da sociedade; b) consulta pública, que envolve o fluxo de informação a partir dos membros da sociedade, um processo *top-down*, sem envolvimento formal entre os atores envolvidos; c) a participação pública, que envolve a troca de informações a partir do engajamento da sociedade civil, gerado através do diálogo e negociação que serve para transformar opiniões em todos os atores envolvidos.

Assim, o processo de envolvimento na inovação social é susceptível ao envolver todas as formas de interação, uma vez que os cidadãos são apenas informados até onde cidadãos e inovadores dialogam juntos. Resumidamente, existem dois propósitos básicos de envolvimento dos cidadãos, a participação dos cidadãos como informantes, ajudando no entendimento da situação presente ou passada que enfrentam e a participação dos cidadãos como co-criadores de inovações sociais (BASON, 2010).

No entanto, a esfera pública não é o único setor ativo na inovação social, devem-se incluir nesse processo, os setores sem fins lucrativos e os privados, além dos grupos de informações de cidadãos e movimento sociais (DAVIES et al., 2012). Quando um dos setores apresentados é condutor do processo de desenvolvimento de uma nova solução para um desafio social, eles também conduzem a integração com os demais setores e coordenam o conhecimento especializado necessário de cada parte envolvida.

É importante ressaltar que o envolvimento da sociedade civil não garante a inovação social, ele age como uma condução necessária (embora não suficiente) para a contribuição de um processo de inovação; ou seja, a participação dos cidadãos é considerada uma parte do processo de inovação, mas para que se desenvolva é necessária outras ações conjuntas (DAVIES et al., 2012).

Logo, a tendência é a formação de um Estado-providência (BEPA, 2011) provocada pela mudança de atitudes e envolvimento dos cidadãos, autoridades públicas em todos os níveis, organizações sociais e organizações com fins lucrativos, a fim de melhorar a resposta às novas demandas sociais.

Assim, dentro de uma nova economia capitalista, surgem novas configurações entre o Estado nacional e local, novas tecnologias e um novo papel entre Estado e sociedade civil, que promovem novas formas de governança com base na diversidade dos atores (LÉVESQUE, 2002). Essa perspectiva representa uma forma híbrida de economia que interliga setores do mercado e da economia política, assumindo uma independência econômica com foco no interesse público, através de apoio financeiro de fontes públicas de economia pública (GABRIELA, 2012).

Mesmo que a inovação social envolva os setores da economia, nenhum deles é completamente preocupado com a inovação social, devido as suas próprias especificidades e formas de atuação. O setor não lucrativo é, predominantemente, social porque está envolvido com a prestação de serviços não atendidos pelos setores públicos e privados, bem como o setor público também é social, já que proporciona serviços para os quais o mercado possui esfera de atuação, definindo as regras para cada um dos setores (CLAULIER-GRICE et al., 2012).

Por isso, a inovação social exige a análise de todos os atores envolvidos no processo e da criatividade estimulada por essas diferenças. Os fatores de sucesso na implementação de uma inovação social estão na sinergia dos atores e sua motivação para inovar; na força para lidar com os obstáculos; na disponibilidade de gerenciar os recursos para sanar os obstáculos (TARDIFF; HARRISSON, 2005). A inovação social assume, então, uma participação renovada dos atores que ocupam papéis diferenciados distribuídos em várias esferas, com diferentes culturas e identidades em busca de um interesse coletivo e público. Dessa forma, as iniciativas de inovação social são interligadas com as organizações da sociedade civil, que se concentram no apoio à sociedade civil, oferecendo bem-estar e serviços sociais.

A inovação social vem da criatividade estimulada por uma interação provocada pelas diferenças, a exemplo das diversas formas de cultura, de diferentes disciplinas sociais e diferentes setores sociais (privados, públicos, e cívicos). Um ato criativo, gerado pelos atores sociais, pode resultar em inovação de uma nova forma de integração a depender do elemento que está sendo incorporado e do contexto em que vai ser utilizado (GABRIELA, 2012). Assim, é crucial para a inovação social a interação criativa de seus diversos elementos.

A construção de parcerias entre esses atores é apontada por Teodósio (2011) como uma perspectiva para a modernização da gestão de políticas sociais decorrente da crise de legitimidade das instituições políticas tradicionais, das novas relações entre as esferas do mercado e da sociedade e da noção de risco e urgência no equacionamento dos problemas de interesse social.

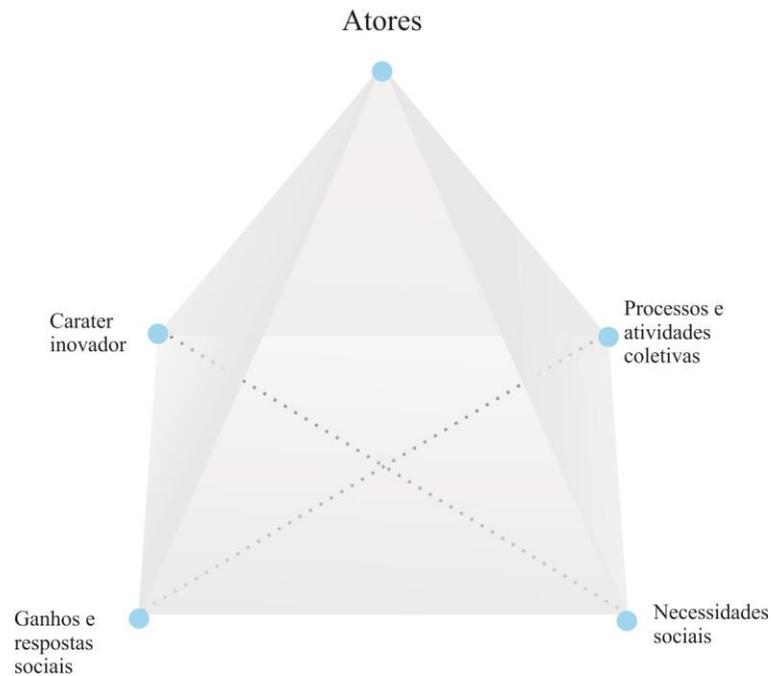
Deve-se ressaltar que o fornecimento da informação não é suficiente para desencadear a inovação social. Uma mudança efetiva só acontece quando novas formas de perceber o mundo e agir são compartilhadas e estabelecidas pelos atores através de estratégias de engajamento e capacitação para transformar a informação adquirida em ação, e, em seguida, gerar e compartilhar mais informações entre o grupo social (ARNINI et al., 2014).

A inovação social requer uma maior participação dos atores, partilha de recursos e a difusão da inovação através de educação, formação e conhecimento, com a finalidade de gerar as transformações sociais através de novas formas de relações ou laços sociais, realizados por um período de tempo (ROLLIN; VINCENT, 2007).

Com base no exposto, a dimensão atores da definição proposta por essa tese está incorporada em uma nova combinação, em modelos de negócios em contextos sociais, através da parceria entre mercado, Estado e sociedade civil. Estas parcerias chamam a atenção para a necessidade permanente de tomada de decisões dos atores envolvidos, através de escolhas que se voltem para a ação sujeita ao contexto específico de mudança.

Assim, pode-se apresentar uma figura interpretativa (Figura 4) para as dimensões apontadas no conceito de inovação social, enfatizando o papel dos atores de forma dinâmica, responsável: a) pela satisfação das necessidades humanas não atendidas (dimensão necessidades sociais); b) pela alteração nas relações sociais, especialmente, no que se diz respeito a governança, aumentando o nível de participação de todos, em especial, os grupos desfavorecidos da sociedade (dimensão processo); c) pelo impacto gerado pela novidade (dimensão caráter inovador); d) pela criação de valor social e, conseqüentemente, a criação de benefícios para a sociedade (dimensão ganhos e respostas sociais).

Figura 4 – Relação da dimensão atores com as demais dimensões



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Por isso, as organizações da sociedade civil, em parceria com Estado e a sociedade civil, tem encontrado potencial para inovar em suas necessidades, em processos de mudança que permitam a atuação de práticas socialmente inovadoras, com o objetivo de promover o desenvolvimento de suas localidades.

2.4.2 O papel do ator organizacional na “dimensão necessidades sociais”

Alguns autores apresentam a inovação social focada no desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para atender às necessidades sociais e gerar impactos positivos e criar valor social (LÉVESQUE, 2002; CLOUTIER, 2003; MOULAERT et al., 2005; FARFUS; ROCHA, 2007; MULGAN, 2006; ASSOGBA, 2010; SHARRA; NYSSENS, 2010; HULGARD; FERRARINI, 2010; CAULIER-GRICE et al., 2012; DAVIES et al., 2012; GUYON; BESANÇON, 2013). Isso representa uma busca por respostas para as demandas sociais.

A inovação social possui um processo pelo qual respostas às necessidades sociais são desenvolvidas a fim de oferecer melhores resultados sociais, tendo como a primeira etapa a

identificação das necessidades sociais não satisfeitas ou que não foram suficientemente atendidas. Assim a dimensão necessidades sociais está relacionada com a primeira etapa da dimensão processo, bem como gera uma relação direta com a dimensão ganhos e respostas sociais, por promover o desenvolvimento de novas soluções. Pelos motivos elencados, esta tese defende que a dimensão necessidades sociais tem importância suficiente para se colocar como uma dimensão isolada das demais.

As necessidades sociais não são consideradas um dado, mas uma co-construção real da sociedade civil, em um processo de baixo para cima, caracterizado como democrático. Assim, o conteúdo da inovação social deve se concentrar em como os seus objetivos são definidos e construídos pela sociedade civil, para colocá-la em prática, e qualificar o propósito da inovação como socialmente inovador (GUYON; BESANÇON, 2013).

A inovação social está “em alta” na agenda política (BEPA, 2010). Ela não é entendida apenas como a busca de satisfação das necessidades sociais provocadas pela ausência do Estado ou do mercado, mas é vista como uma oportunidade de responder às múltiplas crises sociais, econômicas e ambientais que são enfrentadas por sociedades de todo o mundo. Portanto, as organizações da sociedade civil tentam reagir e buscar novas maneiras através de iniciativas de inovação social, por meio de mecanismos de solidariedade e reciprocidade local, e, portanto, perceptíveis ao surgimento de novas estruturas de governança (PISANO, LANGE; BERGER, 2015).

O padrão geral do processo de inovação social é envolver os cidadãos no contexto da inovação social, colocando os atores em uma posição encontrar novas soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos) que atendam, simultaneamente, a uma necessidade social (mais eficazmente do que as soluções existentes) e levar à novas capacidades ou aperfeiçoamentos, novos relacionamentos e/ou uma melhor utilização dos ativos e recursos (DAVIES et al., 2012). Assim, elenca-se no Quadro 8, os papéis do ator organizacional nesta dimensão.

Quadro 8 – Papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais

Papel do ator organizacional	Objetivo
Identificação do contexto de crise em que as necessidades sociais estão inseridas	Mapear o contexto de crise que atinge os setores tradicionais da sociedade civil
Mapeamento entre demandas e necessidades	Gerir o processo de identificação de necessidades e proposição de soluções
Definição critérios de urgência	Identificar quais as prioridades específicas de cada localidade
Tipos de modificações estruturais	Identificar se as necessidades sociais vão provocar mudanças radicais, incrementais ou sistêmicas

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão teórica (2015)

As necessidades sociais surgem em um contexto marcado por crises, sejam elas de caráter econômico, ambiental ou social, capazes de provocar situações insatisfatórias que podem gerar mudanças que levam à ruptura ou à descontinuidade de uma estrutura social consolidada (TARDIFF; HARRISSON, 2005). Não é incomum as inovações aparecerem pela primeira vez em um contexto de crise ou necessidade de rever práticas que são mais adequadas a novos contextos ou novas exigências (CLOUTIER, 2003).

A mudança nas estruturas econômicas locais, provocadas pelas crises, descontinuidades e rupturas, acarretam impactos no conjunto de relações econômicas e que levam os atores a realizar adaptações e criar novas trajetórias ou até mesmo novas estruturas de produção, se estas forem em caráter de emergência (MAURER, 2014). Ou seja, as estruturas econômicas podem ser adaptadas em um dado sistema social, podendo surgir em situações de emergência e produzir novas relações de trabalho ou de produção e consumo.

A inovação social busca respostas aos crescentes desafios sociais, ambientais e demográficos, complexos, multifacetados, envolvendo uma série de atores interessados, sendo, por sua natureza, impossíveis de se resolver (CAULIER-GRICE et al., 2012). As necessidades sociais são vistas a partir do fracasso de soluções convencionais e pela fragilidade dos três setores tradicionais da sociedade, a exemplo das dificuldades impostas pelo setor público, falhas de mercado do setor privado e da visão míope e fragmentada da sociedade civil (CAULIER-GRICE et al., 2012).

Dessa forma, as necessidades sociais atingem setores tradicionais da sociedade civil, tais como: saúde, educação, planejamento urbano, atividades culturais, assistência social, economia, gestão de lazer, como também novas formas de serviço, novos projetos de educação, novas formas de divisão de responsabilidade, reconquistas de território, empoderamento, dentre outras, que estão moldadas pelo contexto local (CLOUTIER, 2003).

Portanto, a cada nova necessidade que surge na sociedade se exige repostas, e a compreensão da existência dessa dinâmica de uma necessidade não atendida pode ajudar a identificar estratégias e abordagens para encontrar novas e melhores maneiras de satisfazer essas necessidades. O papel de mapear as necessidades emergentes da sociedade está baseado em um “*déficit*” (CAULIER-GRICE et al., 2012) entre a realidade em que se encontra, de uma necessidade que não está suficientemente atendida pelas respostas existentes, e no que se almeja solucionar.

A fim de desenvolver soluções, primeiro é importante identificar os desafios e problemas existentes. Em alguns casos, são os próprios cidadãos que desenvolvem suas inovações. Isto porque eles detêm uma melhor compreensão do contexto onde estão inseridos, o que os torna melhor posicionados para articular esses desafios, tendo informações sobre si mesmos, a exemplo das especificidades de tempo, de lugar, de eventos e experiências, das suas necessidades e de suas aspirações (DAVIES et al., 2012). Dessa forma, o conhecimento tácito que os cidadãos realizam é, portanto, fundamental para o processo de inovação social.

O ator organizacional tem um papel a desempenhar na identificação dessas necessidades, no auxílio as reivindicações sociais que não se articulam com as necessidades e na articulação da cooperação entre os atores e os grupos afetados na fase de coleta de informações. Assim, as necessidades e demandas são componentes centrais da inovação social, mas que são difíceis de distinguir ou de se enquadrar com precisão (EVA et al., 2013).

Para mapear as necessidades sociais deve-se buscar o reconhecimento da comunidade para que estejam conscientes que determinado problema deve ser combatido e traçar, junto aos atores envolvidos, uma escala de prioridade, por entender que cada necessidade social tem uma urgência de acordo com a importância específica que cada localidade atribui (EVA et al., 2013). A comunidade é a mais indicada para determinar o que precisa solicitar junto ao ator organizacional, e juntos, buscar caminhos e condições para satisfazer suas necessidades.

Outro papel apontado se refere às modificações estruturais que ocorrem em decorrência da busca por satisfação das necessidades sociais das localidades, podendo ser classificadas em incrementais, radicais ou sistêmicas (MULGAN, 2006), facilitando assim, a identificação e a caracterização das diferentes formas de mudanças sociais.

A inovação social se refere às novas ideias que trabalham em cumprimento de metas sociais (MULGAN et al., 2007), portanto, pode implicar em adaptações ao contexto, gerando melhorias em menor escala, até mudanças mais significativas, envolvendo um número maior de atores e gerando novas formas de organização do trabalho.

As inovações incrementais são mudanças ou introdução às modificações em uma situação já existente, representando melhorias em menor escala e respeitando estruturas dos sistemas existentes (FAGERBERG, 2003). São significativas, menos espetaculares, e provavelmente com um impacto cumulativo, por atingir resultados representativos (HARRISSON et al, 2009). Elas têm uma relação específica com a cultura e características do local, e incluem modificações, refinam e consolidam a melhoria das inovações já existentes.

Já as inovações radicais representam uma ruptura com as práticas econômicas e sociais estruturadas (FAGERBERG, 2003). Apresenta características de desempenho sem precedentes ou características que promovam melhoras significativas, cria novas oportunidades de desenvolvimento de processos inovadores.

Além das modificações do tipo incremental e radical, Mulgan (2010) apresenta a inovação sistêmica da inovação social, na qual se faz necessária a interação de vários elementos, como: movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados, infraestrutura e formas inteiramente novas de pensar e fazer. A mudança sistêmica envolve novas estruturas e arquiteturas, compostas por muitas inovações menores.

Essas mudanças estruturais exigem que os atores repensem suas ações e formulem novas ações, podendo até, entrar em conflito com as situações predeterminadas ou estruturadas anteriormente. Tais mudanças podem caracterizar-se por serem do tipo radical ou apenas com a finalidade de adaptações (ajustes), exploração de novos caminhos ou criação de novas estruturas de produção.

Na esfera econômica, as mudanças promovem novas relações de trabalho, de produção e de consumo enquanto que na esfera social, ocorre através de novas práticas e mudanças nas relações sociais. Deve existir a preocupação em minimizar os riscos de exclusão e marginalização social e econômica, efeitos estes, relacionados às transformações sociais (TARDIFF; HARRISSON, 2005).

Nesse contexto, são tomadas novas formas locais de governança, flexíveis e sensíveis e envolvendo uma relação não mercantil para identificar e satisfazer as necessidades locais (GUYON; BESANÇON, 2013). Desta forma, o desenvolvimento da inovação social acontece quando se é concebido de acordo com esta governança e suas relações marcadas pela diversidade, cultura e valores. Apesar do escopo da subjetividade imersa na noção de necessidade social que muitas vezes não a torna explícita, pode-se constatar que as necessidades sociais de base estão relacionadas aos recursos de moradia, saúde, educação, cultura e democracia a depender do contexto (HILLIER et al., 2004).

Portanto, a questão do acesso aos recursos necessários para a realização dos direitos que promovam a satisfação das necessidades humanas é aguda (HILLIER et al., 2004). Para alcançar um estado do bem-estar ou uma resposta satisfatória a uma necessidade social, a acessibilidade aos recursos é uma condição necessária (GUYON; BESANÇON, 2013).

Destaca-se, assim, a necessidade da ampla participação dos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos de inovação social, relacionados com o desenvolvimento local, como meio de assegurar a sua eficácia e sustentabilidade. Desta forma, pode-se agir coletivamente e criar uma sinergia, bem como aumentar a sua capacidade cívica, na medida em que age em conjunto em torno dos problemas das comunidades, legitimando o processo e aumentando a capacidade produtiva por meio da aprendizagem, adaptação e geração de resultados visíveis.

2.4.3 O papel do ator organizacional na “dimensão processos desenvolvidos por atividades coletivas”

As iniciativas de inovação social são entendidas como processo para alcançar a satisfação das necessidades humanas não satisfeitas através da transformação das relações sociais, sendo assim, considerada uma construção para uma duradoura transformação social, guiado por um olhar sistêmico (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008), através da produção de novas ideias, de novas estruturas e de uma re-contextualização visto que são socialmente (re)construídas as normas do bem público, da justiça e da equidade (CAULIER-GRICE et al., 2012). Demonstra uma construção de mudança social que enfatiza o conhecimento das comunidades e coloca em primeiro plano a reconfiguração coletiva das relações sociais (CAULIER-GRICE et al., 2012).

Em referência a importância do processo para a criação, implementação e difusão de inovações sociais, há na literatura pesquisadores que desenvolveram modelos para mapear suas etapas e respectivas variáveis, que são mencionados a seguir.

Para Cloutier (2003), a abordagem voltada a um processo desenvolvido por atividades coletivas deve atender a dois requisitos relativos: ao de criação e implementação. O primeiro é gerado pela diversidade e cooperação entre os atores, e pelo tipo de relação que poderá ser designada para a construção de uma rede de interesses coletivos. Nesse contexto, pode ser estimulada a co-criação de soluções através de uma gestão compartilhada, utilizando a

inovação social como facilitadora para implementação de serviços, normas, procedimentos e programas, contribuindo assim, para melhorias na condição de vida dos indivíduos. A partir desse requisito, a inovação social pode ser vista como um processo de aprendizagem coletiva e de criação de conhecimento.

O segundo se refere à participação ativa dos indivíduos ou organizações que a representam, garantindo, assim, que o sucesso da inovação social esteja na participação ativa dos atores durante todas as fases do processo de inovação social, a conscientização do problema na sua identificação das causas e implementação das soluções. Portanto, o grau de participação dos atores varia de acordo com a etapa do processo de inovação.

Tardif e Harrisson (2005) apresentam as inovações sociais sendo desenvolvidas pelos mais diversos atores, e o processo é descrito em termos de modos de coordenação (maneira pela qual os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social), dos meios envolvidos e das restrições à sua implementação.

O ciclo da inovação social de Murray et al. (2010) é o mais utilizado nos estudos sobre esta temática (Figura 5), composto por seis estágios, a saber: a) avisos; b) propostas; c) protótipos; d) manutenção; e) escala; f) mudança sistêmica.

Figura 5 – O ciclo da inovação social



Fonte: Murray et al. (2010, p.11)

Conforme Murray et al. (2010), cada estágio é caracterizado conforme a seguinte descrição: Os avisos, inspirações e diagnósticos incluem todos os fatores que destacam a necessidade de inovação – a exemplo da identificação do contexto de crise – bem como as inspirações que originam as propostas. Assim, esta etapa envolve o diagnóstico do problema e a formulação da questão de tal forma que as causas do problema, e não apenas os seus sintomas, sejam abordados. Preocupa-se em ir além dos sintomas para identificar as causas de um problema particular.

As propostas e ideias é o estágio de geração de ideias, podendo envolver métodos formais ou outros que ajudem a desempenhar a criação de novas ideias e experiências de uma ampla variedade de fontes; Os protótipos e pilotos são onde as ideias são testadas na prática, podendo acontecer através de testes aleatórios, testes pilotos mais formais e ensaios clínicos mais randomizados. Essa etapa é de refinar e testar as ideias é particularmente importante na economia social, porque é através da interação, da tentativa e do erro, que as coalizões unem forças e os conflitos são resolvidos. É também por meio desses processos que medidas de sucesso venham a ser acordadas.

A manutenção é quando se torna uma prática cotidiana. Trata-se de aprimorar a ideia e identificar fluxos de renda para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo no tipo de organização que vai gerenciar a inovação social. No setor público, isso significa identificar orçamentos, equipes e outros recursos, como legislação.

Na etapa de escala e difusão são desenvolvidas as estratégias para crescer e se difundir uma inovação. Estimula a inspiração reconhecendo seu papel na difusão de uma ideia ou prática. Outro elemento que influencia a escala de difusão é a demanda e a oferta, assim como acontece no mercado, com o objetivo de mobilizar para o sucesso de uma inovação social. É importante frisar que as inovações aderem e crescem na economia social de muitas outras formas, seja na inspiração e estímulo ou pela prestação de apoio e conhecimento de um para outro de uma forma mais orgânica e adaptativa.

A mudança sistêmica é o último objetivo da inovação social e normalmente envolve a interação de muitos elementos tais como: movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados e infraestrutura e novas formas de pensar e agir. Também requer novos quadros e arquiteturas compostas por muitas inovações menores. Adotam uma mudança sistêmica que envolve mudanças no setor público, no setor privado, da economia e das famílias, geralmente a longo prazo.

O desenvolvimento da inovação social ocorre através de um processo não linear, ocasionando que os estágios nem sempre sejam sequenciais, tornando as etapas interativas entre si (MURRAY et al, 2010).

Este estudo adota o modelo de processo de IS de Murray et al. (2010), considerando que, as duas primeiras etapas são consideradas um momento prévio da idealização da inovação social, caracterizada como a descoberta de uma necessidade não atendida, juntamente com a ideia de como poderia ser cumprida, na qual as novas possibilidades podem ter caráter tecnológico, organizacional ou ser resultado de novos conhecimentos (MULGAN, 2006; MULGAN et al., 2007; HUBERT, 2010). Por se tratar de um momento que antecede ao processo da inovação social, este papel de diagnosticar os problemas sociais foi tratado na Dimensão Necessidades Sociais.

O terceiro momento envolve a experimentação das ideias através de projetos pilotos com o *feedback* de usuários e especialistas (MULGAN et al., 2007; HUBERT, 2010), testando a viabilidade da inovação social na prática, gerando um encontro com a realidade, para minimizar as incertezas e realizar ajustes para melhorar seus produtos ou serviços inovadores (MULGAN, 2006). Nesse ponto, o papel de mobilizar atores com o intuito de gerar e implementar soluções inovadoras para superar os desafios sociais é fundamental para a efetividade da inovação social.

A manutenção apresentada na quarta etapa enfatiza a aprendizagem e adaptação contínua no contexto adotado (MULGAN, 2006), quando novas formas de pensar e fazer são postas em prática, envolvendo todos os atores (HUBERT, 2010).

A difusão da inovação social se apresenta como quinto momento, cujo protótipo, depois de avaliado, passa a ser cultivado e replicado em larga escala, captando-se recursos e parcerias institucionais para facilitar a expansão da atividade (MULGAN, 2006). A última etapa, mudança sistêmica, é entendida nesta tese como ganho social que a inovação pode trazer ao seu contexto, sendo explicada, então na Dimensão Ganhos e Respostas Sociais.

É possível perceber que para cada etapa do processo de inovação social, são delimitados papéis para o ator organizacional, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Papéis da dimensão processo desenvolvido por atividades coletivas

Papel do ator organizacional	Objetivo
Mobilização dos atores <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a participação dos atores ▪ Gerar novas formas de organização do trabalho ▪ Gerar novas atitudes e comportamentos 	Mobilizar os atores para a participação ativa no processo de inovação social
Desenvolvimento de habilidades <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação e aprendizagem dos atores 	Desenvolver habilidades necessárias para a manutenção da IS
Avaliação da inovação social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar as complexidades e incertezas das dinâmicas sociais 	Avaliar a inovação social no seu contexto e identificar os desafios
Difusão da inovação junto a outras localidades	Auxiliar na promoção e difusão da inovação social

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão teórica (2015)

A inovação social busca promover a inclusão dos indivíduos através das melhorias das relações sociais (CERVEIRA, 2013), promovendo assim, a participação de beneficiários, indicados para responder a uma ação humana, suprir uma necessidade, bem como trazer uma solução.

Maurer e Silva (2014) argumenta que um dos principais objetivos dos projetos de inovação social é a forma de participação dos atores envolvidos no processo, necessitando assim, formas de cooperação entre as partes, de negociação, parcerias, integração, empoderamento e difusão da inovação social.

Através desse processo de mobilização, a criação e implementação de inovações sociais resultam em mudanças significativas nos atores envolvidos, portanto, esta abordagem integrada exige uma reorganização no trabalho através de uma equipe interdisciplinar, introdução de novas tarefas, nova divisão do trabalho, com base nas aptidões e interesses das partes e novos modos de coordenação para melhorar a prática (CLOUTIER, 2003).

Assim, a inovação social reconhece, explora e coordena os bens e recursos que de alguma forma foram desperdiçados, subutilizados ou não utilizados. Em alguns casos, esses recursos podem ser latentes, como habilidades que as comunidades têm a sua disposição, intangíveis ou físicos (CAULIER-GRICE et al., 2012). Através do compartilhamento dos ativos, existe a possibilidade de que as iniciativas de inovação social oferecem benefícios para todas as partes envolvidas.

Por conseguinte, envolve mudança de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas que, através de uma rede de interesses alinhados, levam a novas e melhores maneiras de ação colaborativa no seio do grupo (CAULIER-GRICE et al., 2012). Assim, uma

inovação social acontece quando um grupo de atores muda sua maneira de fazer as coisas, levando a uma melhoria significativa para esse grupo.

Ao gerar o atendimento às necessidades sociais e melhorar as condições de vida dos indivíduos na saúde, educação, trabalho e transporte (CLOUTIER, 2003), provoca mudanças no comportamento social dos indivíduos, de modo a estabelecer condições para que estes retomem o poder sobre a condução de sua própria vida (CERQUIRA, 2013).

Neumeier (2012) destaca a importância da articulação de interesse entre os indivíduos, na busca do alinhamento e intercâmbio de experiências e, conseqüentemente, da promoção da mudança de atitudes, comportamento ou percepções, que geram assim, novas e melhores ações colaborativas e favorecem a adoção de novas posturas individuais/coletivas motivadas por um interesse comum.

Assim, essa dimensão é descrita em termos de modos de coordenação, dos meios envolvidos e das restrições à sua implementação (TARDIF; HARRISSON, 2005). Os modos de coordenação estão vinculados ao modo como os atores interagem e coordenam o processo de inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005), logo, é necessário criar mecanismos de avaliação, de participação, de mobilização e de aprendizagem entre os diversos atores envolvidos.

No que se refere ao papel de avaliar os desafios, deve-se incluir a complexidade e a incerteza das dinâmicas sociais, a resistência dos atores e as tensões que estes apresentam em decorrência da transformação, e as exigências para a formulação de um compromisso (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Os desafios podem ser classificados em três tipos de abordagem (BEPA, 2011): a abordagem da demanda social; dos desafios da sociedade; e da mudança sistêmica. As barreiras referentes às demandas sociais são geralmente as dificuldades associadas ao acesso a financiamentos, falta de coordenação entre os atores envolvidos, falta de reconhecimento legal e cultural, e de habilidades e treinamento.

A questão do financiamento é, particularmente, crítica para a inovação social, uma vez que as novidades surgem basicamente de uma estrutura *bottom-up*, dentro de um contexto micro (local), dificultando o entendimento de ser uma solução auto-sustentável e replicável, não atraindo o interesse necessário de órgãos financiadores. No nível organizacional, as organizações da sociedade civil recebem subsídios provenientes de fundações e políticas públicas, porém não são fontes de apoios financeiros a longo prazo, colocando em questão a continuidade das fontes de recursos.

Além das dificuldades de financiamento, as iniciativas de inovação social enfrentam barreiras relacionadas à falta de coordenação entre os diversos atores envolvidos. Cada ator tem um papel específico, muitas vezes distribuído em diversos níveis institucionais, gerando sobreposições, falta de coordenação ou até mesmo inconsistências. Uma vez que o processo de coordenação entre os atores permaneça confuso, surge outra barreira, a falta de reconhecimento legal e cultural por parte dos envolvidos. Essa falta de legitimidade está enraizada nas dimensões legais (limitada a apenas o cumprimento de seus papéis previamente definidos) e culturais (visto como um negócio, orientado para os fatores tecnológicos), desencadeando assim, atores institucionais que trabalham no incentivo ao desenvolvimento de iniciativas de inovação social, mas que não entendem o impacto social causado.

Relacionadas ao reconhecimento, à falta de treinamento e desenvolvimento de habilidades dos profissionais que trabalham com iniciativas de inovação social leva a uma deficiência na atuação desses profissionais. A natureza transversal da inovação social requer habilidades para se conectar a vários setores, domínios e interesses políticos. As lacunas de competências estão vinculadas à falta de conhecimentos dos aspectos jurídicos, marketing, captação de recursos e habilidades de liderança.

Os desafios da sociedade são as barreiras referentes às inovações sociais que respondem à fronteira entre barreiras sociais e econômicas direcionadas para a sociedade como um todo. Fazem parte os problemas de governança e educação.

Nos aspectos de governança, exige-se uma maior coordenação e integração entre as diferentes correntes políticas e níveis de governança, necessitando assim, de uma melhor colaboração entre as entidades públicas e privadas envolvidas com as demandas sociais prementes, e um amadurecimento na elaboração de políticas públicas em geral.

No domínio da educação e habilidades de desenvolvimento, a abordagem dos desafios sociais exige uma reforma nos sistemas de ensino, envolvendo mais a questão interdisciplinar dos impactos sociais das evoluções tecnológicas, tanto em termos de oportunidades e de ameaças.

Por fim, barreiras à inovação social também surgem quando se considera uma abordagem sistêmica, com o objetivo de contribuir para a reforma da sociedade em direção a uma participação mais efetiva dos atores, estimulando sua capacitação e aprendizagem. Dentro dessa mudança sistêmica, dois desafios ainda podem ser classificados: a cultura política, que consiste em uma abordagem *top-down* para a formulação e implementação de políticas públicas; e uma cultura geral em que a resposta aos problemas sociais é visto como algo que deve ser feito pelas instituições públicas, assumindo um papel passivo aos cidadãos e

demais partes interessadas na elaboração de políticas sociais. Estas barreiras enfrentadas levam à falta de educação necessária à promoção da cidadania ativa, à consciência do papel da capacitação, à aprendizagem mútua e à participação na reforma da sociedade.

O modo como os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social gera um potencial nos indivíduos, através de um processo de aprendizagem para aquisição dos conhecimentos, mudança de representações, novos aprendizados e um sistema de cooperação.

A importância da inovação social não deve ser focada na sua geração, mas na participação ativa dos atores envolvidos no processo de inovação, já que a capacitação dos atores através da aquisição dos conhecimentos, desenvolvimento de uma estrutura de apoio para motivar as pessoas a prosseguir a sua abordagem são fundamentais para sua sobrevivência (CLOUTIER, 2003; BEPA, 2011). Portanto, a inovação social como um processo está intimamente ligada ao desenvolvimento de habilidades.

A abordagem participativa permite que se desenvolvam as capacidades dos atores que lhes permitam satisfazer as suas necessidades a longo prazo, destacando a capacidade de participação e ação em nome de suas aspirações (CAULIER-GRICE et al., 2012). Nesse sentido, a capacitação dos atores e desenvolvimento de suas habilidades desafiam as relações de poder e incluem abordagens participativas para o desenvolvimento de iniciativas, estando intimamente ligada com a utilização dos recursos que as localidades têm a sua disposição. A inovação social se sustenta no potencial dos indivíduos e consiste em um processo de aprendizagem que inclui aquisição de conhecimento, modificação de representações e aprendizado da cooperação (RODRIGUES, 2004).

Por conseguinte, uma das formas de evidenciar o impacto da inovação social é quando acontece a sua difusão, através de processos de comunicação e partilha da ideia em novos lugares. Assim, difusão pode ser entendida como o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo e entre os membros de um sistema social (MINKS, 2011).

As diferenças da difusão podem ser atribuídas à natureza da inovação e do adotante, podendo ser identificados atributos de uma inovação que influencia e determina sua difusão, a saber: se as inovações são simples de adotar; se os seus benefícios são observáveis antes da adoção; se é compatível com os valores e comportamentos existentes (ROGERS, 1995). Conceituar inovações a partir dos atributos apontados tende-se a obscurecer a importância da percepção humana na difusão da inovação (DEARING, 1994). Diferentes atores podem perceber atributos diferentes, devido ao fato de não serem recursos fixos ou estáveis, e que

por si só, não determinam a certeza da adoção da inovação (DAVIES; SIMONS, 2013). Os indivíduos estão imersos nas relações sociais, de modo que a difusão de uma inovação é moldada pela natureza dessas relações, e pela maneira como as pessoas interagem e se enquadram em seus objetivos sociais.

Iniciativas de inovação social pressionam a favor da mudança social, na busca por soluções criadas para atender a um ou mais objetivos comuns, incluindo mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas que formam uma rede de interesses e atuam em melhores formas de ação colaborativa. Ao final da etapa do processo de inovação social, identifica-se um ponto de inflexão, significando o sucesso ou fracasso da inovação social (NEUMEIER, 2011). Em caso de implementação bem sucedida, ocorre o processo de difusão, e outras localidades passam a interagir com os atores sociais para adaptar e implementar a inovação social, caso não apresente uma melhoria contínua, nem o interesse para a implementação em outros contextos, considera-se então um fracasso.

Assim, é no âmbito dos processos que a inovação social assume sua relevância: pela inclusão social, pela capacitação de seus atores e pela ideia de mudança social como fator de transformação das relações de poder (ANDRE; ABREU, 2006). Portanto, a inovação social torna-se uma questão de inovação de processo, das necessidades de mudanças na dinâmica das relações sociais e suas relações de poder que levam a uma maior inclusão dos indivíduos às várias esferas da sociedade, referindo-se a uma posição de justiça social como resultado de uma construção social.

2.4.4 O papel do ator organizacional na “dimensão caráter inovador”

As inovações sociais possuem como característica comum o caráter inovador, no sentido de ser uma nova solução ou uma nova resposta. Chambon, David e Devevey (1982) argumentam que o caráter inovador é um conceito relativo, por apresentarem uma inovação social como uma solução não-padrão em um determinado contexto. Assim, essa dimensão volta-se para uma ação (de reorganização) medida pela extensão e profundidade das mudanças que causam no ambiente. Portanto, é uma condição suficiente, mas não essencial para a inovação social (CLOUTIER, 2003).

Nesse contexto, o ator organizacional tem como papel principal buscar soluções inovadoras em colaboração com os demais atores para trabalhar com problemas sociais. Mais especificadamente, os papéis são apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 – Papéis do ator organizacional na dimensão caráter inovador

Papel do ator organizacional	Objetivo
Inovações sociais específicas para o contexto investigado	Identificar soluções inovadoras que sejam adequadas ao contexto investigado
Inovação associada aos modelos de trabalho, na economia e nas ações sociais	Diagnosticar as IS com abordagem técnica, sociotécnica e/ou social
Investigação dos tipos de inovação social implementada	Diagnosticar se a IS tem caráter aberto ou fechado no ambiente investigado

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão teórica (2015)

As inovações sociais se constituem a partir do bem-estar atingido com as respostas desenvolvidas pelos atores emersos em crises, que impulsionam esses a agir, ou seja, a desenvolver soluções para mitigar uma determinada situação-problema. Essas soluções devem ser “novas”, ou seja, inéditas nos ambientes específicos onde elas emergem, podendo também ser identificadas como a implementação de novos arranjos institucionais entre os atores e novas regras sociais (TARDIF; HARRISSON, 2005). As novas soluções surgem como tentativas na fase inicial da implementação, mas, a longo prazo, tendem a se institucionalizar, gerando novos modelos de trabalho, de desenvolvimento e de governança.

A inovação social é definida mais pelo impacto do que pela novidade, pelas conquistas sociais que fornecem melhores soluções, porém as novas soluções servem para auxiliar no alcance dos resultados, aperfeiçoando as práticas existentes, e conseqüentemente, trazendo melhorias para as populações que servem (CAULIER-GRICE et al., 2012). Ressaltando que, não necessariamente as soluções são originais ou únicas, devem ser novas para o campo, setor, mercado ou usuário, ou apenas ser aplicado de uma nova maneira.

Uma das características é permitir que a inovação já tenha sido utilizada em outro contexto, contudo, o que caracteriza a inovação social é o novo arranjo institucional provocado por meio de uma ação coletiva. Portanto, independente da forma de inovação social, Tardif e Harrisson (2005) mencionam que estas inovações possuem um caráter local ou localizado. Ou seja, o ineditismo não está apenas no desenvolvimento de novas inovações, mas no emprego de conhecimentos já existentes e soluções amplamente exploradas pelo mercado, em novos contextos.

Assim, a inovação social deve encontrar sinergia dentro das iniciativas locais (MAZINI, 2006) e o ator organizacional é propulsor de uma mudança sistêmica, sendo responsável por articular desafios e possibilidades das localidades para criar experiências viáveis que mostrem soluções adequadas a realidade investigada.

Não há mudança sistêmica se ela não estiver preparada para a escala local, ou seja, nas práticas locais e cotidianas de uma comunidade (MANZINI, 2006), convidando assim os atores sociais a se tornarem co-criadores de soluções dos problemas que eles estão imersos. É o foco no modo de fazer ou de como produzir um conhecimento, na inclusão de valores como a participação e disseminação de conhecimentos entre todas as partes envolvidas, na busca de uma solução de fácil aplicabilidade pela própria comunidade que tenha como características o saber local.

Nesse caso, um papel particular é exercido pelas iniciativas de inovação social, que, pelas suas próprias características, são sinais de novos comportamentos e novos modos de pensar (CLOUTIER, 2003; TARDIFF; HARRISSON, 2005). Ou seja, são as descontinuidades locais (MANZINI, 2006), provocadas pelas práticas da inovação social e suas implicações na promoção de melhores condições de vida da população.

Reflete, assim, em uma inovação associada aos modelos de trabalho, na economia e nas ações sociais, sendo necessário o diagnóstico das abordagens dos tipos de inovação que estão sendo criadas ou implementadas. Nesse contexto, Tardif e Harrisson (2005) indicam que as inovações sociais podem estar em um *continuum* de técnica a social, classificando-se em técnicas, sociotécnicas e sociais.

As inovações sociais com abordagem técnica são as que têm forma de produto ou tecnologia. As inovações sociotécnicas englobam os elementos sociais e técnicos para, juntos, realizarem tarefas e sistemas de trabalho focados na produção tanto de produtos físicos como resultados sociais. A questão-chave é a concepção de trabalho para que as duas partes (técnico e social) produzam resultados positivos em um processo de otimização conjunta (VALADÃO; ANDRADE, 2012).

Já as inovações sociais que mais apropriadamente tomam a forma de “sociais” são principalmente as desenvolvidas por atores da sociedade civil, que não sejam promulgadas em uma organização, em uma empresa ou como soluções mais amplas desenvolvidas pelo Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005).

No que se refere a investigação dos tipos de inovação social implementada, Buckland e Murillo (2013) apresentam dois tipos de inovação para analisar com maior profundidade uma inovação social, as baseadas em inovação aberta, aquelas que os usuários e outras partes

interessadas são livres para copiar uma ideia, reaproveitá-la e adaptá-la; e as baseadas em inovação fechada, calcadas por meio da propriedade intelectual.

A inovação aberta tem como princípio básico o reconhecimento que os componentes da inovação devem ser originados de fontes internas e externas ao ambiente (CHESBROUGH, 2006), com o objetivo de capturar e criar valor a partir do conhecimento gerado por essas fontes, gerando como resultado, uma inovação fruto do compartilhamento de conhecimentos e interações de modo colaborativo (SILVA; BIGNETTI, 2012; CALCAGNO, 2013).

A inovação aberta é construída no pressuposto de que existe conhecimento a serem capturados em um processo de co-criação, nos quais os beneficiários são uma fonte de conhecimento e construção dos produtos e serviços a serem oferecidos (SIMANIS; HART, 2009).

A colaboração entre os atores dos diversos setores é uma prática relatada tanto na inovação social como na inovação aberta, nos quais Governo, mercado e organizações da sociedade civil são estimulados a trabalhar como parceiros (MURRAY et al., 2010). Assim, as inovações sociais têm uma tendência a identificação com a inovação aberta, por ocorrer em arenas colaborativas caracterizadas pela existência de limites tênues entre os atores envolvidos, na busca de soluções para seus problemas.

Assim, o objetivo social das inovações pode ser evidenciado, destacando o caráter inovador no processo da inovação, desde a identificação das necessidades sociais, ao processo de implementação, bem como na adaptação a outros contextos no momento da reaplicação. Todo esse desenvolvimento conta com a participação de uma pluralidade de atores que atuam de maneira democrática, tornando o caráter inovador relacionado a mudanças de práticas cotidianas.

2.4.5 O papel do ator organizacional na “dimensão ganhos e respostas sociais”

A dimensão ganhos e respostas sociais está focada no resultado de uma determinada inovação social. Alguns autores argumentam que a importância dessa dimensão está na transformação social que ela desencadeia. Murray et al. (2010) aborda a fase de mudança sistêmica como objetivo final da inovação social; Cloutier (2003) preconiza que a inovação social se classifique como objetivos de mudança, destacando a preocupação com a solução

dos problemas sociais, bem como na busca por melhores condições de vida dos indivíduos e/ou comunidades; Buckland e Murillo (2013) apresentam a variável de impacto e transformação social, argumentando que toda IS visa resolver problemas sociais.

Dentro desse contexto, percebe-se que a dimensão de ganhos e respostas sociais não pode ser entendida como uma última etapa do processo de inovação social, mas como o motivo principal que estimula os atores a iniciarem as etapas de identificação e implementação da inovação social, por isso a preocupação em apresentá-la em uma dimensão separada da Dimensão Processo.

Assim, os atores organizacionais têm o papel de se voltar para o alcance dos objetivos sociais e direcionar seus esforços para os segmentos desfavorecidos ou marginalizados da sociedade, bem como procurar articular-se com os demais setores da sociedade em prol desses objetivos (PHILLS JR.; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). O quadro 11 apresenta os papéis dos atores organizacionais para essa dimensão.

Quadro 11 – Papéis do ator organizacional para a dimensão ganhos e respostas sociais

Papel do ator organizacional	Objetivo
Transformação social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudança no ambiente ▪ Melhorias nas condições de vida ▪ Atendimento aos interesses coletivos 	Estimular a participação dos atores para se implementar estratégias até chegar ao alcance da transformação social.
Ganhos sociopolíticos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emancipação política 	Estimular a sociedade civil a adquirir sua emancipação política

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão teórica (2015)

As inovações sociais são reconhecidas como tal, não só pelo caráter inovador voltado à solução dos problemas sociais, mas principalmente, por causa dos resultados alcançados e os objetivos delimitados. Assim, as inovações sociais são aquelas que contribuem para uma mudança social, devendo assim, alcançar melhores resultados no desenvolvimento das atividades cotidianas.

A transformação social não pode ser alcançada através de uma única organização ou setor, sempre envolve uma complexa interação de cultura, práticas de negócios, legislações e fatores políticos. Logo, para que aconteça uma mudança no ambiente, prioritariamente, deve-se envolver uma mudança de atitudes e comportamentos por parte dos atores envolvidos.

As organizações da sociedade civil criam estratégias (escolhas sobre os apoiantes e formas de organização) e procuram vincular as oportunidades oriundas do governo com as

ideias originadas pela comunidade, gerando uma combinação de oferta efetiva e demanda efetiva (MULGAN et al., 2007), resultando em inovações que atingem a transformação social.

Westley et al. (2006) afirma que o processo de inovação social é criado dentro das interações sociais de vários movimentos e como isso muda a sociedade. Os autores sugerem que o relacionamento é a chave para a compreensão para se entender a dinâmica da inovação social e assim, atingir o objetivo da mudança.

A inovação social deve ser mais eficaz do que as soluções existentes, deve criar uma melhoria em termos de resultados, podendo incluir condição de vida, níveis de satisfação, aumento da expectativa de vida, reintegração no mercado de trabalho, melhoria do bem-estar e coesão social (CAULIER-GRICE et al., 2012). Ela tem como objetivo, não só resolver um problema social, mas também responder a uma aspiração (SAUCIER et al., 2006), não podendo ser reduzida a dimensão de resolução das necessidades sociais, mas vista como uma forma criativa de contribuir para o bem-estar dos indivíduos e das coletividades.

Assim, a finalidade da inovação social é fornecer soluções cujo objetivo é o bem-estar da sociedade, na forma de melhorar as condições de vida e de melhoria de suas atividades cotidianas, e estimular novas referências ou processos, independente do ambiente onde acontece a inovação social (OECD, 2010).

Para Assogba (2007) as inovações sociais destinam-se principalmente a promover a coesão social e solidariedade. Neumeier (2012) destaca a importância da rede de interesses que alinha as pessoas e suas experiências e que promove a mudança de atitudes, comportamentos ou percepções que geram novas e melhores ações colaborativas. As redes de articulação promovidas pela diversidade de atores sociais se torna um exemplo de transformação social, por provocar mudança no ambiente investigado, promove a melhoria nas condições de vida, bem como compartilha o interesse da coletividade.

A perspectiva da transformação social reconhece a importância de difundir as inovações sociais para que essas possam desempenhar soluções em outros contextos, desse modo, o processo continuado da IS permite que essas inovações localizadas podem ter oportunidades de escalabilidade para outros contextos. Buckland e Murillo (2013) argumentam que essa capacidade de escala para replicar a inovação se torna importante por duas razões: primeiro, porque muitos dos problemas sociais atuais são globais, sendo necessário, soluções globais; e segundo, como muitos dos sistemas são globalizados ou atuam em grande escala, o que funciona em uma cidade ou nação, muitas vezes pode ser estendido para o outro.

Assim, a essência de uma abordagem de encontrar soluções para problemas específicos dirá em torno do potencial impacto da solução no ambiente que a recebeu, bem como por sua capacidade de se difundir em outros contextos.

O pensamento de solidariedade de reaplicar os conhecimentos gerados nas inovações sociais permite a interação com várias culturas mediante ações de comunicação e troca de conhecimentos e informações em rede, criando e aperfeiçoando, dentro desse compromisso de co-responsabilização, novas experiências de inovação social.

Nesse contexto, o papel dos ganhos sociopolíticos provocado pela inovação social evidencia-se em outros papéis, a exemplo do estímulo papel da participação social no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais essenciais para o desenvolvimento local.

Este papel trabalha dentro da perspectiva *bottom-up* da inovação social, a sociedade civil (re)descobre seu poder de cooperação, tornando-se um agente ativo na busca de soluções para as necessidades sociais locais, atuando de forma criativa por meio de produtos, serviços, lugares, conhecimentos, habilidades e tradições existentes, bem como através do gerenciamento de seus próprios recursos, sem esperar por uma mudança *top-down* e geral na política, na economia, ou nos ativos institucionais e de infraestrutura do sistema (MANZINI, 2014).

Pratt (2011) apresenta funções-chave das organizações da sociedade civil que são aplicadas a esse papel. A primeira delas é gerar a base para a democracia, ao afirmar que a sociedade civil se adapta a processo de negociação e representação quando se encontram dentro de uma cultura da democracia (perspectiva *bottom-up*), levando o comportamento democrático além do nível processual básico, a exemplo de eleições livres, criando normas, sistemas e redes que garantam a democracia em experiências interativas a nível local, tornando a sociedade civil forte e pluralista junto ao Estado. A segunda função-chave é promover a responsabilização política. A sociedade civil tem o compromisso de fazer com que o Estado escute suas necessidades, para isso, são formadas organizações da sociedade civil com o objetivo de articular o interesse dos cidadãos com as responsabilidades políticas do Estado. A terceira função considera a sociedade civil como fonte de inovação, que cria e promove alternativas para sanar seus problemas sociais, implementando inovações sociais dentro de suas realidades. Por fim, a quarta função está associada ao princípio da legitimidade, na qual o Estado deve obter a legitimidade dos seus cidadãos, a partir da ideia de que os cidadãos têm direitos iguais perante a lei e que o Estado reconhece esta questão

como essencial. Portanto, as organizações da sociedade civil se tornam um canal para representar os cidadãos e os seus interesses.

Assim, convidar a sociedade civil a ser corresponsável junto ao Estado é permitir que os indivíduos se tornem emancipados politicamente, comprometidos com a recriação de uma sociedade com mais justiça e equidade, assegurada pelo processo solidário entre os indivíduos.

Um vez identificadas as dimensões da inovação social e os respectivos papéis do ator organizacional, faz-se necessária a apresentação do *framework* inicial proposto nesta tese.

2.5 Proposição inicial do *framework* com os papéis do ator organizacional

As dimensões apresentadas na literatura tiveram como objetivo refletir sobre os papéis que os atores organizacionais devem assumir nas iniciativas sociais para que essas se caracterizem como uma prática efetiva de inovação social.

Assim, as iniciativas de inovação social precisam ser investigadas a partir de uma abordagem que contemplem os papéis dos atores organizacionais envolvidos, para que se possa atuar na articulação junto aos demais atores para identificação de necessidades sociais e soluções de caráter inovador, com foco no processo de inovação social e na geração de valor criado (resultado) por tais inovações.

A proposta de *framework* apresentada nesta seção é flexível e permite adaptações para contextos específicos que envolvam iniciativas de inovação social, uma vez que os papéis serão desempenhados pelos atores organizacionais envolvidos. A sua construção preliminar foi baseada na revisão de literatura e, posteriormente, ele foi submetido aos dados da fase empírica desta pesquisa. Esta decisão segue a recomendação de Hoff (2008) que indica a necessidade de usar *frameworks* para a formulação de hipóteses e para testes em futuros estudos empíricos, com vistas não só ao desenvolvimento de procedimentos metodológicos e analíticos adequados, mas também para testar sua coerência prática.

As informações da pesquisa de campo são comparadas à estrutura conceitual e simultaneamente, o pesquisador deve realinhar os conceitos que possam emergir desses dados para compor o modelo final (LAYDER, 2005).

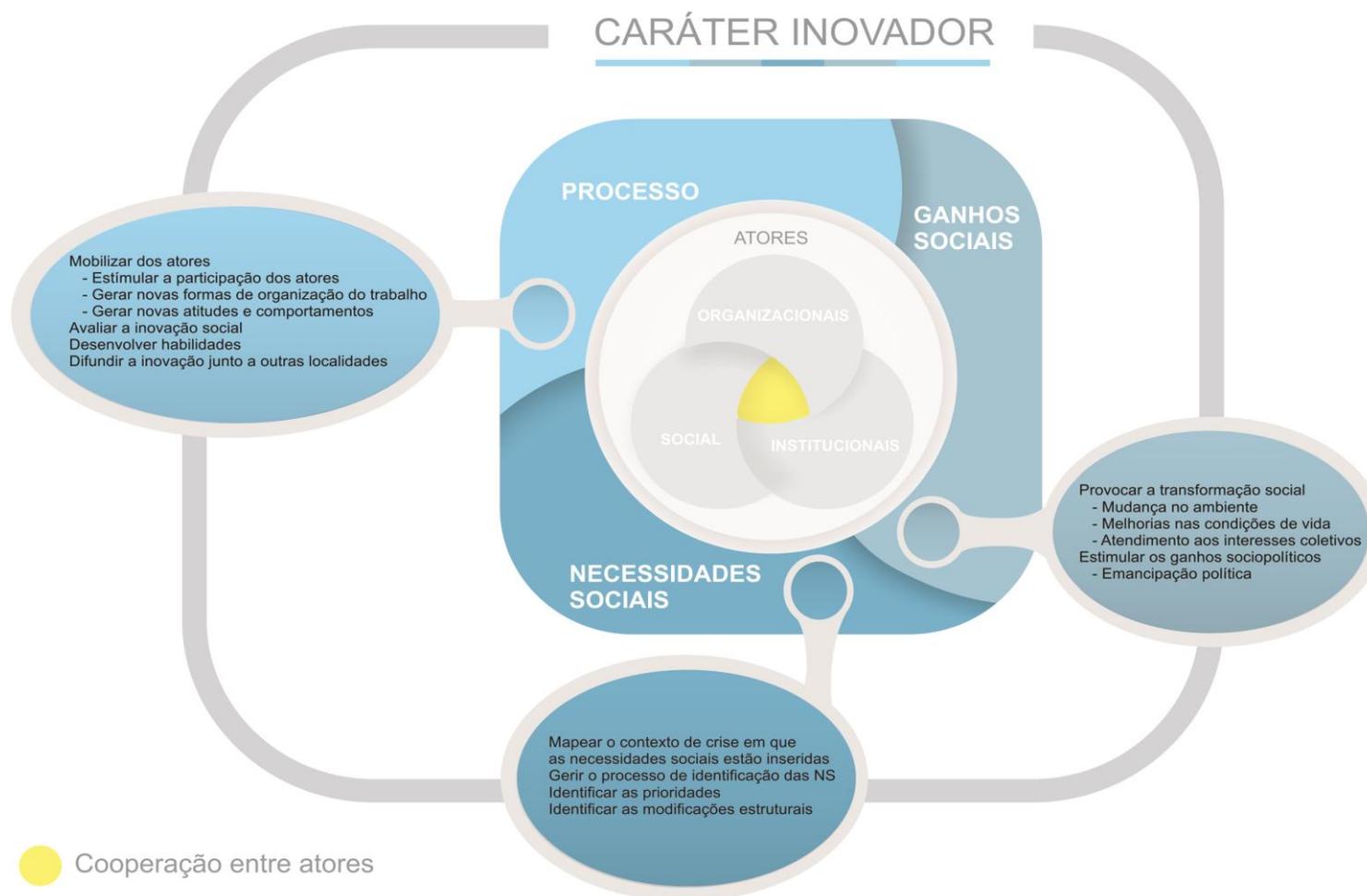
Ressalta-se que um *framework* representa uma coleção de conceitos, representando, em cada um deles, a construção de papéis, juntamente com uma apresentação casual/analítica que possibilitem a facilidade nas interpretações e se preocupa com a compreensão e o

entendimento (JABAREEN, 2009), sendo considerado uma rede de conceitos interligados que, juntos, oferecem a compreensão abrangente de um fenômeno.

Assim, o *framework* aqui proposto apresenta os papéis do ator organizacional dentro das iniciativas de inovação social, a partir das seguintes dimensões: atores, processos e atividades coletivas, necessidades sociais, ganhos e respostas sociais e caráter inovador. Como pode se observar na Figura 6, essas dimensões ocorrem ao longo da trajetória de iniciativas de inovações sociais. Deve-se destacar também que a dimensão caráter inovador é concebida como sendo um sistema social que está presente nas demais dimensões. Além disto, considera-se que a inovação está relacionada aos seguintes aspectos: na dimensão atores, as ações desempenhadas pelos indivíduos; na dimensão necessidades sociais, pela interpretação dos ambientes e na busca por soluções mais apropriadas para os contextos; na dimensão processo, pela forma como se devem gerenciar as características inovativas; e na dimensão ganhos e respostas sociais, pela concretização de ideias que tragam valor social.

Dessa forma, os atores são capazes de gerar um ambiente pró-inovação e influenciam os papéis do ator organizacional dentro das demais dimensões de análise por incentivar a criatividade e oferecer novas abordagens para os problemas sociais e relacionar o contexto mais amplo do processo de inovação social ao seu objetivo da transformação social.

Figura 6 – *Framework* inicial com os papéis do ator organizacional nas iniciativas de IS



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Embora tenham sido identificadas inicialmente as cinco dimensões da inovação social, de posse dos dados empíricos, tais dimensões foram examinadas para investigar a existência delas e de outras variáveis que não foram identificadas na revisão da literatura para compor a versão final desse modelo proposto.

3 Procedimentos metodológicos

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que são traçados os caminhos que foram necessários para atender à problemática central e as perguntas norteadoras deste estudo.

3.1 Delineamento da pesquisa

As questões norteadoras desta pesquisa, nas respectivas dimensões da Inovação Social, foram: (Atores) Quem são os interessados nas iniciativas de inovação social? Quais os mecanismos utilizados pelo ator organizacional para o envolvimento dos demais atores? Como acontece a articulação entre o ator organizacional com os demais atores? (Necessidades sociais) Qual o papel do ator organizacional para o atendimento da transformação social esperada de uma inovação social? (Processos desenvolvidos por atividades coletivas) Qual o papel assumido pelo ator organizacional no processo de uma inovação social? Que estratégias ele desenvolve e adota para a sobrevivência de uma inovação social? (Ganhos e respostas sociais) Como se dá o papel do ator organizacional para que a inovação social promova ganhos e respostas sociais para seus beneficiários? (Caráter inovador) Qual o papel do ator organizacional para incentivar as características inovadoras da inovação social? Com o propósito de responder a tais questionamentos, a presente tese pode ser considerada um estudo analítico, com vistas à geração de um esquema de análise acerca do fenômeno analisado.

Adotou-se, então, uma abordagem pragmática, que enquanto concepção surge mais das ações, das situações e das consequências do que das condições antecedentes, buscando compreender a complexidade dos aspectos envolvidos no desenvolvimento e implementação de iniciativas de inovação social. Nesta abordagem “Há uma preocupação com as aplicações, o que funciona, e as soluções para os problemas” (CRESWELL, 2010, p. 34).

Logo, esta pesquisa adota uma posição epistemológica que não determine sua pesquisa como simplesmente positivista ou interpretativista, para que seja possível transcrever os limites de cada uma delas (LEITE, 2012), permitindo, assim, uma posição pragmática que

torne possível equilibrar a objetividade e sensibilidade em termos dos pressupostos ontológicos (LAYDER, 2005; STRAUSS; CORBIN, 2008).

Quanto ao método, a escolha da abordagem qualitativa levou em conta a intenção em contribuir no desenvolvimento da teoria que envolve a inovação social. O método qualitativo facilita o estudo em profundidade e em detalhes (PATTON, 2001), parte de questões de interesses amplos, desenvolvidas, definidas e aprofundadas à medida que o estudo se estende (GODOY, 1995).

O enfoque metodológico visou essencialmente à descrição e compreensão das dimensões que compunham o modelo proposto inicialmente a partir da apresentação dos papéis do ator organizacional dentro de cada dimensão. Dessa forma, quanto aos fins, a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória.

O desenvolvimento de uma pesquisa exploratória é indicado nas situações em que o tema é pouco conhecido ou quando não é possível identificar, satisfatoriamente, uma teoria específica ao tema em questão (BABBIE, 1986), bem como nos casos em que se busca um novo enfoque para um tema, ou uma nova abordagem teórica (LEMOS, 2008). Assim, essa escolha metodológica se adéqua ao presente estudo porque ainda são exíguas as pesquisas empíricas associadas à construção de dimensões da inovação social e o estabelecimento dos papéis do ator organizacional em cada uma delas, para identificação e avaliação de iniciativas de inovação social.

Dessa forma, o estudo também se propõe a descrever as características que dizem respeito aos papéis do ator organizacional, caracterizando-se como uma pesquisa descritiva, a qual visa a estudar as características de um grupo, além de levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 1999).

Em uma pesquisa qualitativa, é de fundamental importância que se leve em consideração o contexto do fenômeno estudado (PETTIGREW, 1992). Para tanto, adota-se a estratégia de estudo de caso por ser considerado o método mais apropriado para questões que envolvem o “como” e o “por que” (YIN, 2010), através de uma coleta de dados profunda, envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto (CRESWELL, 2010). Essa estratégia metodológica é uma das mais adequadas para obter um entendimento do que está sendo investigado (MERRIAN, 1998), possibilitando ao pesquisador alcançar o entendimento sobre questões sociais complexas, examinado o fenômeno investigado dentro do seu contexto (YIN, 2001).

Outra preocupação relacionada à escolha do caso também se pautou em princípios definidos por Yin (2001), que sublinha a importância de verificar qual caso proporcionarão

maior riqueza de dados para o alcance do objetivo proposto. A partir do exposto, foi selecionado um caso confirmatório, ou seja, passível de replicações do mesmo fenômeno em outros casos (STAKE, 1998; YIN, 2001), o que ajuda a reforçar os achados de todo o estudo.

Apresentam-se, a seguir, os critérios de seleção dos sujeitos de pesquisa.

3.2 Critérios de seleção do objeto de pesquisa

A seleção do estudo de caso desta pesquisa ocorreu a partir de alguns critérios estabelecidos: a) estudar alguma região do Nordeste brasileiro com vínculo em agricultura familiar devido a esta tese estar vinculado ao Projeto de Pesquisa “Rede de estudos e pesquisas em sistemas de indicadores de sustentabilidade para agrossistemas baseados nos princípios da revolução verde no Nordeste Brasileiro”, submetido ao Edital CNPq 022/2010; b) serem iniciativas em comunidades cujas ações se concentrem nos seguintes aspectos: 1) acompanhar, no mínimo, o conceito de desenvolvimento local; 2) ser baseado em padrões de mudanças de comportamento e estruturas organizacionais; 3) ter como objetivo criar meios de inclusão social; 4) introduzir algo novo para sua região que seja considerado uma inovação social; 5) que tenham a participação da sociedade civil.

Na busca pelo objeto de estudo que se adeque aos critérios acima apresentados, identificou-se a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), como um caso emblemático de organização da sociedade civil que promove, como ator organizacional, iniciativas de inovação social que pode confirmar, desafiar ou ampliar a teoria (YIN, 2010) analisada, por ser uma rede formada por organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. A sua missão é “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA BRASIL, 2015). As entidades que integram a ASA estão distribuídas em nove estados que compõem o semiárido brasileiro (AL, BA, CE, PB, PE, PI, SE, RN e MG).

Assim, entendeu-se a seleção das organizações da sociedade civil vinculadas a ASA como unidades de análise do caso investigado nesta tese. O primeiro passo foi estabelecer os critérios para enfrentar algumas dificuldades práticas ou técnicas (FLICK, 2009) inerentes a pesquisa qualitativa. Desse modo, para atender ao critério de acessibilidade para realização da coleta de dados, buscou-se reduzir a região geográfica, abrangendo apenas os Estados

envolvidos no Projeto de Pesquisa mencionado acima, a saber: Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O mapa apresentado na Figura 7 apresenta a região semiárida e os Estados contemplados na pesquisa.

Figura 7 – Estados contemplados na pesquisa



Fonte: IBGE (2010)

Dentro de cada um desses Estados, existe a representação estadual da ASA, chamada de Coordenação Executiva, que envolve um grupo de organizações da sociedade civil (OSC's) pertencentes ao Estado, representando-o em forma de Conselho Estadual e, dentre essas organizações, são eleitas, a cada dois anos, uma representação titular e outra suplente. O Quadro 12 apresenta as quantidades de organizações que representam a Coordenação Executiva por Estado.

Quadro 12 – Coordenações Executivas da ASA por Estado

Estado	Quantidade de OSC's nas Coord. Executivas da ASA
Paraíba	14
Pernambuco	17
Rio Grande do Norte	18
TOTAL	49

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

O segundo momento foi definir as unidades de análise. Para responder as questões norteadoras deste estudo no que tange as dimensões de análise da inovação social e os papéis do ator organizacional, foram consideradas como potenciais unidades de análise todas as organizações da sociedade civil vinculadas às coordenações estaduais da ASA e que atuam nos três estados supracitados. Assim, foram enviados e-mails para os seus representantes, solicitando uma entrevista, de acordo com a disponibilidade dos mesmos. A quantidade de entrevistados foi definida quando os papéis do ator organizacional identificados no estudo atingiram o ponto de saturação adequado para responder aos objetivos da pesquisa (PAIVA JÚNIOR, LEÃO; MELLO, 2011), totalizando em 18 (dezoito) sujeitos sociais. A saturação teórica implica no preenchimento, com o conteúdo derivado dos dados coletados, das dimensões conceituais que emergem ao longo da pesquisa e que são vistas pelo pesquisador como sendo importantes para assegurar a descrição e/ou explicação do fenômeno estudado (LIMA, 2005).

No foco da referida pesquisa, as organizações da sociedade civil, entendidas nesta tese como atores organizacionais, estão vinculadas à ASA Brasil e possuem um papel articulador entre todos os atores envolvidos no processo de inovação social das iniciativas estudadas. Estão vinculadas ao Governo Federal, que é considerado o ator institucional da inovação social, através da representação das políticas públicas adotadas, assim como aos beneficiários, mais especificamente, os agricultores familiares, considerados atores sociais, ao contribuir, através da implementação das políticas públicas, para a mudança da realidade na qual esses atores sociais estão inseridos. Dessa forma, pode-se afirmar que os atores organizacionais são detentores de conhecimento sobre como a prática da inovação social acontece nos seus respectivos contextos. Isto reforça a importância de utilizar essas organizações da sociedade civil (ator organizacional) como unidades de análise do fenômeno investigado, por estarem localizadas em uma posição estratégica que as tornam capazes de avaliar todas as dimensões da IS e seus papéis situados em um contexto específico. Dessa forma, no estudo de iniciativas, socialmente inovadoras, os atores, suas práticas, lugares e fenômenos são estudados, e o esforço do pesquisador é entender os significados e as prioridades dos envolvidos no contexto estudado (KONTANTATOS; SIATITSA; VAIYOU, 2013).

Os sujeitos sociais e os casos foram selecionados pelo critério de conveniência, devido ao acesso às informações (MERRIAM, 1998). Os parâmetros considerados foram: a) que as representações titulares e suplentes, por Estado, fossem contempladas na pesquisa; b) e ter vínculo com as políticas públicas dos Programas P1MC e P1+2.

Em relação aos respondentes, determinou-se que o diretor executivo das organizações as sociedade civil seriam os escolhidos para responderem a entrevista, uma vez que dispunham de informações sobre as práticas de inovação social em um contexto mais amplo.

O objetivo foi focar nas percepções subjetivas que buscam construir propósitos a partir da realidade dos indivíduos, suas experiências e contextos, entendendo os sujeitos como indivíduos conscientes, que interpretam suas normas e regras sociais conforme os contextos específicos de suas realidades (MORGAN; SMIRCICH, 1980).

O Quadro 13 expõe as informações detalhadas sobre os sujeitos sociais participantes, o código do entrevistado (remetendo ao Estado em que está representando); a organização social que representa; o tempo de atuação na organização; a identidade no ATLAS.ti (código gerado no sistema); a data de realização da coleta de dados. Todos os entrevistados possuem a mesma função, são os diretores executivos das organizações sociais investigadas.

Quadro 13 – Apresentação dos sujeitos entrevistados

Código do entrevistado	Código da Organização	Tempo de atuação na ASA	ID Atlas.ti	Data	Tempo
E01_RN	ONG01_RN	6 anos	P1	15/04/2015	1h29
E02_RN	ONG02_RN	3 anos	P2	15/04/2015	1h02
E03_RN	ONG03_RN	7 anos	P3	15/04/2015	44min
E04_RN	ONG04_RN	10 anos	P4	16/04/2015	52min
E05_RN	ONG05_RN	15 anos	P5	16/14/2015	57min
E06_RN	ONG06_RN	7 anos	P6	16/04/2015	1h05
E01_PE	ONG01_PE	4 anos	P7	22/04/2015	38min
E02_PE	ONG02_PE	5 anos	P8	22/04/2015	1h02
E03_PE	ONG03_PE	10 anos	P9	23/04/2015	1h08
E04_PE	ONG04_PE	5 anos	P10	23/05/2015	42min
E05_PE	ONG05_PE	12 anos	P11	23/04/2015	48min
E06_PE	ONG06_PE	6 anos	P12	24/04/2015	37min
E01_PB	ONG01_PB	7 anos	P13	04/05/2015	1h08
E02_PB	ONG02_PB	22 anos	P14	11/05/2015	54min
E03_PB	ONG03_PB	13 anos	P15	11/05/2015	44min
E04_PB	ONG04_PB	9 anos	P16	15/05/2015	1h15
E05_PB	ONG05_PB	16 anos	P17	20/05/2015	48min
E06_PB	ONG06_PB	8 anos	P18	25/05/2015	1h04

Fonte: Elaboração própria (2015)

A seguir, são apresentados os procedimentos de coleta de dados adotados.

3.3 Coleta de dados

Como estratégia de coleta de dados, utilizaram-se dados e evidências de diferentes naturezas, a saber: a pesquisa bibliográfica, como forma de obter embasamento teórico para a construção das dimensões de análise e seus papéis nas iniciativas de inovação social; a pesquisa documental para levantar dados e informações necessárias sobre os objetos de estudo, a exemplo de regimentos, normas e procedimentos, informativos e livros publicados pelas organizações; a pesquisa de campo consolidada pelas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos; e a observação não participante através das visitas e da vivência junto às organizações durante o período da pesquisa.

Nesse sentido, foi realizada a triangulação entre os instrumentos de coleta de dados com o objetivo de aumentar a confiabilidade da pesquisa (YIN, 2011), utilizando multimeios de coleta de dados.

A revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho contempla diversas fontes de informações, tais como: livros, dissertações, teses e artigos científicos, a fim de estabelecer uma primeira proposição de dimensões da inovação social e os papéis do ator organizacional em cada dimensão.

Esse tipo de coleta de dados também serviu para estimular questões durante o processo de análise, com o objetivo de se amparar na literatura para apontar discrepâncias ou confirmações em relação aos achados da pesquisa. Não representa uma fonte de dados *per se*, mas também fornece material para comparação, durante a análise, com dados obtidos por outros meios (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Como instrumentos norteadores das concepções teóricas adotados nos objetivos desse trabalho, o estudo dos documentos e registros em arquivos sobre a ASA e os programas que desenvolvem foi essencial. Compreendeu ainda a pesquisa os regimentos internos, boletins informativos, relatórios e livros publicados pelas organizações obtidos com os interlocutores nos momentos das entrevistas. A documentação permite, como ponto forte, a descrição, precisão e capacidade de ampla cobertura de um longo espaço de tempo (YIN, 2001).

Para as entrevistas em profundidade, foi elaborado um roteiro semiestruturado (Apêndice B) que orientou a interação com os participantes da pesquisa. Uma das vantagens das entrevistas semiestruturadas é que os roteiros de coleta de dados são flexíveis, de modo

que podem sofrer adaptações como acréscimos ou eliminação dos papéis do ator organizacional previamente apresentados no *framework* inicial, à medida que ganham ou não importância ao longo de cada entrevista. Ainda, podem-se aprofundar questões que se mostrem produtivas ao longo da entrevista, sem perder a comparabilidade entre as já feitas.

Tais instrumentos de coleta de dados foram utilizados de forma simultânea para obter a profundidade dos aspectos inerentes ao caso analisado, no que se refere as questões norteadoras deste estudo.

Deve-se ressaltar que foram realizadas duas entrevistas iniciais como pesquisa piloto que forneceram parâmetros do ajuste de coleta de dados. Tal instrumento foi avaliado e sofreu adequações dos questionamentos de modo a atender aos objetivos propostos no estudo, proporcionando o diálogo mais claro e compreensível com os participantes.

As entrevistas foram agendadas por e-mail e os roteiros foram enviados na medida em que se confirmavam a disponibilidade de realizá-las. Essas entrevistas ocorreram de forma presencial e o *locus* foi determinado, especialmente, a partir da conveniência dos entrevistados. Foram tomados cuidados como o de ressaltar, no início de cada entrevista, a questão do anonimato do entrevistado, enfatizando as razões da utilização de gravação para contribuição do processo de análise, visando a minimizar possível constrangimento por parte dos entrevistados e possibilitar a coleta de informações mais ampla e confiável possível.

Após cada entrevista, foram registradas nos diários de campo (APÊNDICE C) as observações da pesquisadora sobre as impressões frente à expressão não verbal dos depoentes que pudessem contribuir para a compreensão das narrativas. Foram gravadas e transcritas de forma integral, não apenas das palavras proferidas, mas também, das hesitações, gaguejos, correções, pausas e a sua duração. Para tanto, foi utilizado um gravador MP3 para o registro da reprodução exata dos depoimentos. As entrevistas totalizaram 1.017 minutos, o que corresponde a uma média de 56 minutos por entrevistado.

De acordo com Tjora (2006), citado por Ferreira, Torrecilha e Machado (2012), entrevistas e observação são técnicas interativas, visto que a entrevista conduz para a observação, enquanto que as observações podem sugerir os aprofundamentos necessários para as entrevistas. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa não participante, na qual a pesquisadora atuou como expectadora do fenômeno observado. As principais anotações referentes à observação foram: no curso de capacitação das Mulheres da Caatinga, que aconteceu na cidade de Serra Talhada (PE), cujo objetivo de conscientizar as mulheres sobre o seu papel nas comunidades onde vivem; na reunião de planejamento da Comissão Executiva do Estado da Paraíba, na sede do Programa de Aplicação de Tecnologias apropriadas

(PATAAC), na cidade de Campina Grande (PB); em um expediente no Seminário sobre Sementes da Paixão, na cidade de Triunfo (PE); em um almoço de planejamento sobre o seminário dos 100 anos da seca de 1915, na cidade de Serra Talhada (PE).

3.4 Análise de dados

A análise dos dados tem como objetivo organizar e interpretar os dados de tal forma que possibilite o cumprimento dos objetivos propostos. Dessa forma, o tratamento dos dados foi a partir da análise de conteúdo, que consiste na identificação, codificação e categorização dos primeiros padrões de dados, significando analisar o conteúdo das entrevistas e observações realizadas, abrangendo a explicitação, a sistematização e expressão das mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas sobre sua origem e contexto (BARDIN, 2011).

Para proceder à análise das entrevistas, utilizou-se, como ferramenta de apoio, o *software* de pesquisa qualitativa ATLAS.ti, que objetiva facilitar a análise qualitativa e por apresentar flexibilidade para geração de dados. O ATLAS.ti possui a vantagem de gerar e estruturar os dados qualitativos e analisar, apresentando resultados através da construção de redes semânticas.

A análise de dados desenvolveu-se de acordo com as fases do processo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011): a) pré-análise; b) exploração de material; c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

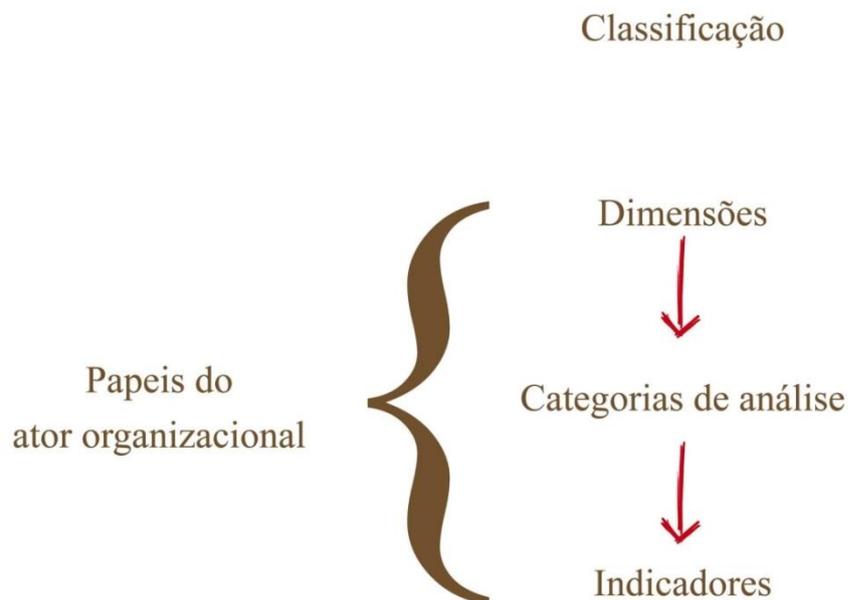
A pré-análise equivale à organização do material da pesquisa que se inicia no levantamento de material bibliográfico sobre o objeto de estudo até a determinação do *corpus* a ser analisado. Estabelece-se uma sistematização que serve para a condução da pesquisa após as operações sucessivas de análise. Essa fase compreendeu a leitura flutuante, formulação dos objetivos e proposições, definição de construtos, escolha dos documentos, definição de regras do método, constituição do *corpus*, preparação do material (BARDIN, 2011).

Concluída a primeira fase, partiu-se para a exploração do material, constituindo-se como segunda fase. Durante essa etapa, a investigadora procurou encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo das falas dos respondentes foi organizado. Bardin (1977) define codificação como a transformação, por meio de recortes, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. Ainda adotou-se a escolha de

unidades de registro (recortes), a seleção de regras de contagem (enumeração), e a escolha de categorias (classificação e agregação). As categorizações “são as rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidade de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das categorias comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p. 147). Logo, foi-se encontrando uma significação nas falas dos entrevistados.

Para realização desta pesquisa foram consideradas três classificações para os papéis do ator organizacional, como demonstra a Figura 8.

Figura 8 – Classificação para os papéis identificados



Fonte: Elaboração da autora (2015).

As dimensões representam o papel do ator organizacional no nível macro, caracterizado pelas cinco dimensões provenientes do conceito de inovação social apresentado nesta tese. As categorias de análise se referem aos papéis determinados a cada dimensão específica, e os indicadores são considerados os novos papéis que emergiram dos dados empíricos, que servem para dar embasamento teórico e prático as categorias de análise.

De forma mais detalhada, apresenta-se no Quadro 14 as dimensões e categorias de análise da inovação social propostos no modelo teórico inicial, com seus respectivos códigos utilizados no Atlas.Ti.

Quadro 14 – Dimensões e papéis da IS estudados na pesquisa

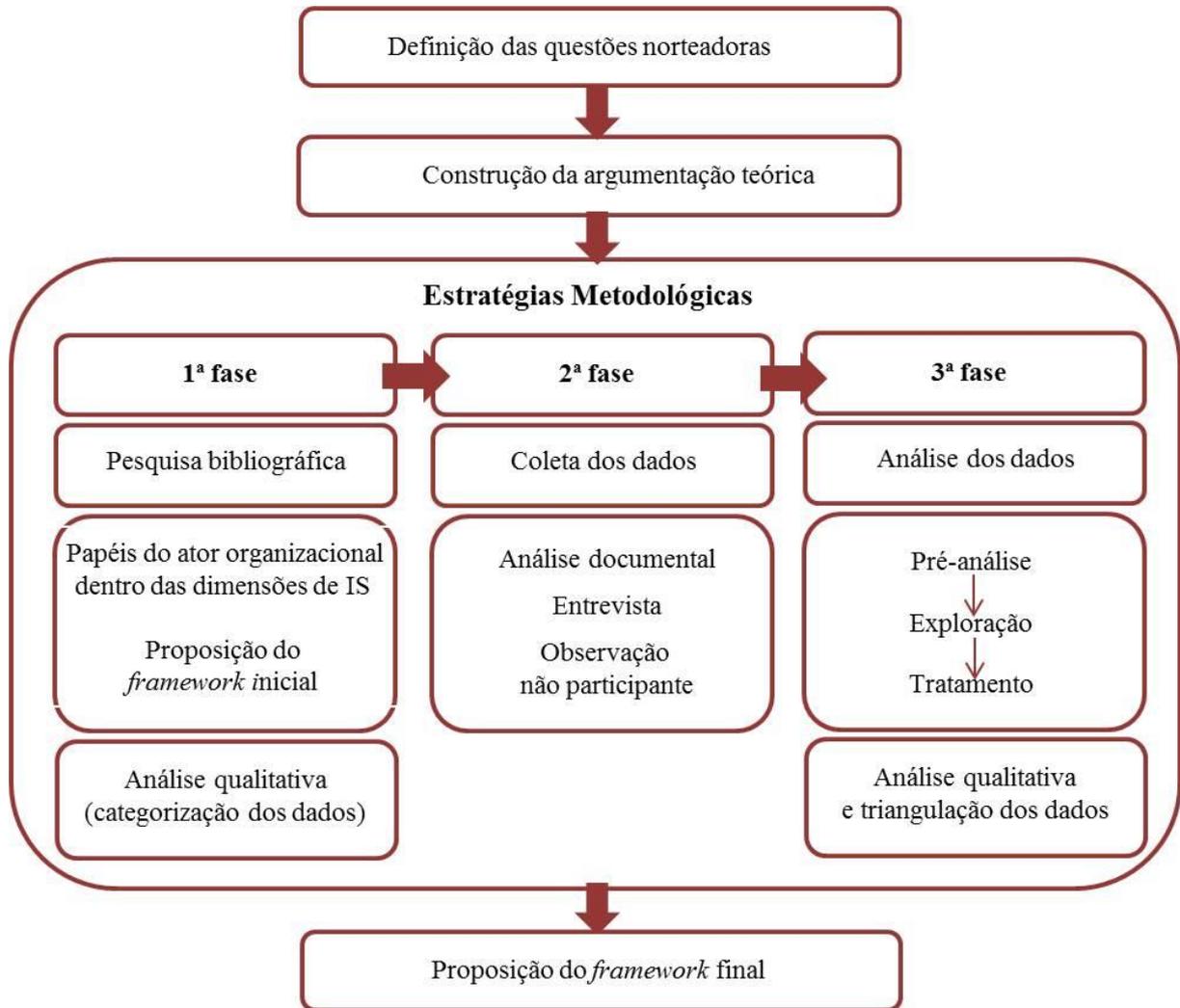
Dimensões de análise	Código no Atlas.Ti	Categorias de análise da inovação social
Atores	AT	Envolvimento com os atores sociais
		Envolvimento com outros atores organizacionais
		Envolvimento com os atores institucionais
		Promover a cooperação entre os atores (sociais, institucionais, organizacionais)
Necessidades sociais	NS	Identificação o contexto de crise em que as necessidades sociais estão inseridas
		Mapeamento entre demandas e necessidades
		Definição dos critérios de urgência
		Tipos de modificações estruturais
Processo / Atividades coletivas	PA	Mobilização dos atores Estimular a participação dos atores Gerar novas formas de organização do trabalho Gerar novas atitudes e comportamentos
		Avaliação da inovação social Coordenar as complexidades e incertezas das dinâmicas sociais
		Desenvolvimento de habilidades Capacitação e aprendizagem dos atores
		Difusão da inovação junto a outras localidades
Caráter inovador	CI	Inovações sociais específicas para o contexto investigado
		Inovação associada aos modelos de trabalho, na economia e nas ações sociais
		Investigação dos tipos de inovação social implementada
Ganhos e respostas sociais	GR	Transformação social Mudança no ambiente Melhorias nas condições de vida Atendimento aos interesses coletivos
		Ganhos sociopolíticos Emancipação política

Fonte: elaboração própria (2015)

A fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Neste momento, o pesquisador propõe inferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente, gerando novas dimensões teóricas e interpretativas (MINAYO, 2007).

Na Figura 9, a seguir, apresenta-se a visão geral dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

Figura 9 – Delineamento metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Durante a análise dos dados, houve a preocupação em obter a validação e confiabilidade, conforme explicado na próxima seção.

3.4.1 Validação e confiabilidade

Esta pesquisa preocupou-se com os critérios de validade e confiabilidade para que o resultado alcançado fosse o mais próximo da realidade do estudo. Portanto, a validade em pesquisas qualitativas está mais fortemente relacionada com a responsabilidade no tratamento das informações obtidas e nas decisões do pesquisador, envolvendo assim, uma questão ética. Nesse sentido, a validade interna, de processo, age em uma perspectiva micro, na qual está relacionado com a interação entre o pesquisador, o pesquisado e os dados encontrados (CHO;

TRENT, 2006), admitindo a utilização de vários métodos de pesquisa. Quanto à validade externa, a preocupação está no impacto causado pela realização da pesquisa, provocando um resultado de emancipação em direção à mudança social (CHO; TRENT, 2006). Dessa forma, os critérios de validade adotados nesta pesquisa foram:

Quadro 15 – Critérios de validade utilizados na pesquisa

Critério	Questionamento	Operacionalização realizada
Credibilidade	Os resultados da pesquisa refletem a experiência dos participantes ou o contexto?	Houve o cuidado na escolha dos sujeitos para que os mesmos fossem detentores de conhecimento sobre como a prática da inovação social acontece nos seus respectivos contextos.
Crítica	O processo de pesquisa evidencia enfoques críticos?	As evidências de enfoques críticos foram ressaltadas através da triangulação dos dados com o cuidado do olhar crítico da pesquisadora.
Clareza	A pesquisa tem decisões metodológicas, interpretativistas e vieses do pesquisador explícitos?	As escolhas metodológicas e epistemológicas foram justificadas.
Criatividade	O estudo tem uma maneira criativa de organizar, apresentar e analisar os dados?	Foram adotadas as recomendações do Atlas.ti na organização dos dados.
Profundidade	Os resultados abordam de forma integral e saturada as questões do trabalho?	Buscou-se obter a saturação teórica no processo de coleta de dados.
Congruência	O processo de pesquisa e os achados são congruentes? Os assuntos se ajustam entre si?	O instrumento de coleta de dados seguiu as bases teóricas exploradas, o que se refletiu nos resultados da pesquisa.
Sensitividade	A investigação foi sensível à cultura, aos contextos e à natureza humana?	A pesquisa considerou os aspectos contextuais e culturais dos atores organizacionais.

Fonte: adaptado de Ullrichet al.(2013).

Os critérios que avaliam os resultados obtidos na pesquisa devem ser consistentes ao longo do tempo e em diferentes condições. Portanto, para garantir a confiabilidade de um estudo dessa natureza, não implica, necessariamente, que os pesquisadores cheguem às mesmas representações dos mesmos eventos, mas que haja alguma concordância de que a representação da realidade seja aceitável, não excluindo as possibilidades de existência de outras formas igualmente aceitáveis (WEIL, 2008). Confiabilidade “refere-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados

aproximados” (PAIVA JÚNIOR, LEÃO; MELLO, 2011, p. 194-195). Para alcançar o nível de confiabilidade aceitável, foram adotados os seguintes critérios:

Quadro 16 – Critérios de confiabilidade utilizados na pesquisa

Critérios	Operacionalização realizada
Descrição detalhada	Descrição em profundidade dos critérios de escolha da ASA como um sujeito emblemático de IS, bem como a preocupação em evidenciar os papéis do ator organizacional que foram analisados.
Tempo de permanência no campo	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação não participante, <i>in loco</i> , durante os meses de abril e maio de 2015.
Saturação teórica	Ocorreu quando o conteúdo derivado da pesquisa bibliográfica e dos dados coletados nas entrevistas preencheu as dimensões conceituais adotadas no modelo.
Triangulação dos dados	Foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação não participante.
Transparência	Descrição detalhada de todos os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa.
Limitação da pesquisa	O estudo limitou-se a percepção dos atores organizacionais envolvidos no caso de IS pesquisado.
Coerência	Os dados empíricos estão relacionados aos papéis do ator organizacional definidos no modelo teórico.
Reflexividade	Articulação das proposições do estudo à realidade social do semiárido onde o mesmo foi conduzido.

Fonte: adaptado de Ullrich et al.(2013).

Após essa explanação, faz-se necessário explicar o uso das ferramentas utilizadas no ATLAS.Ti.

3.4.2 Funcionalidades exploradas do ATLAS.ti

Para a análise da pesquisa, optou-se pela utilização de um *software* para apoio às interpretações e organização documental. Dentre os *softwares* existentes, o ATLAS.ti é uma alternativa viável para o alcance dos objetivos propostos.

O *software* ATLAS.ti, desenvolvido pela *Scientific Software Development*, foi criado visando à construção de teorias, permitindo a auditoria necessária para verificar viabilidade e confiabilidade dos resultados (FRIESE, 2014). O Quadro 17 sintetiza as atividades realizadas na investigação com o uso do ATLAS.ti.

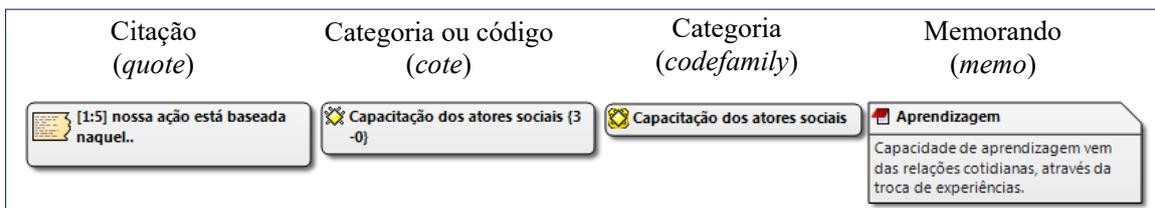
Quadro 17 – Atividades desenvolvidas com uso ATLAS.ti

Atividade realizada	Descrição da atividade
Criação da unidade hermenêutica	Foram reunidos todos os dados textuais derivados da coleta. Também foi gerado um <i>backup</i> automático.
Geração dos documentos primários (P-Docs)	São todos os dados primários, no caso, as entrevistas, relatórios, boletins e outros documentos pertinentes. Automaticamente é gerado P-x, onde x é o número de ordem do documento inserido.
Geração das citações (<i>quotes</i>)	É o processo de codificação. Os trechos relevantes das entrevistas foram ligados a um código. Sua referência foi formada pelo número do documento primário onde está localizada, seguido do seu número de ordem dentro do documento.
Geração de códigos (<i>codes</i>)	São os conceitos gerados pelo próprio pesquisador. Podem estar associados a uma citação ou outros códigos. Os códigos foram criados a partir dos papéis apresentados no modelo proposto no trabalho.
Criação de memorandos (<i>memos</i>)	Descrevem o histórico da interpretação do pesquisador e os resultados das codificações até a elaboração final da teoria. Alguns ficaram interligados aos códigos e outros, independentes.
Geração de comentários (<i>comments</i>)	Foram criados comentários associados aos códigos e memorandos relacionados às dimensões e papéis que foram analisados.
Geração de <i>codefamily</i>	Foram geradas famílias de códigos, explicitadas através das dimensões de análise do modelo teórico proposto. Dentro das famílias (dimensões) foram associados os códigos (papéis).
Geração dos <i>links</i>	Os <i>links</i> foram utilizados para gerar as relações. Utilizaram-se: <i>is associated with; is part of; is cause of; is a</i> .
Geração de <i>networks</i>	Foram feitas representações gráficas das associações entre os códigos e o tipo de relação existentes entre eles (através dos <i>links</i>).
Contagem de palavras	Foi realizada a contagem de palavras e percentuais com o auxílio do excel.
Criação da planilha de interseção entre trechos	Criação da planilha para observar a interseção entre trechos, códigos e categorias.
Geração do relatório	Gerou-se o relatório final do programa.

Fonte: elaboração própria (2015)

Na Figura 10, são expostos exemplos da representação das citações, códigos, categorias, comentários e memorandos do ATLAS.ti versão 7, utilizados na análise dos dados deste estudo. As citações (*quotes*) possuem uma numeração, neste caso é [1:5]. O número 1 corresponde ao documento da entrevista (P-Doc) e o 5 ao trecho codificado no documento. O segundo elemento da figura tanto pode ser um código quanto uma categoria que é instrumentalizado como *codes* no *software*. Em seguida, observa-se que a categoria pode também ser representada pela ferramenta *codefamily*. Por fim, como último elemento da figura, identifica-se o memorando (memo).

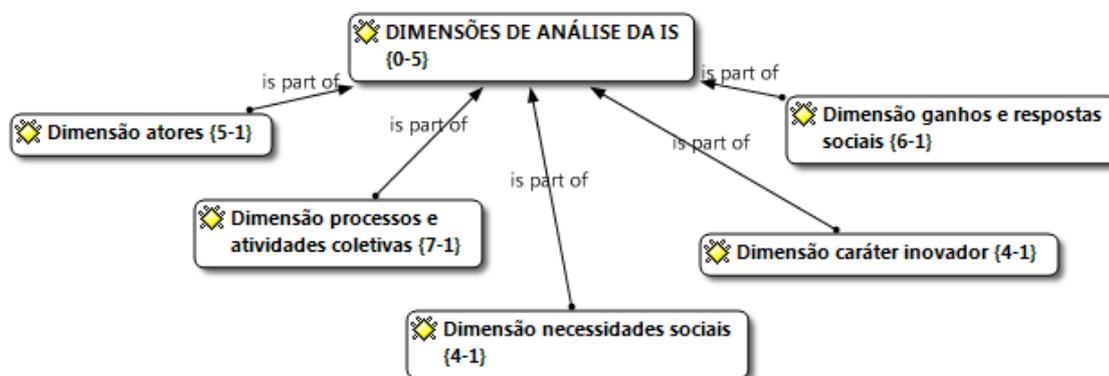
Figura 10 – Representação e símbolos do ATLAS.ti 7



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Com os materiais de construção prontos (apresentado na Figura 10), procede-se a organização dos objetos de construção nas redes de relações entre as categorias. As redes estruturais (networks) apresentaram, graficamente, possíveis relações entre categorias, agregando todos os elementos que poderiam apoiar os argumentos propostos. A Figura 11 apresenta um exemplo de representação gráfica que mostra os relacionamentos das categorias principais neste estudo.

Figura 11 – Exemplo de representação gráfica das redes de relacionamentos do ATLAS.ti



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa.

4 Análises dos resultados

Neste capítulo são apresentadas a caracterização do sujeito de pesquisa e as análises dos resultados obtidos mediante aplicação dos procedimentos metodológicos definidos para realização deste estudo o que inclui as cinco dimensões da inovação social propostas no modelo teórico inicial (atores, processos desenvolvidos por atividades coletivas, necessidades sociais, caráter inovador e ganhos e respostas sociais), bem como os papéis do ator organizacional inseridos em cada dimensão. As discussões são realizadas nas subseções a seguir.

4.1 Caracterização do ator organizacional da IS

Antes de apresentar a análise dos dados, convém apresentar aqui a caracterização do objeto de estudo que permitiu a criação, execução e difusão de inovações sociais no semiárido brasileiro.

A Articulação do Semiárido (ASA) é uma rede social que surgiu na Paraíba na década de 70, em uma tentativa de buscar alternativas para as dificuldades encontradas nos períodos de seca (SILVA, 2007). A proposta era pautada em alternativas de convivência com o semiárido, porém, a abrangência dessa ideia aconteceu em 1999, com a criação da ASA Nacional.

O surgimento da ASA Nacional, caracterizada como ASA, trouxe um debate acerca da realidade vivenciada pelo semiárido e o entendimento de que a seca não pode ser combatida, mas deve-se aprender a lidar com as especificidades da região e buscar alternativas endógenas para sua convivência.

A ASA nasce com a Declaração do Semiárido, documento que sistematiza os princípios e propostas das entidades reunidas em torno da articulação. Assim, tornam-se parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à essa declaração, descrita como: um espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semiárido brasileiro; nos quais são membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à Declaração do Semiárido; Sendo

apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; Fundamentando-se no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os/as agricultores/as familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semiárido; Buscando contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido; e propondo-se a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semiárido; contribuindo, assim, para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas (ASA, 1999).

Atualmente, a ASA representa mais de 700 organizações da sociedade civil, e tem como missão fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido referenciados em valores culturais e justiça social (ASA, 2015). Assim, a ASA conta com o apoio das organizações da sociedade civil que realizam ações em prol do desenvolvimento do semiárido, caracterizando-se como a rede de organizações que mais tem se destacado em relação a qualquer outra iniciativa em curso na região dado ao seu desenho metodológico, escala social e geográfica e grau de capilarização (SOARES, 2011).

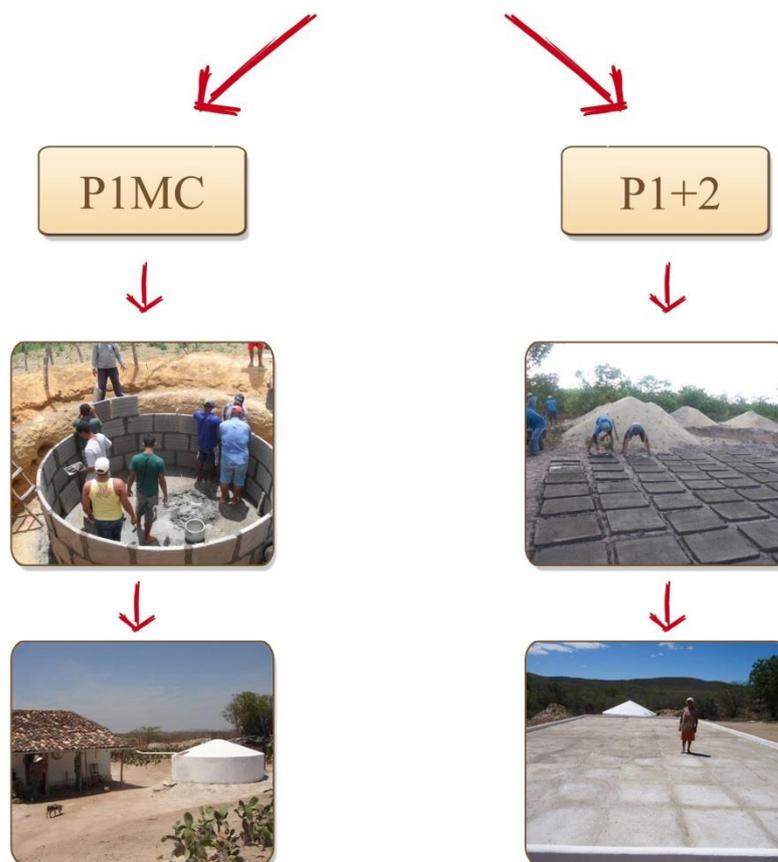
A ASA se destaca pela conquista do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido que compreende um conjunto de ações de formação processual e mobilização de famílias e organizações associativas para a convivência com o semiárido. Seu objetivo central é desencadear processos de discussão e envolver as famílias no fomento à construção de cisternas e de pequenas infraestruturas hídricas para produção de alimentos, para captação e armazenamento de água de chuva; água que será usada para o consumo doméstico e produção, no período de estiagem, garantindo, de forma complementar, a segurança e soberania alimentar das famílias do meio rural (ANDRADE; QUEIROZ, 2009).

O programa desenvolve dois projetos, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), e envolve famílias envolve as famílias nos processos de discussão e implementação de políticas públicas voltadas para ampliar o acesso

à água e aos demais meios de produção e direitos básicos, no semiárido, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 – Programa de formação e mobilização social

Programa de formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido



Fonte: P1MC: Foto 1. www.projetosadcb.blogst.com; Foto 2. www.caritas.org.br
P1+2: Foto 1. www.portaldodia.com; Foto 2. www.radiopajeu.com.br

A metodologia adotada pelos dois programas parte-se de um processo de capacitação, intercâmbios de experiências, da construção das cisternas e das pequenas infraestruturas hídricas para produção de alimentos e da implantação de equipamentos para subtração da água de subsolo em poços rasos para dessedentação animal.

O P1MC trata de um programa que prevê a construção de um milhão de cisternas para armazenamento de água de chuva para consumo humano. O programa, lançado em julho de 2003, tem como objetivo contribuir, por meio de um processo educativo, para a

transformação social, visando à preservação, ao acesso, ao gerenciamento e à valorização da água como um direito da vida e da cidadania (ANDRADE; QUEIROZ, 2009).

As cisternas de placas (P1MC), produto final desse projeto, são reservatórios de captação de água de chuva, com capacidade para armazenamento de 16mil litros de água, feitas com placas de cimento pré-moldadas, cuja finalidade é armazenar água para consumo humano das famílias rurais.

O P1+2 fomenta a implementação de tecnologias sociais voltadas ao aproveitamento hídrico para a produção de alimentos – cisternas calçadão, barreiros-trincheiras, tanques de pedra, infraestruturas que dão suporte para o fortalecimento da estrutura hídrica e de segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades de agricultores familiares.

A ASA promove e difunde essas inovações sociais voltadas para o semiárido, discutindo e organizando novas opções de política pública voltadas para ampliar o acesso à água às famílias de baixa renda da região, como também ações voltadas para a produção de alimentos para o autoconsumo, com vistas à garantia da segurança e soberania alimentar.

O programa de formação e mobilização social se relaciona a outros projetos desenvolvidos pela ASA, que atuam em grupos temáticos, e correspondem às diferentes experiências de convivência com o semiárido. Como exemplo, o Projeto de Sementes, que reforça a cultura do estoque das sementes crioulas e tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias (ASA, 2015).

Outras metodologias também são adotadas pelas organizações da sociedade civil vinculadas a ASA, como o incentivo ao uso dos fundos rotativos solidários (FRS) e apoio técnico a promoção da agroecologia, através das feiras agroecológicas. Cada uma dessas redes possui composição, área de abrangência, princípios, missão, valores determinadas, mas todas têm como objetivo principal a implementação de atividades que visam a sustentabilidade camponesa do semiárido.

Nas seções a seguir, a ASA e seus respectivos projetos serão abordados de acordo com as dimensões de análise propostas nesta tese.

4.2 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Atores

Para análise da dimensão atores, levou-se em consideração os seguintes questionamentos: Quem são os interessados nas iniciativas de inovação social? Quais os mecanismos utilizados pelo ator organizacional para o envolvimento dos demais atores? Como acontece a articulação entre o ator organizacional com os demais atores?

Quanto aos interessados nas iniciativas sociais investigadas, denominados nesta tese de "atores" e a articulação que ocorre entre eles para emergência do processo de inovação social, verificou-se que ela se baseia, de um lado, no engajamento dos atores sociais envolvidos no contexto de convivência com a seca, mobilizando-se, através de ações coletivas, na busca por novas práticas de interação com o setor público; e de outro, no reconhecimento e financiamento do Estado nas esferas Federais, Estaduais e Municipais. Assim, para a execução dos programas de inovação social promovidos pela ASA, contou-se com a operacionalização e mobilização de diversos atores, a saber: os agricultores familiares, beneficiários dos programas (atores sociais); as organizações da sociedade civil vinculadas a ASA, executoras dos programas (atores organizacionais); e o Estado, em suas três esferas, que geram recursos para a viabilização dos referidos programas (atores institucionais).

Constatou-se que os atores organizacionais estão estrategicamente posicionados no processo de inovação social. Isto porque em virtude do desengajamento do Estado, novas formas de ação coletivas foram desenvolvidas nas pequenas comunidades rurais, formando-se associações ou cooperativas de agricultores familiares, com o objetivo de gerar uma perspectiva de reconhecimento do Estado de suas necessidades sociais e promover autonomia dessas organizações em relação aos partidos políticos e aos políticos locais.

O fato dessas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos e a defesa dos interesses da classe de agricultores e trabalhadores rurais deve-se a tradição de coletividade e gestão comunitária de recursos naturais, a exemplo da água, pastagens, sementes; como também a dificuldade do Estado para assumir certos serviços públicos de base em meio rural, como educação, saúde, informação e inovação técnica. Assim, ressalta-se que três mecanismos reforçam as modalidades de articulação entre iniciativas coletivas localizadas no meio rural: a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, consultados para orientar os investimentos municipais em matéria de infraestrutura coletiva; a constituição de polos sindicais que reúnem os sindicatos de trabalhadores de várias municipalidades; e, por fim, o surgimento de fóruns mistos, que

mobilizam o engajamento de Organizações Não-Governamentais (ONG's) aos movimentos sociais camponeses (SABOURIN et al., 2005).

Para um melhor entendimento do papel do ator organizacional e sua atuação de envolvimento em relação aos demais atores envolvidos com a ASA, as análises se voltam para as seguintes seções: o envolvimento com os atores sociais; o envolvimento com os atores institucionais; cooperação entre todos os envolvidos, incluindo, nessa última, o envolvimento com outros atores organizacionais. Os resultados são apresentados a seguir:

4.2.1 Papel do ator organizacional com os atores sociais

O papel da ASA é o de envolver e representar as organizações da sociedade civil, assumindo o papel de articulador entre os atores sociais e os atores institucionais, e são considerados protagonistas do processo de inovação social.

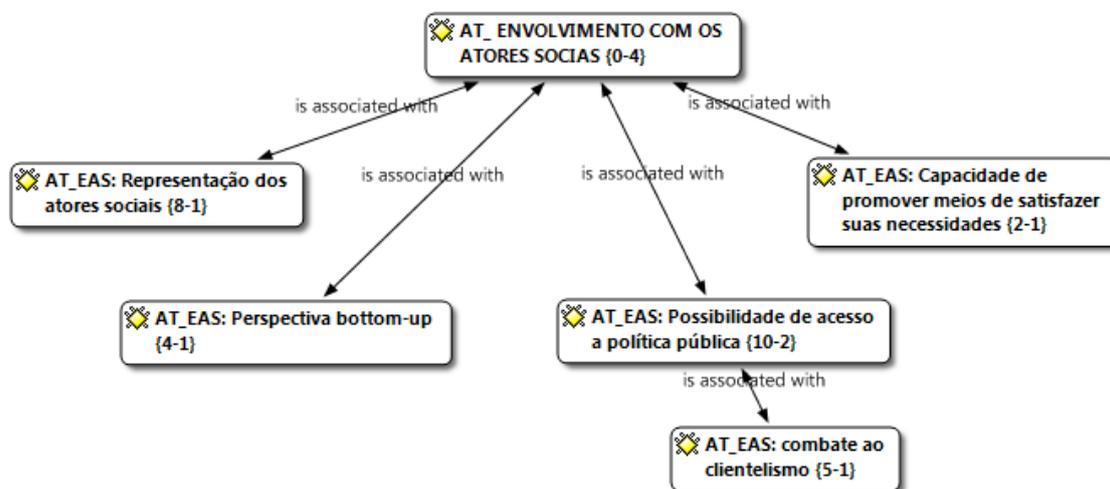
Por serem representações dos próprios atores sociais, as organizações da sociedade civil se caracterizam por sua capacidade de escuta e de proximidade aos beneficiários das iniciativas de inovação social, através de métodos participativos e adaptados ao contexto socioeconômico das suas localidades. No caso da ASA, verificou-se que elas possuem a capacidade de articulação por meio de redes fincadas no tripé economia, política e conhecimento (saberes e tecnologias), com o objetivo de identificar e compreender sua realidade dentro do semiárido, com capacidade de propor alternativas no que se refere a sua necessidade de conviver com a seca.

Uma gama de organizações da sociedade civil (OCS) com atuação no semiárido desenvolveu e acumulou experiências político-pedagógicas que são referências para as políticas públicas direcionadas a essa região do Brasil, pautados na articulação e no trabalho educativo com as populações, nos conhecimentos e saberes gerados pelos moradores da região, resgatando tecnologias e relações com os ambientes naturais do semiárido (BRAGA, 2004; PONTES; CAMPOS, 2013).

O papel das organizações da sociedade civil no processo de inovação social é o de mobilizar todas as instituições e movimentos e se destaca por suas iniciativas associativas que agem de acordo com sua lógica comunicativa. Assim, as entrevistas com os sujeitos trouxeram a tona os seguintes indicadores: representação dos atores sociais; a perspectiva *bottom-up*; a possibilidade de acesso às políticas públicas que se reflete no combate ao

clientelismo; e a capacidade de promover meios de satisfazer as suas próprias necessidades, conforme teia representada na Figura 13.

Figura 13 – Papel do ator organizacional com os atores sociais



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

As organizações da sociedade civil se tornam representantes dos atores sociais por estarem presentes na vida pública, expressando os interesses e valores dos pequenos agricultores, embasados em valores éticos, culturais e políticos, preocupando-se, inclusive, com a participação das comunidades rurais nos processos de debate e de decisões que envolvem os seus interesses e suas necessidades. Essa participação é enfatizada por um dos entrevistados, quando afirma que:

“[...] as reuniões de debate com os representantes dos agricultores nos ajuda na construção de novos projetos políticos para o semiárido” (E03_RN).

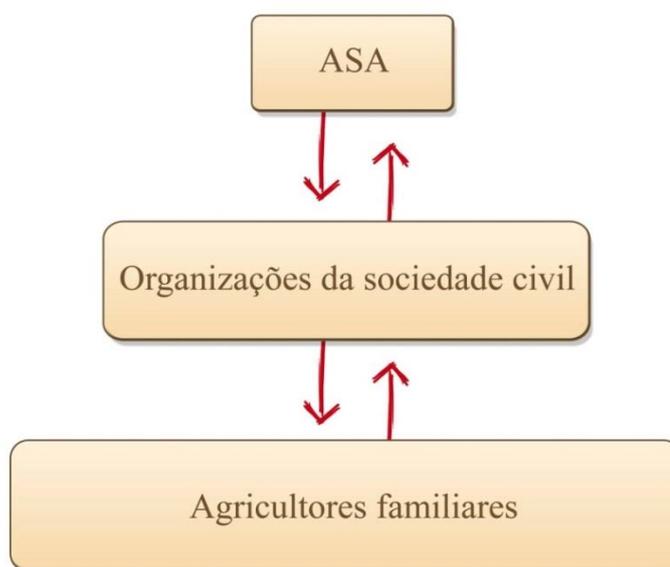
Esta perspectiva participativa adotada pelos sujeitos desta pesquisa demonstra a preocupação em criar mecanismos democráticos internos que propiciem o debate aberto e transparente das concepções e propostas, buscando ampliar a participação consciente e ativa das comunidades e de seus atores sociais nos processos decisórios e a construção de consensos nos encaminhamentos das ações.

A ASA se tornou conhecida por desempenhar o papel articuladora de redes sociais e de organizações da sociedade civil pela mobilização de apoios técnicos para as comunidades na promoção à construção e auto-gestão, como o exemplo dos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra Duas Águas (P1+2). Tem atuado como agência não-

governamental de política e educação científica e tecnológica, na busca pelo acesso descentralizado de água potável para famílias rurais. Este processo se dá por meio de formação, educação e mobilização de pessoas e instituições para criar oportunidades na articulação de experiências locais e territoriais de convivência com o semiárido brasileiro.

Portanto, como apresentado no esquema da Figura 14, a ASA é uma representação das organizações da sociedade civil que são vinculadas a ela, por conseguinte, essas OCS's são representantes dos agricultores familiares, neste trabalho entendidos como atores sociais. Ao tempo que as reivindicações surgem dos atores sociais, que repassam suas demandas aos seus representantes, que, por fim, se articulam em uma rede (ASA) para mobilização de suas causas.

Figura 14 – Lógica da representatividade dos atores sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Dentre os programas citados nas entrevistas, a atenção se deu ao P1MC, pelo fato de ter sido pensado e implementado por organizações da sociedade civil, na busca de recursos públicos para sua execução. O P1MC foi construído e atualmente executado por organizações da sociedade civil que se congregam na ASA, nos 9 Estados que envolvem o semiárido brasileiro, das quais as organizações sociais investigadas também são associadas.

Assim, por sua trajetória histórica, a ASA se torna uma representante legal dos pequenos agricultores do semiárido, ou seja, dos seus atores sociais, contribuindo para o processo de construção de um novo sujeito social, com uma atuação política efetiva na

transformação da realidade. Foi exatamente por necessidade de se regulamentar que foi criada a ASA.

É possível observar que a existência de determinadas trajetórias coletivas de resistência frente a agricultura patronal e frente à lógica das políticas públicas, assim como trajetórias na construção de alternativas como banco de sementes, criação de círculos de comercialização solidários, fundos rotativos e formação de redes e organizações locais, empoderaram os agricultores face aos seus Estados, aos grandes proprietários e aos atravessadores.

A atuação da ASA como representante dos atores sociais do semiárido pode ser constatada no seu histórico. Em 1993, devido a um período de seca, iniciou-se um processo de discussão envolvendo mais de 300 entidades. O Estado da Paraíba foi o primeiro a articular algumas ações nesse sentido, o que culminou em um seminário denominado “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro”, que teve como objetivo elaborar um programa de ações permanentes que possibilitassem a convivência com o semiárido e apontarem medidas a serem executadas pelo Governo para garantir melhores condições de vida para a sua população. A realização deste seminário constituiu, assim, o marco de nascimento da Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA-PB). A partir desse momento, a ASA-PB começou a atuar como sujeito político, ao contestar as formas de apoio aos agricultores dessa região, combatendo principalmente o clientelismo e o assistencialismo.

A partir desta iniciativa, os demais Estados inseridos no Semiárido Brasileiro começaram a intercambiar ideias e experiências da convivência com a seca. Na Paraíba, a divulgação das cisternas de placas (em 1993) foi a primeira ação implantada, resgatando um processo camponês tradicional de estocar água, utilizando uma tecnologia simples e barata. As cisternas foram financiadas pelo sistema dos Fundos Rotativos Solidários, que demonstraram e fortaleceram um processo de organização solidária nas comunidades.

Conseqüentemente, o conceito de “convivência com o semiárido”, desenvolvido em oposição ao conceito de “luta contra as secas”, acabou mobilizando a sociedade civil e motivou a elaboração de referências tecnológicas e organizativas para um novo modelo de políticas públicas, de longo prazo, estruturantes. Pedrosa (2011) contextualiza que esse momento possibilitou a construção de um novo modelo de atuação das organizações da sociedade civil, com base nos princípios de uma democracia participativa e no respeito à dignidade das populações, mobilizando-se para assumir de forma organizativa e criativa as soluções para suas próprias necessidades.

A ASA Brasil foi reconhecida e legitimada em 1999 com o objetivo de estabelecer um espaço para a construção de propostas na esfera pública para lidar com o problema da desertificação enfrentado no semiárido brasileiro. Ela surgiu a partir da experiência acumulada dos diversos Estados que já estavam mobilizados em ações e projetos de convivência com o semiárido, agregando cerca de 700 entidades (sindicatos, Igrejas, ONG's, associações).

Até chegar a esse momento de surgimento da ASA, que transformaria a relação Governo X Sociedade Civil, foi preciso percorrer um longo caminho. As experiências das organizações eram vivenciadas isoladamente nos estados. Mas, apesar do isolamento, as entidades possuíam um desejo comum: a proposição de um projeto político de desenvolvimento para o Semiárido brasileiro (ASA, 2009, p.2).

Como resultado dos debates empreendidos foi publicada a Declaração do Semiárido, apresentando assim, maior destaque ao projeto de convivência com a região. A Declaração do Semiárido exigia uma política adequada àquela região e em linhas gerais trouxe propostas com foco nos seguintes aspectos: convivência com a seca; orientar os investimentos no sentido de promover a sustentabilidade; fortalecer a sociedade civil; incluir mulheres e jovens no processo de desenvolvimento; preservar, reabilitar e manejar recursos naturais; buscar meios de financiamento para o programa de convivência com o semiárido (ASA, 1999).

Um exemplo claro da atuação da ASA como representante dos atores sociais é o surgimento do Projeto do PIMC decorrente da necessidade de concretizar as propostas apresentadas na Declaração do Semiárido, como pode ser observado na fala de um dos entrevistados:

“[...] precisávamos apresentar uma proposta mais concreta, que ajudasse a população a resolver seus problemas, então, surgiu a ideia de elaborarmos o projeto de um milhão de cisternas” (E05_PB).

Essa trajetória contribuiu, em longo prazo, para a geração de um processo *bottom-up*, através da criação de uma rede de articulação representante da sociedade civil que tornou suas reivindicações legítimas para a elaboração de uma política pública com foco nas suas principais necessidades. Dentro dessa perspectiva, o Estado deixa de ser o único agente responsável pelo combate a seca, e a comunidade passa a ter um espaço de participação no processo de planejamento e execução de ações para o atendimento às suas demandas.

Considera-se, portanto, que a atuação das organizações da sociedade civil foi importante para que a orientação de convivência com o semiárido tivesse um caráter mais

dialógico e participativo, combatendo a ideia conversadora de que caberia apenas ao Estado ensinar aos agricultores familiares do semiárido a conviver com seu ambiente.

A perspectiva *bottom-up* é prevista nos propósitos de articulação elaborada pela ASA quando enfatiza que o Governo Federal deve desenvolver o projeto e financiá-lo de acordo com as exigências traçadas na Declaração do Semiárido, na qual se propõe que a sociedade civil deverá atuar como responsável por desenvolver ações efetivas de acordo com as necessidades sociais identificadas. Por conseguinte, a ASA seria a idealizadora, mediadora e implementadora da política pública para o projeto de construção de cisternas junto as propriedades rurais (atores sociais).

Assim, em decorrência da capacidade da sociedade civil de se mobilizar e promover iniciativas *bottom-up* que buscam satisfazer suas necessidades sociais e que, de certa forma, pressionam os governos a tratá-las na esfera pública, emergiram políticas públicas focadas na convivência com semiárido. Esta articulação social e política desses atores organizacionais contribuíram para a construção de um projeto amplo, promovendo a articulação entre diversas organizações de todos os Estados do semiárido brasileiro.

Nesse contexto, o ator organizacional desempenha o papel de gerar a possibilidade de acesso às políticas públicas, ao conseguir identificar as necessidades das localidades e construir processos de mobilização que buscam chamar a atenção para uma necessidade latente e atrair o interesse governamental para a resolução de um problema. Logo, pode-se reconhecer a ASA como protagonista na formação de políticas públicas consoantes com as necessidades das comunidades rurais do semiárido brasileiro e sua importância na construção de espaços de debates que promovem o encaminhamento de ações e a publicização de iniciativas bem sucedidas.

“A grande contribuição que a ASA deu ao semiárido foi pautá-lo de outra forma de sociedade. Conseguimos contribuir com um novo olhar, saindo da perspectiva de que a região é um lugar difícil, onde as pessoas não tem condições de viver, de onde precisam migrar. Agora apresenta um semiárido de potencialidades, que resiste a novas formas de convivência com a região”(E01_PB).

A atuação da ASA nos programas P1MC e P1+2 promove a diminuição das mediações entre as populações locais e a água, transformando essas iniciativas em políticas públicas e reduz a prática clientelística de boa parte dos programas governamentais. As seguintes falas dos entrevistados embasam essa argumentação.

“[...] reafirmei que queria parceria com o poder público, nós não poderíamos fazer tudo só, [...], mas o pessoal da prefeitura atrela muito o histórico do Nordeste, né? Atrela muito ao assistencialismo, ao voto, a você ter o cara ali no domínio [...] e nós discutimos isso, nós dizemos que a família é independente e isso é uma forma de tornar a família independente daquela política” (E01_RN).

“[...] nós pedimos muita atenção em relação a isso (ao clientelismo), nós pedimos nos fóruns que se souberem de algo, digam, para denunciarmos, principalmente no período eleitoral” (E02_RN).

“a nossa maior dificuldade é na época eleitoral, que fazemos um programa de rádio, divulgando, sempre alertando as comunidades [...], porque tem vereador que chega em tal comunidade e diz: “olha, essa cisterna aí quem foi atrás foi eu”, e não é verdade, então fazemos essa orientação as famílias” (E06_PE).

Com base nesses relatos, percebe-se que os casos de tentativas do poder público municipal em utilizar os programas P1MC e P1+2 com fins políticos não são raros, gerando a necessidade de esclarecimento dos envolvidos quanto a natureza dos programas para que isso não aconteça. Para isso, as organizações da sociedade civil envolvidas buscam apresentar critérios de transparência de gestão que envolvam as comunidades interessadas e que diminuam a dependência do governo municipal na definição das prioridades a serem atendidas pelos programas.

Estas ações podem implicar, assim, na construção de espaços públicos de interlocução, debate, e negociação de conflitos, evitando o clientelismo e tornando possível uma dimensão ética da vida social. Isso se torna necessário também na constituição de sujeitos sociais ativos que definem e lutam por seus direitos, e não na passividade diante de ações assistencialistas.

Além das categorias de análise já discutidas, verificou-se também que o ator organizacional envolvido em iniciativas de inovação social possui a capacidade de promover meios de satisfazer as suas próprias necessidades. Os programas P1MC e P1+2 desenvolvidos pela ASA geram novas oportunidades para os pequenos agricultores que estimulam investimentos e melhorias nas estruturas de suas propriedades rurais, estimulando também, sua permanência no campo e fortalecendo o processo de sucessão familiar.

Pochmann (2004) enfatiza que a ampliação desses programas tem gerado transformação na vida dos moradores da região, iniciando um processo de permanência das comunidades nas áreas rurais, potencializando uma elevação do seu nível de vida e sendo uma forma de combate, dentre as diversas existentes até hoje, à exclusão sociocidadã.

Os papéis aqui colocados são relativos às diversas trajetórias dos atores organizacionais adaptados aos seus contextos. Assim, quanto aos territórios do semiárido brasileiro, pode-se afirmar que a existência de redes de agricultores e organizações locais operam como um fator crítico para um novo paradigma da realidade rural, potencializando a capacidade das famílias para, de fato, se engajar em práticas produtivas sustentáveis, em um contexto criado de acordo com sua realidade.

Na sequência será discutido o papel do envolvimento com os atores institucionais.

4.2.2 Papel do ator organizacional junto aos atores institucionais

As políticas públicas são uma das ferramentas mais importantes para minimização das desigualdades sociais. Elas são definidas como a formulação de propostas e tomadas de decisão que mobilizem os interesses da coletividade, sendo uma atribuição dos governos (COELHO, 2009), podendo ser potencializadas através de ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil. Neste sentido, o foco analítico das políticas públicas envolve: a) a definição do tipo de problema que ela visa corrigir; b) a inserção do problema no sistema político e na sociedade política, considerado o processo percorrido nessas duas arenas; c) e as instituições/regras que irão modelar as decisões e as implementações decorrentes (SOUZA, 2007).

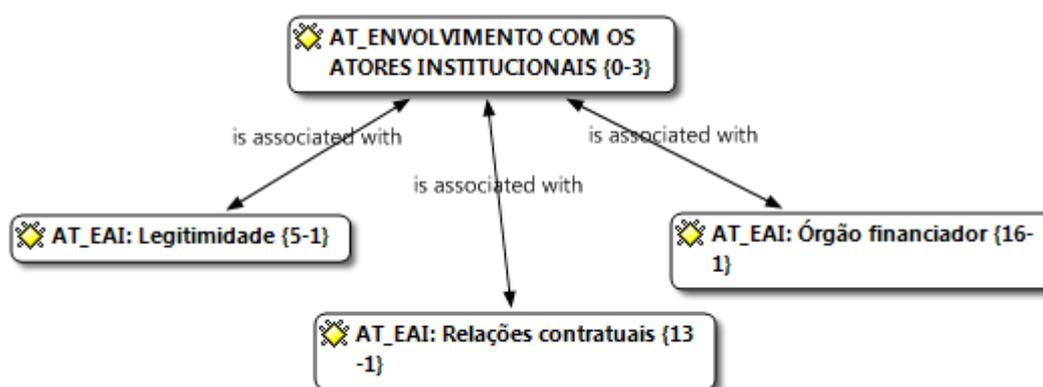
Tomando como exemplo os programas PIMC e P1+2, constatou-se que a formulação de política pública envolveu um processo de publicização e de negociação das organizações da sociedade civil para acessar a agenda pública e receber financiamento estatal, havendo assim, uma necessidade de interlocução com os atores ligados ao Estado. Ressalta-se que o envolvimento com o Estado não diz respeito apenas às instituições ligadas ao Governo Federal. Para a execução dos programas acima citados, as organizações que se articulam com a ASA precisam conviver e negociar também com outras instâncias, a exemplo das esferas estaduais e municipais.

Na esfera federal, o principal interlocutor para a negociação e execução do programa das cisternas no governo é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), bem como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o programa de sementes. Quanto a participação das esferas estaduais e municipais foram implementadas estratégias de cooperação com ASA apenas no que se refere a conscientização da importância de cisternas e na adoção de medidas de convivência com o semiárido.

Na esfera estadual, o Estado do Rio Grande do Norte promove apoio financeiro para a execução do P1+2 e do projeto de sementes, através da Secretaria de Ação Social. No Estado de Pernambuco existe o financiamento através do projeto de construção de cisternas “Pernambuco mais produtivo”, enquanto no Estado da Paraíba a ajuda financeira também acontece com o Projeto de cisternas “Ação Social”, através da Secretaria de Agricultura.

A partir da análise das entrevistas realizadas e pela pesquisa documental, identificou-se que, para o papel do envolvimento dos atores institucionais que compreendem o Estado nas suas três esferas, são pertinentes aos seguintes papéis apresentados na Figura 15.

Figura 15 – Papel do envolvimento com os atores institucionais



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

Segundo os entrevistados, no caso do P1MC e P1+2, houve uma aposta na participação dos atores sociais, mostrando que as práticas em matéria de mediação entre Estado e sociedade civil podem contribuir para decisões políticas e legitimação de suas escolhas. Assim, as organizações da sociedade civil tiveram acesso direto ao Estado, passando por um processo de legitimação, tendo suas reivindicações consideradas como justas e legítimas.

De acordo com Secchi (2010), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, apresentando como elementos principais a intencionalidade e a resposta a um problema entendido como relevante. Dessa forma, considera-se que a mobilização da sociedade civil, em prol de suas necessidades, é fundamental na construção do interesse público que norteará as ações do Estado. Logo, nos casos investigados, verificou-se que a ASA evocou a possibilidade de inscrever suas demandas no espaço público.

Assim, estabeleceu-se um processo comunicativo, operado dentro da esfera pública, pelo ator organizacional em estudo, mediando suas necessidades sociais e o sistema político,

permitindo que os impulsos provenientes dessa articulação chegassem até as instâncias de tomada de decisão. No caso da convivência com o semiárido, a legitimidade desse projeto residiu no fato de que ele era defendido pelas organizações da sociedade civil, possuindo então, um ancoramento social. Chama-se a atenção para o fato que as OSC's protagonizaram uma modalidade específica de representação, canalizando os interesses dos atores sociais, tornando-os legítimos em processos decisórios de políticas públicas.

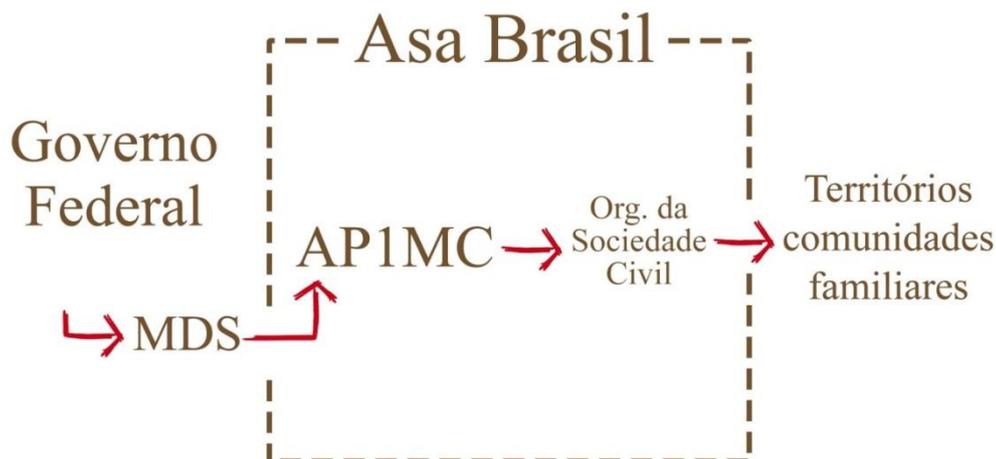
Esse dado encontra respaldo em Dagnino (2000), ao enfatizar que o sentido de participação das organizações da sociedade civil é reduzido ao de gestão quando se pretende que a tal participação nas instâncias de discussão e formulação de políticas públicas se restrinja apenas à sua implementação e execução, e quando o Estado persiste como o ator estratégico na definição das prioridades de políticas públicas.

No caso da ASA, percebe-se que a proposta foi construída coletivamente pelas OSC's, através de um amplo processo de mobilização de atores organizacionais que atuam no semiárido brasileiro, porém, atualmente, essa participação se resume em implementar tais políticas públicas (P1MC e P1+2) com baixo custo e alto “controle social”.

Outro indicador do papel relacionado ao envolvimento do ator organizacional junto ao institucional que emergiu do campo é a existência de relações contratuais. Essas interações da ação coletiva com a esfera pública começaram a se concretizar sob a pressão das organizações da sociedade civil, provocando a criação de uma política pública de interesse coletivo, fundados nos valores dos atores locais.

Uma política pública tem o objetivo de facilitar ou assegurar o funcionamento de dispositivos coletivos que gerem vantagens para ambos os lados: para o Estado, pela oportunidade de delegar serviços mediante uma política pública baseada nas relações contratuais; e para as organizações sociais, por fortalecer suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma (SABOURIN et al., 2005). Nesse contexto, faz-se necessário a apresentação dessas relações contratuais entre Estado e a ASA, conforme Figura 16.

Figura 16 – Mapa de vínculos estabelecidos entre os atores



Fonte: Adaptado de Costa e Dias (2013)

O Governo Federal, representado pelo MDS estabelece consecutivos termos de parceria com a AP1MC (Associação Programa Um Milhão de Cisternas), que é a forma jurídica da ASA capaz de formalizar os contratos e administrar os recursos provenientes. Uma vez estabelecidos os termos de parceria e suas respectivas metas de construção de cisternas, os prazos de execução, os detalhes da implementação e os valores que são repassados para tal finalidade, a AP1MC abre editais para que as organizações da sociedade civil possam concorrer aos recursos disponíveis. De posse dos recursos, as OSC's executam os projetos nas comunidades.

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que as exigências apresentadas pelo Governo Federal são de caráter legal, explicitadas nos editais lançados, o que impõe a necessidade de serem respeitadas como condições políticas estabelecidas pelo órgão financiador (MDS).

“(…) temos que cumprir o que está no edital, caso contrário, não é possível continuar a execução do programa” (E02_PE).

Dessa forma, os entrevistados afirmam que são estabelecidos critérios mandatórios pelo MDS dentro dos editais para garantir que o programa seja executado de forma preconizada pelas organizações. Um dos aspectos inseridos nos editais se refere aos critérios de escolha das famílias beneficiadas para se ter autonomia do trabalho e combater a prática do clientelismo. Além disto, existem também critérios de escolha para as ONG's que irão conduzir os programas, envolvendo a seriedade das organizações, sua experiência com

atuação nas pequenas propriedades rurais e sua capacidade técnica para a condução dos programas. Dessa forma, busca-se anular as possibilidades de criação de organizações para a execução exclusiva dos programas mencionados.

Sendo assim, a seleção das organizações da sociedade civil ocorre por meio de concorrências públicas, e pela obrigatoriedade do cumprimento de uma série de condições, como a apresentação de documentos que comprovem sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, e o mínimo de três anos de existência, o que visa minimizar os riscos de fracasso na execução dos programas.

Esses critérios, segundo as análises, objetivam fortalecer as organizações locais, com histórico de convivência com os problemas sociais da região, e se responsabilizam pelo processo de acompanhamento das compras de materiais, da sua distribuição nas comunidades, da articulação das famílias, do acompanhamento do processo de capacitação e construção das cisternas.

Outro fator apontado pelos entrevistados, é que os termos de parceria entre o MDS e as organizações vinculadas a ASA tem prazos e metas definidos, funcionando como condicionantes para a execução dos projetos, tanto pelo fato da cobrança pelo cumprimento do prazo, quanto pelo aspecto das bolsas para a equipe técnica que só são liberadas no tempo de execução.

“Fazemos um cronograma por edital, para não atrasar na sua execução, impondo um ritmo acelerado, entende?” (E06_RN)

“Tem técnico que fica em casa, esperando outro edital, porque o que ele estava acabou, então tem que esperar. As vezes ficam uns quatro meses em casa.” (E03_PB).

“Nós temos equipes enormes que estão hoje e não estão amanhã, e você, muitas vezes, não tem proteção jurídica.” (E03_PE).

Além dos aspectos explorados que envolvem a legitimidade dos atores organizacionais e as relações contratuais existentes, evidenciou-se também o papel de articulação com o Estado frente a sua atuação como órgão financiador de iniciativas de inovação social. No caso investigado observou-se que o Governo Federal é o principal órgão financiador dos programas P1MC e P1+2. Quando se trata da construção de cisternas pelas organizações da sociedade civil, existe a exclusividade de financiamento por parte do MDS, porém, não financia outras iniciativas de construção que não estejam vinculadas aos programas.

O MDS envia recursos exclusivamente para a construção da cisterna, a exemplo do cimento, pedreiro, equipe técnica que acompanha, material para divulgação e capacitação dos

beneficiários. Por outro lado, os projetos não disponibilizam recursos para estrutura física, e não permite que sejam realizados investimentos em aquisição de materiais permanentes para as organizações sociais executoras, ficando essas questões como contrapartida a serem adquiridas pelas ONG's engajadas nos projetos. Existe também, uma contrapartida por parte do agricultor, que devem disponibilizar o serviço de servente de pedreiro, que geralmente, é alguém da família que está recebendo o benefício. Assim, o Governo Federal é o principal financiador dos projetos, porém, repassando a responsabilidade de infraestrutura para a execução da política pública para as organizações da sociedade civil e parte da operacionalização para o pequeno agricultor.

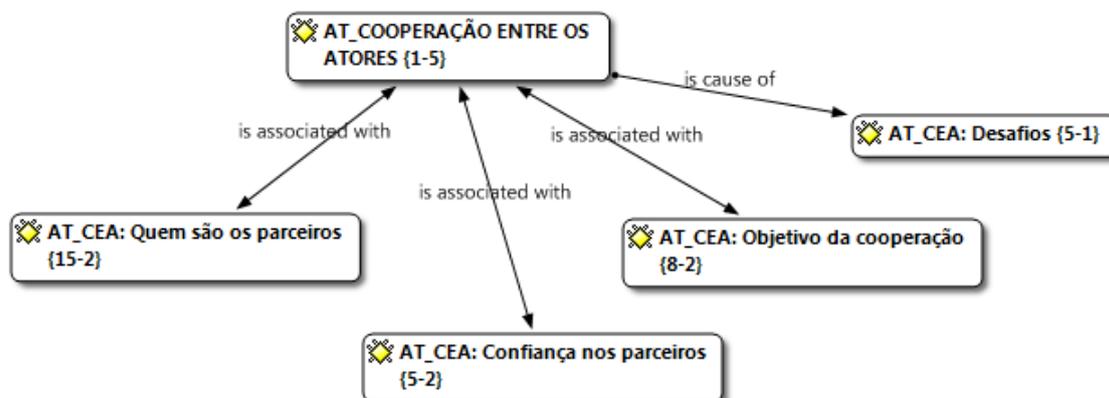
Mesmo passando por um processo de legitimação, possuindo uma vinculação social e um objetivo público, existe ainda uma cobrança por transparência e controle do uso desses recursos por parte do MDS, uma vez que a ASA é uma das maiores receptoras de recursos do Governo Federal, permitindo um maior estímulo para acompanhamento pelos órgãos de controle.

Trata-se, assim, de uma inovação social que teve resultado a partir da pressão de organizações da sociedade civil, sendo legitimadas enquanto política pública com recursos do Governo Federal, com uma proposta diferenciada de gestão, apresentando-se, a seguir, as possibilidades e desafios dessa parceira.

4.2.3 Papel do ator organizacional em promover a cooperação entre os atores sociais, organizacionais e institucionais

O papel do ator organizacional para promover a cooperação entre todos os atores constitui uma das principais formas de participação efetiva na geração de inovações sociais, permitindo que seja, como afirma Quandt (2012) um processo dinâmico, associado à convergência de conhecimentos complementares, processos de interação e mecanismos de apoio à cooperação em contextos específicos. Assim, dentro da cooperação entre os atores sociais, organizacionais e institucionais, foram identificados na coleta de dados os indicadores apresentados na Figura 17.

Figura 17 – Papel da cooperação entre os atores sociais, organizacionais e institucionais



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

A inovação social pode ser introduzida em ações a partir da atuação de variados atores, dentre os quais se inserem os governos e as organizações da sociedade civil, como já mencionado anteriormente. Assim, o processo de inovação social vem aglutinando várias adesões ao termo parceiros, enfatizando a importância em identificar quem são esses parceiros como indicador de análise do papel do ator organizacional. Dessa forma, verificou-se que os principais parceiros responsáveis pelo desenvolvimento e a manutenção dos programas P1MC e P1+2 são: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, como órgão financiador, de controle e coordenação da política dos programas e a Articulação do Semiárido, o que inclui as diversas organizações sociais que a compõem (implementadores da política) e as comunidades e famílias envolvidas (público alvo), confirmando assim, a importância do papel do ator organizacional quando se trata de gerar a cooperação entre os atores da inovação social.

Além desses parceiros, constatou-se uma notável diversidade de organizações da sociedade civil e instituições de governo que cooperam para a mobilização em torno de causas do semiárido, agregando mais recursos e fortalecendo o espaço político, e principalmente na implementação das inovações sociais. Os exemplos citados pelos entrevistados foram: Federação Brasileira de Associações de Bancos – FEBRABAN, Banco Mundial – BIRD, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Conferência dos Bispos do Brasil - CNBB, Comunidades Solidária, Cáritas, UNICEF e Pastoral da Criança. Além destas, também foram apontados as Agências de Cooperação Internacional, pelos investimentos nas organizações sociais envolvidas nos projetos; a Fundação Banco do Brasil, pelos editais voltados ao apoio e a

implementação de tecnologias sociais; e a Petrobrás pelo projeto de qualificação com foco nos jovens agricultores com o objetivo de ensiná-los a trabalharem com tecnologias sociais.

Essa cooperação atua na construção de novas relações sociais e em novos padrões de sociabilidade, baseando-se em um conjunto de valores de reciprocidade e partilha, laços de complementaridade e interdependência. Dessa forma, a confiança entre os parceiros emerge como uma categoria de análise da cooperação entre eles e acontece na medida em que eles absorvem tais valores e cumprem as responsabilidades, tarefas e funções estabelecidas pela relação de parceria. Nos casos investigados, os diversos atores devem manter uma relação direta de confiança junto à família beneficiada.

Nesse sentido, a cooperação é uma forma de gerar uma rede interdependente de ações sociais, baseada na confiança entre atores que trabalham em conjunto. Em alguns casos, essas relações ocorrem por um período determinado de tempo e levam em consideração os interesses das partes envolvidas na cooperação, as quais deveriam estar conscientes de que esse é o caminho para se alcançar os objetivos sociais traçados.

A cooperação entre os atores, como papel do ator organizacional no processo de inovação social, provoca a opção comunitária atraente para a política local, porém, os resultados positivos só podem ser esperados se as comunidades locais conseguirem se articular com os demais atores e colocar em prática um modelo de interação social (KLAUS, 2003). Esse relacionamento é soma da confiança que é construída por meio da comunicação e pelo processamento de informação entre os atores, o que pode refletir na compatibilidade entre eles e na formação de laços interpessoais, bem como na formação de equipes comprometidas (HUTT et al., 2000) com o propósito da relação de parceria.

Na busca por essa articulação entre os sujeitos coletivos, a ASA atua como uma forma de pensar e agir sobre o ambiente em que está inserida, provocando relações comunitárias nas quais os envolvidos estejam comprometidos com os objetivos sociais. Assim, a confiança e a cooperação são aspectos que podem influenciar positivamente as relações entre os atores, diminuindo as práticas de oportunismos e clientelismo, como pode ser visto nas falas dos sujeitos representantes do ator organizacional.

“Há mais de dez anos que estamos vinculados com a política pública do estado brasileiro, isso é super importante, o governo está mostrando que está querendo fazer e está chamando quem sabe fazer.” (E03_PE).

Percebe-se então, que a relação de confiança não permite o entendimento que a sociedade civil como substituta do Estado, mas um governo que regulamenta a atividade

associativista e lhes dá garantias fiscais, jurídicas, de mediação das relações de poder no seio da própria sociedade civil. Assim, a sociedade civil não visa à extinção do Estado, mas uma mudança paradigmática na forma de agir. Busca novas soluções que permitam aos setores excluídos terem direito a participar na arena política, atuando ativamente de um processo democrático para a resolução das questões reivindicadas.

Assim, uma vantagem identificada no caso investigado, nessa relação entre sociedade civil e Estado, é a inserção da sociedade civil nas esferas públicas, permitindo que as políticas públicas respondam aos problemas detectados pelos atores sociais, contando, inclusive, com sua ação para a implementação. Nessa perspectiva, as conexões com a sociedade civil se tornam parte da solução, na medida em que se estabeleçam interlocutores comprometidos e um processo burocrático competente, evitando assim, ações de clientelismos.

Corroborando com os resultados, Dagnino (2000) argumenta que uma sociedade civil consolidada é capaz de criar articulações que abriguem seus princípios, abrindo espaços de experiências participativas em todo o país, assumindo estratégias e formas de ação específicas. Assim, as iniciativas decorrentes de mobilização *bottom-up* auxiliam a superar desafios porque se baseiam na capacitação dos cidadãos para buscar oportunidades não convencionais que visem o atendimento das suas necessidades básicas, ao tempo em que lhes proporcionam a descoberta de seus direitos sociais e políticos.

Deve-se ressaltar, entretanto, que os impactos dessas inovações sociais podem ser limitados porque tais iniciativas precisam ser coordenadas para que possam ser apoiadas por outros atores institucionais e governamentais de modo que possam realimentar seus resultados e experiências em processos de difusão (LOREK; FUCHS, 2013).

Essa colaboração acontece por meio do ideal comum. Assim, o objetivo da cooperação, tem foco na geração de novas formas de ações socioprodutivas que visem atender as necessidades sociais. Nos casos analisados, os objetivos foram traçados através das experiências de convivência com semiárido, fortalecendo, especialmente, as comunidades rurais, com uso de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais, bem como o fomento à organização comunitária.

Quando se olha para o ator organizacional do caso estudado, percebe-se que o objetivo para a formação de sua rede de articulação é

Contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando a preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semiárido” (ASA, 1999).

Dessa forma, a ASA passou a qualificar o espaço de diferentes articulações políticas e sociais, criadas para que se agreguem com objetivos comuns, integrando indivíduos e organizações que partilham valores culturais construídas no cotidiano. Essa articulação detém forte capacidade de mobilização dos atores sociais, das agências de cooperação e dos órgãos públicos, focados na preocupação com a convivência no semiárido.

A partir do exposto, percebe-se que o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, o que ultrapassa fronteiras organizacionais, setoriais ou disciplinares (BIGNETT, 2011). Assim, exige-se nova forma de governança capaz de conciliar a cooperação, autonomia e interdependência, para o desenvolvimento de inovações sociais capazes de solucionar efetivamente problemas sociais. O processo de inovação social necessita da integração e participação dos atores sociais, conforme se discute na subseção a seguir.

Um desafio que permeia esse processo está associado ao acesso ao financiamento. Devido ao fato dos programas receberem financiamento pelo MDS, grande parte dessas interações ocorrem com esse ente federal e seus órgãos de controle, que buscam garantir uma fiscalização do uso dos recursos públicos empregados no programa, implicando também, na imposição de metodologias padronizadas, causando transtornos no momento da implementação dos projetos.

Constatou-se que, nos casos investigados, as relações com as esferas estaduais e municipais são quase nulas.

“Na esfera estadual, a gente não teve avanço, estamos numa fase de retrocesso, e no município a gente não tem quase inferência nenhuma. A relação com o poder público municipal é o pior lugar [...]” (E03_PE).

Essas interações com os atores ligados ao governo estadual só trazem repercussão aos programas quando os Estados lançam editais para construção de cisternas. A vantagem desse distanciamento identificado é o argumento da ASA, que o distanciamento das ações dos estados e municípios afastam o perigo do clientelismo político por parte dessas instâncias.

Outra dificuldade mencionada pelos entrevistados são os prazos estabelecidos pela gestão pública para apresentação dos resultados, incondizente com o tempo de desenvolvimento dos projetos comunitários, levando ao entendimento que a esfera pública busca uma “produção de resultados quantificáveis” (E02_RN).

Portanto, esse movimento criado pelas organizações da sociedade civil serviu de base para discussões sobre questões consideradas importantes para o contexto local, fortalecendo

os laços dos atores sociais, sua capacidade de articulação, e ampliando as possibilidades de acesso a uma perspectiva pública, por meio de atos públicos.

Para encerrar essa seção, apresenta-se no Quadro 18 os principais papéis pertinentes à dimensão de atores, os quais corroboram parte do argumento teórico que embasa o *framework* proposto nesta tese.

Quadro 18 – Papéis do ator organizacional na dimensão atores

Dimensão	Categoria	Indicador
Atores	Envolvimento com os atores sociais	Representação dos atores sociais
		Perpectiva <i>bottom-up</i>
		Possibilidade de acesso a política pública (Combate ao clientelismo)
		Capacidade de promover meios que satisfaçam suas necessidades
	Envolvimento com os demais atores organizacionais	
	Envolvimento com os atores institucionais	Legitimidade
		Relações contratuais
		Órgão financiador
	Cooperação entre os atores	Identificação dos parceiros
		Confiança nos parceiros
		Objetivos da cooperação
		Desafios enfrentados

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Com base nos dados analisados, pode-se afirmar que os papéis reportados pela literatura foram validados pelos sujeitos investigados. Apresenta-se, a seguir, a dimensão necessidades sociais.

4.3 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Necessidades sociais

Para validar os papéis do ator organizacional na Dimensão Necessidades Sociais, procurou-se responder ao seguinte questionamento: “Qual o papel do ator organizacional para o atendimento da transformação social esperada de uma inovação social”?

Vale lembrar que no *framework* apresentado na Figura 6, a Dimensão Caráter Inovador permeia todo o processo da inovação social, estando presente nas dimensões: necessidades sociais, processos desenvolvidos por atividades coletivas e ganhos e respostas sociais. Dessa forma, os papéis do ator organizacional identificados para o caráter inovativo

das inovações sociais apresentados no modelo teórico inicial serão abordados junto às outras três dimensões citadas.

Assim, a Figura 18 apresenta a rede da dimensão necessidades sociais, nos papéis de mapear o contexto de crise que atinge os setores tradicionais da sociedade civil; gerir o processo de identificação das necessidades e proposição de soluções; e identificar quais as prioridades específicas de cada localidade.

Figura 18 – Papéis da dimensão necessidades sociais



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

O papel do ator organizacional de mapear o contexto da crise emerge como um fator fundamental para se definir um delineamento para obtenção do desenvolvimento, da coesão social e da estabilidade a partir da realidade e das problemáticas específicas locais.

Nos casos investigados, observa-se que a maneira interativa e de convivência com o semiárido marca a relação dos atores sociais com as condições de sobrevivência em um vasto território configurado pela irregularidade de chuvas, assim, são obrigados a lidar com esse ciclo natural de longas estiagens. Configura-se, portanto, como a condição de sobrevivência no sertão semiárido e na forma de organizar a vida nesse ambiente.

O contexto de crise apresentado pelos entrevistados foi demarcado pela forte exclusão social que impulsiona as lutas contra a pobreza, as injustiças sociais e a necessidade de combater a ineficiência das práticas de intervenção estatal que promovem soluções descontextualizadas, sem a preocupação de adequá-las ao problema climático, o que contribui para o subdesenvolvimento da região.

Algumas intervenções do Estado que busca reordenar o território do semiárido, com ênfase nas ações de correção hídrica denominada de ‘política de combate a seca’ traz desgaste

com os insucessos, descontinuidades e desperdícios de recursos dos planos, projetos e programas estatais. A fala de um dos entrevistados retrata esse contexto de crise.

Existe um contexto muito diverso, muito complexo, que é remanescente de uma intervenção dos próprios programas governamentais que de certa forma causaram impactos danosos ao meio ambiente, e agora temos uma região com um cenário de desertificação, [...] com os programas do próprio governo que terminaram interferindo na ação dos agricultores e isso trouxe sérias consequências, pois se tem muitas pragas, muitas situações de solos desgastados, bastante área descoberta, tudo muito fragilizado (E02_PB).

As políticas de combate a seca agravaram os modos de ocupação da região, tornando-se um elemento limitador do desenvolvimento das comunidades do semiárido brasileiro através de ações paliativas, a exemplo do uso de carros-pipa e distribuição de cestas básicas, que são insuficientes para sanar as demandas socioeconômicas dessas localidades, ao provocar dependências à esse tipo de medida, bem como propiciar o êxodo rural.

A inovação social aparece, portanto, com uma nova proposta paradigmática, através da reconstrução de modelos de integração das localidades, desdobrando-se como uma resposta às necessidades sociais não atendidas de forma convencional e com o propósito de inclusão social e melhoria da condição de vida dos atores inseridos em seus contextos.

No caso analisado, grande parte do impulso da inovação social realizou-se a nível territorial, onde os cenários e desafios criados pela crise apresentada pelos entrevistados exigem um esforço conjunto da sociedade civil e das administrações públicas para dar uma resposta a situações de insatisfação em diversos âmbitos da vida social.

Percebe-se assim, que a transição paradigmática traz novas questões e novos atores sociais para a produção e organização desse contexto. Isto ocorre através de novos agenciamentos produtivos, nova fase de intervenção estatal, e uma força articuladora e mobilizadora da sociedade civil, surgindo como uma ‘nova institucionalidade’, como menciona Cerveira (2013), e direcionando as ações para um projeto autônomo de desenvolvimento.

No caso do P1MC, a ASA demonstra um esforço do ator organizacional que, através do programa, representa o início de uma transformação social, que reivindica providências em relação às suas necessidades sociais da região do semiárido e a conquista de políticas públicas que permitam alcançar um novo modelo de desenvolvimento. Esse processo de mudança acontece a partir da articulação entre organizações dos três setores da sociedade que passaram

a experimentar e difundir tecnologias apropriadas ao contexto da região e a fomentar discussões sobre a participação dos atores sociais na busca por soluções, além de promoverem o debate sobre a necessidade de reconhecimento de seus direitos e da maior democratização do seu acesso às políticas públicas.

A grande questão seria essa mudança de paradigma de combate a seca para a convivência com o semiárido; as pessoas durante muito tempo foram convencidas de que aqui não produz, que é seco e nós apontamos outra perspectiva, que é possível através da economia solidária, do comunitário (E01_PB).

Assim, a mudança paradigmática ocorre no momento em que se desloca o foco de intervenção voltado à dominação do ambiente natural por meio de obras hídricas que mudariam as condições climáticas do semiárido, para uma intervenção baseada no conhecimento e respeito às condições ambientais locais, bem como na contribuição de um processo educativo, politizado, reconhecendo o acesso a água como direito essencial a construção da cidadania.

Esses programas vêm trabalhar uma releitura da região semiárida, como uma região que tem desafios, mas que tem potencialidades e essas potencialidades podem ser alinhadas e promover o desenvolvimento desde que trabalhada numa perspectiva agroecológica, que possa ser alinhada a natureza, de tal modo a deixar que a natureza trabalhe a favor do homem, e não o homem contra a natureza (E06_PE).

O paradigma exposto também se refere a mudanças no processo de gestão. Na política do combate à seca, o Estado era o único que orientava as políticas públicas. Já, no novo modelo, as organizações da sociedade civil ocupam um espaço político, e, conseqüentemente, adquirem ganhos sociais através de políticas públicas participativas.

Nesse contexto, uma das características distintivas de uma inovação social é que ela é explicitamente concebida para atender a uma necessidade social, construída socialmente para enfrentar problemas como pobreza, direitos e desigualdades. Além disso, a compreensão da existência e dinâmica de necessidades não atendidas pode ajudar a identificar estratégias dos atores e abordagens para encontrar novas e melhores formas de satisfazer essas necessidades. Dessa forma, o ator organizacional assume o papel de buscar conexão entre demandas e necessidades sociais.

As estratégias de identificação de necessidades sociais e suas respectivas soluções exige um diagnóstico capaz de transformar os aspectos desafiantes em novos projetos. Dessa

forma, deveriam estar incorporados nesses diagnósticos os recursos a serem utilizadas, as capacidades locais para implementação e os valores locais que acionem os recursos disponíveis em indutores de novas ações para promover o desenvolvimento local.

Essa conexão acontece por meio de um processo de construção social, se tornando um incentivo para que os atores sociais se organizem e atuem coletivamente no enfrentamento de uma determinada situação de interesse, com o objetivo de acessarem recursos distintos – financeiros, políticos e culturais. De acordo com os dados coletados, a ASA é convocada a ser mediadora, com o papel de acionar o conjunto de atores necessários para se fazer cumprir os objetivos propostos nos programas implementados.

Constatou-se que o elemento fundamental para impulsionar iniciativas de inovação social é o interesse coletivo, transformado em ações concretas, coerentes com o reconhecimento coletivo sobre o contexto local, apresentando os problemas existentes, as estratégias disponíveis e a metodologia de implementação. A eficiência de tais iniciativas dependerá de fatores como se é identificada a necessidade social e da pertinência de como se enxerga na situação desejada, e da clara definição dos objetivos propostos. As falas descritas abaixo apresentam como acontece a realização do diagnóstico.

Antes de começar as capacitações, a gente faz uma reunião para fazer um diagnóstico daquela comunidade, né? Para ver o que eles estão precisando, qual é a realidade deles, aí a gente tira, juntamente com eles, quais são as atividades e capacitações que eles vão demandar, então cada comunidade tem uma particularidade diferente, né? (E02_PE).

O nosso trabalho tem sido baseado no respeito ao conhecimento local, então, esse é um princípio, a gente não chega nas comunidades para fazer a mudança naquilo, a gente chega nas comunidades para tentar entender aquela realidade e tentar intervir de forma planejada e combinada com a comunidade, e assim, nós temos muitos resultados positivos (E04_PE).

Esses trechos corroboram a definição de inovação social quando se argumenta que é uma “intervenção iniciada pelos atores sociais para responder a uma aspiração, atender necessidades específicas, ofertar uma solução ou para tirar proveito de uma oportunidade para a ação” (CRISES, 2010, p. 4).

O que se observou é que as organizações sociais investigadas não possuem uma metodologia de diagnóstico institucionalizada pela ASA. São apresentadas propostas diferentes sobre o mapeamento de problemas e suas respectivas soluções, caracterizando-se como cita Delgado e Leite (2011, p. 123) “caça às rendas”, nas quais cada localidade e cada

uma das organizações ou movimentos tentam garantir seus recursos financeiros, na justificativa de que sua comunidade é a mais carente e necessita de prioridades.

Os riscos de não se ter uma metodologia institucionalizada é a geração de conflitos e divergências entre as organizações, o que pode enfraquecer a possibilidade de construção tanto de uma legitimidade política de uma nova articulação em rede como estratégia conjunta que viabilize enfrentar, a partir dos recursos existentes, os desafios de implementar novas soluções e melhorar as condições econômicas e sociais dos atores sociais residentes nas diversas comunidades do semiárido.

Ressalta-se que um mapeamento das necessidades sociais locais podem fundamentar a elaboração de soluções, buscar estabelecer novas relações entre os atores para viabilizar as transformações sociais necessárias, provocar o estímulo e apoio à participação política, e apontar para amplas possibilidades de contribuir para o fortalecimento das capacidades locais.

Nas experiências analisadas, os diagnósticos são elaborados em encontros coletivos nos quais são abertos espaços de diálogos. A partir daí, são elaborados cursos e planejadas novas experiências de intercâmbio.

A identificação dos critérios de urgência é um fator chave para o delineamento da identificação das necessidades sociais, permitindo que seja possível se definir prioridades de atuação. Este indicador é desempenhado pelo ator organizacional em uma perspectiva processual na qual ocorre a identificação daqueles atores sociais que necessitam em caráter mais urgente da implementação das inovações sociais. De acordo com os entrevistados, nos programas analisados, os beneficiados são famílias de baixa renda, residentes na zona rural e que não tenham suas necessidades básicas satisfeitas, a exemplo do acesso a água, o que as classificam como famílias em situação de insegurança alimentar.

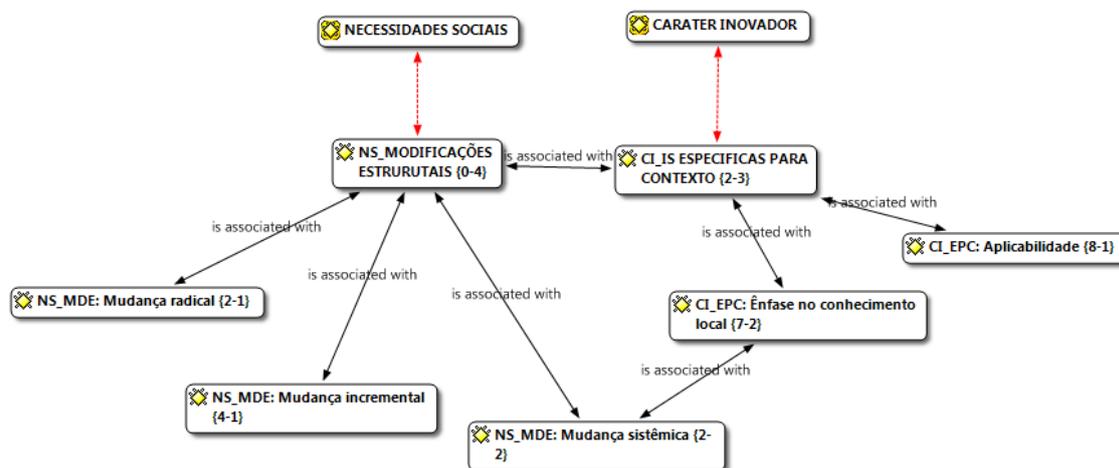
Os critérios são definidos em editais lançados pela APIMC, estreitando o perfil acima proposto. Os beneficiários são escolhidos pela comissão das OSC's dos municípios onde a IS é implementada, com base nos seguintes critérios orientadores: a) Composição familiar: prioriza-se aquelas famílias chefiadas por mulheres; com maior número de crianças entre 0 a 6 anos; com crianças de sete a 14 anos matriculadas e frequentando a escola; que possua idoso superior a 65 anos; e/ou portadores de necessidades especiais; b) Propriedade da terra: nos casos em que as famílias não têm a posse da terra somente é possível instalar cisterna desde que as instâncias da ASA discutam e acompanhem o caso; c) Telhado: a cobertura mínima de área real de captação é de 40 m²; as que não tem esse perfil são orientadas para que se mobilizem para ampliação dos telhados; não é possível a construção em telhado de amianto, zinco, palha, etc., ou qualquer outra que não seja telha de barro; d) Renda: com renda menor

ou igual a meio salário mínimo/per capita, excluindo aposentadoria e pensão; e) Localização: qualquer família residente da zona rural que não tenha abastecimento de água potável.

A partir dos critérios estabelecidos, percebe-se foco nos projetos voltados a sociedade civil, através de inovações sociais e políticas públicas, envolvendo os agricultores como protagonistas na melhoria de suas condições de vida, ajudando-os a ajustá-los segundo suas necessidades sociais.

O papel identificar se as necessidades sociais vão provocar mudanças estruturais radicais, incrementais ou sistêmicas, se relaciona ao papel identificar inovações específicas para o contexto, da Dimensão Caráter Inovadoras. A Figura 19 apresenta essa relação.

Figura 19 – Papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais relacionadas ao caráter inovador



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

A capacidade do local em adquirir respostas específicas para suas necessidades sociais é o resultado da mobilização e articulação dos atores para empoderar-se e desenvolver-se a partir de suas capacidades e competências locais. O ator organizacional atua, assim, como um elemento de transformação social e privilegiando novas formas de solidariedade e parcerias entre si.

Nos relatos dos entrevistados, houve o argumento que as famílias que produzem alimentos seguindo os padrões agroecológicos alcançam uma maior renda monetária e também um uso sustentável dos recursos disponíveis e uma melhora na condição de vida associada à qualidade dos alimentos produzidos, consumidos e comercializados, com maior grau de autonomia produtiva.

Nós mostramos que através de práticas agroecológicas contribui tanto para a renda dele (o agricultor), como ele vai ter um plantio diversificado, vai ter produção o ano todo, contribui para o meio ambiente, né? Quando ele vai ter um solo mais rico, essas coisas, basicamente agroecologia, que contribui para a mudança daquela comunidade (E03_RN).

O agronegócio esmaga a agroecologia por ter mais força de mercado, mas a gente tem construído uma ideia de que ela (a agroecologia) também é política, que está em um campo de emancipação política do cidadão, então a gente tem construído isso nesse campo, do empoderamento, de comunidades que se organizam, que lutam por seus direitos, que conseguem acesso a água, que conseguem mudar a lógica dos sistemas de produção para ser menos poluente, e garantir a soberania e a segurança alimentar (E04_PE).

Dessa forma, percebe-se, no caso investigado, a existência de um meio de produção que permite a produção estável e eficiente de alimentos, a segurança e soberania alimentar, e principalmente a preservação do conhecimento local de como gerir uma pequena unidade de produção e o uso de práticas agroecológicas de acordo com as especificidades do contexto. Por exemplo, o uso de sementes crioulas, que são adaptadas às condições locais, estimulando a produção de culturas próprias do semiárido, através do uso de matéria orgânica como fertilizante.

Portanto, o fator da agroecologia se refere a constituição de uma solução inovadora que abarca um arranjo institucional, como menciona Tardif e Harrisson (2005), apresentando o caráter inovador no que diz respeito à revitalização da localidade, da mobilização dos atores sociais, da valorização dos saberes e práticas locais. Busca-se a valorização do conhecimento dos atores sociais sobre o tipo de solo, plantas e processo ecológicos, e inserção de melhorias na condição de vida da comunidade a ser beneficiada.

Sobre essas ações, a ASA faz uma proposta comum a todas as comunidades rurais, cuja orientação é oferecer uma qualificação e acesso ao conhecimento sobre o contexto do semiárido, respeitando as especificidades de cada grupo, para que estes, de forma autônoma, possam implementar suas ações.

Percebeu-se divergência nos relatos dos entrevistados, no que se refere ao tipo de mudança acontecida em suas comunidades. Identificou-se uma tendência a afirmação da mudança incremental, baseado na adaptação à realidade das sociedades locais, com ênfase nas necessidades específicas e através da contextualização dos conhecimentos, principalmente focados nas metodologias da agroecologia, e da valorização da cultura local. A mudança acontece dentro de uma realidade existente, de modo que as alternativas desenvolvidas são

geradas para sistematizar práticas, métodos e instrumentos facilitadores de modificação de um espaço. É um processo lento, que envolve incorporação de um novo modo de viver, um processo cultural, de aprendizagem contínua e construtiva.

A seguinte fala retrata esse posicionamento.

A gente nunca trabalha uma mudança radical com eles (os agricultores), até porque não é o propósito da gente, nós queremos trabalhar com o resgate da cultura, implementar coisas que eles possam trabalhar como também ouvir o que eles tem a dizer, e assim adaptar o saber deles e o saber do técnico, tentando construir um trabalho juntos (E06_RN).

Contrapondo ao comentário anterior, foi identificado nas entrevistas que dois dos respondentes argumentam que a inovação social decorrente dos projetos P1MC e P1+2 promove uma mudança radical, por requerer mudanças de comportamentos, percepções e valores, cujos atores sociais, considerados protagonistas, passaram a praticar uma nova forma de vida, tornando a inovação social uma ferramenta para a transformação social. O relato de um deles é exposto a seguir.

Outro dia recebemos um grupo de franceses, eu achei interessante porque foi um outro olhar e nós visitamos e eles disseram que as propriedades atingidas eram um oásis em relação as que não foram atingidas, por terem incorporado um novo estilo de vida, então talvez seja uma mudança radical, à medida que esses projetos se expandem (E05_PB).

E outros ancorados no pensamento da mudança sistêmica, pela continuidade do processo, a partir de uma inovação social, superando uma forma antiga de pensar e agir, contornando barreiras e construindo caminhos.

É uma mudança que envolve uma logística de gestão que você faz para os recursos ficarem mais aplicados, você concentrar numa região só, [...] e fica melhor de articular as famílias, e também é uma forma de você ver os resultados mais na frente, são tecnologias voltadas para a produção de alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional dessas famílias, gerar emprego, renda, então assim, a gente tá querendo sempre buscar envolver famílias que já foram atendidas, porque elas vão dizer como mudou, o que mudou, se melhorou, se teve algum impacto significativo naquela região, se todas aquelas coisas que eles fizeram parte, aquelas ações que eles fizeram parte valerem a pena (E05_PE).

Os casos apresentados a seguir apresentam características de mudança sistêmica, que permitiu a adaptação de técnicas (coleta de água para consumo e água para produção) ao contexto de uma crise. Por sua vez, promovem a aplicabilidade da inovação social, por serem baratas e de fácil implementação, além de resolver com rapidez o problema a que se dispõe solucionar, a capacidade de armazenar água e de promover o acesso descentralizado para as famílias beneficiadas.

Nos relatos das entrevistas, surgiu a história de Manoel Apolônio (Nel), o idealizador da cisterna de placas. Um baiano, ajudante de pedreiro na construção de piscinas em São Paulo que aprendeu a fabricar placas pré-moldadas de cimento. Pensando na realidade de sua família, imaginou que, construindo algo semelhante, poderia armazenar água das chuvas da sua região. Assim, voltou para o Nordeste e fez os experimentos, e concretizada a ideia, disseminou a cisterna de placas em sua comunidade.

A informação daquela tecnologia simples se espalhou e ganhou notoriedade, sendo encampada por órgãos públicos e, mais tarde, por entidades religiosas, tornando-se atualmente uma das principais tecnologias sociais utilizadas pelas famílias para a convivência do semiárido (FBB, 2014, p.43).

O projeto da cisterna de placas, em termos de caráter inovador, passou por uma primeira fase de tentativa, por meio dos encontros realizados pela ASA, envolvendo a participação dos atores sociais, e de experimento, na qual os agricultores iniciaram a produção para, por fim, se criar um arranjo institucional – ASA no qual se promoveu a integração e a parceria entre eles e com outros atores.

Visualiza-se, assim, a oportunidade que um empreendedor social criou ao gerar uma contribuição, a princípio, em nível local. Ele desenvolveu uma iniciativa inovadora para lidar com uma situação local tendo como base sua experiência de vida. Uma inovação social simples, construída pelos próprios agricultores, de baixo custo e adaptável a qualquer região, com capacidade de armazenar 16 mil litros de água, suficiente para uma família de cinco pessoas beberem e cozinhar por 6 a 8 meses (período médio de estiagem na região).

Os atores organizacionais entrevistados apresentaram dois exemplos que permitem ilustrar as características da aplicabilidade da inovação social: o biodigestor, uma tecnologia que reaproveita o esterco de animais bovinos para que a eliminação desses dejetos possa ser utilizada como substituta do gás butano de cozinha; e o fogão ecológico que diminui o uso da lenha, se tornando menos poluente e reduzindo a inalação de fumaça e fuligem por parte da família, como também maior capacidade de aquecimento.

Essas inovações sociais, construídas pelos próprios agricultores, também passaram por tentativas e experimentos até se tornarem experiências inovadoras, demonstrando seus benefícios sociais e econômicos, e sua disseminação para outras localidades aconteceu por meio dos intercâmbios e boletins informativos (Figura 20).

Figura 20 – Boletins informativos do Biogidestor e Fogão ecológico



Fonte: Dados secundários da pesquisa (2015)

Esses exemplos de IS se aplicam ao conceito de Mulgan et al. (2007) que caracteriza uma inovação social como atividades e serviços que são inovadores, com o intuito de atender uma necessidade social e que são, predominantemente, desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos objetivos são sociais.

Assim, a partir dos dados coletados, apresenta-se o Quadro 19 com os papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais relacionadas ao caráter inovador.

Quadro 19 - Papéis do ator organizacional da dimensão necessidades sociais relacionadas ao caráter inovador

Dimensão	Categoria	Indicador
Necessidades Sociais	Identificação do contexto de crise em que as necessidades sociais estão inseridas	Mudança de paradigma
	Mapeamentos entre demandas e necessidades	
	Definição dos critérios de urgência	
	Tipos de modificações estruturais	Mudança radical
Mudança incremental		
Mudança sistêmica		
Caráter Inovador	Inovações sociais específicas para o contexto investigado	Ênfase no conhecimento
		Aplicabilidade

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A partir do exposto, é possível afirmar que a inovação social investigada respondeu ao contexto de crise por meio dos conhecimentos e inovações empregadas, melhorando suas contingências locais. Ou seja, a partir das condições de emergência e necessidade de mudanças, os atores organizacionais foram impulsionados a agir e desenvolver soluções para satisfazer determinada situação-problema, e por isso permitiu perceber que é necessário ampliar o modelo teórico, assim como validou o que já estava exposto na teoria.

4.4 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Processos desenvolvidos por atividades coletivas

A dimensão processo e atividades coletivas da inovação social é o ponto norteador de como ocorrem tais iniciativas, destacando aspectos que podem ser responsáveis por seu sucesso ou fracasso. Portanto, se faz necessário analisar a forma como acontece o gerenciamento do processo da inovação social, o que inclui a colaboração de todos os envolvidos, com diversas habilidades, recursos e interesses, como também as atividades para transformar as ideias em uma realidade concreta.

Os papéis do ator organizacional apresentados nesta tese tem como objetivo responder a seguinte pergunta norteadora: “Qual o papel assumido pelo ator organizacional no processo

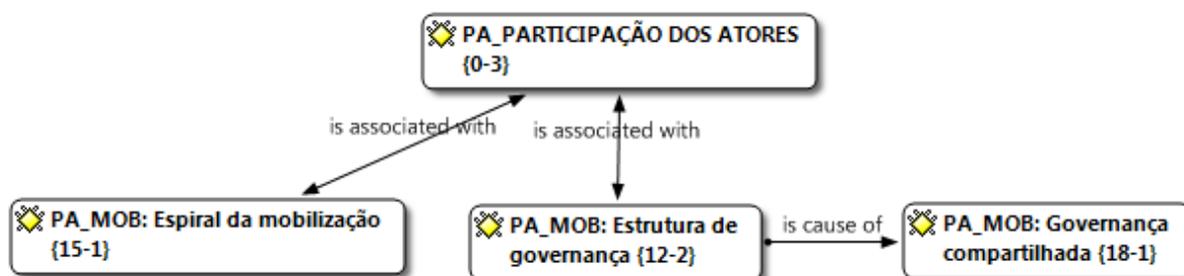
de uma inovação social? Que estratégias ele desenvolve e adota para a sobrevivência de uma inovação social”?

Com a análise do caso surgem os papéis de: Mobilizar os atores para a participação ativa no processo de inovação social; Desenvolver habilidades necessárias para a manutenção da IS; Avaliar a inovação social no seu contexto e identificar os desafios; Auxiliar na promoção e difusão da inovação social, os quais reforçam os achados teóricos e apontam para os seus desdobramentos em indicadores.

4.4.1 Papel de Mobilização dos atores

A inovação social prevê a mobilização da sociedade civil para a implementação de programas com foco em necessidades sociais, bem como busca criar mecanismos que promovam a participação dos atores envolvidos. Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas, identificou-se os seguintes indicadores: espiral da mobilização; estrutura de funcionamento; participação dos atores sociais (Figura 21).

Figura 21 – Papel de estimular a participação dos atores



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

Para que as iniciativas de inovação social atinjam seus objetivos é necessário apresentar uma espiral da mobilização como indicador dentro do papel de mobilizar a participação dos atores do processo de IS, o que significa dizer a mobilização deverá estar distribuída em vários momentos da inovação social atendendo aos fins específicos de cada etapa. Assim, nos casos investigados, a espiral da mobilização é decorrente das experiências das diversas associações comunitárias já existentes nos municípios.

Na mobilização são tratadas questões como apresentação dos representantes, das comunidades; suas expectativas e reflexões sobre o uso da água (E02_RN).

O processo de mobilização social busca, portanto, envolver diferentes atores, cada um dentro de sua conjuntura social, com sua forma de atuação, mas com o mesmo objetivo social. Dessa forma, o ator organizacional assume o papel de mobilização dos programas P1MC e P1+2 junto aos demais atores envolvidos, como apresentado no Quadro 20.

Quadro 20 – Mobilização dos atores

Ator	Objetivo da mobilização
Famílias que moram no semiárido	Mobilizar as pessoas beneficiadas do programa para participarem ativamente dos projetos, através de uma metodologia de trabalho adequada para sensibilizá-las.
Comunidades rurais	Mobilizar para conscientizar a comunidade a importância do sentido de organização, coletividade e solidariedade.
Organizações de base comunitária	Mobilizar para assumirem o papel de executoras dos programas e a formarem, com outras organizações, representações nas comissões municipais.
Organizações com base municipal	Mobilizar os sindicatos, igrejas, clubes de serviços, entidade de classes para trabalhar junto com as organizações de base comunitária nas comissões municipais, e juntos, administram os critérios de escolha de comunidades.
Organizações com bases microrregionais	Mobilizar as ONG's, Fóruns, articulações, dioceses, cooperativas, no objetivo de buscar recursos, e se responsabilizar pela formação, acompanhamento e execução dos programas.
Organizações nacionais e internacionais	Mobilizar para tornar conhecido a realidade local por entidades nacionais e internacionais, aumentando assim a amplitude da mobilização.
Governos municipais, estaduais e federal	Mobilizar para colocarem em suas agendas as necessidades sociais demandadas, não como política de compensação eleitoral, mas como política pública.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

Nos referidos programas, a mobilização dos municípios é o primeiro elo da espiral da mobilização, por partir do contexto da família, de sua comunidade, de sua organização comunitária, dentro da atuação do território do município. Em nível estadual, são direcionadas as decisões pertinentes às microrregiões, buscando atingir o princípio da descentralização do programa. É imprescindível a articulação entre as organizações de base comunitária com seus municípios (ASA, 2009). Portanto, as iniciativas de inovação social acontecem através de um programa de mobilização da sociedade civil, na busca por soluções para suas necessidades sociais.

A mobilização faz parte de um projeto futuro para as comunidades do semiárido, não é uma campanha passageira (E06_PB).

Mobilizar para a ASA é tornar todos envolvidos nesse esforço e nos tornar cidadãos capazes de tomar nossas decisões e criar nossas soluções (E01_PE).

Materiais didáticos são distribuídos entre os atores, para que possa ser disseminado o trabalho desenvolvido pela ASA, como demonstra a Figura 22.

Figura 22 – Encarte técnico de mobilização da ASA



Fonte: Dados secundários da pesquisa (2015)

Como também são distribuídos encartes específicos para mobilizar os atores sociais, apresentando uma forma de expressão que seja entendida pelo ator social. O Exemplo apresentado na Figura 23 é um encarte que conta, na forma de história em quadrinhos, como o agricultor pode se envolver nas atividades desenvolvidas pela ASA. O material “As histórias da convivência com o semiárido – Uma jornada em quadrinhos” apresenta o enredo protagonizado pela família de seu Pereira e dona Joana, que estão na fase de transição agroecológica e desenvolvem várias estratégias de convivência com a região, semelhante a muitas outras famílias do semiárido brasileiro.

Figura 23 – Encarte em quadrinhos sobre participação dos agricultores



Fonte: Dados secundários da pesquisa (2015)

O processo de mobilização nos programas analisados ocorre em diversas etapas, iniciadas pelo cadastramento e seleção das comunidades, capacitação, acompanhamento e avaliação das atividades. A metodologia adotada é apresentada nas chamadas públicas, devendo ser obrigatoriamente cumpridas todas as etapas, distribuídas na seguinte ordem: processo de mobilização, onde são formadas as comissões (municipais, executoras e comunitárias), cadastro e seleção das famílias que receberão as cisternas; capacitação, que é a formação continuada das equipes técnicas, agentes multiplicadores, pedreiros e habilitação de jovens em confecção e instalação de bombas manuais e a construção das cisternas propriamente.

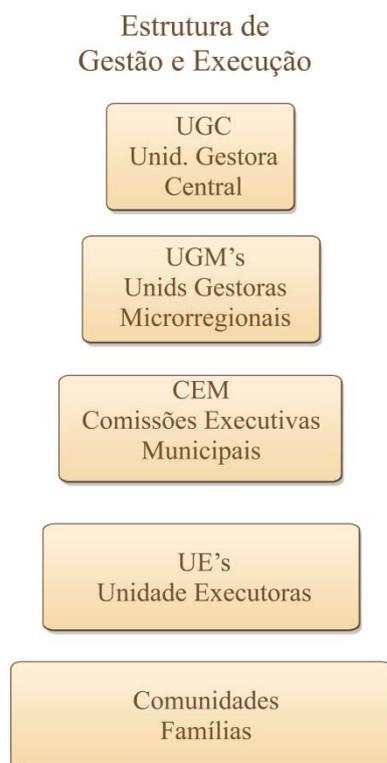
[...] a mobilização é distribuída em vários momentos, a partir das experiências das comunidades (E04_PB).

A implementação de inovações sociais, como as cisternas, é um modelo sustentado pela articulação do terceiro setor e áreas governamentais, para garantir sua realização em todas as suas dimensões (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004). A iniciativa social se desenvolve diante de uma metodologia, cujo processo de articulação e de mobilização com as famílias, as comunidades, as organizações e os técnicos garantem a continuidade e seu empreendimento dentro do contexto local, tornando-se assim, um processo que envolve todo um coletivo mobilizado desde a escala comunitária, municipal, microrregional e nacional.

Os entrevistados argumentam que o sucesso do programa PIMC está no seu processo participativo que inclui as famílias e as organizações comunitárias, as quais se comprometem com um projeto local de integração social.

A estrutura de governança refere-se às formas de se relacionar, das estruturas que são criadas, deflagrando paradigmas, construídos e reconstruídos, a partir de um modelo que perpetue o funcionamento das inovações sociais. No caso da iniciativa social investigada, a estrutura de funcionamento ocorre da seguinte forma, conforme Figura 24:

Figura 24 – Estrutura de governança da ASA



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

No nível regional, foi fundada uma Associação do Programa Um Milhão de Cisternas (APIMC), que representa a Unidade Gestora Central (UGC), viabilizando o caráter jurídico da parceria com o Governo Federal e promove junto às unidades gestoras microrregionais os termos de cooperação. É uma instância centralizada de coordenação, debate, sistematização e decisões políticas.

No nível estadual, através das Unidades Gestoras Microrregionais (UGM's) cabe a gestão dos recursos alocados para a implementação da inovação social nas comunidades e famílias rurais selecionadas. Sua função é estimular as ações do programa e fornecer suporte técnico e operacional, assegurando a eficiência do programa.

No nível municipal, acontecem as comissões municipais (CEM), que indicam às UGM's as comunidades e famílias que serão contempladas, bem como pelo acompanhamento das atividades ligadas à execução do programa. Nessa esfera é elaborado um mapeamento e um diagnóstico geral da situação socio-produtiva no que tange ao acesso e manejo sustentável da terra e das águas para a produção e consumo humano.

Dessa forma, a execução dos programas acontece em uma perspectiva institucionalizada, onde as decisões estratégicas acontecem através de reuniões anuais com os onze representantes das comissões estaduais da ASA, que são organizações da sociedade civil legitimadas para representar os interesses locais no âmbito geral das discussões. Tais direcionamentos são repassados às UGM's, que posteriormente, são repassadas às comissões municipais. Segundo os entrevistados, nessas instâncias estão inseridas as fundações, secretarias estaduais, e as agências internacionais de cooperação técnica.

São nessas instâncias decisórias que as restrições e convencimentos mútuos são exercidos, as convicções construídas, os acordos coletivos estabelecidos, e construção de consensos institucionais (RAMOS; MENEZES, 2012).

Assim, relacionado à estrutura de governança, o ator social tem a preocupação em gerir de forma compartilhada com os demais atores envolvidos no processo de IS. Considera-se que esta participação pode acontecer de forma diferenciada, de acordo com o posicionamento que os atores ocupam na estrutura de funcionamento da iniciativa de inovação social, havendo, assim, diferenciações nos papéis e funções exercidas, no acesso à informação, e na formulação e execução de estratégias de ação.

Corroborando com os dados coletados, Ramos e Menezes (2012) afirmam que as posições ocupadas pelos atores organizacionais são diferenciadas e se relacionam, diretamente, com sua capacidade articulada de argumentar, sistematizar, organizar e mobilizar os demais atores no processo de inovação social. No discurso da ASA, por exemplo, aponta-

se o agricultor como protagonista das articulações no seu contexto, por conhecimento de sua realidade local, porém sua atuação é passiva, articulando-se em torno dos benefícios causados pelos programas implementados. As falas de dois entrevistados deixam claro esse posicionamento.

A participação da família é fundamental, pois só eles conhecem sua casa, para marcar o lugar para instalação da cisterna [...] os técnicos meio que obedecem as sugestões, respeitando as vontades deles (E05_RN).

As famílias tem autonomia desde que não infringam os critérios do ponto de vista político do projeto e do ponto de vista técnico, ela tem a liberdade de produzir o que quiser nas terras (E02_PB).

Dentro da estrutura hierárquica em que estão posicionados os diversos atores da iniciativas de IS analisadas, descontrói-se o discurso da horizontalidade das relações com os atores sociais. Isto porque as posições ocupadas os distinguem entre si, definindo um aporte específico e o poder real de cada ator no espaço político. Diferenciações entre as organizações parcerias e as que compõem a ASA se manifestam em decorrência dos portes e abrangência, integrando-se em uma estrutura complexa de articulação, na qual se destacam os papéis de articulação política e execução operacional dos programas (TEODÓSIO, 2008).

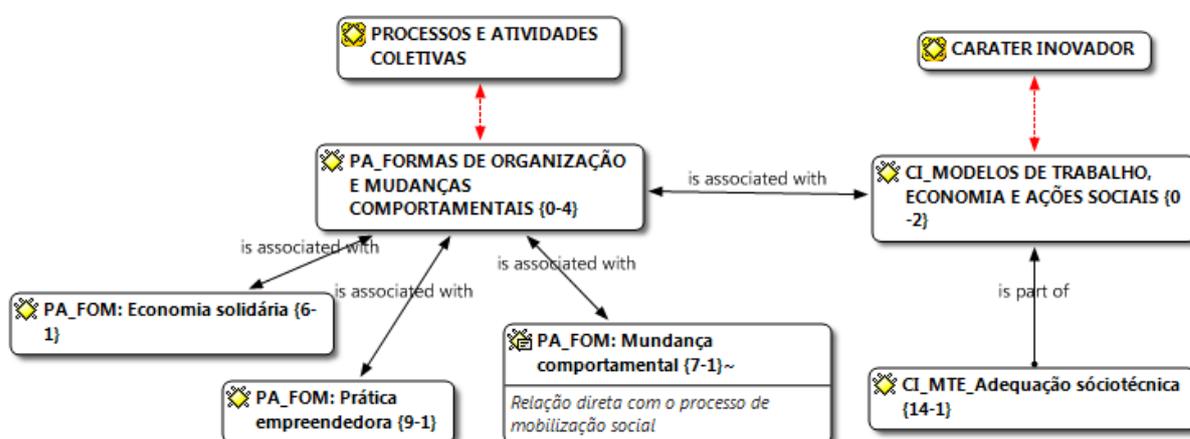
Percebeu-se que o discurso promovido é o da coletividade, cujas famílias são estimuladas para desenvolver, a partir da mobilização comunitária, processos individuais e coletivos, que auxiliem na elaboração de um projeto de mudança e de organização comunitária para exigir que seus direitos sejam garantidos. O fato é que tal processo de mudança, no caso dos projetos que envolvem o semiárido brasileiro, ocorreu a partir da articulação dos atores sociais na constituição de organizações sociais, representantes da sociedade civil, que obtiveram a legitimidade necessária para atuar junto ao governo federal na busca por alternativas que possibilitem a sua convivência com a seca.

A valorização da mobilização para iniciativas de inovação social e governança compartilhada encontra-se em um contexto macro, das lutas pela satisfação de suas necessidades sociais, da formação de uma articulação com a capacidade efetiva de influenciar governos e legitimar suas práticas. Enriquece, portanto, o sentimento de coletividade, através de práticas cotidianas e atuação política, criando espaços para viabilizar projetos sociais e a formulação de estratégias.

Ainda dentro do papel de mobilização, as novas formas de organização trabalho, e consequentemente, as mudanças comportamentais associadas à inovação social surgem como respostas à situação de exclusão social, baseada puramente na articulação das redes locais.

Para o papel de criar novas formas de organização do trabalho e gerar mudanças comportamentais inserido no processo de inovação social, a partir dos dados levantados, foram identificados os seguintes indicadores: economia solidária; prática empreendedora; e mudança comportamental (Figura 25).

Figura 25 – Papel do ator organizacional de estimular novas formas de organização e mudança comportamental



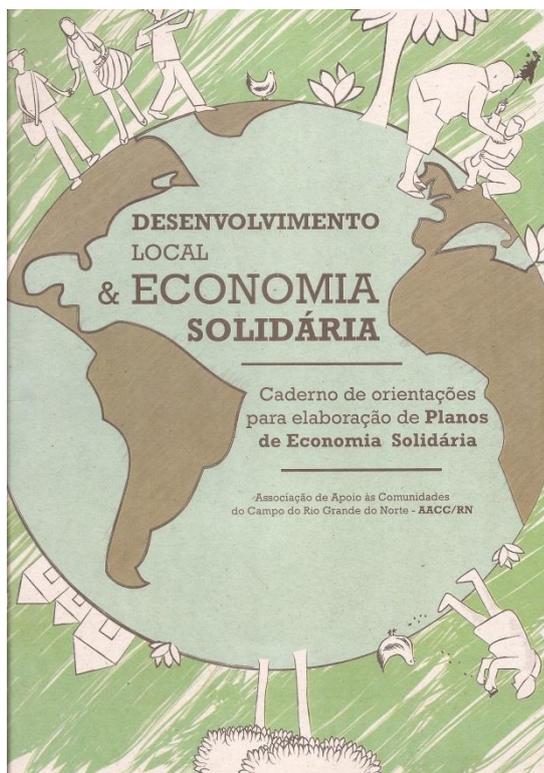
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

A economia solidária é o campo que apresenta as maiores possibilidades de desenvolvimento de inovações sociais (LÉVESQUE, 2002), considerada como um movimento socioeconômico baseado em princípios associativos e cooperativos (SINGER, 2000), formada por um conjunto de organizações coletivas regidas pelo princípio da solidariedade, autonomia e autogestão, existindo uma distribuição equitativa de trabalho, dos resultados, dos benefícios, e coletividade dos meios produtivos. Isso demonstra que uma das características dos atores organizacionais investigados é baseada por formas de reciprocidade, através de mecanismos de ajuda mútua na produção e comercialização.

A ASA trabalha com o conceito de economia solidária junto aos atores sociais, apresentando como sendo “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar [...] compreende uma diversidade de práticas de cooperação, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário” (AACCC-RN, 2012, p. 06).

A Figura 26 apresenta a relação das ações da ASA com a economia solidária.

Figura 26 – Encarte sobre a relação da ASA e a economia solidária



Fonte: Dados secundários da pesquisa (2015)

Com base na coleta de dados, foram compreendidos como exemplos de economia solidária os fundos rotativos solidários (FRS) e os bancos de sementes. Ribeiro e Jesus (2013) definem os FRS como instrumentos de finanças solidárias e de articulação comunitária que, ao capitalizar recursos dos próprios agricultores e auto-organizá-los, viabiliza processos produtivos com base em tecnologias sociais, reinvestindo dentro da própria comunidade.

De acordo com os entrevistados, os FRS surgem pela iniciativa de um grupo de pessoas com interesses comuns, buscando geralmente, melhoria nos processos produtivos para agricultura e pecuária, como a construção de cisternas e a criação de animais. As características dos FRS incluem: a não existência de intermediários, por ser organizado pelos próprios agricultores; ser baseado na confiança entre os envolvidos, no que se refere ao pagamento das parcelas; aos critérios estabelecidos para a definição das primeiras famílias beneficiadas; e que todos, serão beneficiados.

O principal propósito dos FRS é tornar os atores sociais protagonistas do seu próprio desenvolvimento econômico e social, portanto buscam promover a cidadania econômica dos dependentes das políticas públicas assistencialistas do Governo Federal. Assim, essa prática

autogestionária envolve a comunidade na definição das prioridades e no destino dos recursos, gera um maior comprometimento de todos os envolvidos com a permanência do fundo solidário.

Os fundos rotativos realizam funções mais amplas do que só o dinheiro para as atividades produtivas, se estende à uma mobilização social e produtiva, em torno de questões de cidadania (E04_PB).

Os bancos de sementes também foram mencionados como exemplo de economia solidária, fundamentado nos princípios de reciprocidade e coletividade. Essa inovação social preserva os sistemas tradicionais de produção de sementes, gerando a possibilidade de independência econômica e possibilidade de uma agricultura mais livre de fertilizantes e agrotóxicos.

A formação de bancos comunitários de sementes se destina, em geral, ao seu estoque coletivo. O objetivo é possibilitar uma quantidade suficiente para a atividade produtiva dos agricultores da comunidade. Porém, não se limitam apenas a distribuição de sementes entre os atores sociais beneficiários, mas envolvem também a preocupação com a sua segurança alimentar, transformando os quintais produtivos em fornecedores de alimentos mais nutricionais, como pela preocupação com a preservação de suas práticas culturais de produção de sementes.

Ploeg (2008) enriquece a discussão ao afirmar que a produção de sementes pelos próprios atores sociais é uma expressão da constante luta por autonomia. Ao buscar manejar sua base de recursos (criação de animais, seleção de sementes, utilização de pastagens), os atores buscam agir de forma que a agricultura corresponda aos seus interesses e aspirações, o que envolve, sempre que possível, preservar sua autonomia.

A autonomia, neste caso, pode ser entendida como o livre intercâmbio de sementes entre os atores, adaptadas à realidade local, com foco na coletividade e reciprocidade, envolvendo espaços coletivos de debates sobre estratégias de produção, orientadas para a satisfação das necessidades de produção, valorizando a cultura local através do resgate de sementes que corriam o risco de extinção, e viabilizando empreendimentos cooperativos familiares.

Percebe-se, portanto, que as práticas de economia solidária implantadas pela ASA se configuram como importante espaço de transformação social, construindo uma nova realidade desenvolvida a partir de iniciativas de inovação social, respondendo a questões sociais por

meio da inclusão social e produtiva das comunidades necessitadas. Por isso, tem-se evidências de que esse deve ser um indicador do papel do ator organizacional em uma inovação social.

Assim, os fundos rotativos solidários e o banco de sementes se apresentam, como metodologias adequadas, através de um processo sistematizado, que contribuem para o desenvolvimento de uma economia solidária.

Freitas et al. (2014) argumentam que os modelos de economia solidária são orientações que buscam alterar relações produtivas por meio da inserção de novas ideias em desenvolvimento econômico, voltadas para modificações de aspecto e valores sociais. Logo, pensar em economia solidária enquanto inovação social é estar embasados em novos modelos de gestão que busquem solucionar problemas sociais, por meio de objetivos coletivos.

O envolvimento de comunidades em iniciativas de inovação social tem contribuído para o amadurecimento social e econômico e para a inserção dos atores sociais na proposição de soluções inovadoras para sanar os problemas sociais que as afligem. Assim, tais inovações, além de viabilizar a inclusão dos grupos de produção local na rede de economia solidária, têm despertado para uma prática empreendedora como uma categoria de análise de novas formas de organização do trabalho e mudanças comportamentais.

As organizações da sociedade civil investigadas nesta tese buscam criar um valor social visando um desenvolvimento econômico e comunitário, permitindo que os atores sociais se tornem agentes de mudanças, dotados de qualidades para absorver novas fontes de rendas. Isto remete a uma prática empreendedora.

Corroborando com o que foi apresentado, Kuster e Ferré (2009) reconhecem que um dos maiores incentivos para uma família continuar produzindo e se reconhecer como empreendedora é a possibilidade concreta de venda de seus produtos a preços justos. As OSC's vinculadas a ASA vem apoiando o desenvolvimento de práticas empreendedoras, permitindo que os atores sociais tenham acesso à mercados locais pela agricultura familiar. As feiras agroecológicas se constituem um exemplo de tal prática, uma vez que funcionam como espaços destinados à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e que apresentam como característica principal a produção e comercialização de alimentos sem agrotóxicos, e a venda direta ao consumidor final, eliminando assim, os atravessadores.

Nesse contexto, a inserção dessas práticas empreendedoras em novos mercados dão ênfase a implementação de políticas que incentivem os agricultores a acessar tecnologias, novas habilidades; assessoramento técnico; agregação de valor e valorização dos produtos da agricultura familiar; incentivo à ocupação de espaços locais de comercialização diferenciada, agregando valor aos produtos; valorização dos mercados institucionais e feiras

agroecológicas. Enfatizando os resultados, Gaziolla e Pelegrini (2011) apontam que o foco não está nas relações puramente econômicas, como preços e quantidades, mas nos padrões de interação social, como a confiança, relações de proximidade e de interconhecimentos existentes.

As feiras agroecológicas podem ser consideradas como uma prática empreendedora, por fortalecer a produção do agricultor familiar, ampliar sua renda e capacitá-lo para realização de novas práticas de cultivo sustentável. Assim, a inserção dos agricultores nas feiras agroecológicas motivou novas práticas de trabalho, através da introdução de sistemas agroecológicos de cultivo; gerou mudanças nas relações sociais, pela participação coletiva dos agricultores; fortaleceu o arranjo institucional da ASA; proporcionou a aprendizagem coletiva, na busca pelo atendimento aos interesses da coletividade, por meio da cooperação entre os envolvidos.

Portanto, essas iniciativas apresentadas atuam como dispositivos coletivos de gestão de recursos comuns que funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas, nascidas dos sistemas de ajuda mútua, fundadas em regras de reciprocidade e valorização da realidade local.

Dessa forma, começa-se a visualizar um novo paradigma que resgata saberes tradicionais, apostando nas potencialidades da região. Conseqüentemente, verificam-se estímulos para mudanças comportamentais dos atores sociais estimulados pelo ator organizacional. Na coleta de dados foi possível identificar algumas mudanças comportamentais provocadas pelas ações das organizações da sociedade civil junto a comunidade local, confirmando assim, as categorias previamente identificadas, bem como a indicação de outras.

Essa mudança de comportamento também é vista pelo caráter inovador, ao apresentar características socio-produtivas de convivência com a seca, alinhando-se, portanto, ao conceito de adequação sociotécnica, ligando às dinâmicas de economia solidária, inovação social, autonomia a autogestão.

Uma das mudanças nos comportamentos apresentada foi a postura de satisfação dos agricultores familiares em relação a situação em que se encontram. Os entrevistados argumentam que os atores sociais apresentam uma postura otimista acerca da realidade, devido as melhorias que os projetos vêm apresentando nas comunidades em que estão inseridos. Dentro de uma perspectiva cognitiva, o resgate dos valores e da história do campo, na busca do entendimento em que contexto a experiência se desenvolve foi uma atitude identificada. Além disto, como os programas de cisternas tem o objetivo principal a captação

da água, percebeu-se, também, mudanças significativas no que se refere à incorporação de hábitos necessários para uso da água (para consumo e produção de alimentos).

Dessa forma, as práticas tradicionais (a exemplo do plantio nos quintais produtivos) passaram a ser mais valorizadas como fruto de uma nova percepção sobre a importância desse trabalho para o bem-estar e a economia das famílias, gerando dinâmicas de inovação em redes sociotécnicas locais que favoreceram a criação de espaços de interação social essenciais para a construção e a partilha de saberes orientado pelos princípios da agroecologia.

Comprova-se o caráter sociotécnico nos seguintes relatos dos entrevistados.

É o processo de formação e mobilização, se a gente observar, anteriormente a esse programa, aquele período de emergência que se construía os açudes, não se fazia debate de convivência com o semiárido, de agroecologia, dos princípios socioambientais, da viabilidade econômica e esse programa permite isso, o que é inovador (E05_PB).

O inovador é o processo de mudança de comportamento, das pessoas, a interação das comunidades, do associativismo, que valoriza muito a construção do saber popular (E03_PB).

Eu diria que inovador é essa mudança de paradigma, a questão de sair de uma perspectiva negativa mais de convivência, se tornar uma espécie de guardião do ambiente em que vive, e ainda acreditar que é possível criar outras relações, que há uma diversidade ambiental e cultural (E02_RN).

Dentro das mudanças comportamentais verificadas, principalmente em relação aos programas P1MC e P1+2, que obteve maior ênfase nas falas dos entrevistados está relacionada às novas formas de realizar as atividades cotidianas nas comunidades beneficiadas pelos projetos. Assim, constatou-se que o processo das inovações sociais que vem sendo adotadas pelas entidades da sociedade civil geram maior capacidade e motivação nas famílias beneficiadas, acentuando assim, a se organizarem em atividades coletivas, executando trabalhos em conjuntos em prol da coletividade e reciprocidade.

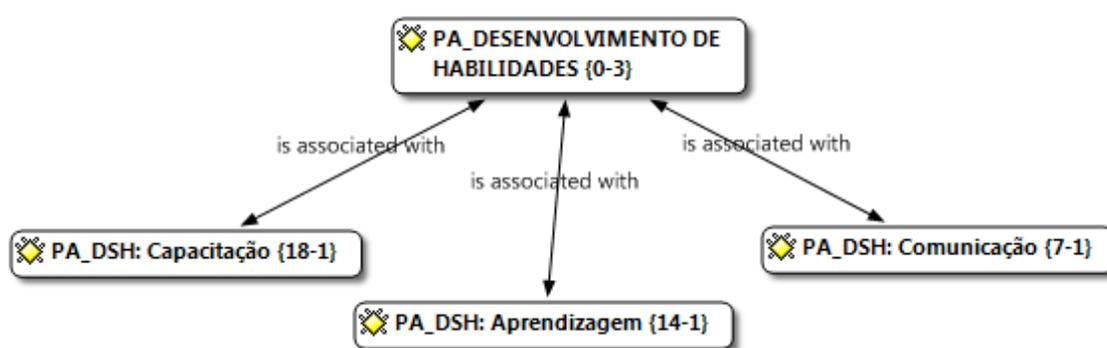
Portanto, o processo de inovação social emerge do compartilhamento de conhecimentos diversificados, da reflexão das experiências, e do aprendizado pela interação e experimentação. Essa categoria é analisada na subseção a seguir.

4.4.2 Papel do ator organizacional no desenvolvimento de habilidades

As iniciativas de inovação social, por requererem a participação dos atores sociais, estimulam que o ator organizacional se preocupe com o desenvolvimento de habilidades com o propósito de capacitá-los para atuar nas fases de desenvolvimento, implementação e difusão que compõem o processo de IS.

Os indicadores relacionados ao papel de desenvolvimento de habilidades que foram identificados nos dados empíricos são: capacitação, aprendizagem e comunicação (Figura 27).

Figura 27 – Papel do desenvolvimento de habilidades



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

Na ASA, a capacitação dos atores sociais se inicia após o processo de mobilização, e ocorre, principalmente, através dos cursos de formação oferecidos pelos programas P1MC e P1+2. A participação dos atores nas formas de organização associativista, permite uma constante capacitação para a promoção de inovações sociais, por promoverem continuamente conhecimentos específicos entre os agricultores, com foco nas suas necessidades sociais, orientando-os ao desenvolvimento dos empreendimentos autogestionários dos quais participam.

Especificadamente, nos programas supracitados, as famílias são sensibilizadas a se comprometerem com a efetivação das ações que norteiam os programas. O processo de mobilização compreende o fortalecimento da sociedade civil, e promove espaços para reflexões sobre a convivência com o semiárido e suas necessidades sociais. Assim, a capacitação estruturada pela ASA para as famílias beneficiadas implica não somente na apropriação de saberes técnicos relativos ao entendimento da dinâmica hídrica na região do semiárido brasileiro e ao uso de tecnologias de construção de reservatórios do tipo cisternas,

mas também no reconhecimento por parte das comunidades do acesso à água como um dos componentes da cidadania e da dinâmica social no espaço público.

Assim, são promovidos diversos cursos de capacitação para as famílias beneficiadas, dentre os quais se destacam: gerenciamento de recursos hídricos (GRH), cidadania e convivência com o semiárido, gestão administrativo-financeira da implantação das cisternas nas comunidades, e formação de mão-de-obra local como pedreiros com foco em técnicas de construção de cisternas que possuam formato cilíndrico. As habilidades adquiridas nos cursos oferecidos pelos programas de cisternas são descritos no Quadro 21.

Quadro 21 – Cursos dos programas P1MC e P1+2

Curso	Habilidades adquiridas
Capacitação de Famílias em Gerenciamento de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar a cisterna como uma alternativa viável, enfatizando-se a sua importância no armazenamento de água potável, como também, nas formas de manejo. - Fixar de forma definitiva a importância da cisterna dentro do contexto da convivência com o semiárido - Gerar a prática cotidiana dentro das famílias no que se refere ao uso da água para o consumo humano, doméstico, animal e agrícola.
Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular uma reflexão crítica sobre abordagens históricas das relações sócio-políticas entre a população do semiárido e o pragmatismo ensejado pelos modelos impostos pelo estado nas esferas municipais, estaduais e federal. - Gerar um comportamento cidadão dentro das comunidades para que entendam a água como um direito básico de cidadania e não como vem sendo tratada, uma concessão ou um favor político.
Convivência com o semiárido	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender novas práticas de armazenamento e uso dos recursos hídricos.
Capacitação em Gestão Administrativo-financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Entender como funciona os recursos financeiros das unidades executoras, com foco na ética/transparência na gestão de recursos públicos e a eficiência administrativa-contábil.
Capacitação de pedreiros	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender na prática a construir cisternas (de placas e calçadão).

Fonte: Adaptado da FEBRABAN (2007)

Constatou-se que existe a obrigatoriedade das famílias beneficiadas de participarem do curso de gestão de recursos hídricos, como critério mandatório para participação nos programas, com o propósito de promover a consciência daqueles quanto a importância do uso da água para consumo humano e para produção.

O cara tem que participar do curso, é o jeito. São três dias de curso de GRH, ou não ganha a cisterna (E04_RN).

A partir da qualificação dos agricultores familiares, esses vão assumindo lideranças comunitárias, monitorias, multiplicadores de práticas, como também podem se tornar parte da equipe técnica da unidade gestora. O principal objetivo do processo de formação é capacitá-los para desenvolver meios de buscar atender as necessidades das comunidades das quais fazem parte.

Tem que investir no curso de GRH, mas tem que ver se realmente atende as necessidades, a gente avalia [...] e vai construindo junto com eles (os agricultores) sobre os temas que trabalhamos, [...] mas a gente que constrói a metodologia, então a gente começa a olhar os temas que temos e prevê nos cursos de segurança alimentar, economia solidária, autonomia das mulheres, agroecologia, enfim... (E01_PE).

Dessa forma, em um dos cursos, ou em visitas dos técnicos às comunidades, há uma identificação de demandas e potencialidades da comunidade por meio da participação dos envolvidos. Na medida em que surgem novas demandas de formação, vão se projetando novas metodologias de ação, tornando esses cursos e formações momentos oportunos para adequar as inovações sociais às realidades aplicadas.

Alguns entrevistados argumentam que

O processo de formação se dá pela ação, reflexão, ação, na vivência, na prática [...] no fazer, aprender, e depois refazer aquilo de novo, testar, experimentar, inclusive a gente chama os agricultores de experimentadores, porque estão o tempo todo experimentando novas técnicas, novas práticas de campo da produção (E03_PE).

A gente parte do princípio pedagógico de Paulo Freire, de estar no campo para o campo, por meio da troca de experiências (E04_PB).

Amparado no discurso de Paulo Freire, percebe-se que no processo de IS investigado a reflexão é continuada, sempre na busca da sociabilidade dos espaços, onde todos trocam experiências, aprendem e se desenvolvem a partir de seus interesses e necessidades. Assim, constrói-se um espaço para aprendizagem, como categoria de análise do desenvolvimento de habilidades, focada no agir coletivamente gerado pela troca de experiências entre as iniciativas sociais que participam das atividades de economia solidária.

A aprendizagem é entendida como a capacidade de articulação entre os membros e sua percepção em relação à participação e a socialização, tornando, assim, o conhecimento aprendido pelos atores retido através das novas práticas sociais e crenças (PROVAN;

HUMAN, 1999). Logo, o processo de aprendizagem vai além das formações, acontece pelos diversos mecanismos de aprendizagem coletiva decorrentes da interação entre os diversos atores que atuam como parceiros nas iniciativas de inovação social.

A aprendizagem permite que os atores sociais construam representações comuns, capazes de facilitar o diálogo e os reconhecimentos mútuos, traduzindo-se, portanto, em termos de inovação social no que se refere as possibilidade de co-criação, planejamento colaborativo, permitindo o desenvolvimento de habilidades.

Na coleta de dados, os atores afirmaram que as inovações sociais investigadas mobilizam e articulam sujeitos individuais e coletivos para as trocas de saberes e experiências coletivas desenvolvidas pelas famílias beneficiadas, dentro de suas comunidades ou em intercâmbios em outras comunidades, sendo muitas vezes, de caráter interestadual. A Figura 28 apresenta um caso de sistematização de experiências em uma das OCS entrevistada, pertencente a ASA.

Figura 28 – Intercâmbio entre os atores sociais

Sementes da Paixão é tema de seminário realizado pela COONAP

Ação Social Diocesana de Patos 09:20 Notícias , Slider

Guardiões e guardiãs das Sementes da Paixão participaram na última sexta (18), do Seminário para estruturação de Redes de Sementes. O evento aconteceu na sede do Coletivo Unidos no Campo, no Assentamento José Antônio Eufrouzino em Campina Grande. Participaram cerca de 20 agricultores/as dos assentamentos: Belo Monte e Dorcelina Folador do município de Cubati, Cícero Romana, município de Areial, além do José Antônio Eufrouzino, todos os participantes são representantes dos 04 bancos de sementes existentes no Lote 05 da Borborema assessorado pela Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (COONAP), através do contrato de assistência técnica com o INCRA/PB.



Fonte: www.asdppb.org

Esse processo participativo qualifica os agricultores a sistematizarem e valorizarem suas experiências cotidianas, bem como a potencializar a troca de conhecimentos entre comunidades distintas. Dessa forma, os espaços de aprendizagem são lugares para reflexão e articulação do saber popular com o saber sistematizado. Assim, a promoção de intercâmbios das experiências entre as comunidades tem sido uma metodologia adotada pelas organizações

sociais que atuam nos programas investigados, promovendo a aprendizagem, visibilidade, e valorização dos agricultores familiares. Como exemplo, a Figura 29.

Figura 29 – Boletim de sistematização de experiências



Fonte: Dados secundários da pesquisa (2015)

É uma prática no qual os atores sociais visitam outras comunidades que já desenvolveram alguma prática produtiva alternativa, com o objetivo de conhecer novas possibilidades de trabalho.

Local onde as famílias trocam experiências, passam a se conhecer e conhecer as experiências, as vezes até do vizinho, que você não tem tempo de ir conhecer [...] não é formidável? Formidável mesmo, são os intercâmbios em outros Estados (E04_PE).

Eles (os agricultores) dizem assim: “uma coisa boa, além de tudo, é o intercâmbio”. Você vê nos olhos das pessoas quando elas voltam e... “vamos fazer isso amanhã.” Está entendendo? (E03_RN).

A partir de tais iniciativas, verificou-se que um diversificado acervo de inovações sociais está sendo produzido e disseminado com base na valorização dos saberes acumulados pelas famílias beneficiadas pelos programas P1MC e P1+2. A sistematização de experiências e a realização de intercâmbios entre agricultores buscam fortalecer a constituição de articulações como espaço para mobilização de novos conhecimentos e práticas para a convivência com o semiárido.

Você tira as famílias do seu habitat, da sua localidade, que às vezes está um pouco fechada, tem o costume de ver só aquilo que está ao seu redor, e aí a gente trás essas famílias para mostrar outras tecnologias que estão dando certo, aí a gente leva as famílias, e elas ficam muito empolgadas em estar visitando unidades de produção (E01_PB).

A parceria com o Governo Federal orienta que os beneficiados deveriam adentrar em uma dinâmica de intercâmbio o que torna essa etapa do processo obrigatória para participação dos programas de inovação social analisados.

Esses intercâmbios são obrigatórios, vem designado no edital, cada entidade deve fazer, e quem promove mesmo é a entidade em si (E05_RN).

É previsto os intercâmbios, então acho que tem que fazer dois interestaduais e uns três ou quatro municipais, por edital (E01_PE).

A partir dessas questões, considerando a articulação promovida pelas organizações da sociedade civil que atuam nos referidos programas, constatou-se que a prática do intercâmbio tem sido a mais participativa dentre os atores sociais, por sua dinâmica, pelo compartilhamento de experiências novas, e pela promoção de novos saberes. Dentro desse contexto, pode-se afirmar que essa prática de intercâmbio leva ao aprendizado e ao desenvolvimento de habilidades.

A sistematização dessas experiências ocorre por meio da produção e compartilhamento de materiais de comunicação, considerados também como indicador do desenvolvimento de habilidades. Esses materiais funcionam como meio de fortalecer as práticas existentes e divulgar suas ações, bem como garantir o acesso e a interação entre as OSC vinculadas a ASA. Os materiais produzidos são cartilhas de orientação, folders, boletins, livros, literatura de cordel entre outras produções, bem como tem-se usado ferramentas digitais, como páginas na web, em redes sociais e blogs.

Segundo os entrevistados, o que causa um maior impacto entre os agricultores são os boletins informativos, caracterizados por folhetos que contam as histórias de vida das famílias beneficiadas e como seu conhecimento contribuiu para o aprendizado, desenvolvimento de habilidades que permitirão melhorar a produção de alimentos e as condições de vida (como já mostrados nas Figuras 28 e 29).

Esses boletins é para o próprio agricultor, no nosso caso aqui, o boletim informativo é o Candeeiro. A ideia é que as experiências dos agricultores sejam sistematizadas e divulgadas entre eles, e a partir daí, todos querem ter uma experiência para aparecer lá (E06_RN).

Então a gente escolhe as famílias das comunidades, escuta o agricultor contar toda sua história, tira foto deles no campo, sistematiza, e manda para a gráfica. São 1000 exemplares por boletim (E02_PE).

Cada unidade gestora tem um comunicador institucional, que se responsabiliza por possibilitar uma logística que permita a troca de experiências entre as diversas populações do semiárido. Assim, essa lógica de sistematização de informações se traduz por meio da interatividade entre os diversos atores envolvidos nas iniciativas investigadas.

Nessa perspectiva, a assessoria de comunicação da ASA é responsável por: possibilitar o acesso comum às informações e a interação entre as organizações que compõem a ASA; divulgar a imagem positiva do semiárido; valorizar a cultura da região; produzir material pedagógico e informativo para as organizações, famílias e comunidades envolvidas com o P1MC e P1+2 (FEBRABAN, 2007).

Portanto, essas ações de desenvolvimento de habilidades, a partir da capacitação, aprendizagem e comunicação, visam difundir as inovações sociais executadas pela ASA como promotora de estratégias que viabilizem a convivência com o semiárido, valorizando a diversidade, a solidariedade e a adoção de metodologias participativas no enfrentamento de problemas sociais.

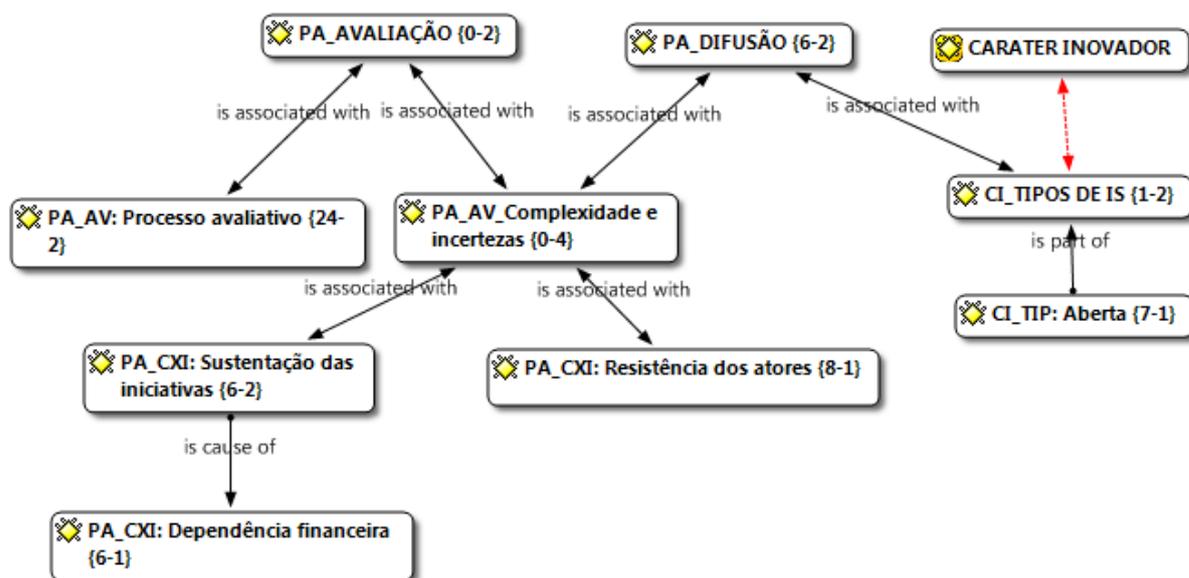
As próximas etapas no processo de inovação social são a avaliação das iniciativas e sua difusão, apresentadas na subseção a seguir.

4.4.3 Papel do ator organizacional de avaliar e difundir inovações sociais

O processo de inovação social é interativo, ou seja, ocorre a partir da contribuição de vários atores, sejam eles sociais, organizacionais e/ou institucionais, gerando uma articulação composta por várias etapas, com o propósito de produzir soluções para problemas sociais e promover mudanças sociais. Assim, torna-se um desafio ao ator organizacional entender a realização de um processo avaliativo, bem como entender complexidades inerentes ao processo de IS e enfrentar as incertezas que o permeiam.

Assim, com base na percepção dos entrevistados, identificou-se duas categorias: realizar os processos avaliativos e mapear quais as complexidades e incertezas que permeiam o ambiente. Esta última apresenta como indicadores a sustentação das iniciativas; a dependência financeira; e a resistência dos atores. A última etapa do processo de inovação social é a sua difusão, relacionada diretamente ao contexto de complexidades e incertezas, bem como, também relacionada ao tipo de característica inovadora a difusão adquire. A Figura 30 apresenta em forma gráfica as relações mencionadas.

Figura 30 – Papel do ator organizacional de avaliar e difundir inovações sociais



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

A partir dos dados coletados, observou-se que o ator organizacional deve assumir o papel de conduzir um processo avaliativo baseados em mecanismos que permitam uma análise qualitativa dos projetos implementados.

Dentro do processo estabelecido pela ASA, essa avaliação é identificada como um acompanhamento de projetos, que acontece através dos conselhos municipais responsáveis pela avaliação técnica da implementação do programa; dos conselhos estaduais com o papel de revisar os avanços obtidos no decorrer do processo, tendo os relatórios de acompanhamento como base. Todas as organizações sociais envolvidas nos projetos são obrigadas a participar, em suas instâncias, desse acompanhamento. Os mecanismos de controle dos programas incluem a preocupação com a avaliação e a transparência das atividades no que tange as exigências de monitoramento e avaliação decorrentes da legislação, quando se trata de recursos públicos, bem como a precisão quanto ao uso dos recursos, quando estes são repassados por empresas.

O acompanhamento de projetos acontece pela conjugação de esforços dos diversos atores em seus diversos níveis na busca por soluções, bem como pela ratificação de mecanismos que possibilitem a transformação desse modelo em formas sustentáveis de vida em sociedade (ASA, 2009).

Como forma de ampliar os mecanismos de “controle social”, as organizações sociais investigadas procuram utilizar ferramentas de avaliação, além das reuniões dos conselhos em suas respectivas instâncias. Segundo os entrevistados, as preocupações permeiam o grau de satisfação dos beneficiados, buscando *feedbacks* de como as famílias enxergam o trabalho executado. Algumas dificuldades relacionadas ao processo de inovação social foram expostas, principalmente no que se refere aos impactos causados na comunidade.

Fazer a pesquisa (diagnóstico) é difícil, mas você percebe a mudança, que muda o envolvimento da família, mas é necessário quantificar isso de alguma maneira [...] se conseguiram captar todas as mensagens, toda essa coisa desse processo, a formação, o beneficiamento [...] (E01_RN).

Nós despertamos pra isso (avaliação), nós precisamos ver agora uma maneira, se vai ser uma pesquisa [...] até para melhorar, fazer uma autocrítica [...] a gente se achando o rei da cocada preta, e as famílias dizendo que não estamos com nada (E03_PB).

Seria interessante um software de monitoramento de atualização de diagnóstico, para mensurar os projetos que deram certo, quantos não deram, como o grau de satisfação do beneficiado, importante né?, ter essas informações sistematizadas para os financiadores? [...], mas é tudo no campo da ideia ainda (E03_RN).

Em sua maioria, os atores organizacionais entrevistados fazem reuniões mensais com os beneficiados, promovendo um espaço de debate, através de dinâmicas participativas,

pedindo que compartilhem o antes e o depois da implementação da inovação social, bem como visitas dos técnicos às comunidades com o objetivo de identificar as resistências e construir soluções para as especificidades identificadas. Percebe-se, assim, que as ferramentas de avaliação são carentes para o processo de inovação social apresentado, embora, podem utilizar as informações coletadas nas reuniões como subsídio para mapeamento de outras demandas sociais, tornando o processo contínuo.

No que se refere o papel de avaliador, a identificação das complexidades e incertezas, pode ser considerada como umas das condições econômicas que podem promover a sustentação das iniciativas de inovação social são aspectos cruciais do seu processo. Porém, nos casos analisados, verifica-se que tal sustentação torna-se fragilizada em decorrência da ameaça de descontinuidade dos programas executados pela ASA por parte do Governo Federal. As seguintes falas dos entrevistados retratam essa discussão.

O debate sobre a descontinuidade de políticas públicas envolve a desmobilização das equipes de trabalho, que coloca em risco a continuidade dos projetos, das redes entre as entidades, assim como da sua articulação regional. Os projetos são propostos em editais, nos quais são definidas previamente as comunidades que serão beneficiadas. Ao término de cada edital, outros são iniciados e prevê o beneficiamento de novas comunidades, deixando as comunidades já beneficiadas carentes de assistência técnica, cursos de formação e intercâmbios de aprendizagem. Tal aspecto repercute negativamente no processo de inovação social e coloca em dúvida todo o processo de articulação e mobilização em rede proposta pelos programas.

A entidade que trabalha no terceiro setor não tem orçamentária própria, né? Então nos últimos anos a gente conseguia ampliar muito a equipe com os termos de cooperação, com a parceira do Governo Federal [...] então quando acaba um termo aquele pessoal vai se renovando com outro termo, mas aí, muitas vezes, fica sem a continuidade da ação, então esse é um grande desafio (E06_PB).

Nós temos uma grande dificuldade que é a descontinuidade das políticas públicas no nosso trabalho, esse eu aponto como uma das maiores que a gente tem, porque hoje nós trabalhamos com muito recursos públicos, nós avançamos em algumas políticas de água, mas amanhã a gente vai para uma outra (comunidade) e não volta mais ali, então, esse processo de descontinuidade é bem difícil pra gente (E03_PE).

A sustentação das iniciativas de inovação social poderia ocorrer através de articulações com atores que não operam no espaço governamental, sobretudo os de mercado e

da sociedade civil. Essa sustentação não envolve apenas a continuidade de financiamento de tais iniciativas através do acesso a recursos financeiros, mas também as dimensões políticas, culturais e sociais que dizem respeito à forma como os atores se articulam em inovações sociais para satisfazer necessidades sociais não atendidas por meios convencionais.

Entretanto, nas falas dos entrevistados, constatou-se que a principal preocupação envolve a dependência financeira. Nos casos investigados, verificou-se a forte dependência da ASA em relação a transferência de recursos público, o que se torna um fator de incerteza dos programas. A diminuição ou corte desses recursos, seja do Governo Federal/Estadual ou de Agência de Cooperação Internacional, muitas vezes inviabiliza os projetos, paralisando as ações, redimensionando o projeto original, demonstrando que pesam as decisões desses atores intervenientes na sua capacidade de aplicação de recursos (financeiros, técnicos, pessoas etc), criando uma oscilação dos fatores externos que definem ou influenciam a tomada de decisões das redes. Esse quadro evidencia a dependência do P1MC e P1+2 em relação aos recursos públicos advindos, em sua maior parte, da transferência de recursos da esfera federal.

Além disto, a resistência por parte dos atores sociais foi caracterizado como um fator complexo no âmbito do ambiente. Alguns exemplos foram citados pelos entrevistados.

Tem a dificuldade também de alguns produtores que não querem participar do programa porque tem medo que a gente pegue os documentos e tire o bolsa família dele (E05_RN).

A resistência está nos agricultores mais antigos a aderirem a essas novas práticas, né? Alternativas de convivência, porque eles são acostumados a fazer como o avô faz, o bisavô, ai eles ficam meio receosos (E01_PE).

A gente encontra um ou outro com na hora de fazer um curso desse, porque a presença tem que ser de 100%, eles tem que participar desses momentos, ai tem os resistentes (E05_PE).

Portanto, faz-se necessário que o ator organizacional promova a articulação com os demais setores para que estas incertezas e complexidades sejam minimizadas durante a execução e manutenção dos projetos desenvolvidos pela ASA.

Por fim, o ator organizacional assume o papel de difusor das inovações sociais. De acordo com os dados coletados, a ASA é uma rede que tem o papel de ampliar a difusão e implementar experiências que permitem uma reaplicação de inovações sociais dentro das comunidades rurais. O que mais é difundido no processo de inovação social são as experiências vivenciadas pelos agricultores, que acontecem por meio, principalmente, os

intercâmbios entre essas comunidades, como já mencionado na categoria de análise aprendizagem.

O sucesso de uma iniciativa como essa da ASA é garantida pelo meio de reaplicação de inovações baratas e fáceis de serem implementadas, representando uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural da região. Dentro desse contexto, a inovação social adquire contornos semelhantes à noção de inovação aberta (CHESBROUGH, 2006), como indicador do tipo de inovação, por envolver sujeitos de vários setores (sociais, organizacionais e institucionais), através de uma arena colaborativa que é voltada para uma mudança de paradigma.

A inovação social em estudo é considerada aberta, por caracterizar sua disseminação vinculada às ações específicas articuladas em rede, tendo a ASA como a principal condutora e representante do paradigma da convivência com a seca, mobilizando atores de variadas esferas que colaboram com essas ações, com a preocupação social de oferecer segurança hídrica e alimentar para as populações difusas no semiárido.

A grande força dessa inovação social está em permitir que sua disseminação aconteça de forma horizontalizada, fruto de experiências de variadas organizações sociais que, por muitos anos, vêm atuando nas comunidades locais do semiárido, visando soluções salutareas para os problemas locais que as afligem. É um processo além da captação de água da chuva, é uma experiência compartilhada através de um processo de organização e mobilização social e de formação para gestão dos recursos hídricos. Dessa forma, a inovação social está intimamente ligada a co-criação, aprendizagem e colaboração e a outros fenômenos voltados para a compreensão de formas coletivas de transformação social.

Para efeito de uma inovação aberta, a reaplicação de uma inovação social consiste na ideia de que o processo deve ser uma reorganização da própria IS de acordo com a realidade local. Isto permite a participação, a apropriação e a adaptação do conhecimento a partir das referências locais, gerando assim, melhores condições de vida para as comunidades.

Como forma de resumo, apresenta-se o Quadro 22 com os achados da pesquisa na dimensão processo e o vínculo com a dimensão caráter inovador.

Quadro 22 - Papéis do ator organizacional da dimensão processo e na dimensão caráter inovador

Dimensão	Categoria	Indicador
Processo	Mobilização dos atores	Estimular a participação (Espiral da mobilização; Estrutura de governança, governança compartilhada)
		Gerar novas formas de organização do trabalho (economia solidária; prática empreendedora)
		Gerar novas atitudes e comportamentos
	Desenvolver habilidades	Capacitação, aprendizagem e comunicação
	Avaliação da inovação social	Processo avaliativo
Coordenar as complexidades e incertezas das dinâmicas sociais (dependência financeira e resistência dos atores)		
	Difusão da inovação social junto a outras localidades	
Caráter Inovador	Inovação associada aos modelos de trabalho, na economia e nas relações sociais	Adequação sociotécnica
	Investigação dos tipos de IS implementada	Inovação aberta

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os programas de cisternas estabelecem, por meio de um processo educativo, o objetivo da transformação social, visando o acesso, o gerenciamento e à valorização da água como direito essencial à vida, apresentando consideráveis ganhos e resultados que serão retratados na próxima seção.

4.5 Análise do papel do ator organizacional na Dimensão Ganhos e respostas sociais

Um dos principais objetivos da inovação social estudada é o de fortalecer a sociedade civil, por meio da mobilização e do envolvimento da população da região para que sejam estabelecidas novas práticas políticas, que permitam que as soluções tecnológicas de adaptação à seca estejam ao alcance de quem precisa.

Os indicadores definidos para esta dimensão são focados nos resultados gerados aos atores sociais embasados na justificativa social da convivência com o semiárido, na possibilidade de construção de alternativas apropriadas de trabalho e melhoria na condição de vida, principalmente para os que vivem de atividades agrícolas. Assim, a construção de alternativas de desenvolvimento junto a comunidades com necessidades sociais latentes exige

a articulação e medidas sustentáveis com as iniciativas sociais que resultem em ganhos e respostas sociais.

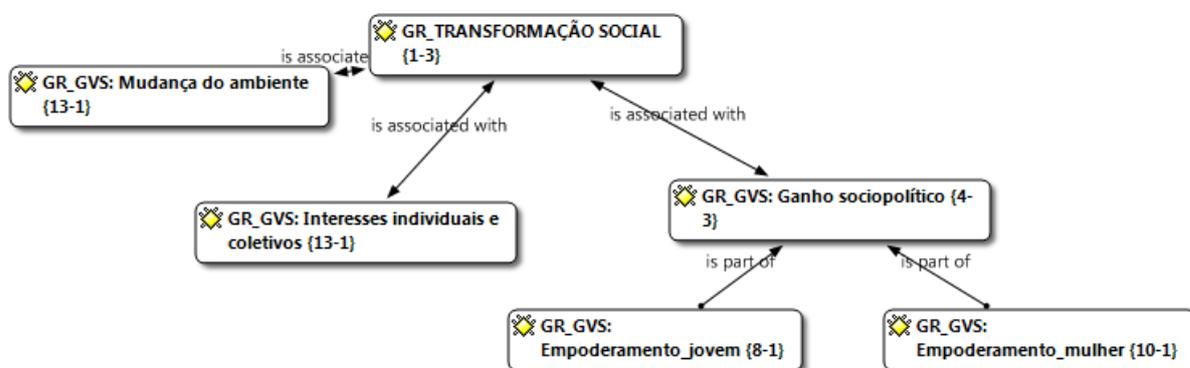
Com o objetivo de responder ao questionamento: “Como se dá o papel do ator organizacional para que a inovação social promova ganhos e respostas sociais para seus beneficiários”? Apresenta-se nas análises dos ganhos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos. As seções que detalham os papéis e suas respectivas categorias de análise dessa dimensão estão apresentadas a seguir.

4.5.1 Papel do ator organizacional de estimular ganhos e respostas de valor social

Argumenta-se nesta tese que o resultado da inovação social é tão importante quanto o processo executado, por aumentar a capacidade da sociedade de agir, da criação de novos papéis e relacionamentos, e promover acesso aos recursos, permitindo aos agricultores familiares satisfazer melhor suas próprias necessidades. O foco no resultado é uma característica da inovação social, se referindo principalmente aos ganhos de cunho social, envolvidos no pensamento da coletividade, da qualidade das relações entre gêneros e gerações, à criação de oportunidades para a população, e de empoderamento.

Assim, dentro dos ganhos de valor social, foram identificadas nas entrevistas, as categorias de análise apresentadas na Figura 31.

Figura 31 – Categoria de análise transformação social e política



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

Uma inovação social deve ser entendida não apenas como critério definidor de mediação para utilização de tecnologias, mas como uma ferramenta que alcance a quem dela precisa, e que gere como resultado, a mudança do ambiente.

Para ressaltar o problema enfrentado pelo semiárido brasileiro, os entrevistados mencionaram que a preocupação dos programas estudados trabalham na perspectiva acerca do problema da seca, apresentando a ideia de “convivência” com a noção de superação de uma realidade difícil. Torna-se, portanto, um dos principais fatores que contribuem para a dinâmica de funcionamento da política pública investigada e da articulação entre os atores, passando a estar todos orientados a um mesmo objetivo social.

Eu acho que esse é um dos caminhos para se resolver os problemas sociais, estes se resolvem com ampla mobilização de todos os segmentos envolvidos e de todos os segmentos excluídos, depois com vontade política do governo para expansão desses programas que tem dado certo e aí é um conjunto de programas, eu acho que a gente agora tem que se fortalecer enquanto sociedade civil para incidir nos problemas que são de ordem mais estrutural para mudar (E05_PB).

Observando o trecho acima citado, os programas surgiram como forma de combater as consequências da falta de água para consumo e para plantio, apresentando como justificativa “o aproveitamento máximo dos recursos hídricos numa região onde a água é o ponto de estrangulamento ao bem-estar humano” (ASA, 2015). O programa também prevê ganhos para as famílias pela disponibilização de tempo para o trabalho, diminuição de gastos com aquisição de água e com saúde.

Foi apontado pelos entrevistados os benefícios proporcionados pela construção de cisternas em relação às condições de saúde da população atendida, a exemplo da diminuição dos desarranjos intestinais, antes provocadas pelas águas salobras, como exemplifica o relato a seguir:

Ela (a agricultora) vai deixar de tá gastando dinheiro com alguns remédios, porque diminuiu mesmo a saúde (doença), principalmente das crianças (E05_PE).

Outros relatos apontaram que a inovação social não conseguiu equacionar todas as demandas de água potável para as populações rurais do semiárido, justificada pela vulnerabilidade dessas populações, mas que se torna uma ação transformadora e desencadeante de novas demandas e movimentos para que novas formas de acesso e uso democrático de água passem a ser implementados como políticas públicas contextuais.

Considera-se, então, que a saúde das famílias, a partir da ingestão de água de boa qualidade, é um dos maiores benefícios do PIMC, pela redução de doenças (verminoses), interferindo significativamente na frequência escolar. Assim, com a inovação social, os atores sociais ficam independentes para buscar e conhecer outras técnicas de convivência em seu contexto, com mais saúde e melhor condição de vida.

A atuação do ator social como protagonista no desenvolvimento da vida comunitária se dá por meio da liberdade de participar espontaneamente dos processos de tomada de decisão, que implica na sua responsabilidade pelo cenário futuro desejado e definido como objetivo a ser alcançado, resultando assim, como apontam Lima, Ayres e Bartolho (2009), em um fortalecimento político e institucional desses atores.

Os ganhos provocados por esse envolvimento do ator social apresenta uma perspectiva de desenvolvimento social coletivo promovido por atividades coletivas e individuais.

Focado no atendimento às necessidades sociais, a inclusão social pode significar a valorização de cada indivíduo, através do acolhimento coletivo e do sentimento de pertencimento que venha a promover a representação de seus interesses e o desenvolvimento de suas capacidades para participar dos processos de decisão de interesse comunitário.

Os entrevistados, em suas falas, apresentam a formação de redes de atores como atuantes na formação de relações de reciprocidade e de valorização de suas comunidades, fortalecendo o papel das organizações sociais de mobilização e de negociação para assuntos de interesse da coletividade, através do poder da representatividade, como apresentado a seguir.

Você tem mecanismos de atender a coletividade, por exemplo, de associar as organizações em redes [...] o mecanismo em rede é um mecanismo muito interessante de ação, por garantir a participação dos cidadãos, e através dos coletivos comunitários, representar o interesse de todos (E04_PE).

O fortalecimento da organização dos atores sociais a partir da gestão coletiva do conhecimento e articulação em redes sinaliza para o respeito que essas entidades tem para com os valores e tradições do povo do semiárido. Nesse contexto, na medida em que estabelece um processo de articulação, contribui para a construção de um sentido de realidade e de demandas sociais atendidas.

O foco, portanto, está voltado para o atendimento das atividades coletivas, conforme mencionado por um ator organizacional entrevistado.

Eu acho que o interesse é mais coletivo, lógico que beneficia individualmente todas as pessoas envolvidas no projeto, só que a intenção é trabalhar mais na questão coletiva, todas as ações que a gente desenvolve naquelas comunidades a gente tenta buscar a questão da organização, da comunidade, mais coletiva mesmo (E06_RN).

Entende-se assim, que a implementação da inovação social bem como seus resultados são projetos de cunho coletivo, visto que foram construídos pela própria população e são norteadores das práticas e procedimentos das organizações da sociedade civil que os representam. Um processo social construído em longo prazo, no qual as organizações da sociedade civil procuram promover uma publicização da convivência com o semiárido, fazendo com que o interesse individual se torne coletivo, tornando-se uma fonte de legitimidade dos atores sociais.

Quanto à questão do ganho sociopolítico, as organizações da sociedade civil parceiras nos programas P1MC e P1+2 ganham força a partir do processo de redemocratização da política de convivência com o semiárido, assumindo um papel de difusão de uma nova concepção de desenvolvimento local. No que tange aos resultados, os entrevistados concordam que houve empoderamento das comunidades envolvidas nas políticas de convivência com o semiárido, resultado de um processo de desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e de novas práticas sociais que visavam torná-las mais independentes, a partir das melhores conduções de produção e garantia da segurança alimentar, como comprovado nos relatos a seguir:

Um dos maiores ganhos é o empoderamento político, o protagonismo, nos depoimentos eles (os agricultores) dizem que ganharam vez e voz (E06_RN).

Mas o principal ganho é a politização das pessoas, as pessoas descobrirem que elas são capazes, então é uma redescoberta, por muitos e muitos anos essas pessoas foram tratadas como incapazes, que pra promover só era possível se fosse deputado, agora não (E02_PB).

Os programas desenvolvem um conjunto de ações referenciais para o desenvolvimento das localidades, buscando garantir o empoderamento de agricultores familiares na formação, implementação e “controle social” de políticas públicas, conforme mencionado por um entrevistado.

O principal resultado da nossa ação é apropriação e empoderamento político desses sujeitos (os agricultores), dos presidentes de associação, mas também dos agricultores que estão lá na ponta mesmo, que não tem cargo de liderança de se apropriar politicamente dessa proposta porque nós discutimos um projeto político para o semiárido, para a agricultura familiar, que é um projeto de autonomia para essas famílias, que é uma conquista de espaços de direito deles (E04_PE).

A convivência se apresenta como um permanente curso de transformação social, através da participação ativa dos atores sociais, tendo como perspectiva a autonomia dos indivíduos e seu empoderamento.

Quando se retrata ao empoderamento dos agricultores, deve-se uma atenção ao fortalecimento emancipatório destinado às mulheres. A preocupação com o espaço da mulher como protagonista abriu espaços para que estas problematisassem os conflitos e as dificuldades vividas no processo de construção agroecológica, criando um espaço de sistematização preocupado com: o resgate da história e a trajetória de vida das mulheres buscando entender em que contexto a experiência se desenvolve; a autonomia política das mulheres, valorizando e incentivando a sua participação nos espaços públicos; a geração de renda e autonomia financeira das mulheres, a partir da inserção nos diversos espaços de comercialização.

Uma das falas apresenta como os programas têm transformado a vida das mulheres, no que se refere as mudanças de comportamento e no planejamento do tempo e das atividades produtivas.

As mulheres geralmente são as que mais lutam, quem mais tem força pela conquista da cisterna, porque a cisterna muda a vida delas, porque quando ela não tem a cisterna ela leva um tempão pra trazer a água de outras fontes, as vezes distante, na cabeça ou em animal pra casa, esse período elas perdem de está dando assistência em casa e da própria saúde dela né, então a cisterna é uma coisa muito importante na vida da mulher, e elas são mais batalhadoras, mais ansiosas para a conquista da cisterna do que os próprios homens (E02_PE).

Esse relato permite a identificação de algumas mudanças perceptíveis na cotidianeidade das famílias rurais com a presença das inovações sociais em suas vidas, apontando para a mudança de ordem social da mulher, no que se refere a divisão do trabalho doméstico.

Esse resultado converge ao argumento de Carvalho (2010) ao afirmar que a participação das mulheres tem sido relevante no que condiz à mobilização e articulação para

que as mulheres primeiramente, garantam seus direitos dentro da questão de gênero, trabalhem sua auto-estima, e ampliem sua qualificação e instrução.

Segundo os dados coletados na pesquisa, as mulheres são orientadas para o entendimento da sua importância na família e na comunidade, da divisão de tarefas no que se refere as atividades domésticas praticadas, mesmo não sendo remuneradas. Corroborando com essa análise, o trecho a seguir ilustra a trajetória da politização da mulher.

[...] até porque quando a gente faz o diagnóstico da comunidade, aí a gente tenta separar: qual é o trabalho do homem? o que é trabalho da mulher? A gente contabiliza as horas, que cada um trabalha né, aí as mulheres “Eu só ajudo na casa, só faço os trabalho de casa” aí depois, “não mas eu ajudo o meu marido na roça”, “eu cuido dos animais pequenos”, e quando a gente vai ver a mulher tem um trabalho muito maior do que o homem na zona rural, e muitas vezes elas não enxergam isso de jeito nenhum, vê mais como uma obrigação, elas nunca dizem “eu trabalho na roça”, elas dizem “eu ajudo meu marido”, sendo que está mudando, mudando porque também a gente tem muitas reuniões de gênero onde as mulheres participam, e elas começam a se enxergar enquanto atores também desses projetos, dessa mudança da comunidade (E02_PE).

A partir do momento em que a mulher participa desse processo educativo, participando das reuniões e intercâmbios, está contribuindo consideravelmente para sua melhoria da auto-estima, autonomia e construção de uma cidadania. Também foi observado na coleta de dados, que as mulheres realizam cursos de formação de pedreiras, com o objetivo de habilitá-las a construir suas próprias cisternas e inseri-las no mercado de trabalho.

Dessa forma, apesar de não focar nas questões de gênero, os programas investigados abrem espaço para a participação da mulher tendo em vista o foco das ações voltadas para a família, através da experimentação de formas e práticas de convivência com o semiárido a partir da produção, beneficiamento dos alimentos, e da sua comercialização, permitindo uma maior visibilidade por sua experiência.

Outro grupo que emerge nas exemplificações dos entrevistados sobre empoderamento político são os jovens, no que se refere às possibilidades que são desenvolvidas para a superação dos desafios vivenciados para que estes permaneçam na região.

Os relatos apresentam uma preocupação nas capacitações de jovens agricultores, que abordam as questões de protagonismo e participação nas discussões que envolvem a juventude em seu meio social, como apresentado a seguir:

Quando a gente mostra que tem opções, alternativas, os jovens começam a se apropriar dessas técnicas e utilizar para eles, fazendo

uma horta pequena, vendendo na feria, não só na agroecológicas, mas também na convencional, então assim, opções tem pra ele garantir a permanência dele no campo (E05_RN).

A juventude daqui da nossa região já é uma juventude bem ativa nas nossas comunidades, já se defendem, já sabem a importância do cooperativismo, porque é importante lutar pelos seus direitos, porque é importante estar ocupando espaços que discutam políticas públicas voltadas para a juventude, e isso tudo é o trabalho de formiguinha que estamos fazendo (E03_PE).

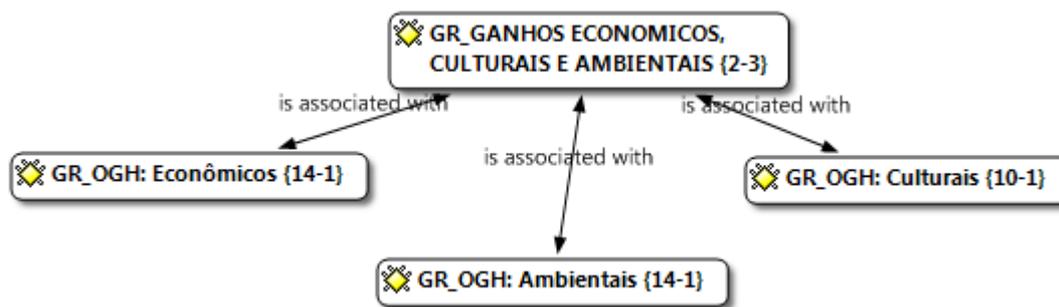
Neste sentido, os resultados apontam para a importância da aprendizagem e do empenho na formação de sujeitos sociais participativos e na promoção de oportunidades para a melhoria das condições de vida da juventude. Assim, o exemplo do protagonismo da juventude rural, exercitado através do interesse e envolvimento coletivo, com foco na criação de alternativas adequadas para poder se desenvolver em sua região, assumindo como uma identidade cultural as características do semiárido, permite a validação do papel do ator organizacional de promover os ganhos e respostas sociais.

4.5.2 Papel de estimular ganhos econômicos, culturais e ambientais

A consciência de uma determinada localidade como um espaço marcado pelas necessidades econômicas, culturais e ambientais emerge de uma mudança paradigmática a partir das relações sociais construídas, permitindo assim, que o território seja um objeto de potencialidades, articulações e mobilizações para consolidar os objetivos traçados.

Como consequência, as inovações sociais contribuem por meio das soluções criadas, efeitos e impactos na inclusão social, favorecem melhoria da sobrevivência e na condição de vida, autonomia, autoestima, contribuindo para ganhos no âmbito econômico, cultural e ambiental. A seguir a Figura 32 apresenta os indicadores do papel do ator organizacional.

Figura 32 – Papel do ator organizacional em estimular ganhos econômicos, culturais e ambientais



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

Quanto ao papel de promover ganhos e respostas econômicas, deve-se enfatizar o processo social do homem do campo, refletindo sobre o estado de miséria em que sempre se encontrou, por causa da apropriação desigual do espaço, bem como da concentração de renda nas classes dominantes.

O programa das cisternas, mais especificadamente o P1+2, foi citado como o que mais contribui para esse ganho, por ter como objetivo armazenar água da chuva para produção de alimentos e garantir a segurança alimentar das famílias agricultoras, fazendo com que as famílias atuem, de forma mais efetiva, na esfera da produção agrícola. A iniciativa investigada proporciona melhoria significativa na renda familiar, através da venda dos produtos cultivados e possibilita sua participação em representações sociais e nas feiras agroecológicas.

Ela é pensada no âmbito dos quintais produtivos, que tem como objetivo maior, a melhoria da qualidade alimentar e nutricional, e quando ocorre o excesso, se trabalha a comercialização (E06_PB).

Como consequência, acontecem as mudanças nas relações sociais, através do estabelecimento de alternativas de reconfiguração da produção dos agricultores de acordo com a sua realidade, da produção de conhecimentos relativos a uma nova perspectiva agroecológica, e do aproveitamento das potencialidades que o semiárido oferece.

Outro ganho econômico é gerado pelo fortalecimento da capacidade sócio-política através dos fundos rotativos solidários, orientados pelo interesse de sobrevivência econômica da comunidade, baseados em laços de reciprocidade que fortalece a sociedade civil no que se refere a sua organização produtiva e inserção a economia mercantil, através do compartilhamento de recursos disponíveis.

Neumeier (2012) corrobora ao afirmar que a inovação social ocorre quando uma rede de atores muda a forma de executar as atividades em um determinado contexto, tendo como resultado algum tipo de melhoria tangível, a exemplo dos ganhos gerados na área do desempenho econômico de determinada região.

Em relação ao programa P1MC, os ganhos econômicos foram apontados no que se refere a disponibilidade dos beneficiários em desenvolver outras atividades, com vistas a ampliação da renda familiar. A exemplo da economia de tempo proporcionado pela disponibilidade de águas nas cisternas, evitando o percurso de buscar água em outras localidades, permitindo que as famílias usem esse tempo economizado para suas atividades produtivas, como roçado, manejo de animais e trabalhos domésticos.

No que se refere ao papel do ator organizacional em promover ganhos e respostas culturais, evidenciou-se que esse papel advém de uma garantia da pluralidade étnica e cultural das comunidades, buscando garantir nas políticas públicas conquistadas o fortalecimento e manutenção das identidades culturais, o respeito ao conhecimento tradicional das ações inovadoras que contribuam para a valorização regional.

Algumas mudanças foram destacadas, tais como, a elaboração da cultura de convivência com a seca, e os processos educativos relacionados a essa cultura. Esse processo formativo, como já visto, abre espaço de diálogo para uma rerepresentação do contexto do semiárido ao ator social, enxergando as possibilidades de reconhecimento de sua existência enquanto agricultor do campo, e da articulação do saber popular com o saber sistematizado e técnico, criando, assim, novas oportunidades para que os atores sociais lidem com a capacidade de desenvolver novas habilidades, pelo uso e manejo das inovações sociais e de organizar enquanto comunidade a partir de suas demandas sociais.

As cisternas elaboram a cultura da convivência, no guardar a água, e provoca novos comportamentos, novos cotidianos [...] e tem agricultor que diz que é uma água abençoada e guardada para beber (E03_PB).

O relato do sujeito entrevistado reforça a valorização dos atores sociais pelos atributos locais, ligados às especificidades de seu território, por meio do compartilhamento dos saberes locais sobre o processo da agroecologia, nas novas formas de inovação e de relações de reciprocidade, inserida no tecido social regional.

As cisternas se tornam símbolo de um novo momento, e, na percepção de um dos entrevistados, “é uma nova relação entre o sertanejo e as águas das chuvas, que imprime

formas de captar, usar e cuidar dessa água” (E02_PB). Pode ser considerado um processo de construção social que envolve todo um arranjo social na busca pela valorização do saber das comunidades rurais, visando a transformação dessa realidade, porém, de forma respeitosa, com inovações sociais adequadas a essa região.

Como aponta Carvalho (2012), pela necessidade de projetos contextualizados, onde o semiárido se torne o contexto de referência para pensar e agir sobre o ambiente em que os sujeitos estão inseridos, compreendendo sua existência, cultura, simbologias e representações no mundo.

Assim, a valorização do semiárido requer, portanto, novas formas de pensar, sentir e agir, através de processo de reaprendizado, de experiências vivenciadas, envolvimento entre os atores sociais e adoção de soluções pertinentes ao seu contexto.

Os ganhos ambientais não são considerados apenas uma questão ecológica, mas uma variável interdependente das dimensões econômicas, culturais e sociais que refletem uma aproximação entre o meio ambiente e o desenvolvimento e que envolvem a discussão sobre a necessidade de se promover um manejo sustentável da base de recursos naturais.

Neste contexto, as ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, dentro do enfoque ambiental, buscam respeitar o meio ambiente, considerando às especificidades de cada região. De acordo com os entrevistados, as ONG's atuam com o suporte técnico e o operacional dos projetos e oferecem capacitação para que os beneficiários possam saber fazer uso eficiente das águas, tanto para consumo humano, como para plantio, como já mencionados na Dimensão Processo.

Ressaltando que as capacitações e as experiências de campo servem, principalmente, para orientar o manejo sustentável, estimular os agricultores a respeitar sua realidade, mas também aperfeiçoá-la, identificando os elementos do local e fazendo perceber a importância de se adotar as práticas de proteção ambiental.

Segundo um dos entrevistados:

“[...] se uma família faz uma prática de proteção ambiental é o primeiro sinal que aquela família está percebendo que podem ser protagonista dentro do seu espaço rural” (E04_RN).

Como já discutido por Gomes e Menezes (2010), busca-se a ressignificação dos elementos tradicionais que compõem a paisagem do semiárido, a exemplo da algaroba e palma, da dessedentação de animais de pequeno porte e do cultivo da agricultura de subsistência. Desse modo, os técnicos tem a função de apoiar a capacitação dos produtores

quanto à promoção do aumento da produtividade dos animais, do suporte forrageiro, além de melhorar o padrão das propriedades e cuidados com a ordenha.

Outro exemplo mencionado se refere ao conjunto de experiências desenvolvidas pelos próprios atores sociais, na conservação e manejo da diversidade de sementes locais, também chamadas de crioulas, tornando-se uma condição indispensável para que elas estruturem e mantenham produtivos os sistemas agroecológicos.

Dentro dos espaços de convivência entre os agricultores, sempre é colocado pontos de reflexão sobre o quanto se tem produzido a mais, como enfatiza um dos entrevistados:

[...] sempre fazemos uma reflexão sobre o que foi plantado, quantos sacos de milho eles tiravam antes, e hoje? Por que isso aconteceu? E aí o pessoal vai assimilando, vendo a importância de se preservar seu solo (E05_PE).

Este mesmo entrevistado enfatizou que as políticas de convivência com o semiárido estão pautadas no respeito à proteção ambiental, em função da promoção de uma agricultura sustentável e uma produção agroecológica que se posiciona em confronto a produção com agrotóxico, com veneno ou decorrentes de outras práticas inadequadas. Neste contexto, as ações desenvolvidas pelos projetos analisados buscam melhorar a qualidade alimentar das comunidades beneficiadas e despertar seus interesses para práticas ambientais sustentáveis, através da produção de sementes limpas (sem agrotóxicos) e da preocupação com o uso e a proteção do solo.

Dessa forma, as ações implementadas pelas organizações sociais estudadas e que envolvem os projetos P1MC e P1+2 se correlacionam com o paradigma do desenvolvimento local, a partir do momento em que ocorrem mudanças nas concepções e perspectivas de intervenção no semiárido, sendo possível o convívio com a seca, com o fortalecimento do incentivo às atividades econômicas apropriadas.

Durante a realização das entrevistas verificou-se a disseminação do discurso de que o semiárido não é fruto apenas de desastres ambientais, mas que com a implementação das inovações sociais pode-se alcançar uma mudança na condição de vida das comunidades beneficiadas, o que depende do comprometimento delas com a assimilação dos conhecimentos compartilhados.

Portanto os ganhos ambientais buscam responder através do fortalecimento da organização produtiva, as tecnologias implementadas e demais saberes tradicionais; na autonomia política em relação às práticas clientelistas locais; e no desenvolvimento de novas relações homem-natureza dentro da proposta de convivência com o semiárido.

Com essa abordagem as inovações sociais desenvolvidas são vistas como instrumentos gerados de processos que geram resultados sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos, tornando os atores sociais protagonistas em suas realidades, provocados a conhecer melhor os recursos naturais que existem em suas comunidades, e, a partir do armazenamento de água, encontrar formas de um manejo sustentável.

Como forma de apresentar o resumo dos papéis do ator organizacional apresentados na dimensão ganhos e resultados sociais, segue o Quadro 23.

Quadro 23 - Papéis do ator organizacional da dimensão ganhos e respostas sociais

Dimensão	Categoria	Indicador
Ganhos e respostas sociais	Transformação social	Mudança no ambiente
		Melhorias nas condições de vida
		Atendimento aos interesses coletivos
	Ganhos sociopolíticos	Emancipação (Mulheres e jovens)
	Ganhos econômicos, culturais e ambientais	Ganhos econômicos
		Ganhos culturais
		Ganhos ambientais

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

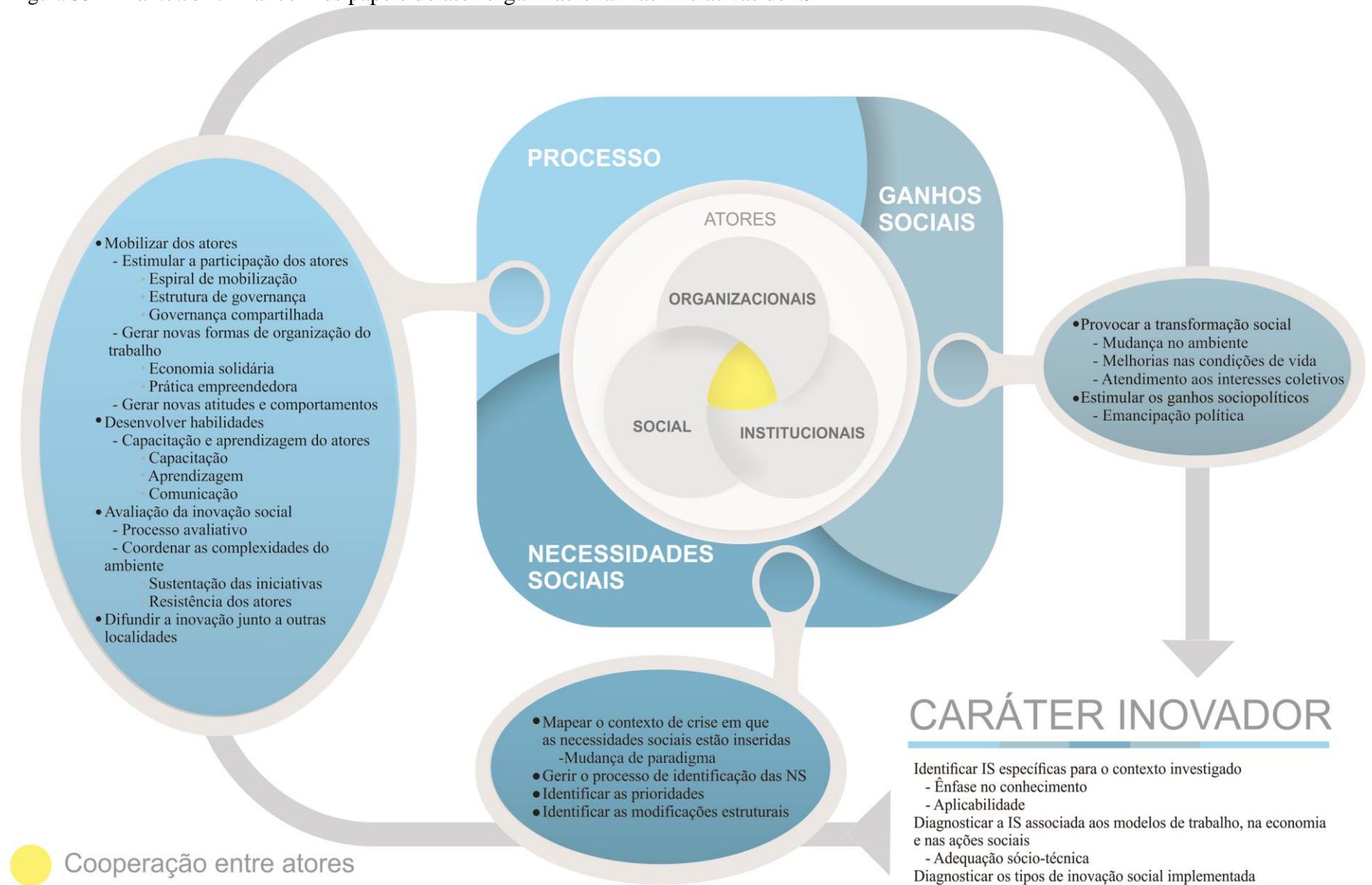
Os dados analisados levaram a sistematização dos papéis do ator organizacional na dimensão ganhos e respostas sociais, evidenciando os ganhos econômicos, culturais e ambientais que não foram apontados no *framework* inicial.

Encerrada a discussão sobre os papéis do ator organizacional dentro das dimensões da inovação social, apresenta-se, a seguir, o *framework* proposto por este estudo.

4.6 Proposição final do *framework* com os papéis do ator organizacional

No levantamento bibliográfico, foi realizada uma proposta teórica dos papéis do ator organizacional dentro das dimensões da inovação social. Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa empírica com o objetivo de completar o modelo teórico apresentado preliminarmente, portanto, se apresenta a seguir (Figura 33) o modelo construído a partir de uma pesquisa teórico-empírica, de onde se assume que o *framework* final é capaz de apontar o papel do ator organizacional em uma inovação social.

Figura 33 – *Framework* final com os papéis do ator organizacional nas iniciativas de IS



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Após a exposição *framework* inicial aos dados empíricos, pode-se manter a concepção geral apresentada na proposta inicial, no que se refere às dimensões e categorias de análise investigadas.

À medida que as questões norteadoras foram sendo respondidas, foi possível acrescentar alguns papéis, em nível de indicador, a saber:

- a) No papel de envolvimento com os atores sociais (Dimensão atores), enfatizou-se a importância dos atores organizacionais em representar os atores sociais; dentro de um envolvimento gerado pela perspectiva *bottom-up*; na articulação para gerar possibilidades de acesso a políticas públicas; promovendo, assim, meios que satisfaçam suas necessidades;
- b) No papel do envolvimento com os atores sociais (Dimensão atores), considerou-se, como critério de articulação, a responsabilidade de se legitimar junto ao Estado; de estabelecer e fazer cumprir as relações contratuais; para permanecer com o vínculo de órgão financiador estabelecido pelo Estado;
- c) O papel de identificar o contexto de crise em que as necessidades sociais estão inseridas (Dimensão necessidades sociais) tem o propósito de gerar uma mudança paradigmática no ambiente;
- d) Para o papel de mobilizar os atores (Dimensão processo desenvolvido por atividades coletivas) para estimular sua participação no processo de IS, é necessário gerar um espiral de mobilização e uma estrutura de governança compartilhada;
- e) No papel de mobilizar os atores (Dimensão processo desenvolvido por atividades coletivas) para gerar novas formas de organização do trabalho, identificou-se práticas empreendedoras e de economia solidária como exemplos;
- f) No papel de desenvolver habilidades (Dimensão processo desenvolvido por atividades coletivas), enfatizou-se a importância dos papéis de capacitação, aprendizagem e comunicação;
- g) No papel de avaliar as atividades de inovação social (Dimensão processo desenvolvido por atividades coletivas), reconheceu-se a preocupação com a sustentação das iniciativas, pelas dependências dos recursos, e a resistência na participação na IS por parte dos atores sociais;
- h) No papel de diagnosticar inovações específicas para o contexto investigado (Dimensão caráter inovador), a ênfase no conhecimento e a adequação sociotécnica foram apontadas;

- i) No papel de estimular ganhos (Dimensão ganhos e respostas sociais), foi apontada a preocupação dos atores organizacionais em gerar ganhos de caráter econômico, cultural e ambiental, além dos sociais já apontados no *framework* inicial.

Dessa forma, pode-se deduzir que a definição de inovação social proposta nesta tese, apresentando papéis dos atores organizacionais dentro das dimensões de IS na perspectiva de processo e resultado, geram transformação e geração de valor social para as comunidades assistidas, confirmando assim, a premissa deste estudo.

5 Considerações finais

As considerações finais desta tese são apresentadas em duas seções. A primeira seção apresenta as conclusões alcançadas com a realização da pesquisa. A segunda seção aborda, inicialmente, as limitações do estudo, seguida das sugestões para realização de trabalhos futuros.

5.1 Conclusões

A partir das discussões apresentadas na Introdução desta Tese, a questão que norteou o desenvolvimento deste estudo foi: Quais os papéis do ator organizacional no processo e resultado da inovação social?

Para responder a esta problemática, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, considerado um estudo analítico, com vistas à geração de um esquema de análise acerca do fenômeno analisado. O Estudo de caso foi na Articulação do Semiárido (ASA) e os sujeitos investigados foram os diretores executivos dessas organizações. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental de dados secundários, caracterizando a triangulação metodológica. A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) foi adotada para o tratamento dos dados, apoiada pelo uso do *software* Atlas Ti (FRIESE, 2014).

O aporte teórico que deu sustentação a argumentação desenvolvida nesta tese partiu da definição de IS como processos desenvolvidos por atividades coletivas que buscam atender às necessidades sociais, difundidas através de atores para gerar ganhos ou resposta social. Assim, foram trabalhadas cinco dimensões de análise da inovação social: atores; necessidades sociais; processos desenvolvidos por atividades coletivas; ganhos e respostas sociais; e caráter inovador. Estas dimensões estão focadas nas abordagens orientadas a processo e a resultados as quais tem como proposta oferecer uma visão mais ampla da inovação social, a partir dos papéis vinculados à atuação dos atores organizacionais classificados em três níveis – dimensão, categoria e indicadores.

Na Dimensão Atores, ao buscar responder aos questionamentos, conclui-se que os papéis referentes às categorias: envolvimento com os atores sociais; envolvimento com os demais atores organizacionais; envolvimento com os atores institucionais; e cooperação entre os atores foram validados pelo caso empírico.

Quanto aos mecanismos utilizados para envolvimento dos atores organizacionais com os demais atores, foram observados os seguintes papéis: no que tange ao envolvimento com os atores sociais - eles atuam como representantes dos interesses da sociedade; articulam processos *bottom-up*; e geram a possibilidade de acesso às políticas públicas e a capacidade de promover meios de satisfazer as suas próprias necessidades.

A representação dos interesses da sociedade civil ocorre porque o ator organizacional tem o papel de representar os atores sociais na esfera pública, em uma perspectiva democrática, expressando seus interesses e valores, preocupando-se inclusive, com a participação das comunidades locais nos processos de debate e de decisões que envolvem os seus interesses e suas necessidades, na busca de consensos nos encaminhamentos das ações.

Quanto ao papel de articulação de processos *bottom-up*, percebe-se que o Estado deixa de ser o único agente responsável pela elaboração de políticas públicas com foco nas principais necessidades da população, e a comunidade passa a ter um espaço de participação no processo de planejamento e execução de ações para o atendimento às suas demandas. O caso empírico estudado permite confirmar que o papel de articulação social e político do ator organizacional contribuiu para a construção de um projeto amplo, promovendo a articulação entre diversas organizações da sociedade civil em prol dos seus interesses coletivos.

Analisou-se também, o papel de gerar a possibilidade de acesso às políticas públicas e a capacidade de promover meios de satisfazer as suas próprias necessidades. Isto porque o ator organizacional é capaz de identificar as necessidades das localidades e construir processos de mobilização que buscam chamar a atenção para uma necessidade latente e atrair o interesse governamental para a resolução de um problema.

Quando se trata do envolvimento com os atores institucionais - eles desempenham o papel de legitimação de suas escolhas; fazendo-se cumprir as relações contratuais e articulam o financiamento das iniciativas de IS.

O desempenho do papel de legitimação se refere ao acesso que o ator organizacional tem, junto ao Estado, estabelecido através de um processo comunicativo que opera dentro da esfera pública, mediando suas necessidades sociais junto ao sistema político, o que possibilita que os impulsos provenientes dessa articulação cheguem até as instâncias de tomada de decisão.

Constatou-se também que essa articulação pode ser observada a partir do papel do ator organizacional relacionado a estabelecer e fazer cumprir as relações contratuais, estabelecidas por meio de interações da ação coletiva com a esfera pública, bem como o papel de articulação de financiamento das iniciativas de IS junto ao Estado que atua como órgão financiador.

Considera-se, assim, que o papel do ator organizacional é o de envolvimento com os demais atores, através de ações coletivas em forma de parcerias, na busca por novas práticas de interação com o setor público (ator institucional) e com os beneficiários (ator social), bem como os demais atores organizacionais que desenvolvem trabalhos semelhantes ao do caso estudado.

A Dimensão Necessidades Sociais possibilitou concluir que o papel do ator organizacional de mapear o contexto da crise emerge como um fator fundamental para se definir um delineamento para obtenção do desenvolvimento, da coesão social e da estabilidade a partir da realidade e das problemáticas específicas locais. Por conseguinte, essa transformação vem com uma nova proposta paradigmática, através da reconstrução de modelos de integração das localidades, desdobrando-se como uma resposta às necessidades sociais não atendidas de forma convencional e com o propósito de inclusão social e melhoria da condição de vida dos atores inseridos em seus contextos.

Além disso, constatou-se que a compreensão da existência e dinâmica de necessidades não atendidas pode ajudar a identificar estratégias dos atores e abordagens para encontrar novas e melhores formas de satisfazer essas necessidades. Dessa forma, faz-se necessário o papel de buscar conexão entre demandas e necessidades sociais, o que acontece por meio de um processo de construção social, se tornando um incentivo para que os atores sociais se organizem e atuem coletivamente no enfrentamento de uma determinada situação de interesse, com o objetivo de acessarem recursos distintos – financeiros, políticos e culturais.

A identificação dos critérios de urgência é um papel chave para o delineamento da identificação das necessidades sociais, permitindo que seja possível ao ator organizacional definir as prioridades de atuação. Isto pode provocar a capacidade do local em adquirir respostas específicas para suas necessidades sociais como resultado da mobilização e articulação dos atores para empoderar-se e desenvolver-se a partir de suas capacidades e competências locais. O ator organizacional atua, assim, como um elemento de transformação social, ao propor novas formas de solidariedade e parcerias entre si.

Na Dimensão Processos desenvolvido por Atividades Coletivas, os papéis a serem desempenhados pelo ator organizacional e que remetem as estratégias desenvolvidas e

adotadas para a sobrevivência da inovação social são: estratégias de mobilização dos atores; estratégias de desenvolvimento de habilidades; e estratégias de avaliação e difusão.

Quanto à estratégia de mobilização dos atores, a consideração inicial foi que inovação social prevê a mobilização da sociedade civil para a implementação de programas com foco em necessidades sociais, bem como busca criar mecanismos que promovam a participação dos atores envolvidos e gerar um sistema de “controle social”. Dessa forma, identificou-se, a partir do estudo de caso, que as categorias de análise que compõem o papel mobilização, participação dos atores e avaliação do processo de inovação social são: espiral da mobilização; estrutura de funcionamento; participação dos atores sociais.

A partir da coleta de dados, percebeu-se que o papel de promover o espiral da mobilização é decorrente das experiências das diversas associações comunitárias já existentes nos municípios, compondo o primeiro elo da espiral da mobilização. A estrutura de governança refere-se às formas de se relacionar, das estruturas que são criadas, deflagrando paradigmas, construídos e reconstruídos, a partir de um modelo que perpetue o funcionamento das inovações sociais. Ainda, relacionado à estrutura de governança, verificou-se a preocupação em gerir de forma compartilhada e que as posições ocupadas pelos atores organizacionais são diferenciadas e se relacionam, diretamente, com sua capacidade articulada de argumentar, sistematizar, organizar e mobilizar os demais atores no processo de inovação social.

Para o papel de criar novas formas de organização do trabalho e gerar mudanças comportamentais inserido no processo de inovação social foram identificados os seguintes indicadores: economia solidária; prática empreendedora; e mudança comportamental. A prática de economia solidária promovida pelo ator organizacional tem como propósito tornar os atores sociais protagonistas do seu próprio desenvolvimento econômico e social, caracterizando-se como uma prática autogestionária que envolve a comunidade na definição das prioridades e no destino dos recursos.

Além disto, tais inovações têm despertado para uma prática empreendedora nas comunidades beneficiadas como uma categoria de análise de novas formas de organização do trabalho e mudanças comportamentais, por possibilitar que os atores sociais tenham acesso à mercados locais. Essas novas formas de organização do trabalho fizeram vislumbrar um novo paradigma que resgata saberes tradicionais e aposta nas potencialidades da região, estimulando mudanças comportamentais dos atores sociais por influência do ator organizacional.

A estratégia de desenvolvimento de habilidades envolve a preocupação do ator organizacional em capacitar os atores sociais para atuar nas fases de desenvolvimento, implementação e difusão que compõem o processo de IS. Os indicadores que surgiram na coleta de dados que foram relacionados a este papel são: capacitação, aprendizagem e comunicação. De acordo com a coleta de dados, valida-se a capacitação por ocorrer, principalmente, através dos cursos de formação oferecidos com foco nas suas necessidades sociais, orientando-os ao desenvolvimento dos empreendimentos autogestionários dos quais participam. Assim, constrói-se um espaço para aprendizagem gerada pela troca de saberes e experiências coletivas desenvolvidas pelos atores beneficiados.

A sistematização dessas trocas de experiências ocorre por meio da produção e compartilhamento de materiais de comunicação (folders, boletins, livros, cordéis entre outras produções e as ferramentas digitais, como páginas na web, em redes sociais e blogs). Esses materiais funcionam como meio de fortalecer as práticas existentes e divulgar as ações do ator organizacional junto aos demais atores envolvidos.

Quanto à estratégia de avaliação identificou-se que se faz necessário o papel do ator organizacional de estabelecimento do processo avaliativo, baseado em mecanismos que permitam uma análise quantitativa e qualitativa dos projetos implementados. Essa etapa é identificada como acompanhamento dos projetos implementados, o que inclui a preocupação com a avaliação e a transparência das atividades decorrentes das exigências de monitoramento e avaliação previstas na legislação, quando se trata de recursos públicos, bem como a precisão quanto ao uso dos recursos, quando estes são repassados por empresas. O processo avaliação traz o desafio entender as complexidades inerentes ao processo de IS e enfrentar as incertezas que o permeiam e que envolvem os seguintes aspectos: a sustentação das iniciativas; a dependência financeira; e a resistência dos atores identificada como um fator complexo no âmbito dessa dinâmica social.

A estratégia de difusão associa-se ao conceito de inovação aberta nos quais os usuários e outras partes interessadas são livres para copiar a ideia e adaptá-la a sua realidade. Isto porque a inovação social investigada caracteriza-se por sua disseminação vinculada às ações específicas articuladas em rede e adaptadas aos contextos, tendo o ator organizacional como principal condutor e representante da transição paradigmática.

Na dimensão ganhos e respostas sociais, observou-se que uma inovação social deve ser entendida não apenas como critério definidor de mediação para utilização de tecnologias, mas como uma ferramenta que alcance a quem dela precisa, e que gere como resultado um

ganho social proveniente da mudança do ambiente que possua ênfase na geração de respostas adequadas aos problemas sociais em contextos específicos.

Quanto ao papel de estimular ganho sociopolítico, o estudo de caso apontou que ele está relacionado ao empoderamento das comunidades envolvidas, resultando em um processo de desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e de novas práticas sociais que visam torná-las atores ativos na busca por satisfazer suas necessidades.

Outro papel identificado durante a realização da fase empírica deste estudo e que não são abordados na teoria explorada *a priori* foi o papel do ator organizacional em estimular ganhos e respostas econômicas que enfatizam o processo social do homem do campo, refletindo sobre o estado de miséria em que sempre se encontrou, por causa da apropriação desigual do espaço, bem como da concentração de renda nas classes dominantes; ganhos e respostas culturais, que envolvem a garantia da pluralidade étnica e cultural das comunidades beneficiadas, buscando fortalecer e manter sua identidade cultural, a partir do respeito ao conhecimento tradicional e da adoção de ações inovadoras que contribuam para a valorização regional; por fim, o estímulo aos ganhos ambientais que não estão relacionados apenas as questões ecológicas, mas se constitui em uma variável interdependente de fatores econômicos, culturais e sociais que buscam uma aproximação entre o meio ambiente e o desenvolvimento e envolve a discussão sobre a necessidade de se promover um manejo sustentável da base de recursos naturais.

Na Dimensão Caráter Inovador, percebeu-se que muitas das características inovadoras dos papéis desempenhados pelo ator organizacional foram apresentadas nas dimensões necessidades sociais e processo. Porém, deve-se enfatizar que no caso analisado, este aspecto não se resume apenas a tecnologia implantada (a cisterna), mas envolve também o papel do ator organizacional de desenvolvimento de projetos e a discussão de alternativas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável, de fortalecimento da sociedade civil e de abertura para maior participação social nas políticas públicas. Assim, a cisterna seria produto do processo de inovação social desenvolvido pelo ator organizacional, que teve como início a mobilização e a formação dos atores sociais que convivem com a seca no semiárido brasileiro, executadas por meio de uma metodologia participativa dos agricultores envolvidos com os programas.

Deve-se destacar que a pesquisa desenvolvida neste estudo apresenta uma contribuição conceitual ao avançar nas discussões sobre inovação social, caracterizando-se pela organização dos papéis dos atores organizacionais inseridos nas cinco dimensões da IS, nas perspectivas de processo e resultado, e a identificação das categorias e dos indicadores de

análise dos referidos papéis que foram percebidos como mais relevantes no estudo, resultando em um *framework* que possibilita operacionalizar o conceito e propiciar análise do fenômeno. Porém, é importante ressaltar que as iniciativas de inovação social constituem processos dinâmicos não-lineares associados a diversos fatores que resultam em esforços para tentar resolver problemas complexos relacionados à satisfação de necessidades sociais.

Enfatiza-se, também, o ineditismo teórico desta tese e sua contribuição para a literatura sobre o tema, ao propor um *framework* inicial baseado em modelos internacionais, e após a validação no caso empírico, a proposição de um *framework* que analisa o papel do ator organizacional dentro das iniciativas de inovação social para o contexto brasileiro.

No momento da validação das dimensões, categorias e indicadores representando os papéis do ator organizacional, acredita-se que o *framework* pode ser aplicado em outros contextos organizacionais, desde que com as devidas adaptações e mantidas as principais dimensões e categorias de análise.

Em termos práticos, esta tese poderá auxiliar os atores organizacionais que estão à frente de iniciativas de inovação social, no planejamento de ações estratégicas que poderão ser adotadas para promover um ciclo contínuo de inovações sociais, apontando pontos de partidas plausíveis.

5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros

Com a realização deste estudo emergiram outras possibilidades para futuras investigações, a saber: fazer um levantamento em outras iniciativas de inovação social para identificar como os papéis dos atores organizacionais validados nesta tese estão sendo desempenhados em outros contextos; desenvolver pesquisas com foco no desenvolvimento de mecanismos de avaliação dos impactos dos papéis dos atores organizacionais, em termos de processo e resultados, de inovação social e que possibilitem monitorar os avanços que estão sendo alcançados para o desenvolvimento local.

Durante o processo de coleta e análise dos dados desta tese, verificou-se a existência do discurso institucionalizado pela ASA. Isto porque os entrevistados ocupam cargos de diretoria executiva nas organizações da sociedade civil que representam, bem como são membros do Conselho Estadual da ASA. Porém, o processo de cooperação entre os três atores

(sociais, organizacionais e institucionais) é um elemento fundamental para que iniciativas de inovação social sejam bem sucedidas. Assim, sugere-se a realização de outras pesquisas que foquem os papéis específicos de cada um desses atores nas iniciativas de IS.

Referências

AACC. Desenvolvimento Local e Economia Solidária – **Caderno de orientações para elaboração dos planos de economia solidária**. AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte, 2012.

ANDION, C.; MORAES, R. **Ação em rede e inovação social na esfera pública: uma análise do movimento de combate à corrupção eleitoral (MCCE)**. IN: I NETATIVISMO – Congresso internacional USP, 2013, São Paulo, Anais..., Universidade de São Paulo, 2013.

ANDRADE, Flávio Lyra; QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita. Articulação no semiárido Brasileiro–ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização e para Convivência com o Semiárido: A Influência da ASA na Construção de Políticas Públicas. **KUSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferré. Políticas Públicas para o Semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.**

ANDRÉ, I.; ABREU A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, pp. 121-141, 2006.

ARNIANI, M. et al. Collective Awareness Platform for Sustainability and Social Innovation: An Introduction. Online book. 2014.

ASA BRASIL. P1MC. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal Acesso em: 17 de junho de 2015.

ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Declaração do Semiárido**. ASA: 1999. Disponível em <www.asabrasil.org.br> Acesso em: 07 jun. 2015.

ASA – ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Construindo o futuro e cidadania no semiárido. **Encarte técnico**. ASA: 2009.

ASSIS, Thiago Rodrigo. Sociedade Civil, Estado e Políticas Públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) no Estado de Minas Gerais. **Estado, governo e mercado**. Brasília: CAPES-UAB, 2009.

ASSOGBA, Y. **Innovation sociale et communauté**. Une relecture à partir des sociologues classiques. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURC-ISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série : Recherches, no 5, mars 2007.

_____. **Théorie systémique de l'action sociale et innovation sociale**. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURC-ISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série : Recherches, no 31, mars, 2010.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 519 p.

BARBOSA, I. M. B. H. **Gestão de Recursos Hídricos/** Ioná Maria Beltrão Hameh Barbosa. – Recife: Diretoria de Educação a Distância/IFPE; [Recife]: DEAD: UAB, 2009.

BARBOSA, L. G. M.; REZENDE, C. Observatório de Inovação Social do Turismo: o envolvimento da academia, governo e sociedade civil organizada no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 3, n. 3, art. 1, p. 1-14, 2008.

BARCELLOS, Rebeca M. **Por outro eixo, outro organizar:** a organização da resistência do circuito fora do eixo no contexto cultural brasileiro. Tese de Doutorado (Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 2012.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

_____. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASON, C. **Leading public sector innovation: Co-creating for a better society**. Policy Press, 2010.

BAVA, S. C. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BEPA. **Empowering people, driving change** - social innovation in the European Union. Publications Office of the European Union. Luxemburgo, 2011.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos** 47(1):3-14, janeiro/abril, 2011.

BITTENCOURT, B. L. **Políticas de desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social:** o caso da região de Aveiro. IV Colóquio Internacional de Doutorandos do CEs, 6 a 7 de Dezembro, FEUC, Coimbra, 2013.

BODSTEIN, R. et. al. Avaliação da implementação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3): 593-604, 2004.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris:Gallimard, 1999.

BORZAGA, C.; BODINI, R. What to make of social innovation? Towards a framework for policy development. **Euricse Working Paper**, n. 36, 12, 2012.

BORZAGA, C.; DEFOURNY, J. **The emergence of social enterprise**. Psychology Press, 2004.

BOUCHARD, M. De l'expérimentation à l'institutionnalisation positive, l'innovation sociale dans le logement communautaire au Québec. **Cahiers du CRISES – Collection Études théoriques**, n. ET0511, Montreal: UQAM, 2004.

BRASIL. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 2010.

BRAGA, O. R. Educação e convivência com o semiárido: introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semiárido brasileiro. In: KÜSTER, Ângela; MATTOS, Beatriz Helena Oliveira de Mello. **Educação no contexto do semiárido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 25-44, 2004.

BRITO DIAS, Rafael. Tecnologia social e desenvolvimento local: reflexões a partir da análise do Programa Um Milhão de Cisternas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 2, p. 173-189, 2013.

BRUNSTEIN, J.; RODRIGUES, A.; KIRSCHBAUM, C. Inovação social e empreendedorismo institucional: ação da ONG “Ação Educativa” no campo educacional da cidade de São Paulo. **Revista O&S** - v.15 - n.46 - Julho/Setembro – 2008.

BUCKLAND, H.; MURILLO, D. **Antena de la innovación social**. Vías hacia el cambio sistémico. Ejemplos y variables para la innovación social. Barcelona: Instituto de Innovación Social, ESADE, Universidad Ramón Llull.[Links], 2013.

CAJAIBA-SANTANA, G. **Social innovation: Moving the field forward**. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 2012.

CALCAGNO, S. **Integrating open innovation in the social innovation process: an exploratory study**. Dissertação (mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2013.

CALLON, M. Actor-network theory: the market test (draft). In: LAW, J; HASSARD, J. **Actor network and after workshop**. Keele: Centre for Social Theory and Technology, Keele University, p. 181 – 195, 1997.

CALZADA, I. Critical Social Innovation in the smart city era for a city-regional European Horizon 2020. P₃T, **Journal of public policies and territories**. N^o 6, Winter, pp. 1-20, December, 2013.

CARON, A. **Inovação Social e o Papel da Indústria**. In: FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. *Inovações Sociais*. (Coleção Inova; V. II). Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

CARTA DE PRINCÍPIOS. **Articulação do Semi-Árido Brasileiro**. Igarassú: [s.n.], 2000.

CASSIOLATO, J. E. LASTRES, H. M. M. **Sistemas de inovação: políticas e perspectivas**. *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, n.8, p.237-255, maio 2000. Ministério de Ciência e Tecnologia.

CASTOR, B. V. J. **Inovação social e desenvolvimento**. In: FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). *Inovações sociais*. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).

CAULIER-GRICE, J., et al. **Defining Social Innovation**. A deliverable 1.1 of the project: 'The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe' (Tepsi), European Commission — Brussels: European Commission, 2012.

CERVEIRA, M. L. O microcrédito como instrumento de inovação social: o caso da instituição comunitária de crédito pessoal. **Dissertação** de mestrado (Universidade do Vel do Rio dos Sinos), São Leopoldo, 2013.

CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador. **Políticas públicas e transição agroecológica no Brasil**: reflexões a partir de estudos de caso. Fortaleza: CETRA, 2014.

CHALMERS, D. **Why social innovation should embrace the “open” paradigm**. In: EMES Social Innovation Conference, University of Strathclyde Business School, United Kingdom, 2011.

CHAMBON, J.; DAVID, A.; DEVEVEY, J. **Les Innovations sociales**. Que sais-je Paris: Presses universitaires de France, 1982.

CHESBROUGH, Henry William. **Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology**. Harvard Business Press, 2006.

CHO, J.; TRENT, A. Validity in qualitative research revisited. **Qualitative Research Journal**, v. 6, n. 3, p. 319-340, 2006.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Cahier de recherche du CRISES**, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. Brasília: CAPES-UAB, 2009.

COTRIM, D.; DAL SOGLIO, F. Análise do processo de construção do conhecimento agroecológico. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: UFRPE, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta 3a edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010**. Quebec, 2010.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. et al. (orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

DAGNINO, R. P. **A política de C&T vista por três de seus autores**. Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Caminas. Oficina ATDS-FINEP, 2006.

_____. **A tecnologia social no Brasil.** In. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. DAGNINO, Renato Peixoto (Org.) Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, R. P.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social.** In. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

DAVIES, A.; SIMON, J. **Engaging Citizens in Social Innovation.** The Young Foundation, June, 2013.

DAVIES, A. et al. **Mapping citizen engagement in the process of social innovation.** The Young Foundation, September, 2012.

DEARING, A. **Sustainable Innovation: Drivers and Barriers.** In: World Business Council for Sustainable Development. Geneva, 2000.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília, IICA.**(Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14), p. 89-130, 2011.

DIAS, R. B. Tecnologias sociais e políticas públicas: lições de experiências internacionais ligadas à água. **Inclusão Social**, v. 4, n. 2, 2011.

DIAS, R.; NOVAES, H. **Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social.** In. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. DAGNINO, Renato Peixoto (Org.) Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DIOGO, Vera. Dinâmicas de Inovação Social e suas implicações no desenvolvimento espacial: Três iniciativas do terceiro setor no Norte de Portugal. **Anais...**, XII Colóquio Ibérico de Geografia, Universidade do Porto, 6 a 9 de Outubro, 2010.

DUQUE, G. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 17, 2008.

EISENHARDT, Kathteen M. Bulding theories from case studies research. *Academy Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532 – 550, 1989.

EUROPEAN COMMISSION. **Guide to Social Innovation: Regional and Urban Policy.** European Union, 2013.

_____. **Strengthening Social Innovation in Europe.** European Union, 2012.

_____. **Social Innovation, Governance and Community building.** European Union, 2005.

EVA, B., et al. **Blueprint of Social Innovation Metrics:** Contributions to an understanding of the opportunities and challenges of social innovation measurement. TEPSIE, University of Heidelberg, 2013.

FABIAN, Frances H. Keeping the tension: pressures to keep the controversy in the management of discipline. **Academy of Management Review**, v.25, n.2, pp.350-371, 2000.

FAGERBERG, Jan. Schumpeter and the revival of evolutionary economics: an appraisal of the literature. **Journal of evolutionary economics**, v. 13, n. 2, p. 125-159, 2003.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C. **Inovação social: Um conceito em construção**. In. FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). Inovações sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).

FBB – Fundação Banco do Brasil. **Cisterna de placas: tecnologia social como política pública para o semiárido brasileiro** / Organizado por Jeter Gomes. 1 ed. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2014.

FEBRABAN. Acordo de cooperação técnica e financeira celebrado entre a FEBRABAN e AP1MC, 2007.

FEENBERG, A. **O que é a filosofia da tecnologia**. In: NEDER, R. Teoria Crítica de Andrew Feenberg. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/UnB, 2010.

FERREIRA, L.; TORRECILHA, N. MACHADO, S. A Técnica de observação em estudos de administração. In: XXXVI Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnAnpad, 2012.

FIKSEL, J.; EASON, T.; FREDERICKSON, H. **Framework for Sustainability Indicators at EPA**. National Risk Management Research Laboratory Office of Research and Development U.S. Environmental Protection Agency. Washington: USA, 2012.

FONSECA, Rodrigo. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In. Rede de Tecnologia Social - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação** – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

FONTAN, Jean-Marc. Innovation sociale et société civile québécoise. **Possibles**, nol.22, no.3-4, p.116-135, 1998.

FREITAS, R. C. et al. **Inovações Sociais em Práticas de Economia Solidária e Fair Trade: um estudo sobre pequenos agricultores no sul de Minas**. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), 2014.

FRIESE, Susanne. **Qualitative data analysis with ATLAS. ti**. Sage, 2014.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. Vol. 24, n. 4 (96), pp. 483-486, out. e dez. de 2004

GABOR, D. **Innovations: scientific, technological, and social** . Oxford University Press, vi, 113, New York, 1970.

GABRIELA, L. Social Innovations in the Context of Modernization. **Sociologia**, v. 44, n. 03, 2012.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. 2011. “Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos”. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p.133-150.

GENRO, Tarso. **Porto da cidadania: a esquerda no governo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. 267

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicos de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODIN, B. **Social Innovation: utopias of innovation from c.1830 to the present**. Project on the Intellectual History of Innovation. Working Paper n^o. 11, 2012.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, v. 35, n. 3, p. 21-28, maio 1995.

GOMES, G., et al. Residência Social & EaD: alternativas multireferenciais nos estágios de graduação na UNITINS. In: CANÇADO, A. C.; SILVA JR, J. T.; SCHOMMER, P. C., RIGO, A. S. **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas-TO: Provisão, 2008.

GOMES, R. A.; MENEZES, V. F. **As políticas públicas de incentivo a (re) pecuarização no semiárido nordestino: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial**. In VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), Porto de Galinhas-PE, 2010.

GOMEZ, C., et al. Inovação social x tecnologia social: duas faces da mesma moeda? In: XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2014.

GONÇALVES, A. F.. A História dos fundos rotativos solidários no Estado da Paraíba: A construção político-institucional de uma política pública. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**. ISSN 2177-1243, v. 1, n. 1, 2010.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE eletrônica**. Jun, vol. 6, no. 1., 2007.

GUYON, T.; BESANÇON, E. Les principales approches de l’innovation sociale. In: **L’innovation sociale en pratiques solidaires**. Emergence, approches, caractérisation, définition, évaluation. Contribution de l’Institut Jean_baptiste Godin, Janvier, 2013.

HARRISSON, Denis; BOURQUE, Reynald; SZÉLL, György. Social innovation, economic development, employment and democracy. **Social Innovation, the Social Economy and World Economic Development. Democracy and Labour Rights in the Era of Globalization**. Frankfurt (Main): Peter Lang, p. 7-15, 2009.

HAXELTINE, A., AVELINO, F., WITTMAYER, J., KEMP, R., WEAVER, P., BACKHAUS, J.; O’RIORDAN, T. Transformative social innovation: a sustainability transitions perspective on social innovation. In: **NESTA CONFERENCE SOCIAL**

FRONTIERS: The Next Edge of Social Science Research, 14-15 November, London, UK, 2013.

HILLIER, Jean; MOULAERT, Frank; NUSSBAUMER, Jacques. Trois essais sur le rôle de l'innovation sociale dans le développement territorial. **Géographie, économie, société**, v. 6, n. 2, p. 129-152, 2004.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders:** a proposição de uma estrutura analítica. 2008. Tese (Doutorado em Agronegócios)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. **Social Innovation:** Concepts, research fields and international trends. Dortmund, May, 2010.

HUBERT, A. **Empowering people, driving change:** Social innovation in the European Union. Bureau of European Policy Advisers. May, 2010.

HULGARD, L.; FERRARINI, A. V. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, p. 256-263, 2010.

HUTT, M. D.; et al. Case study: defining the social network of a strategic alliance. **Sloan Management Review**. Winter, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro (RJ), 2010.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Cidadania em CT&I:** uma mudança de paradigma. Folha de São Paulo, 1998.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Caderno tecnologia social:** conhecimento e cidadania. ITS, 2007.

JABAREEN, Y. Building a Conceptual Framework: Philosophy, Definitions, and Procedure. **Internacional Journal of Qualitative Methods**, 2009

JESUS, V.; COSTA, A. **Tecnologia Social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas**. In: Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo, Instituto Pólis: Fundação Banco do Brasil, 2013.

JOÃO, Iraci de Souza. **Modelo de gestão da inovação social para empresas sociais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

KLAUS, F. R. E. Y. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, 2003.

KLEIN, J.; HARRISSON, D. **L'innovation sociale:** Émergence et effets sur la transformation des sociétés. Press de l'Université du Québec, 2007.

KLEIN, J.; TREMBLAY, D.; BUSSIÈRES, D. R. Social economy-based local initiatives and social innovation: a Montreal case study. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 121-138, 2010.

KONSTANTATOS, H.; SIATITSA, D.; VAIYOU, D. Qualitative approaches for the study of Socially Innovative Initiatives. In: MOULAERT, F. et al. (Ed.). **The international handbook on social innovation : collective action, social learning and transdisciplinary research**. Northampton, MA: Edward Elgar Pub, 2013. p.274-284.

KUSTER, A.; FERRÉ, J. **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil**. Fundação Konrad Adenauer. Fortaleza, 2009.

LALLEMAND, D. Les défis de l'innovation sociale. **Collection Actions sociales Société; Issy-les-Moulineaux**: ESF, 2001.

LASSANCE JR., E.; PEDREIRA, S. **Tecnologias sociais e políticas públicas**. In. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

LAYDER, Derek. **Sociological Practice: Linking Theory and Social Research**, Sage, London, 2005.

LEAL, A. Cisterna de Placa: Uma Tecnologia Social para a Convivência com o Semiárido In: 5o Simpósio de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos **Anais...** FATEC, Jahu, 2013.

LEITE, Yákara V. Empreendedorismo internacional: proposição de um framework analítico. **Tese de doutorado** (Universidade Federal de Pernambuco), Recife, 2012.

LEMOS, R. T. **Convergência NBIC & Ontologias emergentes: os fluxos informacionais como agentes da unidade do conhecimento**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: **COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS**, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205, 2002.

_____. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 1-12, 2007.

_____. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & sociedade**, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

LÉVESQUE, B.; FONTAN, J.; KLEIN, J. **L'innovation Sociale: Les marches d'une constructions théorique et pratique**. Collection Innovation Sociale. Presses de l'Université du Québec, 2014.

LÉVESQUE, B.; LAJEUNESSE-CREVIER, F. **Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social**: approches théoriques et politiques publiques. Cahier du CRISES, 2005.

LIMA, B. et al. Humor no Ceará como inovação social: uma análise do ambiente técnico e institucional. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 343-368, Setembro-Dezembro, 2013. 26 página(s).

LIMA, Edmilson de Oliveira. Métodos qualitativos em administração: teorizando a partir de dados sobre processos em uma recente pesquisa. **Anais... EnANPAD**, 2005.

LIMA, R. P.; AYRES, A. R.; BARTHOLO JR., R. S. **Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento**: O caso da Praia do Sono. In: Seminário Internacional de Turismo, 11, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009.

LIRA, P., et al. **P1MC e resiliência**: um estudo no município de Soledade – PB. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011.

LOREK, Sylvia; FUCHS, Doris. Strong sustainable consumption governance - precondition for a degrowth path? **Journal of Cleaner Production**, 2013, p. 36-43.

MAIA, R.; O papel democrático da sociedade civil. **Em questão**. Lua Nova, São Paulo, 81: 147 – 174, 2010.

MANZINI, E., Design, ethics and sustainability Guidelines for a transition phase. DISIndaco, Politecnico di Milano, 2006.

_____. Design para a inovação social e sustentabilidade. 2008.

_____. Making Things Happen. Massachusetts Institute of Technology. **Design/Issues**: v. 30, n. 1, winter, 2014.

MARCOS, Valeria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 7, p. 182-210, 2007.

MAURER, A.; SILVA, T. Dimensões analíticas para identificação de inovações sociais: evidências de empreendimentos coletivos. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 6, p. 127-150, Novembro-Dezembro, 2014.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, Junho, 1989.

MENDES, A.; et al. **Barriers to Social Innovation**. The Catholic University of Portugal, Porto, 2012.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M.C.S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p

MINKS, M. L. **Social innovation**: New solutions to social problems. 2011.

MOREIRA, E; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, n. 10, p. 72-93, 2012.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L.; The case for qualitative research. **Academy of Management Review**, vol. 5, n. 4, 491-500, 1980

MOULAERT, F. et al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, n. 42, v. 11, 2005, pp. 1.969-90.

MOULEART, F., et al. **The International Handbook on Social Innovation**: Collective action, Social Learning and Transdisciplinary Research. Edward Elgar Publishing Limited, 2013.

MOULEART, F.; et al. **Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Katarsis, 2010.

MULGAN, G. The Process of Social Innovation. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, 1(2), 145-162, 2006.

MULGAN, G., et al. **Social innovation**. What it is, why it matters and how it can be accelerated. London: Young Foundation, 2007.

MULGAN, Gf. Measuring social value. **Stanford Soc Innov Rev**, v. 8, n. 3, p. 38-43, 2010.

MULLER, K., Inovative Actors and the Environment of Innovation in the Perspective of Modernisation. **Czech Sociological Review**, vol. 44, No. 4, pp. 627-651. 2008.

MUMFORD, Michael D. Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity research journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.

MURRAY, R., et al. **The open book of social innovation**, Social Innovator Series. London: NESTA, 2010.

MUSSI, C. et al., Rede social para transferência de conhecimento e inovação social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 7, n. 4, p. 77-97, Outubro-Dezembro, 2013.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered more seriously in Rural Development Research? **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.

NILSSON, W. O. **Social Innovation: An Exploration of the literature**. McGill University, 2003.

NOLL, Heinz-Herbert. Social indicators and Quality of Life research: Background, achievements and current trends. In: **Advances in Sociological Knowledge**. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. p. 151-181.

NOVY, A.; LEUBOLT, B. Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 2023-2036, 2005.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (OECD). Social entrepreneurship and social innovation: In: _____. **SMEs, entrepreneurship and innovation**. OECD, 2010.

OLIVEIRA, N.; SILVA, T. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG – RO. **Revista Adm.** UFSM, Santa Maria, v. 5, n.2, p. 277-295, MAI/AGO, 2012.

OTTERLOO, A. M., A tecnologia a serviço da inclusão social e como política pública. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL – RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

PAIVA JÚNIOR, F. G. de; LEÃO, A. L. M. de S.; MELLO, S. C. B. de. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, set/dez 2011.

PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate a seca no Brasil: Cisternas e Cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, 2010.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods**. California: Sage Publication, 2001.

PEARCE, D.; BARBIER, E. *Blueprint for a Sustainable Econom.*, London, Earthscan Publications Ltd., 2000.

PEDROSA, A. de S. Avaliação da contribuição do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC) na Qualidade de Vida da População Rural do Município de Soledade–PB. **Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semiárido, Campina Grande–PB**, 2011.

PETTIGREW, A. M. The character and significance of strategy process research. **Strategic management journal**, v. 13, n. S2, p. 5-16, 1992.

PHILLS JR., J. A.; DEIGMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, p. 34-43, 2008.

PISANO, U.; LANGE, L.; BERGER, G. An overview of the concept of social innovation in the context of European initiatives and practices. **European Sustainable Development Network - ESDN Quarterly Report N°36**, Abril, 2015.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008

POCHMANN, M. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? **Journal of Socio-Economics**, Dec2009, Vol. 38 Issue 6, p878-885, 8p.

POLICY HORIZON CANADÁ. **Social Innovation: What Is It? Who Does It?**. Government do Canadá, 2010.

PONTES, E.; CAMPOS, H. Convivência com o semiárido: potencialidades, limitações e ações. **Revista Breves Contribuciones del I.E.G**, v. 24, 2013.

POVERTY ERADICATION NETWORK. **Enhancing the Competence and Sustainability of High Quality CSOs in Kenya**. AGA KHAN DEVELOPMENT NETWORK (AKDN). May, 2007.

PRATT, B. **Global changes and civil society** – background paper for ‘Civil society at a new frontier’ INTRAC, 2011

PRESKILL, H.; BEER, T. **Evaluating Social Innovation**. Center for Evaluation Innovation, 2012.

PROVAN, Keith G.; HUMAN, Sherrie E. Organizational learning and the role of the network broker in small-firm manufacturing networks. **Interfirm networks: organization and industrial competitiveness**, p. 185-207, 1999.

RADAELLI, B.; SILVA NETO, B. **Contribuições da Teoria da Complexidade e do Realismo Crítico para a promoção do desenvolvimento sustentável em uma Área de Proteção Ambiental no município de Ipuacu (SC)**. In: XII Conferência Anual da IACR (International Association for Critical Realism), 2009, Niteroi, Anais... Universidade Federal Fluminense, 2009.

RAMOS, N. L.; MENEZES, M. A. Redes sociais e hierarquias na construção de processos solidários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

RIBEIRO, Wagner Costa. Impasses da governança da água no Brasil. In: **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009.

RIBEIRO, R.; SIGATTO, A.; COELHO, T. Inovação social e estratégia para a base da pirâmide: mercado potencial para empreendedores e pequenos negócios. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.2, n.2, p.55-72, Maio-Agosto, 2013.

RIBEIRO, Manuella Maia; DE JESUS, Vanessa M. Brito. A experiência paraibana de Fundos Rotativos Solidários. **Tecnologia social políticas públicas**, São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

RODRIGUES, A. L. Modelos de Gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: um estudo comparativo de casos no Brasil e no Quebec. **Tese de doutorado** (Fundação Getulio Vargas), São Paulo, 2004.

_____. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 43, p. 111-128, 2007.

ROGERS, Everett M. Diffusion of Innovations: modifications of a model for telecommunications. **Die Diffusion von Innovationen in der Telekommunikation**, v. 17, p. 25-38, 1995.

ROLLIN, J.; VINCENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Le Réseau Québécois en Innovation Sociale. Une initiative de Université du Québec, 2007.

RUEDE, D.; LURTZ, K. **Mapping the various meanings of social innovation**: Towards a differentiated understanding of an emerging concept. EBS Business School Research Paper, n. 12-03, 2013.

RUIZ, J. E., Inovação Social: desafios e estratégias para o desenvolvimento inclusivo do território. **V Diálogo Regional**. Recife, 24 e 25 de maio, 2012.

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; MALLAGODI, E. Novos atores rurais e multifuncionalidade da agricultura no semiárido brasileiro: um olhar crítico sobre o período 1998-2002. **Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 22, n. 1, p. 58-72, 2004.

SABOURIN, Eric et al. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democratização participativa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAUCIER, C. et al. **Développement et territoire**. L'innovation sociale. Émergence et effets sur les transformations des sociétés, Juan-Luis KLEIN et Denis HARRISSON (dir.), Québec, Presses de l'Université du Québec, chapitre 19, pp. 377-395, 2006.

SCHMITZ, B. et al. **Way to measurement** – a Blueprint for Social Innovations Metrics. Tepsie, 2013.

SCHUBERT, C. **Social Innovations. Highly reflexive and multi-referential phenomena of today's innovation society?**. TUTS-Working Paper–2-2014. Berlin, 2014.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations: ideas and interests**. Thousand Oaks: Sage, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SEYFANG, G.; SMITH, A. Grassroots Innovations for Sustainable Development: Towards a New Research and Policy Agenda. **Environmental Politics**, Vol. 16, n. 4, 584 – 603, August 2007.

SGARAGLI, Fabio. Social innovation, actors, contexts and trends: Opening the black box. IN: **Enabling social innovation ecosystems for community-led territorial development**. Fondazione Giacomo Brodolini, Rome, 2015.

SHARRA, R.; NYSSSENS, M. **Social Innovation: An Interdisciplinary and Critical Review of the Concept**. Louvain, Belgium: Université Catholique de Louvain, 2010.

SIMANIS, E.; HART, S. Innovation from de inside out. **Image**. 2009.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, A., et al. **Grassroots innovation for sustainable development: some enduring dilemmas**. Proceedings: Global Research Forum on Sustainable Consumption and Production Workshop, Rio de Janeiro, Brazil, 2012.

SOARES, Daniela Nogueira. **Gênero e água–desenhos do Norte, alternativas do Sul: Análise da experiência do semi-árido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático**. 2011.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. **Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz**, p. 65-86, 2007.

SOUSA SANTOS, B. La globalisation contre-hégémonique et la réinvention de l'émancipation sociale. In: MERCURE, D. **Une société-monde? Les dynamiques sociales de la mondialisation**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2001.

STAKE, Robert E. **Investigación con estudio de casos**. Ediciones Morata, 1998.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. Paris: 2009.

STRAUSS, A.; CORBIN, J.. **Basics of Qualitative Research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2008.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

TAYLOR, JAMES B. Introducing Social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 6, n. 1, pp. 69-77, March 1970.

TEIXEIRA, Ana Claudia; DAGNINO, Evelina; SILVA, Carla Almeida. La constitución de la sociedad civil en Brasil. **Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica**, p. 21-76, 2002.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

TEODÓSIO, A. D. S. D. S., **Parcerias tri-setoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil**. (Doctoral dissertation) Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2008.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Parcerias Trissetoriais: caminhos e descaminhos de três experiências brasileiras. **Reuna** (Belo Horizonte), v. 16, p. 43-60, 2011.

ULLRICH, Danielle Regina et al. Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, v. 23, n. 1, p. 19-30, 2013.

VALADÃO, J.; ANDRADE, J. Entre os sistemas sociotécnicos e os conjuntos sociotécnicos: Tecnologia Social como mediação sociotécnica. In: XXXVI Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro, setembro, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226p.

WCED. **Our Common Future**. (The World Commission on Environment and Development). Oxford UP, 1987.

WEIL, Shalva. Is There a "Legimitation Crisis" in Qualitative Methods?. In: **Forum: Qualitative social research**. 2008.

WESTLEY, F. **The Social Innovation Dynamic**, Social Innovation Generation at the University of Waterloo, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Qualitative Research from start to finish**. New York: The Guilford Press, 2011.

YOUNG, H. P. The dynamic of social innovation. **PNAS**, v. 108, n. 4, p. 1-7, 2011.

Apêndices

APÊNDICE A – Solicitação de consentimento para realização de pesquisa

Eu, Carla Regina Pasa Gómez, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Administração-PROPAD da Universidade Federal de Pernambuco, apresento a aluna de doutorado do Programa (convênio DINTER-UFPE-UNIVASF) e minha orientanda Suzanne Érica Nóbrega Correia, cujo projeto de Tese intitula-se “Dimensões de Análise da Inovação Social: O Papel do Ator Organizacional”, e, por meio desta, solicitamos autorização para realização da referida na Organização da Sociedade Civil a qual é vinculado.

O objetivo do estudo é identificar, dentro de cinco dimensões encontradas na literatura sobre inovação social, o papel que o ator organizacional desempenha.

Certos de poder contar com a sua disponibilidade, agradecemos antecipadamente.

Recife, xx de xx de 2015

Profa. Carla Regina Rasa Gómez

Suzanne Érica Nóbrega Correia

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

Orientações gerais: este roteiro de entrevista deve ser aplicado com os principais representantes de organizações da sociedade civil vinculados a ASA

No início da entrevista:

1. Solicitar autorização para gravação da entrevista. Ressaltar que será transcrita;
2. Coletar dados pessoais sobre o entrevistado (formação, empresa atual, cargo e tempo na função);
3. Apresentar os objetivos da pesquisa.

No final da entrevista:

1. Perguntar ao entrevistado se algum tema importante referente à temática não foi contemplado por este roteiro;
2. Solicitar indicação do entrevistado de alguém que possa fornecer informações relevantes acerca das iniciativas de inovação social.

Solicitar que os entrevistados (ator organizacional) dissertem sobre como eles desempenham esses papéis.

Papel do ator organizacional	Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento com os atores sociais 	Atuação das organizações da sociedade civil junto aos atores sociais na busca do reconhecimento e legitimidade
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento com outros atores organizacionais 	Articulação com outras organizações da sociedade civil para fortalecer as relações
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento com os atores institucionais 	Busca de soluções proativas em prol de um novo papel do Estado
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a cooperação entre os atores (sociais, institucionais, organizacionais) 	Gerar uma rede de cooperação entre os atores de todos os setores da sociedade

Papel do ator organizacional	Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar o contexto de crise em que as necessidades sociais estão inseridas 	Mapear o contexto de crise que atinge os setores tradicionais da sociedade civil
<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento entre demandas e necessidades 	Gerir o processo de identificação de necessidades e proposição de soluções
<ul style="list-style-type: none"> • Definir critérios de urgência 	Identificar quais as prioridades específicas de cada localidade
<ul style="list-style-type: none"> • Tipos de modificações estruturais 	Identificar se as necessidades sociais vão provocar mudanças radicais, incrementais ou sistêmicas

O papel do ator organizacional	Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos atores <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a participação dos atores ▪ Gerar novas formas de organização do trabalho ▪ Gerar novas atitudes e comportamentos 	Mobilizar os atores para a participação ativa no processo de inovação social
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da inovação social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar as complexidades e incertezas das dinâmicas sociais 	Avaliar a inovação social no seu contexto e identificar os desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de habilidades <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação e aprendizagem dos atores 	Desenvolver habilidades necessárias para a manutenção da IS
<ul style="list-style-type: none"> • Difusão da inovação junto a outras localidades 	Auxiliar na promoção e difusão da inovação social

Papéis do ator organizacional	Autores
<ul style="list-style-type: none"> • Inovações sociais específicas para o contexto investigado 	Identificar soluções inovadoras que sejam adequadas ao contexto investigado
<ul style="list-style-type: none"> • Inovação associada aos modelos de trabalho, na economia e nas ações sociais 	Diagnosticar as IS com abordagem técnica, sociotécnica e/ou social)
<ul style="list-style-type: none"> • Investigação dos tipos de inovação social implementada 	Diagnosticar se a IS tem caráter aberto ou fechado no ambiente investigado

Ganhos e respostas sociais	Autores
<ul style="list-style-type: none"> • Transformação social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudança no ambiente ▪ Melhorias nas condições de vida ▪ Atendimento aos interesses coletivos 	Estimular a participação dos atores para se implementar estratégias até chegar ao alcance da transformação social.
<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos sociopolíticos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emancipação política 	Estimular a sociedade civil a adquirir sua emancipação política

APÊNDICE C – Diário de Campo

COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS DA TESE
TEMA: DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL

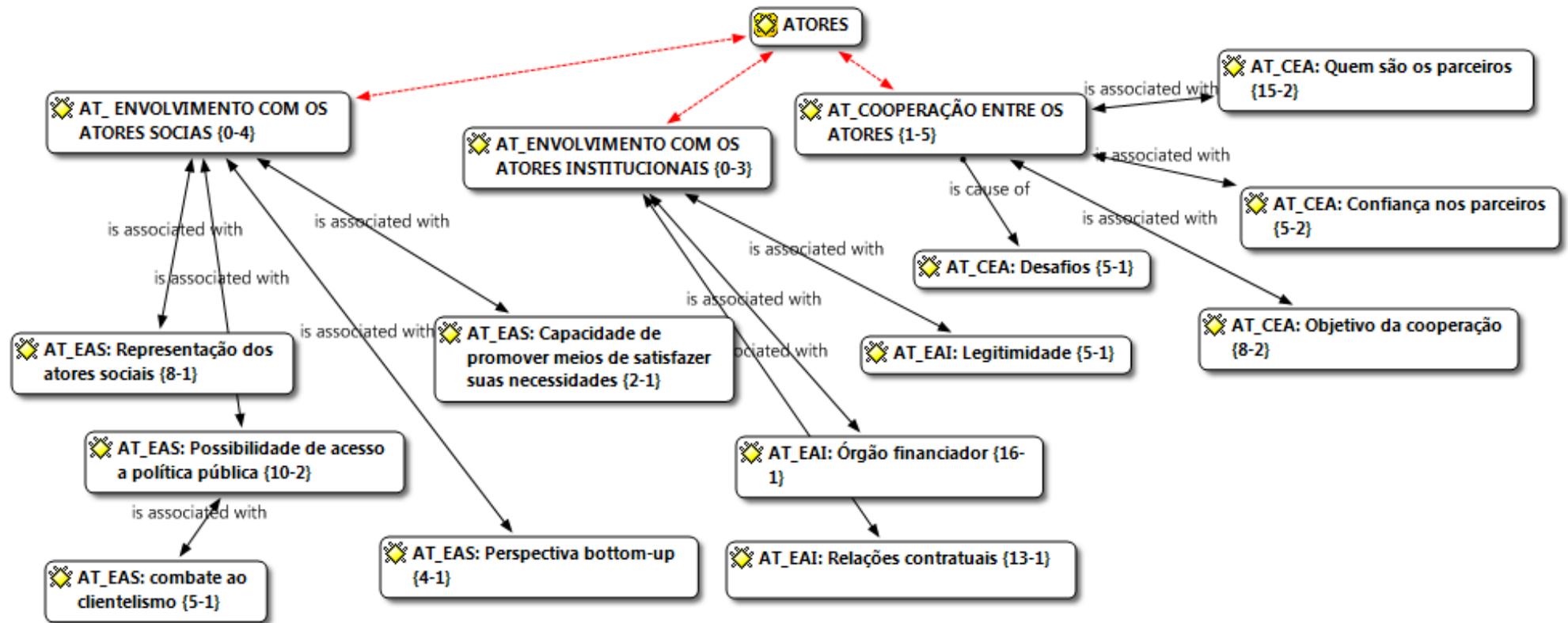
DOUTORANDA: Suzanne Érica Nóbrega Correia
ORIENTADORA: Profa. Dra. Carla Pasa Gómez

DATA:
LOCAL:
INÍCIO: às min.
DURAÇÃO:
ENTREVISTADO:
CARGO:
ORGANIZAÇÃO:
TELEFONE:
E-MAIL:

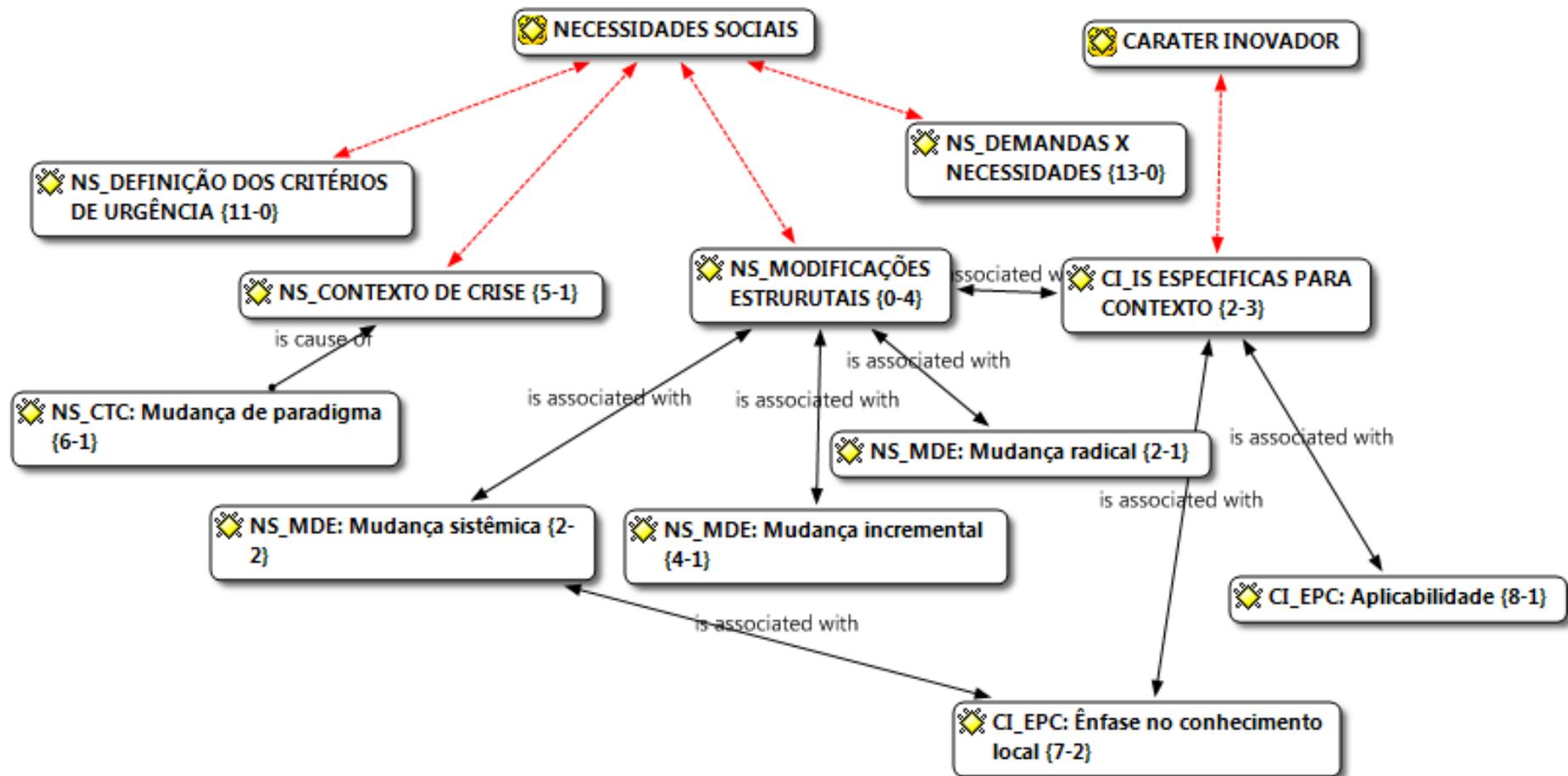
OBJETIVOS DA CONVERSA:
Obs.:

RELATOS:

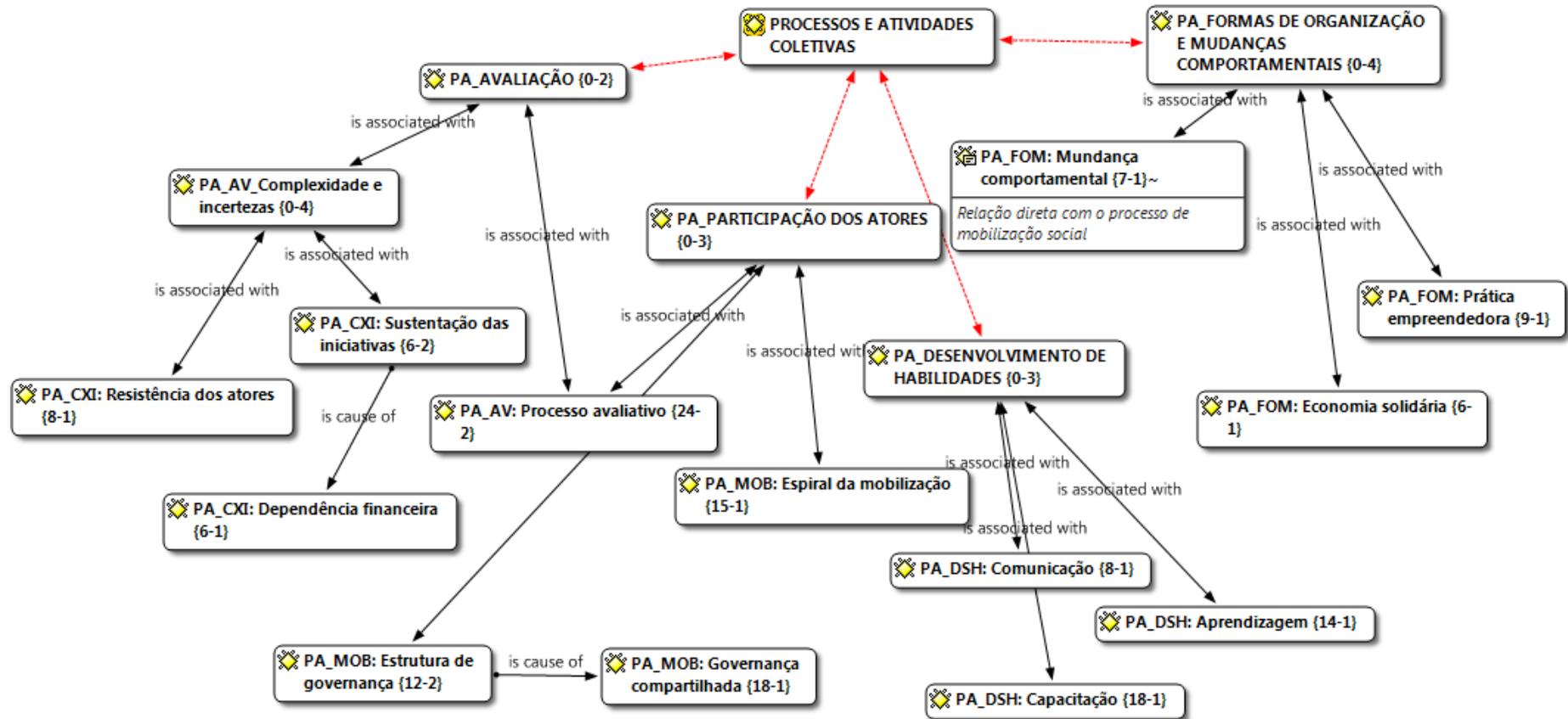
Dimensão Atores



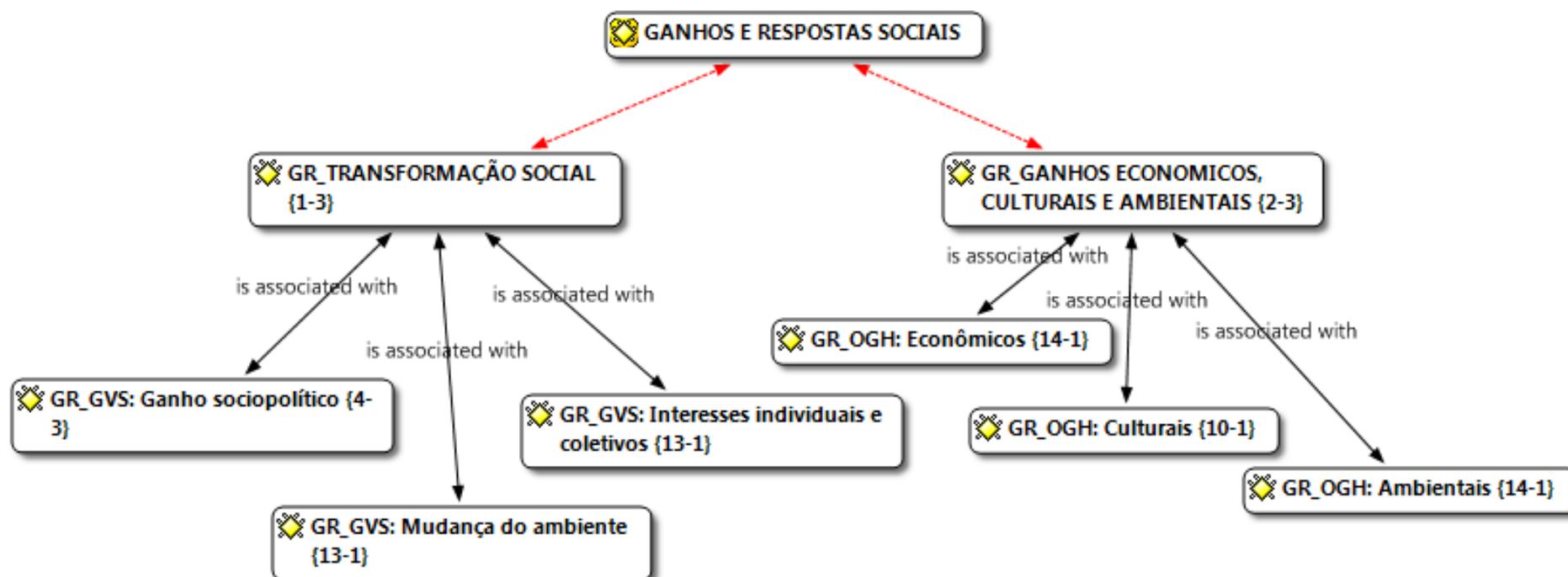
Dimensão Necessidades Sociais



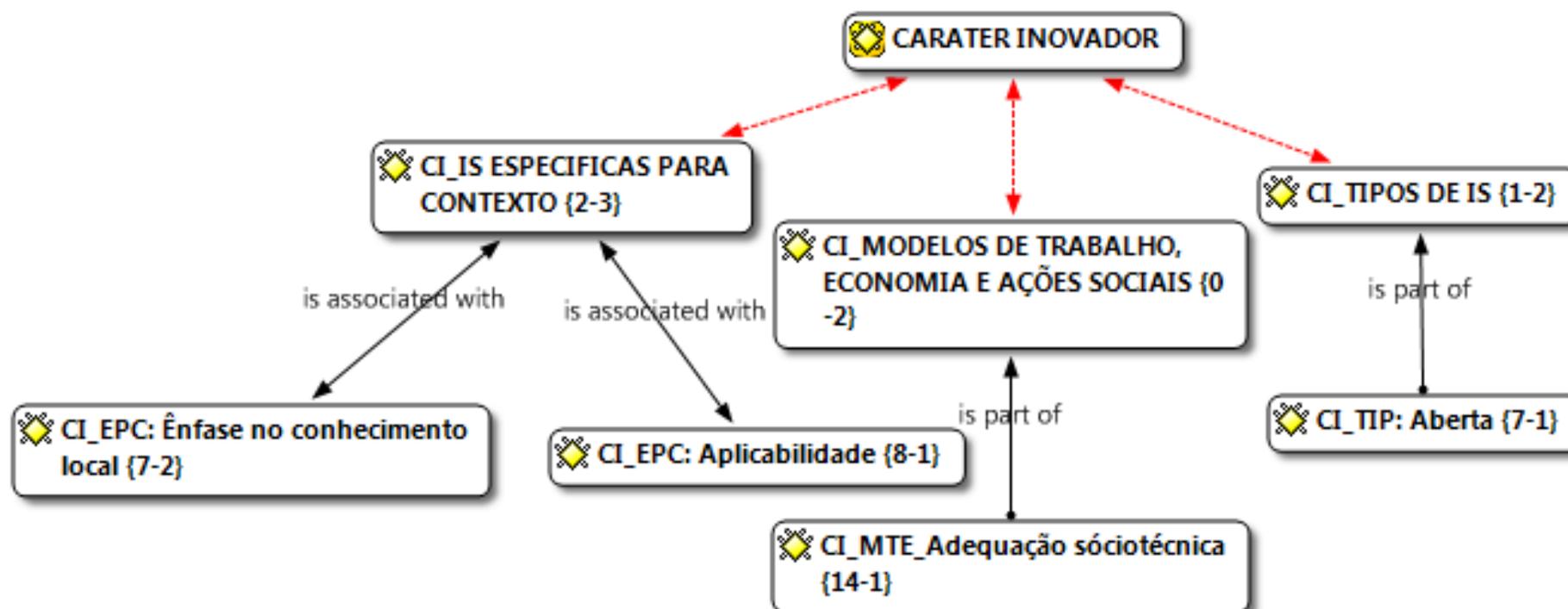
Dimensão Processos desenvolvidos por atividades coletivas



Dimensão Ganhos e respostas sociais



Dimensão Caráter inovador



APÊNDICE E – Relatório do Atlas.ti

List of all objects

HU: Análise TESE_1
 File: [C:\Users\PC\Desktop\Análise TESE_1.hpr7]
 Edited by: Super
 Date/Time: 2015-10-12 20:41:08

HU

Análise TESE_1

Primary Documents

P 1: Grav01_P01RN
 P 2: Grav02_P02RN
 P 3: Grav03_P03RN
 P 4: Grav04_P04RN
 P 5: Grav05_P05RN
 P 6: Grav06_P06RN
 P 7: Grav07_P01PE
 P 8: Grav08_P02PE
 P 9: Grav09_P03PE
 P10: Grav10_P04PE
 P11: Grav11_P05PE
 P12: Grav12_P06PE
 P13: Grav13_P01PB
 P14: Grav14_P02PB
 P15: Grav15_P03PB
 P16: Grav16_P04PB
 P17: Grav17_P05PB
 P18: Grav18_P06PB

Quotations

1:1 reafirmei que queria parceria .. (25:25)
 1:2 e nós não discutimos isso, nós.. (29:29)
 1:3 seria a APOMC, que já está ai .. (3:3)
 1:4 É... no nosso caso aqui, nós t.. (3:3)
 1:5 estamos agora finalizando um t.. (3:3)
 1:6 a ASA passou por várias, vamos.. (3:3)
 1:7 com dois contratos com a ASA p.. (3:3)
 1:8 hoje a TECNI executa essa polí.. (3:3)
 1:9 estamos mais regulamentados, a.. (6:6)
 1:10 ealizado a cada dois anos, que.. (6:6)
 1:11 Pós o fórum, nós descemos a es.. (6:6)
 1:12 esses critérios já foram muito.. (9:9)
 1:13 P1MC é o braço jurídico, é o q.. (3:3)
 1:17 o grande foro da ASA hoje se c.. (6:6)
 1:18 é bobagem a gente dizer também.. (15:15)

- 1:19 o gestor consegue entender, nó.. (15:15)
 1:20 o grande programa da ASA é ess.. (3:3)
 1:21 o grande foro da ASA hoje se c.. (6:6)
 1:22 região dessa tem um fórum micr.. (6:6)
 1:23 Pós o fórum, nós descemos a es.. (6:6)
 1:24 Dentro dos municípios ocorre u.. (6:6)
 1:25 , então, dos municípios nós já.. (6:6)
 1:26 as famílias são beneficiadas, .. (6:6)
 1:27 em outra e chamamos os partici.. (33:33)
 1:28 acho que o grau de satisfação .. (69:69)
 1:29 até nesse processo de avaliaçã.. (69:69)
 1:30 você percebe que tem uma mudan.. (69:69)
 1:31 desse feedback que nós até apo.. (69:69)
 1:32 eu posso até ficar te devendo .. (69:69)
 1:33 eu acho que essa questão da mo.. (3:3)
 1:34 u acho que famílias hoje tem u.. (15:15)
 1:35 nós realizamos os cursos de ge.. (21:21)
 1:36 o cara tem que participar do c.. (31:31)
 1:37 nós fazemos o curso de gestão .. (33:33)
 1:38 "uma coisa boa que tem no prog.. (17:17)
 1:39 baixo comercio, além das comun.. (9:9)
 1:40 já se envolve nesse trabalho d.. (39:39)
 1:41 rapaz... para mim, eu acho que.. (51:51)
 1:42 mas assim eu acho que o maior .. (53:53)
 1:43 tecnologia, eu acho que o prog.. (55:55)
 2:1 No projeto foi feito a licitaç.. (6:6)
 2:2 Nós estamos complementando com.. (12:12)
 2:3 Todos os termos que são fechad.. (10:10)
 2:4 Na mobilização são tratadas qu.. (7:7)
 2:5 fazer essa avaliação, nós fize.. (8:8)
 2:6 Nós implementamos algumas tecn.. (14:14)
 2:7 um sistema de captação com um .. (15:15)
 2:8 Entrevistado: Eu diria que é e.. (5:5)
 3:1 um termo de parceria com a ASA.. (3:3)
 3:2 chamamos os participantes para.. (33:33)
 3:3 como para a execução dos progr.. (3:3)
 3:4 nós realizamos os cursos de ge.. (21:21)
 3:5 são três dias de curso que ele.. (31:31)
 3:6 por que o nosso papel é tornar.. (46:46)
 3:7 do neo, um agricultor, que foi.. (39:39)
 3:8 melhorar essa infraestrutura, .. (44:44)
 3:9 lajeiro acumula agua ali, a ag.. (44:44)
 3:10 a engenharia do neo é essa aí.. (41:41)
 3:11 que não é essa cisterna que va.. (57:57)
 3:12 a TECNI ser reconhecida nos es.. (58:60)
 3:14 então assim, é muito interessa.. (62:62)
 3:15 pessoa muito sensível sobre es.. (62:62)
 3:16 e ela adora os meninos, então .. (63:63)
 4:1 As reuniões de debate com os r.. (1:1)
 4:2 ... a gente precisava, além da.. (5:5)
 4:3 A grande contribuição que a AS.. (8:8)
 4:4 Tudo isso articulado pela ASA... (9:9)
 4:5 saindo da perspectiva de que a.. (8:8)
 4:6 Por que nós não fazermos o pro.. (10:11)
 4:7 O P1MC foi pensado expressamen.. (17:20)
 4:8 Se uma familia faz uma prática.. (22:22)
 5:1 Hoje a nossa maior rede é a AS.. (31:31)
 5:2 A nossa relação hoje com os at.. (8:8)

5:3 a gente passa o relatório para.. (8:8)
 5:4 programa para sindicatos, fóru.. (11:11)
 5:5 A participação da família é fu.. (9:9)
 5:6 , levando os agricultores para.. (16:17)
 5:7 . Depois disso tem o intercâmb.. (13:13)
 5:8 esses intercâmbios são obrigat.. (31:31)
 5:9 tem muita dificuldade com a qu.. (21:21)
 5:10 Bom a gente tenta sempre adapt.. (27:27)
 5:11 Hoje a Techne está mais voltad.. (24:24)
 5:12 tem também a questão do biodig.. (16:16)
 5:13 A questão do biodigestor, pois.. (45:45)
 5:14 Vem muita gente aqui fazer int.. (45:45)
 5:15 Então isso é muito inovador, e.. (46:46)
 5:16 Entrevistado: O ganho da Techn.. (34:34)
 5:17 Para os agricultores o ganho é.. (36:36)
 5:18 um ganho tanto com relação a s.. (36:36)
 5:19 A cisterna veio pra se aprende.. (38:38)
 5:20 Mudou muito essa questão do us.. (40:40)
 5:21 Já existe um trabalho bem anti.. (42:42)
 5:22 Eles não acreditam. E quando a.. (35:35)
 6:1 Nós temos dois espaços polític.. (20:20)
 6:2 No campo da assistência técnic.. (20:20)
 6:3 A relação da Techne é através .. (3:3)
 6:4 Nós temos projetos diferentes,.. (5:5)
 6:5 com os órgãos como INSA, MDA. (3:3)
 6:6 Nós estamos elaborando um soft.. (34:34)
 6:7 No projeto de cisternas nós fa.. (7:7)
 6:8 rimeiro é a continuidade do tr.. (11:11)
 6:9 e aí vem a dificuldade porque .. (11:11)
 6:10 Tem a dificuldade também de al.. (11:11)
 6:11 A gente nunca faz uma mudança .. (16:16)
 6:12 Trouxemos o fogão agroecológic.. (37:37)
 6:13 Eu acredito que sim, esses últ.. (39:39)
 6:14 Você já vê na cara do agricult.. (27:27)
 6:15 A gente acha que melhora um po.. (29:29)
 7:1 Fazemos um cronograma por edit.. (40:40)
 7:2 Fundação Banco do Brasil, (18:18)
 7:3 porque o Banco do Brasil ele é.. (20:20)
 7:4 ela já teve vários tipos de pa.. (34:34)
 7:5 Então, organizações Nacionais .. (37:37)
 7:6 também são internacionais, são.. (37:37)
 7:7 tem essas parcerias, que ai qu.. (37:37)
 7:8 busca parceria até pra pessoa .. (37:37)
 7:9 mas a gente também trabalha co.. (34:34)
 7:10 pelas parcerias que a gente fa.. (122:122)
 7:11 das parcerias, dos espaços de .. (129:129)
 7:12 o ideal é que seja distribuído.. (135:135)
 7:13 A gente tem formas de monitora.. (129:129)
 7:14 e aí planeja a partir do que f.. (129:129)
 7:15 é uma coisa mais estrutural eu.. (131:131)
 7:16 que é um programa de mobilizaç.. (34:34)
 7:17 a gente também mobiliza projet.. (34:34)
 7:18 Então vamos começar a executar.. (48:48)
 7:19 Porque esse programa em especi.. (59:59)
 7:20 Mobilizar para a ASA é tornar .. (36:36)
 7:21 tem os cursos, dois tipos de c.. (48:48)
 7:22 curso é gerenciamento de água .. (50:50)
 7:23 se a gente avaliava o que os e.. (57:57)

- 7:24 executou um projeto, teve form.. (105:105)
7:25 intercâmbios, que é previsto t.. (56:56)
7:26 tantos intercâmbios, então ach.. (56:56)
7:27 esse intercâmbio que é previst.. (57:57)
7:28 e isso também a gente também t.. (57:57)
7:29 que é o boletim informativo "C.. (135:135)
7:30 A própria resistência das pess.. (82:82)
7:31 Eu acho que é recurso, uma das.. (87:87)
7:32 então acho que essa é uma difi.. (89:89)
7:33 é outra dificuldade, são as co.. (94:94)
7:34 de ter também recursos para ga.. (94:94)
7:35 que não tem a continuidade, qu.. (125:125)
7:36 você nem tá mais com aquela pr.. (61:61)
7:37 também de ir conversando com a.. (61:61)
7:38 da própria assistência técnica.. (92:92)
7:39 porque inclusive vai ser o mom.. (54:54)
7:40 quando eu penso a realidade da.. (75:75)
7:41 quando eu penso a realidade da.. (75:75)
7:43 . E daí a gente vai, a gente t.. (105:105)
7:44 Essa é uma das duas coisas ass.. (105:105)
7:45 É. Entendeu. Assim, até pra fo.. (107:107)
7:46 O processo de sensibilização f.. (107:107)
7:47 orque as mulheres elas consegu.. (122:122)
7:48 própria tecnologia física né d.. (122:122)
7:49 ntão assim tem esse fortalecim.. (122:122)
7:50 um projeto de execução a parti.. (125:125)
8:1 ntre a gente e as outras ONG'S.. (101:101)
8:2 A gente tem uma boa parceria c.. (107:107)
8:3 Avalia no dia-a-dia né, a gent.. (18:18)
8:4 No final de cada ano a gente f.. (22:22)
8:5 e se esse processo de avaliaçã.. (146:146)
8:6 na parte de mobilização dos ag.. (8:8)
8:7 aí a gente tem que ir lá só pr.. (35:35)
8:8 a gente faz um curso sobre def.. (10:10)
8:9 porque essas tecnologias pra e.. (134:134)
8:10 algumas comunidades que elas s.. (35:35)
8:11 a resistência desses agriculto.. (35:35)
8:12 estarem mobilizando o pessoal,.. (28:28)
8:13 A gente identifica primeiro o .. (50:50)
8:14 a gente encaminha para a feira.. (93:93)
8:15 muitos ainda utilizavam agricu.. (14:14)
8:16 Elas acontecem por exemplo, an.. (31:31)
8:17 Juntos com os agricultores, aí.. (151:151)
8:18 primeiro o básico de tudo é qu.. (57:57)
8:19 ela é incremental, ela não tem.. (89:89)
8:20 A solução que a gente vê né, p.. (60:60)
8:21 Então, aí gente vai por exempl.. (125:125)
8:22 Por exemplo, o primeiro ganho .. (116:116)
8:23 ganho social é que o agriculto.. (116:116)
8:24 tem um projeto específico que .. (116:116)
8:25 Econômicos acho que eu já fale.. (118:118)
8:26 Tá relacionado à água, princip.. (120:120)
8:27 difícil encontrar na época da .. (120:120)
8:28 que aqui em Serra é muito seco.. (128:128)
8:29 esolvido todos não, mas tem me.. (128:128)
8:30 a formação de grupo de mulhere.. (139:139)
8:31 as mulheres não tem mais tanto.. (139:139)
8:32 E começa a por exemplo, até po.. (144:144)

- 8:33 Associações sim. Surgiram grup.. (154:154)
- 8:34 É. Áreas menores, que até faci.. (156:156)
- 8:35 A formação dos grupos de joven.. (170:170)
- 9:1 Olha essa parceria ela acontec.. (10:10)
- 9:2 As exigências são: experiência.. (11:11)
- 9:3 Os projetos ligados a ASA são .. (12:12)
- 9:4 CECOR trabalha com projeto cha.. (18:18)
- 9:5 devido a formação, (7:7)
- 9:6 eles passam a se conhecer e co.. (4:4)
- 9:7 Esse candeeiro são metas, por .. (29:29)
- 9:8 tem algumas coisas formidáveis.. (2:2)
- 9:9 Tem uma mulher chamada Vanete .. (7:7)
- 9:10 Então, assim ela foi a percurs.. (7:7)
- 9:11 o CECOR trabalha com ações que.. (18:18)
- 9:12 A juventude daqui da nossa reg.. (18:18)
- 9:13 m agricultor foi contemplado c.. (22:22)
- 9:14 s pequenos quintais produtivos.. (22:22)
- 9:15 quando uma tecnologia dessa ch.. (27:27)
- 10:1 na nossa ação é a pratica de c.. (3:3)
- 10:2 nós não representamos eles, nó.. (3:3)
- 10:3 e que a gente acha que o gover.. (37:37)
- 10:4 o governo está mostrando que e.. (37:37)
- 10:5 assim nós temos equipes enorme.. (37:37)
- 10:6 com a descontinuidade nos deix.. (37:37)
- 10:7 o governo está mostrando que e.. (37:37)
- 10:8 a gestão é uma coisa ainda des.. (37:37)
- 10:9 que a gente acha que o governo.. (37:37)
- 10:10 No estadual também, a gente te.. (52:52)
- 10:11 então a gente também tem um ca.. (3:3)
- 10:12 A gente tem feito isso no dia .. (42:42)
- 10:13 nós somos mobilizadores de pro.. (19:19)
- 10:14 estão indo para as feiras, est.. (10:10)
- 10:16 vai ter um curso e a gente que.. (19:19)
- 10:17 acessória técnica, de curso de.. (3:3)
- 10:18 mas a formação se dá no dia a .. (15:15)
- 10:19 ente avalia que esse processo .. (17:17)
- 10:20 temos uma grande dificuldade q.. (33:33)
- 10:21 nós não podemos ser protagonis.. (26:26)
- 10:22 Tem, e tem uma resistência que.. (39:39)
- 10:23 e ai a gente começou a fazer e.. (29:29)
- 10:24 começou a participar, porque, .. (29:29)
- 10:25 Nosso modelo econômico é muito.. (62:62)
- 10:26 ntrevistado: o nosso trabalho .. (6:6)
- 10:27 nós estamos nisso a muitos ano.. (35:35)
- 10:28 Dentro dos programas da ASA te.. (46:46)
- 10:29 Existe, mas ela é a longo praz.. (49:49)
- 10:30 o agronegócio ele esmaga a agr.. (12:12)
- 10:31 porque a agroecologia também t.. (37:37)
- 10:32 O reconhecimento do saber popu.. (68:68)
- 10:33 o principal resultado da nossa.. (8:8)
- 10:34 ntão não é só um projeto da ag.. (8:8)
- 10:35 Do ponto de vista social eu po.. (57:57)
- 10:36 , nós temos a autonomia das mu.. (57:57)
- 10:37 no ponto de vista ambiental um.. (57:57)
- 10:38 Eu diria que a maioria dos ate.. (65:65)
- 10:39 você tem mecanismos, por exemp.. (75:75)
- 10:40 a comunicação precisa ser demo.. (75:75)
- 10:41 gente vem sentindo que, por ex.. (77:77)

- 11:1 são chamadas públicas, a gente.. (17:17)
 11:2 Assim, depois de passar toda e.. (21:21)
 11:3 que é mais pra produção, então.. (23:23)
 11:4 e aí a gente tem momentos de e.. (82:82)
 11:5 São eventos que o programa gar.. (85:85)
 11:6 elas vão para as feiras que ex.. (93:93)
 11:7 onde você tira as famílias do .. (37:37)
 11:8 primeiro é o orçamento, que é .. (39:39)
 11:9 a gente encontra um ou outro c.. (45:45)
 11:10 que tem toda aquela história d.. (31:31)
 11:11 ela consegue lhe repassar mais.. (119:119)
 11:12 dos projetos da ação de formaç.. (103:103)
 11:13 gente vai fazendo esse cadastr.. (25:25)
 11:14 Porque é uma logística de uma .. (82:82)
 11:15 Esse é um feedback que tem que.. (80:80)
 11:16 Inovador? Eu acho que inovador.. (122:122)
 11:17 sempre fazemos uma reflexão do.. (112:112)
 11:18 o ganho ambiental eu considero.. (91:91)
 11:20 O econômico é assim, a finalid.. (93:93)
 11:21 a ideia é que a família produz.. (93:93)
 11:22 ela também vai deixar de tá ga.. (93:93)
 11:23 É o resultado é coletivo. (110:110)
 11:24 Eu acho que o interesse ele é .. (108:108)
 12:1 Temos que cumprir o que está n.. (2:2)
 12:2 Eles exigem novas formas de f.. (4:4)
 12:3 Cada organização sistematiza e.. (6:6)
 12:4 "Ah a família, eu dou a vara p.. (8:8)
 12:6 quando eu penso a realidade da.. (10:10)
 12:7 ada beneficiário desse ele rec.. (8:8)
 13:1 perspectiva de fortalecer todo.. (7:8)
 13:2 Então, as ações que vem se des.. (7:7)
 13:3 então a gente consegue fazer p.. (40:40)
 13:4 parceria (40:40)
 13:5 gente ainda tem uma parceria a.. (40:40)
 13:6 colega nosso aqui fez um cálcu.. (45:45)
 13:7 a questão da mão-de-obra conta.. (21:21)
 13:8 s tem se fortalecido uma rede .. (14:14)
 13:9 Os fundos rotativos acontecem .. (23:23)
 13:10 Gerenciamento de Recursos Hídr.. (14:14)
 13:11 a gestão de água para a produç.. (14:14)
 13:12 tem também os espaços formativ.. (14:14)
 13:13 uma questão bem interessante q.. (14:14)
 13:14 A própria instabilidade dos pr.. (25:25)
 13:15 então há essa resistência mas .. (31:31)
 13:16 A grande questão seria essa mu.. (28:28)
 13:17 , a gente parte sempre de diag.. (10:10)
 13:18 Nós temos a perspectiva de ide.. (34:34)
 13:19 , o programa cisterna nas esco.. (12:12)
 13:20 tinha uma mulher que pensava e.. (37:37)
 13:21 A maioria são interesses colet.. (50:50)
 13:22 A gente parte muito da realida.. (18:18)
 13:23 O empoderamento, o protagonism.. (43:43)
 13:24 além do próprio ganho econômic.. (43:43)
 13:25 Os maiores ganhos são: o empod.. (43:43)
 13:26 As cisternas elaboram a cultur.. (47:47)
 14:1 e cada vez mais os financiador.. (60:60)
 14:2 a entidade sempre se preocupou.. (60:60)
 14:3 parceria (41:41)

14:4 NDS, eu não sei se a gente ter.. (41:41)
14:5 depois a ASA Brasil e esse con.. (41:41)
14:6 acho que isoladamente, jamais .. (41:41)
14:7 e nível municipal a gente não... (41:41)
14:8 Essas parcerias tem sido muito.. (43:43)
14:9 e a partir da própria particip.. (43:43)
14:10 Já houve uma parceria muito fo.. (43:43)
14:11 então a cada final de cada ati.. (60:62)
14:12 então de ter uma reflexão com .. (14:14)
14:13 participando da associação loc.. (10:10)
14:14 então esse envolvimento, essa .. (56:56)
14:15 mas a gente termina descobrind.. (56:56)
14:16 er outros comportamentos, de p.. (56:56)
14:17 há muitas mudanças que fogem i.. (56:56)
14:18 envolve-las nos intercâmbios, .. (56:56)
14:19 não tem orçamentaria própria n.. (22:22)
14:20 Sim. Essa a gente tem buscado .. (45:45)
14:21 porque o histórico que existe .. (18:18)
14:22 existe um contexto muito diver.. (30:30)
14:23 muitas situações de solo desga.. (30:30)
14:24 e é de fato aí vem o papel da .. (32:32)
14:25 Tem um cenário muito diverso e.. (32:32)
14:26 então um primeiro momento busc.. (27:27)
14:27 uma coisa que a equipe da enti.. (35:35)
14:28 vamos discutir, mas se você ti.. (47:47)
14:29 de três em três meses, os técn.. (62:62)
14:30 ntão tinha sempre um critério,.. (12:12)
14:31 eu vejo que que toda infraestr.. (38:38)
14:32 e aí um outro aspecto que a ge.. (16:16)
14:33 então ao notar isso a gente ad.. (20:20)
14:34 , a gente desenvolveu uma inov.. (64:64)
14:35 a gente queria um espaço de in.. (64:64)
14:36 Eu acho que inovador é muito m.. (69:69)
14:37 mas é como fazer, fazer com as.. (69:69)
14:38 nós não recebemos patrocínio n.. (50:50)
14:39 o seguinte "Não há mais como s.. (50:50)
14:40 mas o ganho principal é a poli.. (50:50)
14:42 porque isso teria uma visualiz.. (53:53)
14:43 isso pode chegar a uma situaçã.. (53:53)
14:44 então isso é uma contradição m.. (53:53)
14:45 mas o ganho pra gente é ver qu.. (58:58)
15:1 e aí o projeto é um projeto qu.. (6:6)
15:2 é o processo chamado: Mobiliza.. (7:7)
15:3 , isso foi muito bom, daí form.. (36:36)
15:4 GRH, que é Gerenciamento em Re.. (8:8)
15:5 então esses dois dias são de m.. (8:8)
15:6 uma troca de experiência, uma .. (55:55)
15:7 Primeiro a gente encontra famí.. (12:12)
15:8 são muito bons, então pra ver .. (9:9)
15:9 passa pelo processo de formaçã.. (18:18)
15:10 , a gente faz várias assemblei.. (41:41)
15:11 Na verdade o projeto é pra ate.. (21:21)
15:12 Toda essa busca do associativi.. (29:29)
15:13 O Inovador eu acho que é a mud.. (55:55)
15:14 as vezes não tem parentes que .. (16:16)
15:15 , aí uma das coisas que a gent.. (34:34)
15:16 A gente considera que vem cons.. (38:38)
15:18 O ganho social, acho que é a m.. (46:46)

- 15:19 O ganho econômico assim, porqu.. (48:48)
 15:20 e aí é centrado nessa questão .. (52:52)
 15:21 Agroecologia, e tem muita inic.. (52:52)
 16:1 em, nós fazemos avaliação até .. (20:20)
 16:2 É distribuído em vários moment.. (10:10)
 16:3 os fundos rotativos realizam f.. (30:30)
 16:4 as feiras também são espaços d.. (12:12)
 16:5 Primeiro a gente parte de um p.. (12:12)
 16:6 ós temos limitantes estruturai.. (9:9)
 16:7 nós identificamos que a razão .. (4:4)
 16:8 comunidade que diz o que é pro.. (15:15)
 16:9 Primeiro, a missão de cada ins.. (18:18)
 16:10 CARATER INOVADOR SOCIO TECNICO.. (24:26)
 16:11 O mais importante dessa tecnol.. (6:6)
 16:12 A cisterna traz uma coisa de g.. (29:29)
 16:13 maior impacto é identificar ne.. (23:23)
 17:1 Tem técnico que fica em casa, .. (15:15)
 17:2 esses mecanismos poderiam ser .. (11:11)
 17:3 Em todos os processos a gente .. (13:13)
 17:4 Essa cooperação acontece atrav.. (6:6)
 17:5 se resolvem com ampla mobiliza.. (48:48)
 17:6 A mobilização faz parte de um .. (4:4)
 17:7 azendo debates sobre a questão.. (24:24)
 17:8 A dificuldade desse processo é.. (26:26)
 17:9 Essas políticas se nós observa.. (31:31)
 17:10 a gente faz esse diálogo de ag.. (33:33)
 17:11 Eu acho que, apesar do avanço .. (36:36)
 17:12 Outro dia nós recebemos um gru.. (39:39)
 17:13 A capacitação tanto no âmbito .. (22:22)
 17:14 Na hora que as mulheres dizem .. (54:54)
 17:15 É o processo de formação e mob.. (51:51)
 17:16 ue faz essa formação ser de me.. (17:17)
 17:17 porque dá mais autonomia para .. (45:45)
 18:1 a maior dificuldade da gente a.. (21:21)
 18:2 são agricultores, que podem se.. (33:33)
 18:3 Ele ganha por construir, é um .. (36:36)
 18:5 e nós temos uma parceria muito.. (58:58)
 18:6 trabalhamos com a fundação Ban.. (7:7)
 18:7 a gente tem uma parceria com o.. (7:7)
 18:8 PETRBRAS, Escola das Aguas, qu.. (7:7)
 18:9 emos essa parceria com o Centr.. (11:11)
 18:10 Nós temos parceria com o Gover.. (54:54)
 18:11 trabalhamos com o estoque da a.. (13:13)
 18:12 preocupação assim, tem a preoc.. (27:27)
 18:13 que é a produção para garantia.. (27:27)
 18:14 nas feiras a gente ensina, a g.. (7:7)
 18:15 as feiras agroecológicas que n.. (27:27)
 18:16 o curso tem parte prática e pa.. (64:64)
 18:17 as opções temos os momentos de.. (7:7)
 18:18 nós trabalhamos com feitas agr.. (2:2)
 18:19 o governo, basicamente, é o fi.. (15:15)
 18:20 , por exemplo, tem comissões m.. (15:15)
 18:21 Entrevistado: ai quem particip.. (18:18)
 18:22 ai tem muitas vezes já teve ge.. (25:25)
 18:23 Tem os componentes de formação.. (37:37)
 18:24 As coisas não são impostas, ag.. (50:50)
 18:25 as famílias tem autonomia desd.. (52:52)
 18:26 Os editais são formulados pela.. (56:56)

- 18:27 Aquela experiência vai ficando.. (60:60)
 18:28 antes das famílias serem cadas.. (23:23)
 18:29 Essas famílias são escolhidas .. (43:43)
 18:30 , as vezes a própria família q.. (33:33)
 18:31 como essas famílias podem come.. (9:9)
 18:32 essa parceria que a gente tem .. (40:40)
 18:33 ela é pensada no âmbito dos qu.. (27:27)
 18:34 várias famílias assim melhorar.. (67:67)
 18:35 ambiental... eu acho que a gen.. (70:70)
 18:36 nas capacitações que a gente f.. (71:71)
 18:37 uma pessoa que já faça todas a.. (71:71)
 18:38 agora eu ainda acho a questão .. (72:72)

Codes

- AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES SOCIAIS {0-4}
 AT_CEA: Confiança nos parceiros {5-2}
 AT_CEA: Desafios {5-1}
 AT_CEA: Objetivo da cooperação {8-2}
 AT_CEA: Possibilidades {3-1}
 AT_CEA: Quem são os parceiros {15-2}
 AT_COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES {1-5}
 AT_EAI: Legitimidade {5-1}
 AT_EAI: Órgão financiador {16-1}
 AT_EAI: Relações contratuais {13-1}
 AT_EAS: Capacidade de promover meios de satisfazer suas necessidades {2-1}
 AT_EAS: combate ao clientelismo {5-1}
 AT_EAS: Perspectiva bottom-up {4-1}
 AT_EAS: Possibilidade de acesso a política pública {10-2}
 AT_EAS: Quem são {1-0}
 AT_EAS: Representação dos atores sociais {8-1}
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES INSTITUCIONAIS {0-3}
 AT_ESS: Quem são {5-0}
 CI_EPC: Aplicabilidade {8-1}
 CI_EPC: Ênfase no conhecimento local {7-2}
 CI_IS ESPECIFICAS PARA CONTEXTO {2-3}
 CI_MODELOS DE TRABALHO, ECONOMIA E AÇÕES SOCIAIS {0-2}
 CI_MTE_Adequação sócio-técnica {14-1}
 CI_TIP: Aberta {7-1}
 CI_TIPOS DE IS {1-2}
 GR_GANHOS ECONOMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS {2-3}
 GR_GVS: Empoderamento_jovem {8-1}
 GR_GVS: Empoderamento_mulher {10-1}
 GR_GVS: Ganho sociopolítico {4-3}
 GR_GVS: Interesses individuais e coletivos {13-1}
 GR_GVS: Mudança do ambiente {13-1}
 GR_OGH: Ambientais {14-1}
 GR_OGH: Culturais {10-1}
 GR_OGH: Econômicos {14-1}
 GR_TRANSFORMAÇÃO SOCIAL {1-3}
 NS_CONTEXTO DE CRISE {5-1}
 NS_CTC: Mudança de paradigma {6-1}
 NS_DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE URGÊNCIA {11-0}
 NS_DEMANDAS X NECESSIDADES {13-0}
 NS_MDE: Mudança incremental {4-1}
 NS_MDE: Mudança radical {2-1}
 NS_MDE: Mudança sistêmica {2-2}

NS_MODIFICAÇÕES ESTRURUTAIS {0-4}
 PA_AV: Processo avaliativo {24-2}
 PA_AV_Complexidade e incertezas {0-4}
 PA_AVALIAÇÃO {0-2}
 PA_COOPERAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS {0-3}
 PA_CXI: Dependência financeira {6-1}
 PA_CXI: Resistência dos atores {8-1}
 PA_CXI: Sustentação das iniciativas {6-2}
 PA_DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES {0-3}
 PA_DIFUSÃO {6-2}
 PA_DSH: Aprendizagem {14-1}
 PA_DSH: Capacitação {18-1}
 PA_DSH: Comunicação {8-1}
 PA_FOM: Economia solidária {6-1}
 PA_FOM: Mudança comportamental {7-1}~
 Comment:
 Relação direta com o processo de mobilização social
 PA_FOM: Prática empreendedora {9-1}
 PA_FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS {0-4}
 PA_MOB: Espiral da mobilização {15-1}
 PA_MOB: Estrutura de governança {12-2}
 PA_MOB: Governança compartilhada {18-1}
 PA_PARTICIPAÇÃO DOS ATORES {0-3}

Code Families

ATORES (4)
 CARATER INOVADOR (3)
 DIMENSÕES (0)
 GANHOS E RESPOSTAS SOCIAIS (2)
 NECESSIDADES SOCIAIS (4)
 PROCESSOS E ATIVIDADES COLETIVAS (4)

Network Views

AT_Cooperação entre atores (5)
 AT_Envolvimento com os atores institucionais (4)
 AT_Envolvimento com os atores sociais (6)
 DIMENSÃO: ATORES (16)
 DIMENSÃO: CARÁTER INOVADOR (8)
 DIMENSÃO: GANHOS E RESPOSTAS SOCIAIS (9)
 DIMENSÃO: NECESSIDADES SOCIAIS (13)
 DIMENSÃO: PROCESSOS E ATIVIDADES COLETIVAS (19)
 GRS_Economicos, Culturais e ambientais (4)
 GRS_Ganhos e respostas sociais (6)
 MAPA GERAL (21)
 NS_Especificidades da localidade (5)
 NS_Modificações e CI (9)
 PA_Avaliação e Difusão (10)
 PA_Cooperação entre os stakeholders (4)
 PA_Desenvolvimento de Habilidades (4)
 PA_Formas de organização e mudanças comportamentais (8)
 PA_Mobilização e participação (4)

Code-Links

AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES SOCIAIS <is associated with> AT_EAS: Capacidade de promover meios de ..
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES SOCIAIS <is associated with> AT_EAS: Perspectiva bottom-up
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES SOCIAIS <is associated with> AT_EAS: Possibilidade de acesso a políti..
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES SOCIAIS <is associated with> AT_EAS: Representação dos atores sociais..
 AT_CEA: Confiança nos parceiros <is associated with> AT_COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES
 AT_CEA: Objetivo da cooperação <is associated with> AT_COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES
 AT_CEA: Quem são os parceiros <is associated with> AT_COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES
 AT_COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES <is cause of> AT_CEA: Desafios
 AT_COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES <is cause of> AT_CEA: Possibilidades
 AT_EAS: Possibilidade de acesso a políti.. <is associated with> AT_EAS: combate ao clientelismo
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES INSTITUCIO.. <is associated with> AT_EAI: Legitimidade
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES INSTITUCIO.. <is associated with> AT_EAI: Órgão financiador
 AT_ENVOLVIMENTO COM OS ATORES INSTITUCIO.. <is associated with> AT_EAI: Relações contratuais
 CI_IS ESPECIFICAS PARA CONTEXTO <is associated with> CI_EPC: Aplicabilidade
 CI_IS ESPECIFICAS PARA CONTEXTO <is associated with> CI_EPC: Ênfase no conhecimento local
 CI_IS ESPECIFICAS PARA CONTEXTO <is associated with> NS_MODIFICAÇÕES ESTRURUTAIS
 CI_MODELOS DE TRABALHO, ECONOMIA E AÇÕES.. <is associated with> PA_FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS COMP..
 CI_MTE_Adequação sócio-técnica <is part of> CI_MODELOS DE TRABALHO, ECONOMIA E AÇÕES..
 CI_TIP: Aberta <is part of> CI_TIPOS DE IS
 GR_GANHOS ECONOMICOS, CULTURAIS E AMBIEN.. <is associated with> GR_OGH: Ambientais
 GR_GANHOS ECONOMICOS, CULTURAIS E AMBIEN.. <is associated with> GR_OGH: Culturais
 GR_GANHOS ECONOMICOS, CULTURAIS E AMBIEN.. <is associated with> GR_OGH: Econômicos
 GR_GVS: Empoderamento_jovem <is part of> GR_GVS: Ganho sociopolítico
 GR_GVS: Empoderamento_mulher <is part of> GR_GVS: Ganho sociopolítico
 GR_TRANSFORMAÇÃO SOCIAL <is associated with> GR_GVS: Ganho sociopolítico
 GR_TRANSFORMAÇÃO SOCIAL <is associated with> GR_GVS: Interesses individuais e coletiv..
 GR_TRANSFORMAÇÃO SOCIAL <is associated with> GR_GVS: Mudança do ambiente
 NS_CTC: Mudança de paradigma <is cause of> NS_CONTEXTO DE CRISE
 NS_MDE: Mudança sistêmica <is associated with> CI_EPC: Ênfase no conhecimento local
 NS_MODIFICAÇÕES ESTRURUTAIS <is associated with> NS_MDE: Mudança incremental
 NS_MODIFICAÇÕES ESTRURUTAIS <is associated with> NS_MDE: Mudança radical
 NS_MODIFICAÇÕES ESTRURUTAIS <is associated with> NS_MDE: Mudança sistêmica
 PA_AV: Processo avaliativo <is associated with> PA_PARTICIPAÇÃO DOS ATORES
 PA_AV_Complexidade e incertezas <is associated with> PA_CXI: Resistência dos atores
 PA_AV_Complexidade e incertezas <is associated with> PA_CXI: Sustentação das iniciativas
 PA_AVALIAÇÃO <is associated with> PA_AV: Processo avaliativo
 PA_AVALIAÇÃO <is associated with> PA_AV_Complexidade e incertezas
 PA_COOPERAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS <is associated with> AT_CEA: Confiança nos parceiros
 PA_COOPERAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS <is associated with> AT_CEA: Objetivo da cooperação
 PA_COOPERAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS <is associated with> AT_CEA: Quem são os parceiros
 PA_CXI: Sustentação das iniciativas <is cause of> PA_CXI: Dependência financeira
 PA_DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES <is associated with> PA_DSH: Aprendizagem
 PA_DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES <is associated with> PA_DSH: Capacitação
 PA_DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES <is associated with> PA_DSH: Comunicação
 PA_DIFUSÃO <is associated with> CI_TIPOS DE IS
 PA_DIFUSÃO <is associated with> PA_AV_Complexidade e incertezas
 PA_FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS COMP.. <is associated with> PA_FOM: Economia solidária
 PA_FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS COMP.. <is associated with> PA_FOM: Mudança comportamental
 PA_FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS COMP.. <is associated with> PA_FOM: Prática empreendedora
 PA_MOB: Estrutura de governança <is cause of> PA_MOB: Governança compartilhada
 PA_PARTICIPAÇÃO DOS ATORES <is associated with> PA_MOB: Espiral da mobilização
 PA_PARTICIPAÇÃO DOS ATORES <is associated with> PA_MOB: Estrutura de governança